

FUNDAÇÃO ANTONIO MENEGHETTI

ONTOPSICOLOGIA

CIÊNCIA INTERDISCIPLINAR





© Todos os direitos reservados à Fundação Antonio Meneghetti

Rua Recanto Maestro sn | Distrito Recanto Maestro
São João do Polêsine-RS | 97230-000
Tel (55) 3033-7285 | (55) 9632-7336

contato@fundacaoam.org.br
www.fundacaoantoniomeneghetti.org.br

M541s Meneghetti, Antonio, 1936-2013

Seis Mulheres e a Imaculada Conceição / Antonio Meneghetti; tradução e revisão Ontopsicológica Editora Universitária.

– Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

126 p. ; 20 cm.

Título original italiano: 6 Donne e L'Imacolata Concezione.

ISBN 978-85-64631-14 - 4

1. Ontopsicologia. 2. Feminilidade e Graça.
3. Mulher Líder. 4. Transcendência sexual. I. Título.

CDU (1997): 111.8

Catalogado na publicação: Biblioteca Humanitas da AMF

APRESENTAÇÃO

Organizada em sete capítulos, esta obra visa divulgar a aplicação da Ontopsicologia em diferentes campos do saber e do fazer humano. É uma iniciativa da Fundação Antônio Meneghetti, instituição de educação e de incentivo à cultura que possui, como uma de suas finalidades, promover o estudo e a aplicação das descobertas científicas realizadas pelo Acad. Prof. Antonio Meneghetti e formalizadas na Ciência Ontopsicológica.

A Ontopsicologia é a lógica do homem real, sadio, responsável e artífice positivo de bem estar e socialidade. É a mais recente entre as ciências humanistas contemporâneas e tem por objeto de estudo a análise da atividade psíquica inerente ao humano. Através do seu método é possível a repetibilidade e a reprodutividade dos resultados. A Ontopsicologia permite, na sua aplicação, tornar exato o pesquisador, o operador, o líder em qualquer campo que este opere. Possui um critério interdisciplinar, que é um novo elemento base para a autenticação do pesquisador, com o qual é capaz de reformular as coordenadas para o exato exercício científico.

Sua prática científica se ocupa com quem faz a pesquisa (o homem), e desta forma, é um conhecimento, uma visão e um método complementar às demais ciências, não excluindo nenhuma delas – ao contrário, integrando-as – justamente porque trabalha com o homem, em todas as suas facetas.

Ao ser aplicada na prática, a Ciência Ontopsicológica viabiliza a experiência humana em sua totalidade. De modo interdisciplinar, em pesquisa pura e em pesquisa aplicada, possibilita orientar a construção de caminhos metodológicos para a ação ótima em âmbito pessoal e em âmbito profissional. O escopo principal é favorecer o desenvolvimento humano ao progressivo crescimento econômico e social, e, no que tange a resultados práticos de sua aplicação, preparar homens aptos a conhecer de fato as causas para resolver os constantes anseios da sociedade em contínua evolução. Neste ponto, encontramos, de modo científico, a relação integral entre conhecimento, método e cultura a serviço da humanidade, tendo o homem como fulcro, sendo função para si, para a sociedade, para a ciência, para a economia e para a arte e cultura. É o que se vê nesta obra. Uma série de artigos voltados à aplicação da Ontopsicologia em diferentes áreas do conhecimento.

Horácio Chikota e Roberta Pozza, assinam o primeiro capítulo denominado Da intuição à autossabotagem: a pesquisa ontopsicológica nos correlatos neurofisiológicos do processo perceptivo-cognitivo do empreendedor. Com amplo aprofundamento e ilustrações, os autores esclarecem termos e as estruturas cerebrais que permitem a percepção e a cognição ressaltando os aspectos mais importantes do sistema nervoso central envolvidos nesses processos. Adentram o campo da consciência e entendem ser possível utilizar os dados deste estudo para propor uma hipótese testável e aplica-la em pesquisas futuras.

Com propriedade e de maneira minuciosa, Ana Petry, apresenta, no capítulo A consultoria Ontopsicológica Empresarial: uma abordagem humanista às organizações, enfatizando seus pressupostos, sua especificidade sua metodologia. A título de introdução, discorre como a Ontopsicologia se posiciona como ciência epistêmica no campo da Economia e da Administração. Na sequência, descreve os pressupostos necessários à compreensão do instrumento de Consultoria Ontopsicológica às empresas e, na parte final do texto, são apresentados os elementos metodológicos que lhes garantem os resultados, em especial, a formação do profissional.

No capítulo, denominado Quando se toma o todo pela parte: porque Ontopsicologia e não psicologia, Patrícia Wazlawick apresenta a genealogia e a estruturação da ciência Ontopsicológica. Inicia seus argumentos com referências à rememorável reunião que aconteceu em 1956, em Paris, em que psicólogos alinhados à corrente existencial humanista reconhecem a necessidade de unir a ontologia à psicologia, o sentido da vida e, o modo de conhecer a consciência humana. Entre os participantes desse encontro, no qual foi cunhado o termo Ontopsicologia, encontravam-se Rollo May, Rogers, Malow, Sutich, entre outros. Na sequência, a autora detalha o percurso histórico trilhado pelo Acadêmico Antônio Meneghetti na estruturação da Ontopsicologia, ciência autônoma, interdisciplinar e epistêmica.

No capítulo, Rafael Padilha, Alessandro Spiller e Letícia Batistela apontam as contribuições da ciência Ontopsicológica para uma nova mentalidade jurídica. Identificam uma crise epistemológica no Direito e a necessidade da reorganização da ciência jurídica em base a critério científico de ação. Reconhecem a Ontopsicologia como ciência epistêmica e interdisciplinar à ciência jurídica sendo, portanto,

critério para refundar a base científica do Direito.

De autoria de Estela Maris Giordani, o capítulo, intitulado *Pedagogia Ontopsicológica: a formação integral da pessoa protagonista responsável* parte da compreensão da Paideia ôntica como fundamento que sustenta a ação educativa do homem cosmoteândrico, inserido em uma cultura. Na segunda parte do capítulo, a autora explicita a diferenciação entre a epistemologia interdisciplinar da ciência Ontopsicológica e a concepção de interdisciplinaridade formulada no final da década de 1960. Nas demais seções do texto, a autora se ocupa na descrição da formação humana interdisciplinar na perspectiva da pedagogia Ontopsicológica e dos aspectos relacionados à formação do homem protagonista responsável.

Gestão do conhecimento e Ontopsicologia constitui o capítulo De autoria de Adriane Maria Moro Mendes, o texto tem por foco o sujeito do conhecimento. A autora apresenta os principais conceitos relacionados ao tema para delinear o aporte da escola Ontopsicológica. Destaca que a gestão do conhecimento adquire sua legitimidade e se posiciona interdisciplinar, quando alinhada à metodologia Ontopsicológica.

O sétimo capítulo, *Projeto Flauta e Pedagogia Ontopsicológica: formando crianças e contribuindo com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio*, de autoria de Patrícia Waslawick, Viviane Elias Portela e Glauber Benetti Carvalho encerra esta obra. Trata-se de uma republicação em que os autores relatam as atividades do referido projeto desenvolvido com alunos da educação básica do município de São João do Polêsine. Tem por objetivo o desenvolvimento de habilidades infantis por meio da educação musical, propiciando uma formação integral e melhor qualidade de vida aos participantes. Os autores concluem que o projeto Flauta, de natureza social, mobiliza capacidades, atende aos ODMs e integra a Faculdade Antonio Meneghetti à comunidade regional.

Acreditamos que as reflexões contidas nos textos apresentados nesta obra contribuem para a compreensão e aplicação dos conhecimentos da Ontopsicologia em diferentes campos tendo como pano de fundo a singularidades desta ciência. Agradecemos aos autores por disponibilizarem suas produções que compõe este livro e desejamos a todos uma profícua leitura.

Recanto Maestro, outubro de 2015
Fundação Antônio Meneghetti

A FILOSOFIA PURA É ONTOLOGIA

Alécio Vidor

1. INTRODUÇÃO

*E*ste capítulo intenciona sugerir uma revisão da consciência formada pela cultura, para adequá-la à evidência do mundo-da-vida.

Parmênides já nos forneceu a base do verdadeiro saber, mediante o princípio: “O ser é, o não-se não é”, e Husserl, mediante o processo redutivo da ” nos leva a ver como resgatar a evidência imediata que dá origem à fenomenologia do saber verdadeiro.

Pelo texto pode-se compreender que a objetividade científica necessita de uma subjetividade objetiva, conforme evidencia a percepção do campo semântico na Ontopsicologia. O intuito do capítulo, portanto, é propor uma Ontologia para que a lógica do ser e do saber sejam coincidentes.

2. REVISITANDO A FILOSOFIA PARA CHEGAR À FILOSOFIA PURA – A ONTOLOGIA

*P*ara Aristóteles e Cícero a Filosofia tem origem no desejo e na curiosidade naturais de conhecer a verdade, porque conhecendo a verdade o homem orienta-se para viver bem. O desejo de conhecer a verdade ou as coisas universais e viver bem são impulsos que derivam da espontaneidade natural do ser humano.

Se o homem reflete a verdade que nasce do seio da própria identidade ele aprende como agir para construir os valores da própria existência e realizá-la. Conhecendo a si mesmo, as coisas e as razões das mesmas, o homem usufrui de um prazer ordenado.

Quando o homem conhece as coisas em base à causa primeira ou última que é seu ser, ele aprende administrar a própria existência em vantagem da vida pessoal e social. Esse conhecimento denomina-se

sabedoria, do latim: (+, +) significa saber a ação do ser. A sabedoria exige do sujeito saber as coisas enquanto servem ao ser humano ou enquanto elas são úteis e funcionais para realizá-lo. O termo filosofia (+) significa amar o saber que se origina da ação do ser. A essência do ser ou alma, ao variar, irradia a verdade e o seu intelecto a reflete e ilumina o que é bem fazer. O ser, a verdade e o bem convergem em unidade. Portanto, o ser, a verdade e o uno são conversíveis, visto que o ser é uno, é verdadeiro e bom.

Tudo que brota do seio do ser proporciona aumento e aperfeiçoamento pessoal, mas tudo o que destoa de sua intenção ofende o valor pessoal e humano, porque altera e reduz sua forma, falsifica a verdade e dá origem ao mal; impedindo a convergência das partes ao todo que é uno. “Tudo aquilo que na vida é igual a mim, eu devo procurar acolher porque é a vida que quer” (MENEGETTI, 2009, p. 295).

Enquanto o ser humano reflete a ordem e a espontaneidade da própria natureza ele faz Filosofia pura ou projeta saber ontológico, porém no momento em que o ser humano passa a servir-se apenas de códigos fixos assimilados pela consciência e embasados em pressupostos não evidentes, ele projeta modos mentais impróprios à sua vida. Nesse sentido a verdadeira filosofia não coincide com a história dos pensadores, que apresentam opiniões filosóficas desprovidas de fundamento evidente. Esse fenômeno acontece porque o homem, embora tenha nascido em base à realidade da própria natureza, possui uma consciência formada e estruturada pelos estereótipos de uma sociedade, de uma coletividade.

Os adultos próximos à criança transmitem os modos da própria consciência e, por meio desses modos, a criança aprende a interpretar a si mesma, e a ler o mundo sempre segundo um esquema pré-determinado que lhe foi transmitido como de valor único e absoluto. O esquema, uma vez fixado mediante memorização, embora se mantenha esquecido, passa a coordenar os modos conscientes, e esse aprendizado não mais permite mudar a própria personalidade e a pessoa-esquemática tende a adaptar os fatos da realidade a um modo de pensar que sacrifica a própria vida, quando não a degrada ou destrói.

Uma vez constatado esse fato psicológico, torna-se evidente que há uma distinção entre filosofia pura ou autêntica e uma filosofia de opiniões ou inautêntica, porque esta reflete um subjetivismo tendencioso. Sempre que o filósofo intenciona confirmar ideias pré-concebidas e desprovidas

de evidência ele busca arranjar os fatos a seu modo de pensar e construir a lógica de suas elucubrações. A lógica não é suficiente para dar valor de verdade à Filosofia.

Comumente, a história da Filosofia apresenta opiniões de filósofos, porque suas ideias sempre estão comprometidas com convicções e ideologias assumidas e a consciência mediante a cultura aprendida tende a sacrificar a verdade em defesa de compromissos de ordem política, social, nas quais impera uma ideologia fixa. Com frequência as ideias limitam-se a ser projeções do arquivo de uma memória oculta ou inconsciente e não correspondem a uma evidência imediata que as sustente. Uma vez formadas tais ideias insemna-se novas mentes que por adesão afetiva as adotam como próprias.

Com esta análise não se afirma que na história da Filosofia, todos os filósofos produziram tão somente projeções falsas. Muitos deles tiveram lampejos intuitivos de sabedoria e valor humano, e vários deles transmitiram aspectos autênticos de conhecimento que são de valor para humanizar. Para verificar esse fato basta conhecer a história de vida individual de um autor, porque a vida individual de um pensador nos leva a ver os valores decorrentes de vida e os valores avulsos a ela, decorrentes de complexos pessoais inconscientes ou conscientes.

Nosso intuito, no entanto, é o de examinar em que condições o ser humano pode elaborar uma filosofia ontológica, ou melhor, construir lógica em base ao ser que é. Heráclito, Parmênides, Husserl e outros já perceberam a necessidade de aclarar a consciência de compromissos afetivos, de dependências ideológicas e de um arquivo inconsciente que se antecipa e interfere na lógica consciente de um pensador. Essas interferências excluem a percepção das linguagens da vida, tais como os sonhos, as disfunções orgânicas, etc.

Husserl, mediante a redução fenomenológica, constatou que o homem perdeu o contato com o mundo-da-vida e que seria necessária uma psicologia para tornar a consciência exata, restabelecendo seu contato com o mundo-da-vida para que o ser humano refletisse o que é original da essência do homem. Para Husserl, o Eu real ou transcendental pode ser reencontrado, tornando-se luz do saber, somente depois de superar (= é) todas as fenomenologias.

Em seu livro intitulado “A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental” (manuscrito principal data ao período

de 1935-1936) (HUSSERL, 1961), ele traça um percurso com a intenção de reencontrar o fundamento que sustenta o valor do conhecimento humano verdadeiro, e para isso, apela a uma nova psicologia com a tarefa de resgatar o fundamento do verdadeiro conhecimento, de modo consciente.

Se constatarmos que os erros sempre derivam de um modo de ver e interpretar da consciência, é necessário um processo de autenticação da mesma, para que transpareça na consciência o mundo-da-vida. Considerando que a consciência sempre se forma em base aos modelos sociais e culturais pré-existentes, e apoiada em tais estereótipos fixos o ser humano assimila pressupostos desprovidos de evidência para si, além de ideologias fixas, torna-se necessária uma revisão do Eu consciente. Os adultos de maior importância para a criança estabelecem as formas comportamentais que virão a ser assumidas pela criança por compensação e por adaptação.

A tarefa prioritária consiste, então, em suspender os juízos conscientes, desprovidos de evidência pessoal própria e, pela é abster-se de confiar nos fenômenos ou ideias fixas da consciência para fazer uma revisão do Eu, colocando em discussão o próprio Eu construído.

Pela é não se negam as evidências consideradas naturais, mas se “coloca entre parênteses” todos os fenômenos considerados válidos pelo modo de pensar consciente que não têm origem em uma evidência imediata e direta. Pela é temos que excluir pressupostos, ideias baseadas em convicções e crenças sem evidência radical imediata.

O primeiro pressuposto assumido como válido, sem que se examine, é a suposição de que a consciência está provida de exatidão e não necessita de revisão e correção. Por exemplo, é possível que aspectos inconscientes de um sujeito possam interferir e desvirtuar o modo correto de interpretar, julgar, e demonstrar da consciência. Se a consciência foi formada pela cultura constituída e pela opinião de outrem, ela não coincide com a própria experiência de vida que tem sua origem em uma evidência pessoal, descoberta e percebida.

Para resgatar uma consciência na qual transparece os valores do mundo-da-vida é necessário um processo redutivo até atingir a evidência imediata, encontrar a causa primeira na qual se origina a fenomenologia do saber científico.

A é, que consiste em um processo redutivo, procede por meio de três

momentos contínuos, mas distintos. No primeiro momento processa-se a redução fenomenológica, colocam-se entre parênteses as pressuposições de que nosso conhecimento consciente adquirido seja idêntico ao mundo externo, ao mundo que está diante e fora de nós. No entanto, o que de fato nós conscientemente sabemos, com evidência imediata, é que o saber consciente corresponde a um reflexo efetuado pela consciência. O que a consciência sabe é um fenômeno produzido por ela e que nela acontece, mas que por hábito é atribuído ao mundo externo. A evidência imediata que se tem é a do modo próprio de ler e interpretar consciente e que esse modo de pensar e ver, depois, é atribuído como se fosse idêntico ao mundo externo, sem que tal atribuição seja, de fato, evidente. O que a consciência conhece são fenômenos formalizados por ela mesma e que se mostram nela e para ela.

A pretensa objetividade científica psicofisicalista não se apercebe que antes de considerar objetivo o conhecimento, é necessário um exame de aspectos subjetivos desconhecidos e atuantes na consciência. Esses aspectos são referentes a uma intencionalidade do cientista/pesquisador¹. A intencionalidade do pesquisador pode influenciar e forçar uma adaptação dos dados a um modo pré-concebido por sua consciência. O modo de ver ou de ler do sujeito pensante deriva mais de sua tipologia de consciência que de objetos externos.

Em um segundo momento é necessário reencontrar a consciência pura. Para isso, é indispensável verificar o modo de ser da própria consciência. Pela é, suspendem-se todos os juízos de valor e atos contingentes por ela efetuados, para verificar o modo de ser da própria consciência. A consciência em seu modo de ser é intencional porque sempre tende ou se orienta a um conteúdo, a um objeto imanente nela, sem examinar a si própria em seu modo de ser. Sendo intencional, a intencionalidade sempre diz direção e referência a um (conteúdo pensado).

A forma da intencionalidade determina os significados, formalizando os juízos do entendimento consciente. É necessário examinar se a consciência entende segundo a ordem da vida ou segundo convicções não evidentes. A consciência ao definir ou formalizar o que entende foi iluminada pela experiência provinda do mundo-da-vida ou deixou-

¹ Ao se remeter à figura do cientista/pesquisador, em primeira instância se faz menção ao próprio pesquisador científico, porém, em contexto mais amplo, estende-se a compreensão para abarcar também todo e qualquer operador do contexto social.

se induzir por preconceitos pré-estabelecidos por memória latente e desconhecida? Se a consciência não for guiada pela intenção e informação da vida, ela se mantém carente de fundamento real e por consequência emite opiniões desprovidas de valor científico, sendo que seu pensamento não mais tem origem na vida. A lógica e os raciocínios decorrentes de opiniões ou pressupostos desprovidos de evidência imediata perdem o caráter científico, porque sempre estão apoiados em convenções sociais, ou na autoridade de alguém ou em informações de outros, não examinadas, e, portanto, sem a evidência necessária para sustentar o valor do conhecimento.

A consciência necessita formalizar seu entendimento segundo a intencionalidade do mundo-da-vida para prestar um serviço de humanização, através do conhecimento. Enquanto o pensar não tem origem no ser e se atém a refletir estruturas de complexos latentes, o pensar torna-se alheio à vida, à saúde e à evolução pessoal, danificando o bem social. Enquanto a consciência é coordenada por um Eu fictício construído pela sociedade, ela não projeta a ordem da natureza porque perdeu o contato com o próprio real orgânico onde se revela o mundo-da-vida.

Em um terceiro momento devemos recuperar o Eu real. Pela é suspendem-se os valores dos “Eu”. Enquanto situados no mundo e construídos segundo hábitos de relações, esses “Eu” julgam sempre baseados segundo esquemas não evidentes para si. Os juízos emitidos por tais “Eu” correspondem a opiniões que alimentam conflitos entre si e divergem da ordem da natureza humana. Enquanto os “Eu” individuais divergem da real mente humana unitária, eles não espelham a ação do ser. A ação do ser revela o ponto de convergência para adequar-se ao que é útil e funcional tanto para viver como para conviver. O Eu real transcende aos “Eu” individuais e reflete uma subjetividade objetiva universal em que ser e saber coincidem.

O Eu real transcende as estruturas inconscientes de complexos e programas latentes e restabelece o contato da consciência com o fundamento que dá origem à fenomenologia do real em si do Ser. A verdadeira ciência tem o fundamento da vida humana como base de origem. A Psicologia tem como tarefa propor os meios e o método para adequar progressivamente a consciência do homem ao em si do ser, ao Eu transcendental. A Psicologia não pode limitar-se apenas a resolver a patologia, porque precisa saber o que identifica o humano para poder

autenticá-lo. A tarefa da Psicologia é adequar a consciência do homem à sua capacidade ontológica e, isso exige o restabelecimento de nexos com o princípio ôntico do homem. O Eu real ou transcendental é um significante isento de modelos pré-fabricados porque cria o modo de realizar a existência do homem no mundo.

A Psicanálise percebeu que a mente do homem estende-se para além da consciência e voltou seu olhar para o interior da vida, mas limitou-se a estudar os complexos e a origem da patologia e não teve condições de identificar as características fenomenológicas da essência humana, portanto, não conseguiu descobrir de onde nasce a exatidão do saber para o homem.

Faltou à Psicanálise, bem como à Psicologia Humanista a capacidade de decodificar, de modo científico, todas as linguagens da vida, visto ser esse conhecimento indispensável para adequar progressivamente o saber ao ser.

A Ontopsicologia é capaz de complementar a proposta filosófico-fenomenológica de Husserl, e de fazer a integração do saber científico, porque descobriu o meio e o método para restabelecer o contato da consciência com o Eu transcendental².

A Escola Ontopsicológica descobriu o veículo de comunicação da vida com a vida: o campo semântico³. Mediante o conhecimento do campo semântico é evidente a continuidade e a unidade interna entre os indivíduos ou entre os corpos numa única natureza. A psique age no corpo e entre os corpos. A percepção dessa informação dinâmica torna evidente a realidade unitiva das individuações. A percepção do campo semântico abre a possibilidade de contato com o Eu transcendental, com o princípio original e originário do mundo-da-vida.

O Eu realiza as percepções que ocorrem no mundo, enquanto o Eu transcendental ou real aciona todas as formações perceptivas de sentido,

2 Eu transcendental: princípio original e originário do mundo-da-vida (HUSSERL, 1961).

3 Campo Semântico: “comunicação base que a vida usa no interior das próprias individuações” (MENEGHETTI, 2008, p. 41). “O campo semântico é : transmite uma informação, uma imagem, um código que, quando chega, estrutura em emoção qualquer coisa vivente, ou organizada em vida, comportando uma variante psicoemotiva orgânica. Quando a informação transmitida chega sobre a unidade de ação receptora, a energia do receptor muda, formaliza-se em consequência da informação sofrida. ‘Transdução informática’ significa que , não dá a passagem de energia. Essa mediação de informação é sempre sinérgica: . Trata-se de uma distinção mais lógica que natural. Na natureza, energia e forma não são cindidas, mas coexistem, são inseparáveis. Racionalmente podemos pensá-las distintamente” (MENEGHETTI, 2010, p. 183-184).

por ser o constituinte de todos os “Eu” que no conjunto formam a comunidade do nós todos. Esse ego real se move como ator do mundo-da-vida. Esse ego é o constituinte único de sentido e do saber, é a base de origem de toda a fenomenologia científica.

A Ontopsicologia, com a descoberta do campo semântico, pôde formalizar os princípios das linguagens dos sonhos e da fantasia e das demais linguagens da vida e construiu o método para recolocar a consciência em contato com o em si do ser ou Em Si Ôntico. O Eu necessita transcender os complexos e as influências inconscientes que induzem a consciência a erros, para se deixar iluminar pela ação do Em Si Ôntico e organizar a filosofia pura ou Ontologia.

Na Ontologia a consciência elabora o saber deixando-se guiar pelo Eu real e formaliza um conhecimento exato segundo valores adequados à essência humana. Um saber dissociado do ser gera a alienação humana e distorce o processo de humanização. A Ontopsicologia resgata o fundamento da Ontologia, e essa propõe os enunciados primários do saber e os princípios supremos que fundamentam o conhecimento científico. Na Ontologia todo o saber é fenomenologia lógica do ser.

REFERÊNCIAS

- HUSSERL, Edmund. **La crisi delle scienze europee e la fenomenologia trascendentale**. Tradução: Enrico Philippini. Milão: Il Saggiatore, 1961.
- MENEGHETTI, Antonio. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2008.
- MENEGHETTI, Antonio. **Dalla coscienza all'essere**. Come impostare la filosofia del futuro. Roma: Psicologica Editrice, 2009.
- MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editora Universitária, 2010.

DA INTUIÇÃO À AUTOSSABOTAGEM: A PESQUISA ONTOPSICOLÓGICA NOS CORRELATOS NEUROFISIOLÓGICOS DO PROCESSO PERCEPTIVO-COGNITIVO DO EMPREENDEDOR

Horácio Chikota

Roberta Pozza

1. INTRODUÇÃO

A Ontopsicologia nasce como proposta resolutiva ao problema crítico do conhecimento, toda a sua práxis consiste em isolar e autenticar as condutas do Em Si ôntico¹ cuja primeira fenomenologia de caráter mais físico é o critério organísmico (ou iso de natureza). Dada uma circunstância física na qual o sujeito se encontra – diante da qual é preciso decidir, escolher –, o organísmico do sujeito tem reações precisas, em antecipação à ação consequente, à decisão operada – conforme indica Meneghetti (2008a; Meneghetti, 2010). Para a escola ontopsicológica, tanto o sucesso quanto o fracasso de uma decisão devem ser investigados na atividade psíquica do operador econômico. Investigar apenas o aspecto neurofisiológico seria como tentar compreender o projeto de um edifício simplesmente analisando os seus tijolos (MENEGETTI, 2005).

Se, por um lado, temos avançadas pesquisas no campo da neurociência² que enfatizam a prioridade dos fenômenos cerebrais para compreender as leis de evolução da economia³, modelando tendências de consumo ou

1 Em Si ôntico é o núcleo com projeto específico que identifica e distingue o homem como pessoa, em âmbito biológico, psicológico e intelectivo (MENEGETTI, 2008b).

2 A neurociência envolve uma vasta gama de questões acerca de como se desenvolve e se organiza o sistema nervoso do homem e nos animais, e de como ele funciona para gerar o comportamento (PURVES et al., 2010).

3 A Revista Performance Líder publicou pioneiramente a temática Neuroeconomia para o campo editorial brasileiro através da publicação de autores: a médica Italiana Marina Capasso e o empresário brasileiro Érico Azevedo. Publicados em setembro/dezembro de 2008 e I semestre de 2010, respectivamente

investimento; por outro, temos a investigação ontopsicológica, na qual é fundamental a posição subjetiva do próprio individual Em Si ôntico, ou seja, a intuição. Na pesquisa ontopsicológica, também fundamental é a compreensão dos fatores que determinam o insucesso: autossabotagem significa operar um projeto como álibi ou compensação a outra pulsão não funcional e não econômica para o sujeito (MENEGHETTI, 2009).

No mundo atual, imensas são as chances e recursos disponíveis para por em prática um projeto de sucesso e observa-se, inevitavelmente, a existência de uma mente empreendedora à sua frente. Considerando essa multiplicidade de oportunidades disponíveis, o que conta é a pessoa, esse é o único ponto vencedor (MENEGHETTI, 2008a). Todos são capazes de entender as razões externas para um projeto não dar certo, entretanto, ninguém pode imaginar ser o autossabotador do próprio projeto. Apesar das oportunidades e da mente do empreendedor para o sucesso, temos a formação de um inconsciente que contém tanto a intuição realizadora quanto também a autossabotagem (MENEGHETTI, 2009; CHICOTA, 2007). Vários autores têm descrito métodos para alcançar o sucesso e muitos consideram a intuição uma ferramenta que pode ser utilizada para alcançar tal objetivo (FOIL, 2001-2004). De toda a forma, não há dúvidas que é na eficiente ação histórica do Eu que a realização do homem ocorre. Para considerarmos uma ação de sucesso ao empreendedor, perpassamos por uma avaliação de resultado da ação sob diversos aspectos: pessoal, existencial e econômico. Devemos lembrar que, conforme é possível observar recentemente, as ciências estão tocando o seu próprio limite e todas estão se dirigindo no sentido da psicologia. O psicólogo Daniel Kahneman, Prêmio Nobel de Economia em 2002, afirmou que a própria economia não é uma ciência exata e depende de variáveis psicológicas (KAHNEMAN 2003). Esse afirma que, para compreendermos a economia, devem ser analisados e compreendidos três fatores: a logística da economia, a intuição e as emoções.

Historicamente, o termo intuição apresenta diversas definições (FOIL, 2001; 2004), havendo um argumento comum a todas elas: verdade com identidade ao sujeito; entretanto, trazê-la à luz da racionalidade, através de um método científico, somente a ciência ontopsicológica o fez até o presente momento. De modo prático e econômico, a intuição é a relação ótima do sujeito com o contexto, com prioridade de vantagem para o indivíduo. Entretanto, como podemos colhê-la, como desenvolver essa

competência infalível? A ciência ontopsicológica apresenta um método que colhe a projeção da intuição, um método decodificado, funcional e capaz de identificar as projeções diretivas. Substancialmente, o problema real no plano econômico nasce sempre de si mesmo relativamente ao modo de pensar e escolher, o verdadeiro perigo não está externo, mas sim – mais que o estilo de vida - no estereótipo dominante do sujeito, a psicologia de governo e a administração que o dirigente responsável tem. O resultado disso é operar um projeto como álibi ou compensação a outra pulsão não funcional e não econômica para o sujeito, denominando-se autossabotagem (MENEGETTI, 2008a; MENEGETTI, 2010). Portanto, nesse momento observamos duas posições distintas, a partir do nascimento da intuição: numa, está a sua exata atuação e, noutra, a operação da autossabotagem.

No presente artigo, temos o objetivo de entender o como a mente colhe e reflete a ação, os correlatos neurofisiológicos do processo perceptivo-cognitivo. É importante esclarecer que entendemos que a atividade psíquica manifesta-se utilizando o sistema nervoso, portanto, é um antes, um durante e um depois. Conforme a definição do dicionário de Ontopsicologia, Em Si ôntico é a radicalidade da atividade psíquica, o projeto da natureza que constitui o ser humano (MENEGETTI, 2008b). A última redução possível da atividade psíquica é potência formalizante, um mundo subjetivo e operável anterior, intencionalidade em antecipação a qualquer fenomenologia, no durante é pensamento e, depois, ato já formalizado (MENEGETTI, 2008b).

Entender o como a mente colhe e reflete a ação relaciona-se com dois tipos de conhecimento: ontológico e opinativo. O conhecimento ontológico é quando a mente (gr. *voûç* = *nous*) reflete a ação do real ou do ser, é a reflexão e o ato coincidindo de forma a consentir a reversibilidade. O conhecimento opinativo (gr. *δόξα* = *doxa*) é quando o sujeito crê, não reflete, somente existe a crença da reversibilidade entre a imagem e o ato ou a imagem e o objeto. O processo perceptivo-cognitivo descreve como se dá a percepção da realidade por um indivíduo, com as múltiplas possibilidades de reconhecimento da situação. Ao analisarmos esse processo, iniciamos a compreensão de que o ator principal é o Eu. Quem é este Eu? O Eu é também o corpo, enquanto uma estrutura física e utiliza o cérebro para movimentá-lo, ocupando um espaço físico. Então, esse Eu é o soberano, tem o livre arbítrio e

pode decidir. A neurociência expõe recentes investigações científicas a respeito desse tema, atribuindo a inexistência do livre arbítrio pelo fato que é possível prever uma decisão a ser tomada antes mesmo de ser detectado um sinal no sistema nervoso central na área correspondente. Existem diversas críticas a esses estudos, inclusive do ponto de vista metodológico (KLEMM, 2010). O Eu é uma essência espiritual, por isso, nunca conseguiremos encontrar esse Eu no sistema nervoso, embora o Eu e o sistema nervoso sejam um binômio inseparável; assim como imagem e energia, não existe imagem sem energia e vice-versa. A neurociência, possivelmente por falta de conhecimento ou intimidade com a Ontologia, tem uma concepção diferente da aqui apresentada. Como, por exemplo, Antônio Damásio escreveu um texto intitulado “Como o Cérebro Faz a Mente” (DAMÁSIO, 2010). Essa postura denota a não compreensão do princípio e de qual é o todo constituinte que nos faz ser indivíduo.

O físico alemão Werner Karl Heisenberg, em seu livro “Física e Filosofia” afirma que a filosofia de René Descartes, em especial no livro “Discurso sobre o Método”, consagrou a divisão entre espírito e matéria ou entre alma e corpo. Heisenberg observa ainda que, no conceito de matéria por Descartes, esta vinha essencialmente pensada como qualquer coisa de oposto ao espírito, isto é, a matéria era considerada como uma realidade de per si, independente do espírito. A matéria deste período era a “matéria formada”, interpretando-se o processo de formação como uma corrente causal das interações mecânicas, com isso perdeu-se a conexão com a alma vegetativa da filosofia de Aristóteles, e por isso o dualismo entre matéria e forma não era mais relevante para Descartes. Por outro lado, Heisenberg afirma que, quando a ciência natural, como a física, por exemplo, investiga o problema da matéria, pode fazê-lo somente através de um estudo da forma da matéria e que a infinita variedade e mutabilidade da forma da matéria deve ser o objeto imediato da investigação, bem como os esforços devem ser diretos para encontrar as leis naturais e o princípio unificador que possam servir de guia neste imenso campo (DESCARTES, 1998; HEISENBERG, 2000). Então, quando René Descartes separou definitivamente a alma do corpo, iniciou uma ciência que destacou a alma do objeto de estudo, tendo o objetivo de facilitar a análise, mostrar várias angulações de estudo sobre um mesmo objeto (DAMÁSIO, 1996). De per si, essa situação

não é um problema, entretanto a dificuldade reside no fato do todo constituinte ser esquecido, incorrendo no risco da ciência submergir e não colher a realidade, obtendo conclusões completamente distorcidas.

Apresentaremos neste estudo a correlação entre o conhecimento estrutural e fisiológico do processo perceptivo-cognitivo e as descobertas feitas ao longo da atividade clínica da ciência ontopsiológica. Iniciaremos o tema esclarecendo definições e as estruturas cerebrais que permitem a percepção e a cognição, explanando os aspectos mais importantes do sistema nervoso central relativo a esse tema. Em determinado momento, a apresentação do tema consciência assemelha-se a um passeio através de um terreno acidentado. Todavia, é possível analisar as questões e utilizar os dados apresentados para elaborar uma hipótese testável e aplicá-la em pesquisas futuras. Todo artigo deve ter uma boa razão para ser escrito e a razão para este é a uma nova proposta de análise do processo perceptivo-cognitivo sob a ótica da Ciência Ontopsicológica.

2. PERCEPÇÃO

O tema da percepção é antigo, tendo sido discutido desde os antigos filósofos. Existem diversos estudos que apresentam esse tema, segundo os diferentes paradigmas: sofístico, platônico e tese aristotélica sobre a percepção diante desses dois paradigmas. Para Protágoras, tudo o que é conhecido não é senão percebido, então, as coisas são de acordo com o que elas parecem ser para o sujeito no momento presente, isto é, as coisas são e não são conforme aquele que as percebe. Ou seja, aquilo que é, o é conforme eu percebo, e aquilo que não é, não é conforme eu percebo; logo, o homem é a medida do que as coisas são e do que as coisas não são.

Contemporaneamente, entendemos que a percepção é a capacidade de associar informações sensoriais, percepção, memória - um tipo específico, também denominado de processo de facilitação. Apenas uma pequena fração das informações sensoriais provoca uma resposta motora imediata. No entanto, a maior parte dessas informações é armazenada para futuro controle das atividades motoras e para o uso nos processos cognitivos. Nosso organismo é constituído por três estruturas

importantes para o processo perceptivo: as aferências cerebrais e seus córtices sensoriais, o sistema límbico e os córtices de associação (ROSE, 2006; PURVES, 2005).

No dicionário Aurélio, percepção é o ato, efeito ou faculdade de perceber. Perceber, do latim *percipe*, “apoderar-se de”. Portanto, a percepção é o Eu conseguir apoderar-se de alguma ação; aprender pelos sentidos (FERREIRA, 2008). Do dicionário Garzanti Linguística (2000), perceber tem o significado de intuição. No dicionário de Ontopsicologia (MENEGETTI, 2008b) é a atitude, se o Eu não tem a atitude de perceber, não vai perceber; a atitude para receber ou captar a ação e mensurar-lhe o valor; a atitude para receber e reconhecer. A informação concretamente o ensina, havendo dois tipos de percepção: uma nativa, própria do organismo e uma percepção convencional (MENEGETTI, 2008).

3. COGNIÇÃO

Após percebermos alguma informação, desencadeia-se automaticamente outro processo cerebral que é o da cognição. Cognição é o processo pelo qual tomamos conhecimento do mundo. É a capacidade de prestar atenção a estímulos externos ou motivação interna – extero e interocepção – de identificar o significado de tais estímulos e planejar respostas significativas para eles.

No dicionário de Ontopsicologia: do latim *cognoscere* = vir a saber, do latim = *cum*, do grego = *vouç*, do latim = *scit actionen*, quando ou como a mente sabe a ação. Saber a ação. E consciência, do latim = *cum se scire actionen*, semelhante à definição de conhecimento, quando se sabe a ação. Saber-se com aquilo que é, conhecer conforme a ação (MENEGETTI, 2008b). Ao analisarmos a etimologia desses termos, é possível concluir que sabemos com aquilo que somos e somos aquilo que sabemos, porém não saber aquilo que somos é uma responsabilidade e não um alibi, isto é, somos também responsáveis por aquilo que não sabemos. É um conhecimento intrínseco ao cognoscente. O ato ou a coisa é evidente por intrínseca transposição (MENEGETTI, 2008).

4. O SISTEMA NERVOSO⁴

*P*ara entender o Eu no contexto do processo perceptivo-cognitivo partiremos da descrição do tecido orgânico, das estruturas que são fundamentais para que esse processo aconteça. Porém, anteriormente é necessário compreender o Eu enquanto o soberano de tudo, isto é, uma essência espiritual operativa de forma e estrutura, material e não material, formas e estruturas quaisquer. É uma essência espiritual, ou seja, quando você a procura, quando você quer isolá-la, não existe. Existe, dentro da obra, mas não é individualizado fora da ação, fora do existir (MENEGETTI, 2009). “EU” (lat. ego; gr. εγω; ambos do verbo αγω = agir, fazer): O ser ou *essente* do fazer, quem faz (MENEGETTI, 2008). São três as instâncias na formação do Eu: tecido orgânico; imediatismo de interação corpo-ambiente; incidência diretiva organizada do social (MENEGETTI, 1999).

As funções do sistema nervoso baseiam-se na atividade coordenada de dezenas de bilhões de neurônios e células gliais (células aparentemente de suporte, porém indispensáveis nos processos do sistema nervoso) mediando desde funções primitivas, como as reações reflexas, até a complexa percepção do meio externo. A unidade funcional do sistema nervoso é o neurônio ou célula nervosa, existem vários tipos de neurônios, diferindo no tamanho, forma, aspecto, função, direção ou localização, sendo três os tipos básicos: neurônios unipolares ou pseudo-unipolares; neurônios bipolares; neurônios multipolares. De um modo geral, o neurônio é constituído por um corpo celular (pericário ou soma) e axônio, o axônio pode ser longo ou curto e possuir vários dendritos. Cada neurônio no sistema nervoso central recebe sobre seu soma ou dendritos um número elevado de sinapses, que podem atingir várias centenas de neurônios. Denomina-se convergência a coincidência de várias vias neurais, ou vários axônios, sobre uma célula. Da mesma

4 Serviram como referências nesta seção: (GERSHON, 2000; ROSE, 2006; LENT, 2005; LENT, 2008; PURVES, 2005; KANDEL; SCHWARTZ; JESSEL, 2000; KOLB, B.; WHISHAW, 2002; BEAR, M., 2008; NOLTE, 2008; HAINES, 2006; AFIFI; BERGMAN, 2007; RUBIN; SAFDIEH, 2008; FELTEN, 2005; CHICOTA, 2010; GUYTON; HALL, 2002; TORTORA; GRABOWSKY, 2006)

forma, o axônio da maioria dos neurônios se ramifica e suas terminações axonais formam sinapses com um grande número de neurônios pós-sinápticos. À essa forma de distribuição, dá-se o nome divergência. Assim, a organização funcional do sistema nervoso central repousa sobre a capacidade de cada neurônio integrar informações convergentes e distribuí-las a um grande número de alvos divergentes. Portanto, os neurônios, através de uma combinação de mecanismos de sinalização elétrica e química, (a) coletam informações – de outros neurônios, órgãos internos ou do mundo exterior; (b) processam essas informações; (c) conduzem essas informações para outras regiões, próximas ou distantes; (d) transmitem essas informações para outros neurônios, músculos ou glândulas. Os neurônios comunicam-se entre si através de um sistema que se chama sinapse, uma zona de comunicação entre uma célula nervosa e a célula nervosa seguinte, em uma cadeia funcional. Assim, em sua organização, há regiões especializadas anatomicamente para recepção, processamento, condução e passagem das informações. Juntamente com os neurônios - estima-se que são cerca de 100 bilhões no encéfalo do ser humano -, estão outras células de sustentação, as células gliais, consideradas como um “gigante adormecido” da neurociência. São, por exemplo, primordiais numa situação de plasticidade neural. Isto é, se não houvesse essas células, que dão suporte aos neurônios, não seria possível a plasticidade neural, também sem a glia o encéfalo não funcionaria corretamente.

O sistema nervoso é organizado em dois grandes sistemas: periférico e central. O sistema nervoso periférico é constituído pelas estruturas nervosas que levam a informação da periferia para o sistema nervoso central – chamadas de fibras aferentes; ou trazem as informações do sistema nervoso central para a periferia – chamadas de fibras eferentes. No sistema nervoso central, ocorre uma comutação e computação de dados, principalmente em nível do telencéfalo ou neocórtex, sendo essa uma estrutura que nos diferencia dos animais inferiores. Então, quando se fala em percepção, também se fala em córtex cerebral. A informação é reconhecida quando chega ao córtex cerebral, no telencéfalo. O sistema nervoso periférico é responsável por enviar as informações ao sistema nervoso central, através da medula e/ou tronco encefálico (aferência), e também de receber as informações do sistema nervoso central (eferência). O cerebelo, por ser uma estrutura com função

essencialmente motora, não será discutida neste artigo.

O processo da percepção e cognição ocorre na direção e sentido das fibras aferentes, sendo esse o primeiro momento do processo, incluso os receptores periféricos. O sistema nervoso periférico tem a função de receber ou captar a informação e enviá-la ao sistema nervoso central. Este é constituído pelo encéfalo e pela medula espinhal. No sistema nervoso periférico, temos os pares cranianos, em número de doze e são os principais pares de nervos no processo perceptivo-cognitivo, pois além de termos quatro dos cinco sentidos sendo integralmente percebidos, através desses doze pares cranianos, bem como do tato/pressão, dor e temperatura (sistema sensorial somático) da região da cabeça e pescoço. O décimo par craniano, denominado de nervo vago, diferentemente de todos os outros onze pares cranianos, que se referem à percepção ou motricidade em nível de cabeça e pescoço, é o único que abrange além desta região. Ele é responsável por receber ou emitir informações em nível de órgãos e vísceras do pescoço, tórax, abdômen e pelve - os sentidos viscerais. O sistema nervoso periférico, além dos doze pares cranianos, possui ainda oito pares em nível cervical, doze em nível torácico, cinco em nível lombar, cinco em nível sacral, um em nível coccígeo. Então, a partir destes quarenta e três pares de nervos recebemos todas as informações em nível do sistema nervoso central. Esses pares de nervos estão muito bem distribuídos e à medida que saem da medula ou do tronco encefálico vão se distribuindo em organização segmentar, ramificando-se em níveis conhecidos como dermatomos.

O sistema nervoso central é constituído pelo encéfalo e medula espinhal. O encéfalo por sua vez é constituído pelo cérebro, tronco encefálico e cerebelo. No cérebro temos o telencéfalo, a parte mais volumosa do encéfalo, que pode ser dividido em núcleos da base e córtices cerebrais, também chamados de substância cinzenta, constituída por três a seis camadas de neurônios. Quando a informação chega nestes córtices é que ocorre a percepção. O tronco encefálico faz parte do encéfalo e é uma região bastante distinta, compreende o diencefalo, mesencefalo, ponte e bulbo; está na região central do encéfalo, onde o cérebro repousa e é a sua conexão contínua com a medula espinhal (Figura 1). A despeito da miríade de funções do tronco encefálico, a integração desses componentes dá origem a três funções fundamentais: funções sensoriais e motoras da cabeça e do pescoço;

fornece a “passagem” para todos os tractos sensoriais ascendentes da medula espinhal, e por fim, o tronco encefálico está envolvido na regulação do nível de consciência, primariamente, através de projeções extensas ao prosencéfalo, oriundas de uma região no cerne do tronco encefálico, a Formação Reticular.

Tronco Encefálico

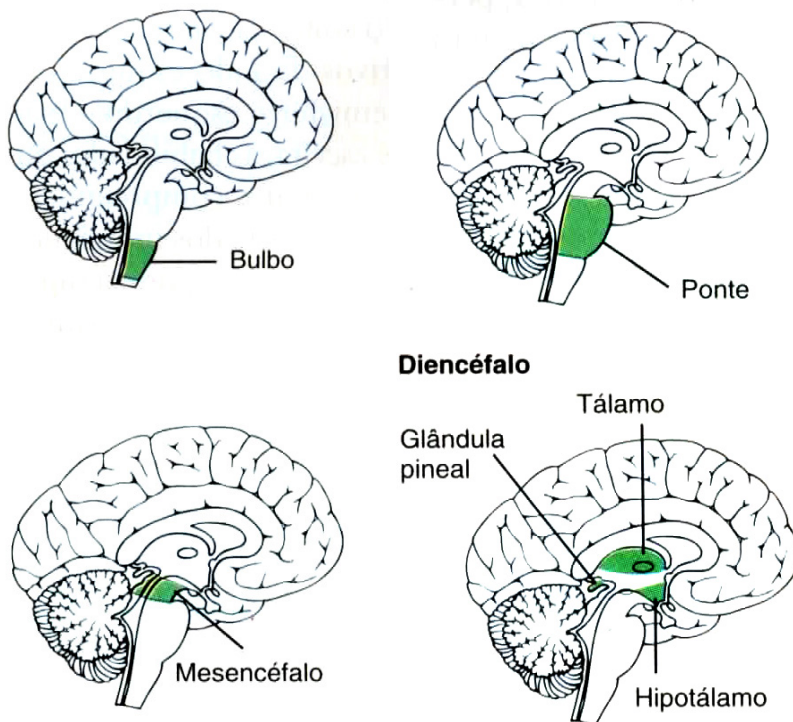


Figura 1: Estruturas que compõem o tronco encefálico.

Fonte: Tortora, Grabowski, (2006, p. 266).

Quando nos referimos ao sistema perceptivo-cognitivo, também mencionamos as fibras aferentes, conhecidas ainda como sensitivas. O termo aferente significa que traz, conduz um impulso ao sistema nervoso central (HOUAISS, 2009). Eferente significa que leva, carrega, conduz impulso para fora do centro nervoso (são as fibras motoras) (HOUAISS, 2009). Em nível de sistema nervoso periférico, temos as fibras aferentes e todas as fibras aferentes vão constituir as vias da

percepção e cognição entre o sujeito e o mundo. A neurociência afirma que não percebemos o mundo, de fato, como ele o é, pois dependemos dos nossos instrumentos de percepção e cognição, isto é, como eles captam e elaboram a informação. Assim, podemos perceber mais, menos ou diferente, dependendo do funcionamento desses instrumentos. Por exemplo, um indivíduo que ouve uma música hoje e a percebe de um modo, pode ouvir a mesma música amanhã e percebê-la de um modo diferente. Ou ainda, entre vários indivíduos, a mesma música, no mesmo momento, pode ser percebida de modo diferente por cada um dos indivíduos. As fibras aferentes ou sensitivas podem ser somáticas ou somestésicas e viscerais ou sentido-visceral.

Existem diversas vias e cada sentido tem sua via específica, como por exemplo, a via do tato-pressão, ativada quando a pele é tocada. Nesse exemplo, a informação sai da pele, passa por um nervo e chega até a medula espinhal. Da medula espinhal, segue até o tronco encefálico e desse é conduzida até um específico córtex somatossensorial, um giro cerebral (regiões específicas dos córtices em nível do cérebro), que recebe essa informação.

Os vários tipos de receptores vão conseguir captar um tipo específico de estímulo. Os fotorreceptores, por exemplo, em nível da visão, vão captar a luz. Os mecanorreceptores, por exemplo, vão captar a pressão ao tato. Cada um dos sistemas a seguir tem um tipo específico de receptor: visão, audição, olfação, gustação, tato, pressão, dor e calor.

Isso significa que somos estruturalmente um receptor e um emissor de informações. Além disso, observou-se que existe uma correspondência das regiões do córtex motor e sensitivo nas áreas do corpo, portanto, existe um mapeamento no córtex cerebral das diversas regiões do corpo. O Homúnculo de Peinfield foi desenvolvido na década de 1940 para representar a proporção de receptores que temos em nível periférico, um mapeamento da superfície corporal sobre o giro pós-central do córtex humano demonstra a organização no córtex somatossensorial (Figura 2). Por exemplo, a mão tem uma concentração muito grande de receptores somatossensórios, por esse motivo com uma agulha consegue-se identificar qual região do polegar está sendo tocada, diferente do dorso, local onde não temos uma percepção tão detalhada.

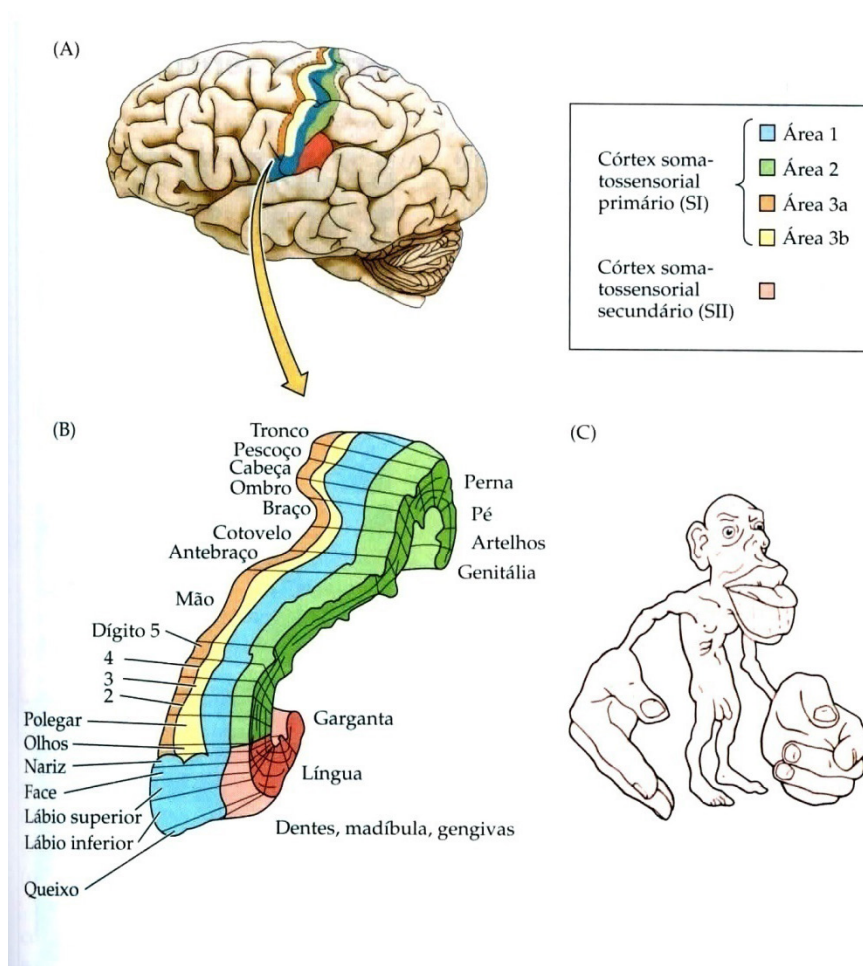


Figura 2: Ordem somatotrópica no córtex somatossensorial primário humano. (A) Diagrama mostrando a região do córtex a partir da qual a atividade elétrica é registrada após estimulação mecanossensorial de diferentes partes do corpo. (B) Diagrama mostrando a representação somatotrópica das partes do corpo, de medial para lateral. (C) Desenho do homúnculo construído com base nesse mapeamento.

Fonte: Purves, et al. (2010, p. 223).

5. PROCESSO PERCEPTIVO-COGNITIVO

A partir da organização e interação das estruturas do tecido nervoso, origina-se o processo perceptivo-cognitivo e no contínuo desafio de adaptação ao ambiente em que vivemos, precisamos, quase ininterruptamente, agir sobre o mundo, tanto interior como exterior. Portanto, a razão de percebermos o mundo é a necessidade que temos de agir sobre ele - percebemos para agir. Em nível do sistema nervoso central, haverá uma decisão da ação. A ação ocorre através das vias eferentes. Porém, somente o funcionamento do tecido orgânico não responde a todos os questionamentos. Por exemplo, se questionamos quem faz o movimento da mão de um ser humano? Poderíamos responder de forma correta que seja o encéfalo? Se não houvesse primeiro um quântico, uma informação, não haveria a possibilidade de discernir o motivo que justifica movimentar a mão. Portanto, quem movimenta a mão é uma essência espiritual, o Eu é o responsável pelo movimento da mão. Essa é uma das razões da confusão da neurociência, não tendo a noção do princípio, baseiam-se somente no tecido orgânico.

O hipotálamo é uma estrutura do sistema nervoso central, localizada no diencefalo - tronco encefálico, que está envolvida com uma série de processos fisiológicos, como o controle da temperatura corporal e ingestão alimentar. Apresenta, também, grupamentos neuronais que se relacionam ao controle da função endócrina. Funcionalmente, essa estrutura representa uma interface entre o sistema nervoso e o sistema endócrino. Ele está na região paraventricular (diencefalo – tronco encefálico) executando, entre outras funções, a regulação autônoma – sistema nervoso autônomo (sistema neurovegetativo), o qual é uma eferência, isto é, já é um efeito da percepção. Como exemplo, quando a boca fica seca em um discurso, já é um efeito e não uma percepção. O hipotálamo é o braço executor dos sistemas simpático e parassimpático. O décimo par craniano, a partir do núcleo do tracto solitário, coliga-se diretamente ao hipotálamo e também à amígdala. E outra função importante é correlacionar-se ao comportamento emocional, e muito do que conhecemos acerca das bases neurobiológicas das emoções remonta as contribuições fundamentais na primeira metade do século 20. Em 1937, James Papez, inspirado no trabalho de Cannon e Bard, sugeriu

que um circuito interligando o hipocampo, os corpos mamilares, os núcleos talâmicos anteriores e o giro do cíngulo formariam o substrato neural para a expressão e a experiência emocional. Assim, Papez propôs que o hipotálamo seria um elemento fundamental para a expressão emocional, enquanto o giro do cíngulo serviria como uma área cortical receptiva para as experiências emocionais, tal como o córtex visual para os estímulos visuais. Todavia, estruturas sabidamente críticas para o processamento emocional, como, por exemplo, a amígdala, não foi incluída no circuito de Papez. Em 1952, Paul MacLean sugeriu que uma ampla área do córtex cerebral (composta pelos giros órbito-frontal, cingulado e para-hipocampal, que, em conjunto, compõem o que fora denominado por Broca de “o grande lobo límbico”), associado aos diversos sítios, subcorticais interligados com essa região (em especial amígdala, septum e hipotálamo), estariam envolvidos na elaboração da experiência e da expressão emocional. Para referir-se a esse complexo de estruturas, esse autor propôs o nome de sistema límbico⁵. De forma mais contemporânea, Nauta propõe que o hipotálamo ocupe a posição central, fornecendo o elo entre as estruturas límbicas telencefálicas (giros órbito-frontal, cingulado e para-hipocampal, hipocampo, amígdala e área septal) e os sítios límbicos mesencefálicos (em especial, substância cinzenta periaquedutal) (Figura 3) (GUYTON; HALL, 2002).

5 Chama-se de sistema límbico porque *limbus* significa em torno de algo, ao redor de. Este sistema está em torno do tálamo. Outro conceito importante é o de rinencéfalo, cérebro visceral e sistema límbico. São denominações de uma mesma região em tempos diferentes da história. Hoje é consenso denominar essa região de sistema límbico. Rinencéfalo é o termo usado devido a existirem estudos comparativos com animais inferiores, sendo essa região do grande lobo límbico muito semelhante ao rinencéfalo desses animais inferiores, a origem deste termo é de olfação.

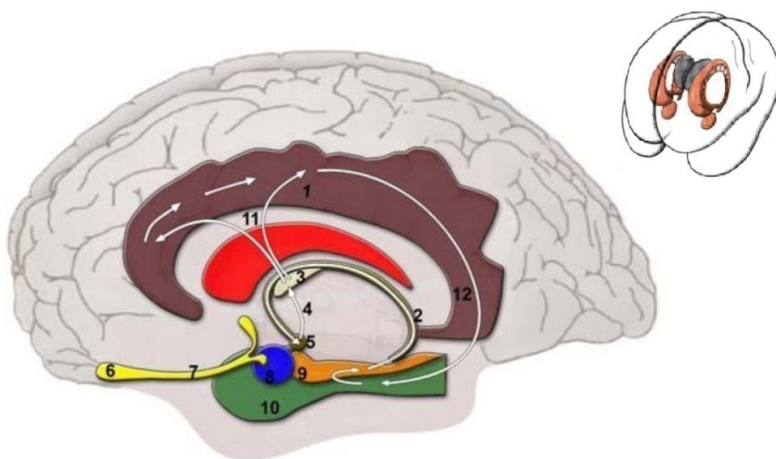


Figura 3: Estruturas e conexões que compõem o sistema límbico: 1-Giro do cíngulo 2-Fórnix 3-Núcleo anterior do tálamo 4-Tracto mamilotalâmico 5-Corpo mamilar 6-Bulbo olfatório 7-Estria olfatória 8-Complexo amigdalóide 9-Hipocampo 10-Formação hipocampal 11-Conexões tálamos-corticais 12-Conexão cortico-hipocampal.

Fonte: http://www.inec-usp.org/cursos/cursoIV/circuitaria_envolvida_depressao.htm

A relação entre amígdala e hipotálamo é uma relação muito íntima em termos de função; porém, a estrutura mais importante na recepção, no sentido perceptivo-cognitivo é a amígdala. Importante saber que o hipotálamo pode estar fazendo parte em nível de descrição, porém não em nível de função. A importância da amígdala, sendo uma estrutura central na integração entre todos os sinais aferentes sensoriais observa certa semelhança com outro componente que se chama formação reticular. A formação reticular chega até a amígdala através de uma via muito importante do núcleo do tracto solitário, mas também recebe todas as informações em nível do tálamo.

O arco reflexo é outra situação importante a ser destacada aqui. O arco reflexo é um reflexo que acontece geralmente em nível de tronco encefálico ou medula. Inicialmente, a informação não é passada ao córtex. Por exemplo, quando encostamos o dedo numa panela quente, mesmo que não a estejamos vendo, a primeira reação é retirar o dedo. Uma terminação nervosa para dor faz um sinal em nível de medula (primeiro aferente), que faz outro sinal logo após, eferente, para aquele músculo movimentar aquele dedo ou aquela mão em retirada. Faz um

arco reflexo sem chegar, nesse momento, a informação até o córtex para que possa ser percebida a queimadura; mas num segundo momento, essa informação chega até o córtex. Também, com o sistema visceral isso ocorre; o intestino recebe um tipo de informação e imediatamente contrai-se ou dilata. Então, quando temos a chegada de algum tipo de informação de qualquer tipo, por exemplo, o campo semântico⁶, devemos distinguir o efeito da imagem dessa informação. O campo semântico, num primeiro momento, dá a imagem, depois se percebe os seus efeitos. Por exemplo, uma contração ou relaxamento do intestino já é um efeito que passa pela amígdala, hipotálamo, sistema neurovegetativo ou pelo próprio arco reflexo.

O sistema nervoso entérico⁷ tem extensas conexões de duas vias com o sistema nervoso central e trabalha em sintonia com esses, conecta-se, principalmente, a partir do décimo par ou nervo vago, que afere em nível do tronco encefálico (bulbo), onde está o núcleo do tracto solitário. Muito recentemente, por causa da sua extensão e do seu grau de autonomia em relação ao sistema nervoso central, o sistema nervoso entérico tem sido referido como o segundo cérebro (DANDER, 2001; GERSHON, 2000).

Um ponto fundamental para ser compreendido no processo perceptivo-cognitivo é que o sistema nervoso entérico emite, isto é, faz aferência dos seus sinais, das suas informações para o sistema nervoso central, cuja aferência chega inicialmente em nível do tronco encefálico no núcleo do tracto solitário. Do núcleo do tracto solitário, conecta-se por uma via direta ao hipotálamo e à amígdala/hipocampo. A partir dessa conexão, ocorre a estimulação, a partir do hipotálamo e amígdala, do sistema simpático e/ou parassimpático, isto é, já é um segundo momento a ação do sistema simpático e/ou parassimpático, portanto, um efeito.

6 Campo semântico é um transdutor de informação. Transmite uma informação, um código, uma imagem que chega, estrutura em emoção qualquer coisa vivente, comportando uma variante emotiva orgânica.

7 É um sistema neural único, situado no revestimento do esôfago, do estômago, dos intestinos, do pâncreas e da vesícula biliar. Consiste em duas redes complexas, cada uma com neurônios sensoriais, inter-neurônios e neurônios motores viscerais, chamadas de plexo mioentérico (ou de Auerbach) e plexo submucoso (ou de Meissner). Esse sistema contém circuitos reflexivos completos e é a única parte do sistema nervoso periférico que contém circuitos neurais extensos que são capazes da função independente do sistema nervoso central (SNC), local.

6. INOVAÇÕES DA PESQUISA ONTOPSICOLÓGICA

A revisão dos aspectos neurofisiológicos acima descritos está apresentada de forma pontual, isto é, sinteticamente, foram apresentados os principais pontos de interesse, já apropriadamente sinalizados pela ciência ontopsicológica e que interessam ao estudo do processo perceptivo-cognitivo. Após essa revisão, iniciamos o estudo desse processo sob a ótica ontopsicológica. Sendo necessário estudar os níveis de percepção elementar: exterocepção, propriocepção e egocepção.

A classificação que as neurociências utilizam a despeito da organização do sistema nervoso sensorial é baseada nos conceitos de Charles Scott Sherrington⁸ e refere-se apenas à origem do estímulo com abordagem das sensibilidades em relação aos seus receptores e suas vias neurais de organização. A exterocepção abrange o tato/pressão/dor/temperatura, visão, audição/equilíbrio, olfação e gustação. Na propriocepção, aborda somente a cinestesia do corpo. Na interocepção, refere-se aos sentidos viscerais no que tange os mecanismos neurofisiológicos da homeostasia e seus desequilíbrios. Não inclui o sujeito da ação, isto é, não aborda os aspectos da egocepção. Não prevendo que quem lança o objeto é o sujeito, essa classificação permanece reducionista e incompleta, portanto, muito superficial. A classificação do processo perceptivo-cognitivo, proposta pela Ontopsicologia, é diversa, embora, em alguns momentos, imbriquem-se.

A percepção exteroceptiva refere-se à qualquer estimulação externa ou interna, na primeira fase de contato, enquanto ainda permanece setorial. Em termos práticos, quando visualizamos um objeto, uma maçã, por exemplo, no mesmo momento, sei que é uma maçã. Vejo-a e tenho uma imagem em nível do córtex visual primário, no lobo occipital. Ao palpar esse objeto, percebo que é uma maçã, percebo no meu córtex somatossensorial. Essa percepção é ainda setorial, compreende qualquer variação excitante interna ou externa ao organismo, nesse exemplo ou em nível de visão, ou em nível de tato, pressão, temperatura; dizendo respeito a todas as formas de sensibilidade cutânea, tátil, térmica, dolorosa, orgânica – visão, audição, olfato, paladar e visceral.

8 (1857-1952).

A percepção proprioceptiva, em nível do encéfalo, tem relação com o tronco encefálico, sendo esse tronco encefálico – diencefalo, mesencefalo, ponte e bulbo – constituído por vários núcleos, que são grupamentos de neurônios. Esses grupamentos de neurônios ou estão recebendo informação do sistema nervoso periférico/medula espinhal e enviando-a para outras regiões do encéfalo, ou estão recebendo sinais do encéfalo e enviando-os para a medula espinhal/sistema nervoso periférico. Então, todo o tronco encefálico é constituído por núcleos, destacando-se o tálamo (diencefalo) com seus vários núcleos. Esses núcleos não preenchem todo o espaço físico do tronco encefálico, aliás, esses núcleos são a minoria em termos de espaço físico. Todo o restante do tronco encefálico que não está ocupado por um núcleo é constituído por uma rica rede de neurônios que formam uma estrutura chamada de formação reticular⁹. E com que objetivo a formação reticular está permeando, preenchendo todos esses espaços não ocupados pelos núcleos? Ela tem o importante objetivo de fazer uma integração e hierarquização das informações que chegam a todos os núcleos do tronco encefálico. A percepção exteroceptiva ainda é setorial e, nessa fase, à medida que a informação passa pelo tronco encefálico para chegar até o córtex sensitivo primário a partir dos núcleos aferentes sensitivos do tronco encefálico, a formação reticular também é informada e, após o momento de exterocepção, são agrupadas todas as informações que chegam para se fazer uma síntese na formação reticular. A principal função da formação reticular é a de ser integrativa de todas as informações que chegam ao tronco encefálico, sendo que estas provêm dos diversos níveis (do bulbo ao diencefalo). Exceto por algumas fibras da olfação, que vão do epitélio olfativo/bulbo olfatório nas narinas direto ao córtex olfativo, todas as informações sensitivas convergem para algum núcleo no tronco encefálico. A propriocepção, o conhecimento proprioceptivo, coenvolve e refere-se à formação reticular também chamada terceiro cérebro. Este sistema neurônico está em condições de fazer sinapse uniformante do organismo inteiro, porque recebe informação de todo o corpo e por isso pode gerir o

9 Essa estrutura se chama formação reticular, pois retículo em latim significa pequena rede. É uma pequena rede de interconexão entre os neurônios e que permeia e integra todos os núcleos que estão no tronco encefálico, de per si a rede não é o problema, sendo até mesmo funcional.

papel de informação unitária. A percepção proprioceptiva é qualquer estimulação sensorial que se torna informática única para o organismo. Essas múltiplas aferências, internas ou externas, são unificadas em relação à estrutura básica da individuação e veiculadas numa percepção unitária do organismo. Ocorre a oferta da possibilidade de perceber-se como inteiro, numa velocidade de milissegundos.

Colhendo a informação proprioceptiva a individuação gera o organismo, ou seja, gera a ordem unitária para o conjunto celular. Entretanto, nesse momento de síntese, o Eu ainda não percebeu, pois a informação ainda não chegou à zona cortical; mesmo que a informação já tenha acontecido. Nesse exato momento, existe uma ordem unitária e é nesse ponto que é regulado o fornecimento do campo etérico¹⁰, sendo ele a passagem da atividade psíquica para o somático. É daqui que se fenomeniza a tomada de decisão. A formação reticular constitui a proprioceptividade de cada parte que chega ao todo orgânico, então essa informação chega e é distribuída e vice-versa, sendo capaz de evidenciar qualquer campo semântico, mesmo aquele mais íntimo e mesmo menos frequente. A formação reticular evidencia qualquer campo semântico, pois é uma imagem. Quando percebemos aquela variação viscerotônica, já é um efeito, um sinal, que podemos aprender a utilizar. O campo semântico é uma informação, uma imagem, vê-se uma imagem. Por que, então, não é possível ver essa imagem sempre?

Até esse momento todo o processo perceptivo-cognitivo está acontecendo normalmente, livre de interferências, isto é, percebamos ou não, queiramos ou não, a propriocepção sempre está acontecendo, sendo o próximo passo a conscientização desta informação, desta imagem. Porém, na prática, observamos que nem sempre é possível obter consciência da propriocepção e ver a imagem. Nas dimensões exteroceptiva e proprioceptiva, dá-se a interação global e unificada de tal incidência, sendo uma ação inevitável, porque acontece independente do voluntarismo do Eu. Até esse segundo estágio, o sujeito não pode fazer nada, é causalidade prioritária.

O terceiro momento é a egocepção e essa depende do Eu. As informações chegam até o córtex sensorial primário específico e ocorre a exterocepção e, ao mesmo tempo, na passagem pelo tronco

10 Campo etérico é um fenômeno luminoso cromático variável que indica intensidade semântica ou modo vital do sujeito. (MENEGETTI, 2008b, p. 40).

encefálico, as informações já foram passadas para a formação reticular, isto é, todas as informações entraram na formação reticular, ocorrendo uma síntese: a propriocepção. Para que o Eu tenha consciência da propriocepção ocorre uma passagem que a neurociência não conseguiu entender e demonstrar cientificamente até o momento, assim como a egocepção (Figura 4). A Ontopsicologia já a descreveu e a demonstrou clinicamente, há pelo menos cerca de quatro décadas e será descrita no item seguinte. O conhecimento egoceptivo é a percepção egoica ou o quanto do selecionado pelos dois níveis precedentes é referido ao Eu consciente voluntário e operativo (Figura 5).

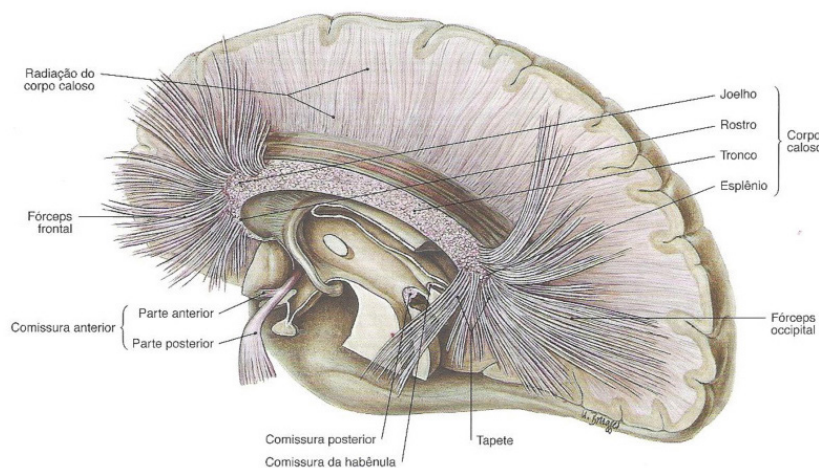


Figura 4: Demonstração dos córtices associativos e sua responsabilidade sobre o processamento complexo da chegada de sinais sensoriais primários até a produção do comportamento.

Fonte: Chicota (2010).

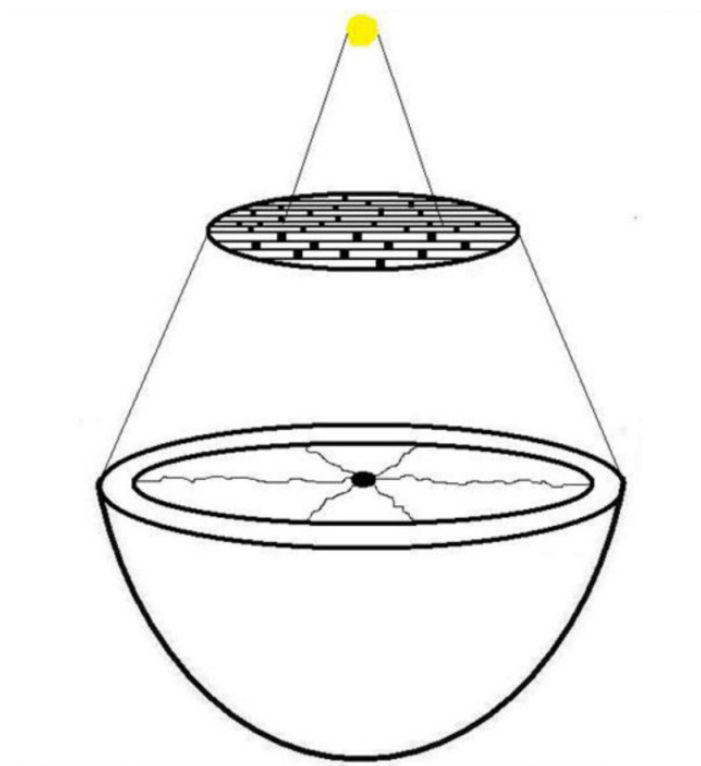


Figura 5: Processo egoceptivo.
Fonte: Chicota (2010).

7. A NECESSIDADE DO EMPREENDEDOR COMPREENDER O PROCESSO PERCEPTIVO-COGNITIVO

*P*ara decidir e agir de modo exato é fundamental para o empreendedor saber como funciona sua percepção e cognição. O problema da percepção ocorre exatamente na passagem do SARA – sistema ativador reticular ascendente – pelo tálamo. Os córtices associativos incluem a maior parte da superfície cerebral do encéfalo humano; temos córtices sensoriais primários específicos para a visão, audição/equilíbrio, tato/pressão/temperatura/dor, gustação e olfação, mas estes não são a maioria dos córtices. A maioria é constituída de córtices associativos, os quais permitem ao ser humano conhecer (cognição), sendo responsáveis pelo processamento complexo das informações. As informações chegam aos córtices sensoriais específicos, mas para se conseguir compreender é preciso ter uma integração dessas informações. Isto é, os córtices de associação integram as chegadas de sinais nos córtices sensoriais primários e, como consequência, há a produção do comportamento, ação, efeito; além de tornar possível a cognição. O conhecimento egoceptivo é percepção egóica ou o quanto é selecionado pelos dois níveis precedentes referindo-se ao Eu consciente, voluntário e operativo. Isso significa que há um filtro, uma hierarquização das informações.

A egocepção colhe o global, o todo a partir de uma seleção. O como ocorre essa seleção é um ponto decisivo. O problema reside no fato de que essa rede (formação reticular) torna-se inibidora, a ciência ontopsicológica descreve a existência de um mecanismo chamado monitor de deflexão¹¹, que utiliza as nossas próprias estruturas, nossos próprios quânticos para agir. O Eu é o responsável, sendo aquele quem decide. Portanto, a egoceptividade reduzida, que, de fato, verifica-se na generalidade humana, é devida a duas causas: o superego social (corpus estatutário social) e o superego materno ou matriz reflexa. O córtex cerebral é a sede preferencial neurônica do superego¹² social.

11 Monitor de deflexão é um engenho psicodélico deformador das projeções do real na imagem.

12 Superego são os vários estereótipos, um conjunto destes e do Eu racional no córtex pré-frontal, portanto sede de uma consciência superficial e em geral dividida.

Aprende-se os estereótipos do superego societário, cuja sede neurônica é o neocórtex, a partir da audição e formamos um módulo, uma lógica que, na verdade, não é individual, mas uma lógica que foi aprendida a partir da formação dos estereótipos e superegos sociais. O resultado disso é a formação de traçados mnésticos¹³ compondo uma estrutura no neocórtex (Figura 6).

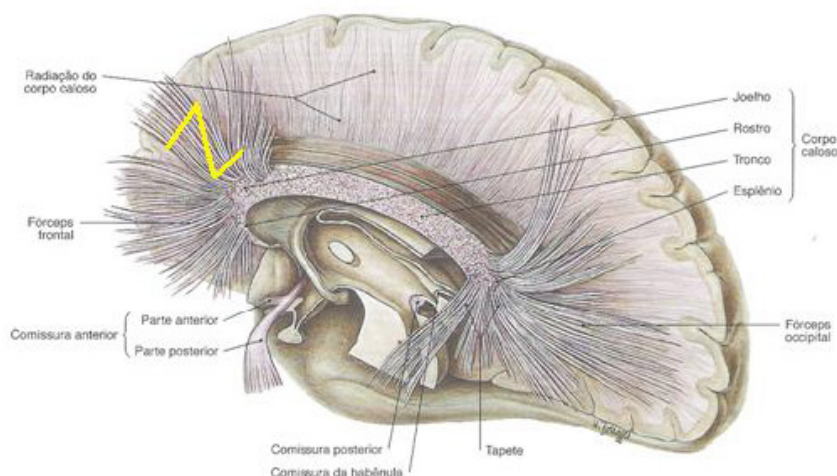


Figura 6: Demonstração figurativa do traçado mnéstico no córtex cerebral.
Fonte: Chicota (2010).

Segundo momento: superego materno ou matriz reflexa. É muito importante entender que ambos são uniformáveis no conceito de monitor de deflexão ou grelha de deformação. O monitor de deflexão usa uma estrutura no tronco encefálico que funciona como tela ou grelha, um tipo de relé entre o orgânico e o Eu, e é automaticamente acionada a cada passagem de informação ou variação do organismo. De

13 Traçado mnéstico é um pressuposto neuropsíquico do estereótipo. Traçado-modelo de comportamento formado nas primeiras passagens vitais, sucessivamente, categórico de experiências futuras. Traço de células neurônicas reunidas em reação constate a determinados impulsos (MENEGETTI, 2008b).

acordo com a neurociência, o tálamo atua como o relé¹⁴, e é uma estação central de recebimento e modulação de todas as informações sensoriais, com exceção de parte das fibras de olfação, a serem retransmitidas aos córtices sensoriais primários. De per si, essa grelha, essa rede não é um problema, na realidade, ela funcionalmente é muito importante, se não tivéssemos a formação reticular seria impossível manter a concentração e a atenção. O problema ocorre quando a rede é utilizada por um mecanismo psicoplástico, quando é introduzida uma informação que não é vital, que não faz parte do orgânico. Relembremos do sistema límbico, a confluência das estimulações viscerotônicas emotivas e instintivas, em que o ponto principal de articulação é o corpo amigdalóide ou amígdala. Ou seja, refere-se aos conhecimentos dos estímulos-força no inconsciente orgânico e ambiental. É, sobretudo, o cérebro visceral (ou rinencéfalo ou sistema límbico) que assinala os campos semânticos mais fortes (com maior frequência e amplitude de onda) do ambiente.

A Ontopsicologia descobriu os critérios e os comportamentos da alma humana, individuou as exigências dessa essência espiritual encarnada. O Em Si ôntico é genérico, isto é, nós podemos entendê-lo de muitas maneiras diferentes, especificá-lo através de diversos atributos: ôntico, organísmico¹⁵ e naturístico¹⁶.

A primeira fenomenologia do Em Si organísmico é o sistema nervoso entérico, por isso, esse sistema tem contato direto com a vida, sendo o único que não sofreu nenhum tipo de interferência. Esse sistema nervoso entérico oferece a constante existência instintiva é a experiência psicoemotiva. Em 2001, foi publicado um dos primeiros artigos com a divulgação da nova descoberta científica do “segundo cérebro” - o sistema nervoso visceral - essa descoberta permitiu uma das primeiras aproximações entre o saber médico e o conhecimento mais especificamente humano, sendo, atualmente, a Ontopsicologia o máximo expoente. Os resultados desses estudos especializados, conduzidos em diversos países, são coincidentes com a descrição

14 O conceito de relé no dicionário Houaiss é o de um aparelho graças ao qual uma energia relativamente pequena controla uma energia maior. Na estrutura cerebral seria como um painel de controle que regula o acesso das vias funcionais até seus alvos corticais (HOUAISS, 2009).

15 Configuração também biológica do Em Si; critério de sanidade e lhe dá a experiência psicoemotiva (MENEGHETTI, 2008b, p. 90).

16 É o total do Em Si organismo no holístico ambiental.

realizada pelo Acad. Prof. Antônio Meneghetti, há anos.

A egoceptividade reduzida que, de fato, verifica-se na generalidade humana, acontece por duas causas: superego social (corpus estatutário social) e superego materno, ou matriz reflexa e atuam com influência maciça no setor cerebrotônico. A tela ou grelha é um tipo de relé entre o orgânico e o Eu e é automaticamente acionada a cada passagem ou variação do organismo. Esse mecanismo psicoplástico, denominado de monitor de deflexão, pode ser inserido de dois modos: direto e indireto. Indiretamente, o monitor de deflexão insere-se por transdução de campo semântico nas primeiras e fundamentais relações afetivas. O superego social é introduzido em nível de córtex cerebral, especificamente córtex de associação dando um modo, um traçado mnéstico especificamente na região pré-frontal. O superego materno ou matriz reflexa é aprendido ou adquirido através da afetividade (Figura 7).

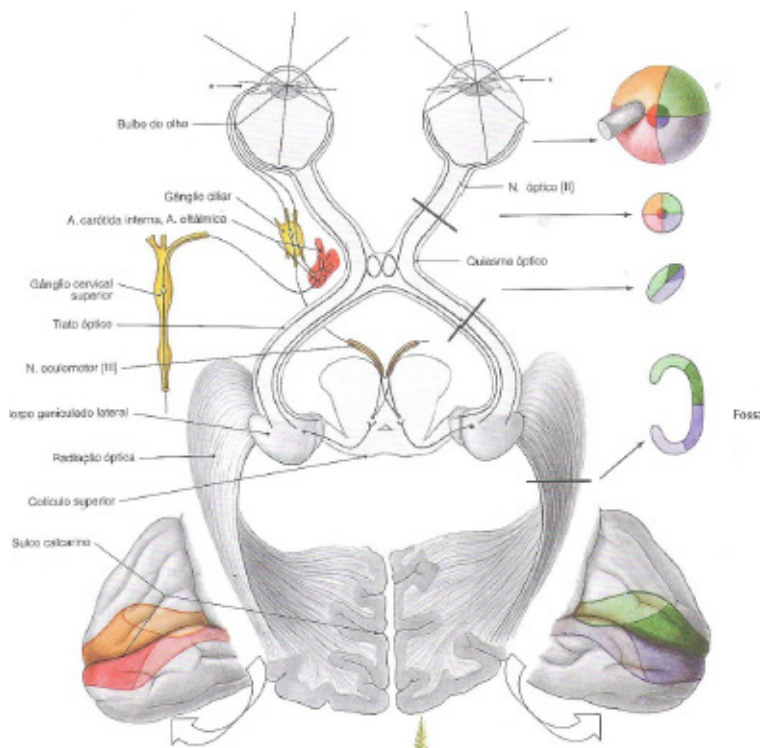


Figura 7: Globo ocular, nervo ótico, corpo geniculado lateral - ponto que faz parte do tálamo - corpo geniculado lateral e corpo geniculado medial (fazem parte do tálamo e é conhecido como a região metatálâmica). Essa região do tálamo faz conexão com o sistema límbico.

Fonte: Felten; Józefowicz (2005).

A matriz reflexa insere-se em uma situação ou ocasião em que o monitor de deflexão assume como própria cena primária¹⁷. De um lado, temos um quântico, um sinal do Em Si ôntico, que chega até a amígdala. Não é que a amígdala seja o Em Si ôntico, são apenas as vias usadas para trabalhar no orgânico. Parte uma determinada informação, esta chega ao núcleo do tracto solitário e amígdala. Essa informação é útil para o sujeito naquele momento. Entretanto, por um compromisso afetivo com o adulto-mãe, por afetividade ótica, imprime-se uma matriz reflexa. A afetividade ótica gera uma tensão em nível da formação reticular do tálamo, entre o “não” que o adulto-mãe disse e um reforço do seu campo semântico num momento de frustração deste. Como se faz essa passagem: amígdala, informação hipocampal, fórnix, corpo mamilar, núcleo anterior do tálamo. Entre tálamo/hipotálamo e corpo geniculado lateral, faz-se a tensão, sendo físico; a tensão pode ser positiva ou negativa. Nesse momento, temos a impressão de um traçado mnéstico, que constela a emotividade do sujeito. (MENEGETTI, 2008b). O traçado mnéstico é a conexão entre os neurônios para um determinado projeto. O Eu deveria ser o reverberar ao reflexo único do total perceptivo, porém passa a não ser, havendo como resultado duas realidades: superego societário e materno. Sob esta ótica, o inconsciente é constituído inteiramente por parte do conhecimento do sistema proprioceptivo e esteroceptivo. A ciência ontopsicológica descobriu esse mecanismo, descreveu o seu funcionamento e como podemos fazer para diminuí-lo.

8. INTUIÇÃO X AUTOSSABOTAGEM

A intuição é certamente a obra-prima, a iluminação, o desempenho da inteligência humana em situação histórica (FOIL, 2007, p.17). Através da análise proposta pela FOIL¹⁸, no argumento intuição, é

17 Cena primária significa a primeira relação diádica (diáde significa movimento a dois, onde um movente não pode agir sem o coincidente heteromovente) (MENEGETTI, 2010, p. 235). Por exemplo, quando um pai, um adulto, uma mãe diz a uma criança “Olha-me nos olhos”, naquele momento está realmente escrevendo-o e, sucessivamente, aquela criança permanecerá informada para toda a vida (MENEGETTI, 2010, p. 271).

18 Formação Ontopsicológica Interdisciplinar Liderística.

possível analisar todas as projeções do processo real do indivíduo, proporcionando uma leitura da via de saída, de solução proposta pelo Em Si ôntico do empreendedor. A intuição é uma das fenomenologias expostas pelo Em Si ôntico; identificá-la e atuá-la constituem sempre o percurso de máxima vantagem ao empreendedor. O modo como ela é trazida para consciência perpassa, inicialmente, por um movente psíquico, sendo específico da atividade psíquica a intencionalidade. A intencionalidade é um mover-se para, o tender a algo. Essa formalização dá-se nas estruturas orgânicas. A informação da intuição chega aos córtices, fazendo passagem em nível do hipotálamo, núcleo do tracto solitário (veja que também as informações da percepção organísmica vão pela formação reticular). Isso significa que na propriocepção tem-se, além de todos os cinco sentidos, a informação do Em Si organísmico: do núcleo do tracto solitário são hipotálamo e a possibilidade de informar todos os córtices a partir dessas informações difusas (na realidade são projeções modulatórias) criando uma imagem. Porém, a imagem não é muito clara, é vaga. O Eu precisa estar muito atento para percebê-la, captá-la; o treino cotidiano permite que essa imagem possa ser captada de uma forma mais evidente. A realidade do homem, dessa unidade de ação é hilemórfica; temos uma forma, um núcleo positivo inteligente e intuitivo. Esse núcleo tem um momento que se chama Eu a priori¹⁹; tendo um conceito metafísico. Nessa acepção, não haveria uma divisão entre inconsciente e consciente, a consciência refletiria exatamente a imagem que o Em Si ôntico projeta. Aí observamos a construção da história de um Eu autêntico e lógico.

O homem, a unidade de ação, projeta na dialética com as coisas, sofre as interferências. Ao ilustrarmos uma situação hipotética da intencionalidade do Em Si ôntico, apontamos um determinado objeto como próprio, por exemplo, o fechamento de um determinado negócio. Nesse instante, não ocorreu nenhum processo fisiológico, nenhum processo orgânico. O Eu define é meu, o Eu é quem tem que reconhecer que a oportunidade é sua. O Em Si ôntico informa para o Eu emitindo uma imagem. O Em Si Organismo tem como primeira fenomenologia o sistema nervoso entérico, como um dos primeiros momentos o Eu a priori, sendo uma imagem, uma projeção do ser. Ele projeta a nível

19 Eu a priori é a forma virtual do Eu organísmico antes do acontecimento e desenvolvimento histórico (MENEGETTI, 2008b, p. 109).

orgânico na amígdala, sendo o ponto principal de integração entre todos os sinais sensitivos com a manutenção fisiológica. Não significa que a amígdala seja o Eu a priori, o Em Si ôntico utiliza esse momento orgânico para mostrar a imagem. Observamos que, em nível da amígdala, existe uma ligação direta com o córtex pré-frontal. Então, constantemente o Em Si ôntico está informando, entretanto, muitas vezes não entendemos que aquele negócio é próprio[...] No córtex pré-frontal, temos a incidência do superego societário, que informa: “não feche esse negócio, existem muitos riscos, crise mundial...”.

Existe um mecanismo que inseriu na formação reticular do tálamo uma imagem matriz, originou um traçado mnéstico, um modo de seleção desta formação reticular. O mecanismo homologou uma das regiões mais importantes para a sobrevivência, a dos instintos e das emoções. Emoção é a ação que me age, sou agido (MENEGETTI, 2008b). É uma reação orgânica ou neurorgânica, por variação psíquica ambiental e de relação. Sentimento – ser consentido ou sensação, variação sensória ou emocional reflexa e participada ao Eu consciente. Esse mecanismo coenvolveu essas estruturas que fazem parte da emoção. Nesse primeiro momento, em vez de usufruir da oportunidade não o faço. E o que irá acontecer com esse impulso? O impulso que veio do sistema nervoso, que o Em Si ôntico fenomenizou a partir do sistema nervoso entérico, dá o impulso que é um quântico de vida e formará um complexo, que tecnicamente, é um precipitado psicoemotivo do monitor de deflexão. Existe uma estrutura denominada de formação hipocampal, formada por neurônios que não existem em outros locais do sistema nervoso central; são chamado neurônios em sexta, que conseguem abrigar 200-300 outros neurônios. Na formação hipocampal, temos a memória com conteúdo emotivo. É um complexo que sempre se antecipa ao Eu, que em nível de estrutura orgânica podemos identificar nessa região chamada região hipocampal, em específico, o hipocampo.

Os seres humanos são inteligentes, porém usam instrumentos que nem sempre são critérios exatos, como, por exemplo, a consciência, as emoções, a racionalidade. Como vimos o monitor de deflexão é um estabilizado memeticamente frente às funções de recepção sensorial. Quando analisamos a atuação de um empreendedor sobre a ótica ontopsicológica, percebemos que esse mecanismo é identificável como circuito de memes selecionados que caracterizam atitudes e

comportamentos da consciência ou do Eu (FOIL, 2007). Os memes²⁰ são o princípio da autossabotagem, são o categórico informático que estabiliza os estereótipos, as condensações biológicas quando falado em sentido neoplásico médico (FOIL, 2007). O termo autossabotagem significa operar um projeto como álibi ou compensação a outra pulsão não funcional e não econômica para o sujeito. Essa ação parte de um fato de desinformação desejado, ou seja, o sujeito não se informa sobre o investimento, sobre o movimento que quer fazer, evita a forma natural do conhecimento (MENEGETTI, 2009).

A autossabotagem é uma das ações do monitor de deflexão, é o oposto, o diverso; quando, na ação, prevalece o feixe de estereótipos e regras. Para atingir com exatidão e rigor o processo perceptivo-cognitivo, é preciso fazer uma revisão crítica. Trata-se simplesmente de formalizá-lo ou egoicizá-lo; isto é, assumir este quântico e normalizá-lo segundo as exigências de uma história individuada eficiente. É óbvio que, se o sujeito não evolui em sucesso personológico, aquele quântico convive estranho, não evoluído e em conflito e disponibilidade patológica. E, junto com o complexo que sempre se antecipa ao Eu, temos a matriz reflexa, que dá um modo daquela situação, fazendo com que, naquele modelo hipotético, represente ao Eu; ao invés de colher uma situação como máxima oportunidade ela é colhida como perigosa.

Ao analisarmos um indivíduo, observamos uma forma de decisonalidade, existe uma habitualidade de decisão do sujeito. Seriam as estruturas que identificam o sujeito usualmente, no início, parte-se de uma atividade psíquica que, posteriormente, constitui a estrutura orgânica até a rigidez (MENEGETTI, 2010). Uma das alternativas propostas para modificar essa decisonalidade é fazer metanoia, que significa colher o além da mente, mudar a mente. A mente colhe e constitui o próprio objeto e depois transcende (MENEGETTI, 2010). Essa atitude possibilita a ampliação do raio de ação da consciência, reduz o espaço do inconsciente e os determinismos. Até os anos 80, a neurociência apresentava evidências de que as representações sensorio-motoras, uma vez estabelecidas durante o desenvolvimento, tornavam-se estáveis e permaneciam fixas durante toda a vida adulta. Nos últimos 10 anos, os estudos têm demonstrado que essas representações são

20 Meme é um módulo de informação que não deriva da natureza (MENEGETTI, 2008b, p. 166).

dinâmicas, estão em constante mudança em função do aprendizado. As modificações estruturais e/ou funcionais das conexões neuronais possibilitam a aquisição de novos padrões comportamentais, com novas possibilidades e caminhos; a plasticidade neural consiste num conjunto de modos pelas quais essas modificações são implementadas. Hoje, é consenso que os mecanismos de plasticidade constituem a base fisiológica para o funcionamento normal do encéfalo. É possível que a metanoia possa ser explicada do ponto de vista fisiológico pelo mecanismo de plasticidade neural, entretanto, ainda é um desafio para a ciência médica demonstrar tal fato. O mapa cortical do adulto está sujeito a modificações, com base no uso ou atividade dos caminhos sensoriais periféricos. Mesmo para um empresário, é importantíssimo entender como funciona o mecanismo de percepção e cognição. A metanoia é uma situação na qual se muda a mente; uma variação radical do comportamento para identificar a intencionalidade do Em Si ôntico. Com esse termo, a Ontopsicologia define como a mudança do piloto, então, em vez de sermos objetificados por esse mecanismo psicoplástico, somos sujeito. Fazer mudanças de mente, de lógica, de modos de viver; a cada mudança, diminui-se a atenção dada a esse traçado. O que mantém a continuidade dessas mudanças é o miricismo cotidiano adotado no estilo de vida. Somente a manutenção desse estilo de vida torna possível alcançar uma redução cada vez maior da incidência desse mecanismo, tanto em nível de córtex quanto em nível de formação reticular do tálamo. Um aspecto importante é que esse traço não some, se algum dia retomar aquelas imagens, o mecanismo está lá, refazendo o traçado. Para chegar a isso, é suficiente alcançar a tomada direta da percepção elementar. A percepção elementar é especificamente a exterocepção e propriocepção, o conjunto se baseia na consciência organísmica. O homem recupera a visão ôntica, ou seja, o ato total do espelho. Mas a nós mesmos é quase impossível fazê-lo, por quê? Primeiro a egoceptividade não está com a grelha limpa, não temos como fazer a reflexão, pois já existe o traçado. Nesse sentido, a consultoria de autenticação²¹ é um instrumento utilizado pela Ontopsicologia com o objetivo fundamental do nascimento do Eu e como síntese proporcionar uma visão crítica da nossa consciência.

21 Relação dialógica entre o especialista técnico em Ontopsicologia e um cliente em busca de uma solução pessoal, política, econômica.

O estudo da intuição segue sendo um argumento muito palpitante, principalmente, quando aplicado na decisonalidade do âmbito econômico do empreendedor. Compreender exatamente como funciona o processo perceptivo-cognitivo diminui a ignorância que temos acerca de nós mesmos, de como funcionamos em modo orgânico; potencializa o empreendedor a torna-se mais apto, sendo o ator responsável. A autossabotagem, assim como outras interferências, é fato a ser atentado pelo empreendedor. Instrumentos que acessem o inconsciente, o quântico existencial ativo e não verificável pela ciência convencional, torna-se possível também a partir da Ontopsicologia, ciência que identifica os módulos de realização do sujeito. Dada a realidade de ignorância do homem acerca de si mesmo, torna-se necessária a sua autenticação.

Apesar de toda essa realidade, observamos que existe uma saída. Fazer metanoia significa atuar segundo um critério e esse é sempre individual e organísmico. É o Em Si ôntico que dá a solução; assim, diante de uma escolha ótima, tenho a possibilidade de colhê-la, mesmo tendo como realidade o complexo. Eu egoiciso esse complexo, esse quântico e faço a ação, reconheço a oportunidade após ter feito toda a “limpeza mental”, toda a metanoia desse traçado que ofertava somente um tipo de modo de ação.

As perspectivas futuras apontam para a ampliação dos estudos no âmbito médico - molecular e fisiológico – no que se refere à atividade psíquica, estabelecendo cada vez mais uma comunicação contínua entre o conhecimento médico e o conhecimento humano, sendo que neste a Ontopsicologia segue sendo o maior expoente.

REFERÊNCIAS

- AFIFI, Adel K.; BERGMAN, Ronald A. **Neuroanatomia Funcional: texto e atlas**. São Paulo: Roca, 2007.
- AZEVEDO, Erico. A Economia no Divã. **Performance Líder**, ano III, p. 122-127, 2010.
- BEAR, M. F.; CONNORS, B.W.; PARADISO, M. A. **Neurociências: desvendando o sistema nervoso**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- CHICOTA, Horácio. O líder o miricismo cotidiano, a vantagem e a autossabotagem. **Atos do Congresso Business Intuition 2004**. São Paulo: FOIL, 2007.
- CHICOTA, Horácio. **Correlatos neurofisiológicos do processo perceptivo-cognitivo**. Informação verbal de curso. Aulas ministradas no Curso de Especialização *Lato Sensu* MBA “O Empreendedor e a Cultura Humanista”, Faculdade Antonio Meneghetti. (163 slides, color. texto.)
- DAMÁSIO, António R. **O Livro da Consciência: a construção do cérebro consciente**. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- DAMÁSIO, António R. **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DANDER, Benilde. **Il primo cervello e l'ontopsicologia**. Rivista Nuova Ontopsicologia. Roma: Psicologia Editrice, n 1/2001, p. 38-43.
- DESCARTES, René. **Discorso sul método**. Roma: Editori Laterza, 1998.
- FELTEN, David L.; JÓZEFOWICZ, Ralph F. **Atlas de Neurociência Humana de Netter**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Aurélio. Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2008.
- FOIL. **Correnti de pensiero sull'intuizione**. Foil: 2001-2004.
- FOIL. **Atos do Congresso Business Intuition 2004**. São Paulo: FOIL, 2007.
- GERSHON, Michel D. **O segundo cérebro**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. **Tratado de Fisiologia médica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- HAINES, Duane E. **Neurociência fundamental para aplicações básicas e clínicas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HEISENBERG, Werner. **Física e Filosofia**. Milano: Il Saggiatore, 2000.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- Il grande dizionario Garzanti della lingua italiana**. Italia: Garzanti, 2000.

- KANDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H.; JESSELL, T. M. **Principles of Neural Science**. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 2000.
- KAHNEMAN, D. Maps of bounded rationality: A perspective on intuitive judgment and choice. In: FRANGSMYR, T. (Ed.). **Les Prix Nobel 2002**. Stockholm: Almquist & Wiksell International, 2003.
- KLEMM, W. **Free will debates**: simple experiments are not so simple advances in cognitive psychology, v. 6, n. 1, p. 47-65, 2010.
- KOLB, B.; WHISHAW, I. Q. **Neurociência do comportamento**. Barueri, SP: Manole, 2002.
- LENT, Roberto. **Cem bilhões de neurônios**. São Paulo: Atheneu, 2005.
- LENT, Roberto. **Neurociência da mente e do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- MENEGHETTI, Antonio. **La nascita dell'Io**. Roma: Psicologica Editrice, 1999.
- MENEGHETTI, Antonio. **Psicossomática na Ótica Ontopsicológica**. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2005.
- MENEGHETTI, Antonio. **A Psicologia do Líder**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2008a.
- MENEGHETTI, Antonio. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2008b.
- MENEGHETTI, Antonio. A autossabotagem no inconsciente do empreendedor. **Revista Performance Líder**, ano II, p. 94-111, set., 2009.
- MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2010.
- NOLTE, John. **Neurociência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- PURVES, Dale et al. **Neurociências**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- ROSE, David. **Consciousness: Philosophical, Psychological and Neural Theories**. New York: Oxford University Press, 2006.
- RUBIN, Michael; SAFDIEH, Joseph E. **Netter Neuroanatomia Essencial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- TORTORA, Gerard J.; GRABOWSKI, Sandra Reynolds. **Corpo Humano: fundamentos de Anatomia e Fisiologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

QUANDO SE TOMA O TODO PELA PARTE: PORQUE ONTOPSICOLOGIA NÃO É PSICOLOGIA

Patrícia Wazlawick

1. À GUISA DE INTRODUÇÃO

“...Ontopsicologia é, sobretudo, uma impostação alternativa a toda a racionalidade científica do nosso tempo. Sei que quase todos vocês acreditam que a Ontopsicologia seja psicoterapia ou um aspecto da psicologia. Não é isto”.

(Acad. Prof. Antonio Meneghetti, 1ª Conferência realizada no Brasil, em Santa Maria-RS, 09 de fevereiro de 1988, intitulada “Teoria e Organização da Ontopsicologia”).

“È possibile che l'esistenzialismo non solo arricchirà la psicologia, ma potrà anche costituire un'ulteriore spinta verso la formazione di una altra branca, cioè la psicologia del sé completamente sviluppato e autentico, e dei suoi modi di essere. Sutich ha definito questo ontopsicologia¹” (MAY, et al. 1970, p. 52).

1 “Substancialmente, a psicologia não assume o papel que Husserl havia desejado e, em 1956, em Paris, vinte anos após as conferências de Husserl, alguns expoentes da psicologia da época, entre os quais Carl R. Rogers, Rollo May, Abraham Maslow, Anthony Sutich e outros, reuniram-se de forma privada e sem qualquer financiamento institucional. Eram os psicólogos da chamada ‘terceira força’ ou Psicologia existencial humanista” (MENEGETTI, 2010, p. 97). “Os desenvolvimentos da psicologia existencial emergem dos ensaios recolhidos em MAY, R.; MASLOW, C.; ROGERS, C. et al. **Psicologia Esistenziale**. Roma: Astrolabio-Ubaldini, 1970. Cf. ROGERS, C. **La terapia centrata sul cliente**. Firenze: Martinelli, 1994. MAY, R. **L'uomo alla ricerca di sé**. Roma: Astrolabio-Ubaldini, 1983. SUTICH, A. **The Journal of Transpersonal Psychology**, 1969. Vale recordar que a Rollo May foi conferido o título de Sócio Honorário da Associação Internacional de Ontopsicologia em 1991” (MENEGETTI, 2010, p. 97). As informações reunidas como resultados do encontro realizado em Paris, em 1956, estão publicadas em MAY, Rollo; ALLPORT, Gordon; FEIFEL, Herman; MASLOW, Abraham; ROGERS, Carl. **Psicologia Esistenziale**. Roma: Astrolabio, 1970.

A obra de Abraham Maslow, publicada em 1968 em sua segunda edição e intitulada “Introdução à Psicologia do Ser” e, traduzida do inglês ao português, apresenta essa mesma informação de que “É possível que o existencialismo não só enriqueça a Psicologia, mas constitua também um impulso adicional no sentido do estabelecimento de outro ramo da Psicologia: a Psicologia do Eu autêntico e plenamente desenvolvido, e de seus modos de ser. Sutich sugeriu que se desse a isso o nome de Ontopsicologia” (MASLOW, 1968, p. 43).

De uma reunião de grandes psicólogos, em 1956, foi proposto, pelos próprios presentes, como deveria ser essa nova abordagem, e eles afirmaram que seria necessário uma “abordagem que colocasse junto a ontologia e a psicologia, o sentido da realidade da vida e o modo de conhecer da consciência humana” (MENEGETTI, 2010, p. 98). Logo,urgia uma visão que recomeçasse a pesquisa com uma nova metodologia.

Disseram bem estes grandes da Psicologia daquela época. No entanto, o que Maslow e Sutich não sabiam é que a Ontopsicologia seria uma ciência autônoma, epistêmica e interdisciplinar, uma ciência fundamental para além do que é a Psicologia corrente – seja ela do período de seu nascimento, seja de todas as abordagens contemporâneas da mesma². Ontopsicologia está diretamente relacionada ao Eu autêntico e plenamente desenvolvido, em todos os seus modos de ser, todavia, por mais que conste o termo psicologia em seu nome, Ontopsicologia não é Psicologia – é importante lembrarmos que palavras similares não são necessariamente, nem significam a mesma coisa.

A Ontopsicologia relaciona-se à abordagem da Psicologia Humanista-Existencial³, e possui como alguns de seus instrumentos próprios

2 “Para entender Ontopsicologia primeiro é preciso conhecer todas as outras Escolas. Porque todas as Escolas trouxeram algo de bom e avançado. Se antes não tivesse existido a Psicanálise, o Comportamentalismo, a Gestalt – naturalmente, quando digo Psicanálise, digo todas as Escolas, de Freud até Maslow, isto é, se não tivessem existido estas Escolas a Ontopsicologia seria impossível. Por isso, a Ontopsicologia não pode ser contra nenhuma Escola, porque todas são necessárias. Só que a pesquisa vai mais adiante” (MENEGETTI, 2000, informação verbal de curso, por ocasião do *Residence* para Jovens ‘O ponto força do sucesso’, realizado em Bombinhas-SC, 2 a 5 de novembro de 2000, 4ª Conferência).

3 “A Ontopsicologia se enquadra na psicologia *humanista-existencial*. ‘Humanista’ porque é *antropocêntrica*: qualquer verdade existencial é válida exclusivamente se conformada ao homem (...). ‘Existencial’ porque qualquer fenomenologia do devir é compreendida somente se radicada, motivada, impelida e esperada, causa e escopo do ser. Toda realidade do homem

de intervenção⁴ a psicoterapia individual e de grupo, bem como a consultoria de autenticação (MENEGHETTI, 1996/2010⁵). No entanto, possuindo objeto de estudo, bem como método e fim próprios, enquanto ciência e campo de conhecimento, além de descobertas, demonstração, critério, visão, dinâmica e instrumentos de análise e intervenção, com aplicações em diversas áreas de intervenção humanista profissionais, sendo também repetível e reproduzível, por meio de seu método, não se circunscreve à área da Psicologia.

Uma vez que existe a ignorância do homem acerca de si mesmo e de sua realidade de vida, objetivando-se em dor, neurose, doença e tantas outras problemáticas, faz-se necessário uma psicoterapia de autenticação para que o homem (sujeito) possa alcançar o próprio critério de realidade. Psicoterapia de autenticação significa “*autopôr-se em análise para verificar se a pessoa se conhece por quanto ela é*” (MENEGHETTI, 2006a, p. 32). E justamente por esse motivo é que a Ontopsicologia, entre as suas aplicações, possui também aquela psicoterapêutica (ibid.), uma vez que “a psicoterapia é preliminar a toda forma de conhecimento, enquanto consente a recuperação do próprio sentido originário” (ibid.).

Bernabei e Zoppolato (2008) contam que em 1973 “Antonio Meneghetti deixa o ensinamento na Pontifícia Universidade *San Tommaso D’Aquino*⁶, em Roma, para iniciar um período de experimentação clínica para demonstrar a validade das teorias que estava ensinando” (p. 12). A experimentação clínica, portanto, tendo em vista sua formação específica para tal, era a via de início da comprovação científica dos conhecimentos teóricos já produzidos por Meneghetti. Era necessária. Contudo, era uma etapa na construção da Ontopsicologia, não era sua

(profissão, criatividade, progresso, etc.) é importante se está junto ao ser, sozinha não tem sentido” (MENEGHETTI, 2010, p. 73).

4 Para verificar quais são os instrumentos de intervenção da Ontopsicologia, consultar a obra MENEGHETTI, A. Manual de Ontopsicologia. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Ed., 2010 – segundo capítulo “Ideografia da Ontopsicologia” (p. 129-142).

5 A primeira data corresponde ao ano de publicação da primeira edição da obra (1996) em português, a segunda data corresponde ao ano de publicação da edição que está sendo consultada para o texto deste capítulo (2010). A partir de agora usaremos nas referências a esta obra apenas o ano da edição mais atual que está sendo consultada. Caso necessário, esse procedimento será adotado para demais obras ao longo deste texto.

6 Pontifícia Università San Tommaso D’Aquino – Angelicvm Roma, www.pust.it

definição e seus confins enquanto aplicação.

Do trabalho de revisão histórica, de Bernabei e Zoppolato (2008), pela voz do próprio Acadêmico Professor Antonio Meneghetti, registramos que:

“Ao final do seminário de psicoterapia, percebi que, após ter ensinado todas as teorias, deveria entrar em campo com a prática. Peguei dois casos como experiência em uma aula e comecei a fazer este diálogo no qual eles expunham um problema e eu, usando as teorias que havia ensinado, propunha a solução. Enquanto fazia isso, recordo que havia um estranho silêncio na classe. Mais de uma centena de estudantes provenientes de todas as partes do mundo estavam na sala. Todos em silêncio. Eu não compreendia o que havia acontecido. Depois da aula, alguns se aproximaram e disseram que desejavam fazer consultoria comigo. Respondi: estudem os autores que eu ensinei e façam-na sozinhos. ‘Não, Professor, o senhor nos mostrou uma outra estrada. O senhor foi preciso em ambos os casos, mas usando uma nova metodologia, que não está escrita nos livros’” (BERNABEI; ZOPPOLATO, 2008, p. 12).

Neste momento, um dos alunos do curso de Doutorado em Filosofia, que estavam na sala de aula, Alécio Vidor⁷, brasileiro, aproximou-se do Professor Meneghetti e lhe disse: *“O que o senhor está ensinando não é Rogers, é uma outra coisa”* (ibid.). **“[...] O que está explicando não é mais Psicologia, é Ontopsicologia.** Mas antes de teorizá-la, Meneghetti decide abandonar a Igreja, para verificar com a experimentação clínica” (BERNABEI e ZOPPOLATO, 2008, p. 12).

Meneghetti complementa: *“Se o que dizia era verdadeiro, teria curado os doentes”* (ibid., p. 13). E ainda: *“Se eu verdadeiramente conhecia o humano, deveria demonstrá-lo sabendo curar qualquer desvio seu. A cura era possível, em todos os casos, somente se eu conhecia o critério portante da natureza do homem: devia identificá-lo, isolá-lo e usá-lo. E foi maravilhoso conseguir isso como um hábito”* (MENEGHETTI citado por BERNABEI e ZOPPOLATO, 2008, p. 21).

Como visto, então, da reunião de Paris, em 1956, vinte anos após

7 Prof. Alécio Vidor: Doutor em Filosofia, Pontificia Università San Tommaso D’Aquino (1973), Roma, Itália. Mestrado – Pro Dissertatione Doctorali, Pontificia Università San Tommaso D’Aquino, Roma, Itália; Graduação em Filosofia, UFP (1971); Graduação em Pedagogia, UPF (1968); Graduação em Teologia, Escolasticado São José (1964). .

as conferências de Edmund Husserl proferidas em Viena e Praga (em 1935)⁸, sobre a crise das ciências europeias e dentre elas a Psicologia – entre Carl R. Rogers, Rollo May, Abraham Maslow, Anthony Sutich e outros, foi cunhado o termo Ontopsicologia. Essa seria uma nova visão que recomençaria a pesquisa com uma nova metodologia, que “colocasse junto [...] o sentido da realidade da vida e o modo de conhecer da consciência humana” (MENEGETTI, 2010, p. 98). Os estudiosos citados acima cunharam o nome e propuseram como deveria ser essa nova ciência, no entanto, “faltava o cientista, a mente que pudesse indicar claramente esse novo percurso. Os grandes da psicologia de então não sabiam como devesse ser essa “Ontopsicologia” (ibid.), não sabiam como deveria ser a ciência que “revela o fundamento ontológico do humano” (ibid.).

Da ontologia de Parmênides, do princípio da não-contradição “o ser é, e o não ser não é”, temos que o ser é fundamento de toda dimensão existencial. Daí resulta que o conhecimento é ontologia, ou seja, ontologia do grego *on*, *ontos*, significa “do ser, do essente ou ser em existência histórica”, e *logos* como “estudo das lógicas do ser no plano da existência histórica” (MENEGETTI, 2010, p. 78)⁹.

A formalização e elaboração da Ontopsicologia como ciência, a partir de suas teorizações interligadas diretamente à prática clínica, por mais de dez anos de pesquisa experimental que demonstram a validação dessa ciência, foram possíveis porque Meneghetti possui uma grande e sólida formação em diversas áreas do saber e conhecimento humano. Sua formação científica é constituída de: 1) Doutorado clássico¹⁰ em Teologia

8 “Em um ciclo de conferências realizadas em Viena e em Praga em 1935, Edmund Husserl obrigou-se a admitir a impossibilidade de encontrar resposta aos interrogativos profundos do humano através do uso das assim chamadas ciências exatas. Husserl, partindo da observação inicial de uma crise da humanidade europeia, denunciou uma realidade em ato muito mais profunda, evidenciado pelo título originário do ciclo de conferências de Praga: ‘A crise das ciências europeias e a psicologia’. MENEGETTI, A. Manual de Ontopsicologia. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Ed., 2010. Cf. HUSSERL, E. *La crisi delle scienze europee e la fenomenologia trascendentale*. Turim: Il Saggiatore, 1961. As primeiras partes da obra *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie* foram publicadas na revista ‘Philosophia’, de Belgrado, em 1936” (MENEGETTI, 2011a, p. 29).

9 *Background* histórico à Ciência Ontopsicológica (p. 77-103), na obra Manual de Ontopsicologia, de Antonio Meneghetti (2010).

10 Na Itália, o chamado “doutorado moderno” é um título que se obtém ao final de dois anos de estudo de pós-graduação, por meio da realização de um concurso

pela Pontifícia Universidade Lateranense em Roma¹¹ (período de 1966-1969); 2) Doutorado clássico em Filosofia pela Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino (Angelicvm) em Roma (período de 1964-1969); 3) Doutorado clássico em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino (Angelicvm) em Roma (período de 1964-1967); 4) Láurea em Filosofia com abordagem psicológica pela Universidade Católica *Sacro Cuore*¹² em Milão (período de 1968-1971)¹³.

De acordo com o *Background* histórico (op. cit.), “o texto que forneceu uma primeira formalização teórica à ciência ontopsicológica” foi *Ontopsicologia do homem*, proveniente das lições que Meneghetti realizou na faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino, em Roma, no período em que foi professor convidado, a saber, entre os anos de 1970 a 1973.

O percurso de atuação prática e formalização teórica da Ontopsicologia, bem como todo o seu desenvolvimento e construção histórica, nas mais diversas discussões científicas em suas várias convenções regionais e nacionais, congressos internacionais e mundiais, com vários expoentes de diversas áreas que vinham debater junto ao Professor Antonio Meneghetti, bem como as mais de 40 obras publicadas e traduzidas em várias línguas – tais como inglês, francês, alemão, português, russo, espanhol, letão, ucraniano, chinês e italiano – não serão objeto de estudo neste capítulo.

No entanto, para uma compreensão mais completa, se faz o convite ao leitor de que conheça todos esses aspectos, de modo sério, e que para isso faça uso de obras e referências indexadas, pelo menos, tais

público organizado pelo Estado, e não representa um título acadêmico. Recebe-se um salário durante estes dois anos, para a realização desta atividade. Este formato de doutorado não é semelhante ao formato de doutorado existente no Brasil, que, por sua vez, fornece um título acadêmico. Convém salientar, portanto, que os doutorados do Acadêmico Professor Antonio Meneghetti seguiram o modelo “clássico” – similar ao formato de doutorado existente no Brasil – sendo que foram concebidos “segundo os critérios canônicos das grandes universidades romanas”, sendo, portanto, títulos acadêmicos clássicos.

11 Pontifícia Università Lateranense, Roma, www.pul.it

12 Università Cattolica del Sacro Cuore, Milão, www.unicattolica.it

13 Para verificar a formação científica completa de Antonio Meneghetti, consultar Currículo Lattes, na Plataforma Lattes, www.lattes.cnpq.br

como Manual de Ontopsicologia (2010)¹⁴, em *Background histórico à Ciência Ontopsicológica* (p.77-103); em *A insubstituível função da Ontopsicologia* (p. 104-114); em *Como nasceu a Ontopsicologia* (p. 115-127). Além dessa obra, ler e estudar também a edição nº 2-2007/1-2008, ano XXV, de março de 2008, da Revista Nova Ontopsicologia – 35 anos, conjuntamente ao Dossiê *Uma viagem de sucesso – o homem que desenvolve o conhecimento clássico ao futuro milênio da humanidade*, editado pela Ontopsicológica Editrice, em 2008; e ainda os sítios oficiais¹⁵ que remetem ao autor e sua obra.

Pois consideramos que, para o estudo aprofundado, científico e sério de uma ciência se faz fundamental estudar pelo menos três pontos: 1) é necessário conhecer as bases fundamentais do pensamento da ciência em questão – nesse caso, para conhecer a Ontopsicologia se faz necessário conhecer quais são as bases fundamentais do pensamento ontopsicológico, assim, é premissa conhecer seu contexto de nascimento, seus textos de referência, a Ideografia da Ontopsicologia, suas descobertas científicas, sua visão, seu critério, enfim, qual é a estrutura científica dessa ciência; 2) conhecer a cultura humanista laica¹⁶, da Antiguidade até os dias atuais – isto é, o conhecimento do homem como centro do universo, uma vez que em toda a base científica do saber está o homem; 3) conhecer o autor fundador da ciência em questão, nesse caso, o Acadêmico Professor Antonio Meneghetti, saber pelo menos um mínimo de sua história como cientista¹⁷.

Dada as premissas iniciais, seguimos à discussão do argumento principal desse texto, que se caracteriza como um estudo teórico,

14 MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editora Universitária, 2010.

15 Biografia oficial: www.antonimeneghetti.org.br; Associação Brasileira de Ontopsicologia: www.ontopsicologia.org.br; Faculdade Antonio Meneghetti: www.faculdadeam.edu.br;

16 Este adjetivo – que na sua acepção comum indica quem não faz parte do clero e não recebeu as ordens sacerdotais [...], é usado pelo autor no sentido de humanista, existencial, isento de qualquer dependência de ideologias religiosas, místicas, políticas, ou de outro gênero; portanto, identifica o antropocentrismo, a propriedade do homem universal, apriorístico a qualquer acréscimo ideológico, mas de qualquer forma no seu devir histórico” (MENEGHETTI, 2006, p. 22-23).

17 GARCIA (2008). Informação verbal de curso ministrado, por ocasião do Seminário de Estudo sobre o livro “A Psicologia do Líder”, que ocorreu de 21 a 23 de novembro de 2008, na Faculdade Antonio Meneghetti, Recanto Maestro-RS.

iniciando com a apresentação da Ontopsicologia como ciência fundamental, epistêmica e interdisciplinar ao proceder científico, para, após, problematizar a questão terminológica e conceitual de psicologia, diferenciando-a do campo de conhecimento instituído historicamente e o modo como se nos apresenta hoje, para também compreender o que e como a Ontopsicologia entende por psicologia. Todas estas reflexões nos levarão a entender porque Ontopsicologia não é psicologia.

2. ONTOPSICOLOGIA É CIÊNCIA FUNDAMENTAL

Lobato (2008) relata que ao acompanhar o trabalho científico e acadêmico do Prof. Antonio Meneghetti na Universidade *San Tommaso d'Aquino* (Angelicvm), em Roma, “*desta Faculdade nasceu a ‘Ontopsicologia’*. Mas não nasceu como Minerva, da cabeça de Zeus, vestida e armada; nasceu de uma pequena semente caída no sulco e nutrida pela terra propícia e pelo trabalho do homem” (LOBATO, 2008, apud BERNABEI; ZOPPOLATO, 2008, p. 3).

É impossível resumir de modo breve o que acontecia naquele momento histórico na Itália e no mundo, no entanto, em linhas gerais se faz importante lembrarmos que o contexto era marcado, no que diz respeito à pesquisa do homem e à resolutiva de suas problemáticas, pelo menos no âmbito da psiquiatria, pela existência das questionáveis práticas atuadas nos hospitais psiquiátricos junto aos doentes mentais (como, por exemplo, eletrochoque, psicofármacos, lobotomização e cingulotomia, etc.), e o emergente movimento da antipsiquiatria, com Franco Basaglia e demais expoentes. Além disso, era um momento também em que se colocava em discussão a institucionalização da família como núcleo fundamental da sociedade, eram discutidas em modo mais fervoroso as questões do divórcio e do aborto, das relações homossexuais, em termos de direitos, era o momento das contraculturas, enfim, viviam-se tempos de discutir, repensar, repropor, e questionar tantas formas já instituídas no contexto social. Viviam-se, portanto, crises ideológicas.

Entre os máximos expoentes do período em que Meneghetti se formou, nas décadas 1950 e 1960, e que se fazem presentes enquanto conhecimento estudado, analisado, discutido e apreendido por ele,

podemos encontrar o jesuíta alemão Karl Rahner, um dos maiores teólogos católicos do séc. XX, e um dos protagonistas do Concílio Vaticano II; o belga dominicano Edward Cornelis Florentius Alfons Schilledeeckx; o prêmio Nobel em Física, Werner Heisenberg (1996), com o Princípio da Indeterminação; Jacques Maritain, com a reproposta da teoria atomística da intencionalidade; Papini, com o livro *“Um homem acabado”*; o francês Gabriel Marcel, que com a obra *“Posição e abordagens concretas do mistério ontológico: Ser e Ter”*, retrata o tema da existência em relação ao ser e ter; o austríaco Victor Frankl e sua obra *“Os homens contra o humano”*, preocupado com o estudo e recuperação do significado da própria existência; Carl Rogers e a terapia centrada no cliente, conceito de empatia e aceitação incondicional do cliente, e sua busca de autorrealização; também Erick Fromm; Paul Tillich.

Além desses, ainda encontramos Alexis Carrel e sua obra *“O homem, este desconhecido”*, de 1935; o filósofo francês existencialista Maurice Merleau-Ponty, que retoma e salienta a necessidade da ciência psicológica reencontrar a própria radicação no mundo-da-vida; Ludwig Binswanger, psiquiatra suíço, ao considerar que a doença é um modo do ser humano colocar-se nos confrontos da realidade e da vida interpessoal; Karl Popper, e sua discussão sobre a ciência e as metodologias da pesquisa científica (BERNABEI e ZOPPOLATO, 2008, p. 12-14).

Esses são alguns dos estudiosos e pesquisadores expoentes do período de formação científica, com os quais Meneghetti buscou conhecer profundamente seus pensamentos e obras. Bernabei e Zoppolato (2008) destacam que “ele viveu em contato direto com a pesquisa desses homens, os respirou; eram homens que estudavam para saber, para conhecer o homem” (p. 14).

Toda a formação institucional de Meneghetti – conforme já apresentada aqui sua titulação, em diversas grandes instituições acadêmicas e científicas europeias – era sempre intensificada por um percurso formativo autônomo e privado, pago por ele mesmo, “para compreender teorias e práticas mais avançadas da psicologia científica internacional” (ibid., p. 17). Antonio Meneghetti, por um considerável período durante os anos 1960 buscou visitar e conhecer os lugares nos quais “os mais insígnies estudiosos da psique de então

havam desenvolvido as próprias pesquisas” (ibid.), pois se interessava em entender o estilo de vida deles, ver se havia coerência entre o que escreviam e o resultado de suas vidas (ibid.).

O estudo era realizado de modo aprofundado, principalmente nos textos de Ignazio Maiore e Emilio Servadio, italianos, mas também Carl Rogers e Viktor Frankl. Porém, para aprofundar mais ainda, Meneghetti realizou viagens *in loco*, para conhecer o estilo de vida, o local de trabalho, o escritório de Carl Gustav Jung, conhecendo o Instituto Jungiano em Friburgo; em Londres, no Centro de Psicanálise onde Freud trabalhou; ainda em Londres no Tavistock Hospital, trabalhou como assistente, sob a direção do professor Laing; em Paris, frequentou os seminários de Jacques Lacan; conheceu os grupos de Balint; em Viena encontrou pessoalmente Viktor Frankl. Foi assistente convidado a colaborar com dois centros universitários, um na Suíça e um em Floresta Negra (Baden Baden), na Alemanha, no trabalho com doentes esquizofrênicos (BERNABEI e ZOPPOLATO, 2008).

Neste contexto sócio-econômico e cultural, com sua preparação teórica, científica, acadêmica, técnica realizada nos anos de 1960 a 1970, e após o trabalho como professor na Universidade, Meneghetti se depara com a situação de que havia a necessidade da prática, isto é, curar os doentes. Portanto, para demonstrá-lo, este deveria ser um percurso autônomo seu como cientista. Para fazê-lo, não poderia estar submetido a uma instituição, seja ela universitária ou de assistência aos doentes, pois havia a necessidade de “colocar a semente de renascimento” naquilo que estava estudando e desejava saber, pois “[...] a Ontopsicologia era algo diverso, uma estrada muito mais criativa” (BERNABEI; ZOPPOLATO, 2008, p. 21).

Orientado por essas premissas ele inicia em 1971 a atividade de experimentação clínica para demonstrar a exatidão de seus estudos curando os doentes, era o momento das descobertas, da pesquisa empírica e da demonstração científica experimental (ibid.). Trabalha com casos de esquizofrenia, neuroses, droga e doenças físicas, obtendo a cura e resolução de cada um deles. Nesse sentido, Meneghetti (2005d) compreende e enfatiza que “uma psicologia não pode teorizar-se ciência se, antes, não demonstra a práxis clínica da resolução do sintoma. Qualquer ciência, se não possui a própria hipótese verificada sobre o objeto de análise, não pode se teorizar ciência” (p. 8). Durante os

10 anos empregados na atividade de prática clínica diária, Meneghetti “instrumentalizou a psicoterapia, exatamente como um cientista químico usa os primeiros elementos, porque se tratava de colher a passagem que o ser fazia por trás dos fenômenos”¹⁸.

...foram-me necessários dez/doze anos de psicoterapia no último estágio em todos os seus aspectos de psicossomática, ideologismo, esquizofrenia, até às psicoplásticas de AIDS, alterações cancerógenas, etc.: queria compreender onde estava o erro, verificar se era constituído pela natureza, motivo pelo qual haveria a impossibilidade de compreender o verdadeiro, aquele verdadeiro segundo Aristóteles, Tomás de Aquino, Descartes, Kant, Heidegger, uma disputa perene durante 2500 anos sobre a possibilidade ou não, para o homem, de conhecer com exatidão (MENEGHETTI, 2011c, p. 12-13).

A contemporânea e posterior teorização da Ontopsicologia advém com a demonstração prática e clínica da resolução das patologias e problemáticas humanas, pois “Meneghetti não evidencia somente o problema, mas propõe imediatamente uma solução para este” (BERNABEI; ZOPPOLATO, 2008, p. 11). Portanto, a prática clínica realizada pelo período de 10 anos foi o momento para demonstrar a eficácia do método ontopsicológico, de modo empírico e experimental, comprovando-o. Dessa forma, “*a Ontopsicologia nasce de uma evidência interna à obra clínica bem-sucedida*. No exercício da psicoterapia, vendo o resultado positivo (depois de quatro a cinco sessões a pessoa restabelecia a saúde), comecei a analisar aquilo que fazia e teorizei a experiência clínica que o fato me evidenciava” (MENEGHETTI, 2010, p. 112).

Do próprio autor encontramos a asserção:

À premissa ontopsicológica se une a experiência clínica da doença, da neurose, da pedagogia, da psicologia aplicada, do conhecimento do comportamento do homem. A síntese da ciência ontopsicológica nasce unindo o conhecimento e a experiência ontológica com a clínica

18 Informação verbal de curso. Conferência ministrada durante a XXIV Summer University of Ontopsychology, Assisi-Itália, cuja temática principal abordada e debatida nesta edição do evento foi Ontologia da Percepção, em 12 de agosto de 2011.

e a psicologia aplicada ao comportamento humano. Por “clínica”, entendo dizer que o quanto expresso nos meus livros é o resultado de uma experiência direta na cura de doenças graves e na resolução de casos de delinquência, de psicossomática, de toxic dependência, de fenômenos parapsíquicos e paranormais (...), por pelo menos dez anos, com uma verificação de mais de trinta anos (MENEGETTI, 2006a, p. 28).

Necessário se faz destacar que “o fato de que a Ontopsicologia tenha escolhido a via psicoterápica é simplesmente uma passagem instrumental, mas não é a mais apropriada ao saber em si da Ontopsicologia” (MENEGETTI, 2006a, p. 34). Meneghetti, em sua atuação clínica inicial, de acordo com sua formação, instrumentalizou a psicoterapia, mas isso não significa dizer que por utilizar a psicoterapia, instrumentalizando-a, a Ontopsicologia se reduza a essa prática. Temos de compreender claramente que instrumentalizar significa “tornar(-se) operacional, fornecendo ou ganhando os instrumentos ou meios pertinentes; operacionalizar” (HOUAISS, versão digital). Portanto, a psicoterapia foi uma forma de operacionalização, a atividade meio pela qual a Ontopsicologia – ciência nascente – poderia desenvolver e realizar suas descobertas, para sua própria formalização científica, e posterior teorização. Era a forma de realizar a experimentação científica da ciência que nascia e validar suas descobertas.

“Não organizei a psicoterapia ontopsicológica para curar os doentes e criar uma prima da medicina: instrumentalizei a psicoterapia ao escopo da filosofia e da ciência pura e aplicada. A finalidade é a capacidade da verdade, portanto, a saída da dúvida, do fenômeno (solução do problema crítico do conhecimento): o homem pode conhecer a verdade? Se pode, como? Para obter a verdade, é preciso reintegrar o homem ao seu Em Si” (MENEGETTI, 2006a, p. 35). Com os dez anos de atividade clínica diária, com os mais diversos e difíceis tipos de dificuldades e patologias humanas, em diversas culturas, o autor pode efetuar três descobertas, em base as quais se fundamenta a Ciência Ontopsicológica, a saber: campo semântico, Em Si Ôntico e monitor de deflexão.

A ‘verdade’, a qual o autor remete no parágrafo acima, é a própria verdade que o homem porta ínsita e não conhece, e em base a qual é possível sua realização existencial como ser humano, na história aqui e agora. Portanto, *“a Ontopsicologia pesquisa, indaga o princípio,*

*o fundamento primeiro da atividade psíquica*¹⁹” (ibid., p. 18). Ao instrumentalizar a psicoterapia, a Ontopsicologia “analisa o ‘princípio’ do sujeito: dali se aprende o modo da cura, portanto, sabe-se também o erro que deve ser eliminado” (ibid.)²⁰.

O método ontopsicológico, formalizado na práxis de seu proceder científico, na atividade clínica bem sucedida, converge um utilizar contemporaneamente as três descobertas desta ciência, que são “... realidades cardinais para compreender a existência humana, sobre as quais funda toda a própria teoria e práxis” (MENEGETTI, 2006a, p. 7). Pois, como relatado acima, ao analisar o ‘princípio’ do sujeito, dele se aprende o modo da cura – ora, este princípio é o Em Si Ôntico, a essência virtual e formal, “a radicalidade da atividade psíquica, o projeto da natureza que constitui o humano” (ibid.). Tudo o que está em identidade a esse projeto de natureza, que cada homem possui, está em conformidade e permite a funcionalidade de cada ação e escolha. Por isso o autor diz que “para ter realização na vida, é preciso centrar a técnica exata de uma escolha” (ibid., p. 18). Ao escolher o que é útil e funcional à própria identidade o homem pode resolver suas questões existenciais, colocar-se novamente na norma de sanidade, e a partir daí, em autóctise histórica, começar a traçar seu caminho de criatividade em devir, tendo em vista a realização existencial (MENEGETTI, 2004), em todos os âmbitos que compõem a vida humana.

A partir do momento em que o sujeito começa a ter a evidência de sua identidade, e das escolhas que são úteis e funcionais, ou seja, congruentes à mesma, em cada pequena e grande ação de seu existir – em todos os âmbitos, pessoal, profissional, de estudo, formação, econômico, financeiro, de saúde, político, de relações interpessoais, cultural, etc. –

19 Atividade psíquica: “ação base das modalidades do pensamento e da motivação do existir homem, até a exteriorização somática (o corpo é palavra, o psíquico é sentido). ‘Realidade’ psíquica (inconsciente, pulsões, associações, transposições oníricas, alucinações, visões, etc.) deve ser entendida com a mesma concretude com a qual um físico concebe a matéria (...). Ao dizer ‘atividade psíquica’, concebe-se o primeiro e fundamental mover-se do homem que, depois, efetua-se como pensamento, emoção, temperamento, caráter, memória, vontade, consciência. Concebe-se a energia base do universo, cuja propriedade é a de se organizar-se intacta ao princípio, enquanto se efetua de todo modo (MENEGETTI, 2008, p. 29-30). Nota inserida pelo autor deste capítulo.

20 Verificar os sete resultados da retomada em ato histórico da informação do Em Si ôntico, em Manual de Ontopsicologia (2010).

também começa a aprender o que deve ser eliminado e/ou modificado, isto é, tudo aquilo que se faz diferente de sua identidade. Propriamente aqui reside outra descoberta, o monitor de deflexão, que, por sua vez, é uma informação distorcida fixa e que o sujeito considera absoluta em sua vida. O monitor de deflexão “é o mecanismo que interfere na exatidão dos processos cognitivos e voluntarísticos, determinando toda a fenomenologia regressiva conhecida pelo homem como doença, dor, angústia, falência, etc.” (MENEGETTI, 2006, p. 7; MENEGETTI, 2005a). Ou seja, é um mecanismo que altera a leitura que a consciência faz da realidade.

A possibilidade de compreensão e leitura dessas duas informações – seja Em Si Ôntico, que monitor de deflexão, se dá por meio do campo semântico, que em si mesmo é o canal de comunicação, ou seja, “a comunicação-base dos comportamentos energéticos das individuações. Ele permite conhecer em primeira atualidade a dinâmica que uma realidade psicobiológica está atuando” (ibid.; MENEGETTI, 2005b).

A psicoterapia ontopsicológica e a consultoria de autenticação são, portanto, diretivas. Nessa aplicação o profissional consultor não dá uma opinião ou um conselho ao cliente, mas informa a ele mesmo as indicações de seu próprio projeto de natureza, de seu Em Si Ôntico, o que deve ser feito, e o que deve ser eliminado, considerando sempre funcionalidade e utilitarismo à identidade daquele cliente. Desse modo, “a práxis ontopsicológica consiste na identificação, isolamento e aplicação do Em Si Ôntico, restituindo ao homem a capacidade de autenticidade e de evolução criativa na própria existência” (MENEGETTI, 2006a, p. 7).

E nesse ponto dispara a questão da exatidão e autenticidade do próprio homem que faz ciência, do homem operador no social, pois “somente de um homem sadio, completo, satisfeito, pode fluir um conhecimento e uma verdade sadia” (ibid., p. 25). Do contrário, “... uma teoria que se origina de um homem doente, frustrado nas suas ambições, não completo em si mesmo, dificilmente será uma teoria de êxito na existência” (ibid., p. 28). Falamos em ‘teoria’ aqui, mas neste ponto entenda-se toda e qualquer atividade humana em âmbito pessoal e profissional, acadêmico, organizacional, institucional, político, econômica, educacional, cultural, etc.

E Meneghetti (2006a) segue dizendo que:

Em um correto procedimento científico, a exatidão dos resultados da pesquisa pressupõe que sejam exatos e em perfeita funcionalidade todos os instrumentos usados. Se o único instrumento de conhecimento que se refere ao homem é o próprio homem, parece evidente que, se este não for exato, ou seja, conforme ao próprio real, as conclusões serão inevitavelmente inexatas. Parece um fato óbvio, mas ninguém nunca se preocupou com isso, portanto – por causa da interferência deformante (...) – o conhecimento sempre foi a projeção de um erro que compromete desde o início qualquer possibilidade de colher a verdade do homem (p. 24).

No fim, a consciência de cada sujeito não sabe ler de fato quem ele é, e não sabe ler de fato o real em si, a realidade por como ela se apresenta, enquanto vida, e não apenas enquanto semioticamente mediada. Existe a evidência de que “a consciência do pesquisador, do cientista, assim como a dos homens em geral, não reflete de modo exato. Constantemente o ser humano é de um modo, mas se crê, se pensa, se reflete de outro”, conforme Meneghetti (2006a, p. 11). É necessário, portanto, refazer a consciência.

E aqui a Ontopsicologia atua, como **ciência fundamental**, epistêmica e interdisciplinar ao homem. A Ontopsicologia é uma área do conhecimento, é ciência fundamental, que regula os princípios ativos de pesquisa, da solução, de toda fenomenologia do que é o existir humano²¹.

A Ontopsicologia é ciência fundamental porque diz respeito aos fundamentos do discurso científico. O objeto específico da Ontopsicologia é o **nexo ontológico** que deve ser encontrado no interior de cada fenomenologia, que se exprime como economia, medicina, física, psicologia humanista. É uma ciência que busca encontrar o nexo do mundo das causas e constitui a intencionalidade de natureza. Todas as ciências, compreendida a matemática, fazem análise, pesquisas e estudos no âmbito do horizonte macroscópico e, por quanto se queira restringir a análise no âmbito dos efeitos, nenhuma ciência se demonstra capaz de colher a causa em si (MENEGHETTI, 2011b, p. 3) 22 (Tradução nossa).

21 Informação verbal de aula – Conferência de Abertura, realizada na XXIV Summer University of Ontopsychology, Assisi-Itália, cuja temática principal abordada e debatida nesta edição do evento foi Ontologia da Percepção, em 12 de agosto de 2011.

22 “L’Ontopsicologia è scienza fondamentale perché riguarda i fondamenti del discorso scientifico.

A Ontopsicologia é a mais recente entre as ciências humanistas contemporâneas e tem por objeto de estudo a análise da atividade psíquica inerente ao humano. Através do seu método é possível a repetibilidade e a reprodutividade dos resultados. A Ontopsicologia permite, na sua aplicação, tornar exato o pesquisador, o operador, o líder em qualquer campo que este opere. ‘Exato’ no sentido de que sua consciência deve ser refeita, isto é, deve-se possuir uma lógica exata/ de acordo com a lógica da vida, e não uma lógica baseada apenas em educação, cultura, critério convencional.

Consequentemente, a Ontopsicologia é ciência fundamental, epistêmica – geral a qualquer procedimento científico ou intelectual – e interdisciplinar, pois o seu destinatário é o operador do contexto global: o homem. Ao ser aplicada na prática, viabiliza a experiência humana em sua totalidade, de modo a ser uma proposta de autenticação a este homem, para tornar exata sua consciência. De acordo com Meneghetti (2011b), “a Ontopsicologia é conhecimento do ser no modo do psiquismo humano, isto é, como inteligência, a razão do homem contata e reconhece o nexo do próprio existir com aquilo que o ser é na sua generalidade, e também na sua transcendência” (p. 3)²³ (tradução nossa).

A Ontopsicologia:

[...] é uma ciência infinitamente interdisciplinar. Ela posiciona a própria metodologia a serviço da medicina, da filosofia, da economia, da política, da estética e em particular da arte e da criatividade: a inventiva do homem em referência ao mundo e à própria sociedade. É um modelo de consciência e de racionalidade que o homem pode relativizar e especificar no próprio âmbito de intervenção – empresarial, administrativo, do direito, da política – do próprio mundo, da própria sociedade, do próprio contexto. Uma vez que o homem é exato,

L'oggetto dell'Ontopsicologia è il nesso ontologico che deve essere rintracciato all'interno di ogni fenomenologia, che questa si esprima come economia, medicina, fisica, psicologia umanistica. È una scienza che cerca di rintracciare il nesso del mondo delle cause e costituisce l'intenzionalità di natura. Tutte le scienze, compresa la matematica, fanno analisi, ricerche e studi nell'ambito dell'orizzonte macroscopico e, per quanto si voglia restringere l'analisi nell'ambito degli effetti, nessuna scienza si dimostra in grado di cogliere la causa in sé (MENEGHETTI, 2011b, p. 3).

23 “L'Ontopsicologia è conoscenza dell'essere nel modo della psichicità umana, cioè come intelligenza, la ragione dell'uomo contata e riconosce il nesso del proprio esistere con ciò che è l'essere nella sua generalità, e anche nella sua transcendenza” (MENEGHETTI, 2011b, p. 3).

é autêntico na hipótese da natureza, faz as devidas ciências: física, filosofia, biologia, informática, etc. (MENEGHETTI, 2005c, p. 366).

Na prática, à Ontopsicologia, interessa a autenticidade, a exatidão do operador enquanto homem, nas mais diversas áreas de atuação e campos de conhecimento humano. “Por este motivo não é preciso assassinar a Ontopsicologia dentro da psicologia, a psiquiatria, a medicina, a política; deve permanecer um conhecimento apriorístico do homem em função do homem” (ibid.). Assim se faz ciência fundamental, epistêmica e interdisciplinar.

3. DISCUTINDO ‘PSICOLOGIA’: QUESTÃO TERMINOLÓGICA/ CONCEITUAL EM DIFERENCIAÇÃO AO CAMPO DE CONHECIMENTO INSTITUÍDO, E A PSICOLOGIA PRESENTE NA ONTOPSICOLOGIA

Já desde os antigos filósofos clássicos a psique (do grego ψύχω) era buscada ser compreendida, era indagada como objeto do conhecimento filosófico, era tida como uma preciosidade humana, para a qual era destinado um cuidado especial, como sacralidade do humano – lembrando sempre que, tudo isso, orientado e compreendido em sentido laico. Muito depois se tentou aprisioná-la como especialidade do conhecimento científico, que até hoje, século XXI, não a compreende de modo completo.

A psique é a interioridade, a alma imortal²⁴, um princípio vital, intelectual, que ordena o existir humano, é um projeto, um princípio escrito nas próprias células de cada sujeito e de cada individuação, é informação viva e constante. Psique compreendida como alma, como sopro vital, espírito vivente, fogo existencial²⁵. Os gregos já a compreendiam desse modo, e tinham a razão do conhecimento de causa. Para Aristóteles a

24 Em sentido laico.

25 Estas observações são fruto de vários seminários realizados por diversos docentes junto à Faculdade Antonio Meneghetti, em particular algumas lições realizadas pelo Prof. Dr. Paolo Garcia, no Curso de Especialização *Lato Sensu* Gestão do Conhecimento e o Paradigma Ontopsicológico, Disciplina Estrutura da Personalidade, módulo dezembro, data: 18 de dezembro de 2011.

psicologia era uma das ciências das coisas naturais submetidas à mudança ou ao devir. Sendo assim, a alma, como objeto de estudo da psicologia, “[...] que em grego se diz *psyché*, é um ser natural, que existe de formas variadas em todos os seres vivos, plantas, animais e homens” (CHAUÍ, 2006, p. 44). Alma significa “a forma da vida – que acontece em um organizado químico-biológico e move o corpo” (MENEGETTI, 2004, p. 513). Novamente lembrando que o pano de fundo que orienta essas definições é sempre o sentido laico, é o sentido humano – não atrelado a nenhuma orientação ideológica ou religiosa.

Meneghetti desde o início de sua atuação profissional na universidade, a partir do estudo do ser humano de modo integral, e depois, com a aplicação prática clínica, evidencia que era necessário individuar essa psique enquanto lógica que portava, enquanto linguagem, e como o quê o homem poderia fazer para colocar em prática a ordem desta psique (sua lógica), em sua história aqui e agora, no espaço e tempo situados de sua existência concreta.

De acordo com Meneghetti (2010), hoje o estudo da psique, tal como o conhecemos, “é muito diferente daquele desenvolvido na Antiguidade pelos pesquisadores de toda grande cultura. Todas as civilizações antigas se ocuparam da Grande Psicologia, ou melhor, da pesquisa profunda de respostas às urgências metafísicas do homem” (p. 77). Continua o autor:

No passado, pelo menos há cerca de dois mil anos, a psicologia era uma ciência muito séria, reservada somente aos sábios, aos filósofos, aos santos padres; substancialmente, a pessoas de *eminente* maturidade e saber. A psicologia tratava das coisas da psique: “psique” é alma, espírito, o ato da vida. Tudo isso foi sem dúvida verdade até 1930 (MENEGETTI, 2006b, p. 35).

Em relação ao que se entende por Psicologia, Meneghetti (2010) explica que esse termo deriva do grego $\psi\upsilon\chi\eta$ (psique, alma) e $\lambda\acute{o}\gamma\omicron\varsigma$ (estudo, pesquisa, lógica, racionalidade). Dessa forma, psicologia “significa estudo da alma ou princípio vivente do homem, em sentido laico. Psicologia quer dizer: ‘compreender racionalmente a atividade da psique’” (p. 77).

Sócrates, na filosofia grega, considera a psique um elemento que dá propriedade à matéria, que a torna viva: propriamente esse elemento é a “psique vivente, a alma [...]. Esta psique identifica a vida, é o elemento cuja presença indica a vida, e cuja ausência indica que não há

vida. Ela é o elemento-base que torna a matéria semovente” (citado por MENEGHETTI, 2010, p. 79-80).

No entanto, do conceito e definição formal da psicologia tradicional, a mesma é inicialmente entendida, se nos guiarmos pelo viés etimológico e histórico da palavra, como composta de duas raízes gregas: *psiqué* = alma, e *logos* = descrição ou ciência. Bonow (1970) diz que o termo psicologia “foi inventada por Goclenius (Frederico Goeckel) no século XVI (1590) em substituição às expressões: ‘estudo da alma’ ou ‘estudo da psique’” (p. 13). No entanto, já por compreender desse modo os dois termos, reduziu-se a um único significado ligeiro, dando por garantida a sua compreensão, e sem se aprofundar no mais específico sentido humano desta palavra.

Partindo deste ponto, e indo um pouco mais adiante em relação ao conceito tradicional de psicologia, podemos verificar que muito se fala e se diz a respeito do mesmo, mais uma vez dando por garantida a compreensão. Mas, no entanto, a própria área da Psicologia, compreende de fato o que é Psicologia em sua integralidade? Vejamos um exemplo disso, no trecho abaixo, de um livro tradicional da área.

Considera-se iniciador dos estudos psicológicos o filósofo grego Sócrates (séculos V a VI a. C.), do qual se diz que ‘fez descer a filosofia do céu à terra’, pois chamou a atenção para a *observação interna do sujeito pelo próprio sujeito* (introspecção). Tornou-se célebre o conselho que ele dava aos seus discípulos: ‘Conhece-te a ti mesmo’. Até o século XVII a psicologia conservou seu caráter de indagação transcendental da essência da alma ou razão. Eis porque a definição mais corrente, dentro deste conceito, era *‘psicologia é a ciência da alma ou ciência da razão’*. Tanto ‘alma’ como ‘razão’ eram consideradas atributos imateriais, distinguindo-se, em virtude deles, o homem de todos os outros animais, por estes não a possuírem. Chama-se psicologia racional aos estudos dessa época ou aos que, ainda hoje, investigam tais questões (BONOW, 1970, p. 13).

Os gregos, a partir de Sócrates, evidenciaram a questão da importância do conhecimento de si mesmo, e tanto ensinaram nesse âmbito. Porém, quando a partir daí, se desdobra o viés da Psicologia como ciência da alma, ou ciência da razão, os estudos edificados pouco acrescentam em

relação ao que vem a ser a Psicologia como ciência da alma, pois não se conhece de fato o que é esta ‘alma’, e muito menos o fazer ciência dela ou com ela. Portanto, a partir do momento em que a Psicologia começa a alçar o *status* de ciência, com o advento da Modernidade, no século XVII, ela embarca em outras searas, propriamente para poder ser considerada uma ciência, seguindo todos os preceitos para tal (de acordo com os cânones das ciências naturais e o método científico), e esquece-se, relativamente, da ‘alma’, a qual inicialmente se propunha como razão de ser, como objeto de estudo.

Com o Renascimento (séculos XV e XVI) houve profunda mudança nos métodos de conhecer. Em vez de confiar apenas na autoridade de quem expõe uma opinião como verdade absoluta, a observação, experimentação e verificação dos fatos passaram, com Galileu (1564-1642), a serem a melhor maneira de conhecê-los. A física e a astronomia se emanciparam no século XVII, com Galileu e Kepler; a química foi fundada no século XVIII, por Lavoisier; a biologia se firmou na primeira metade do século XIX, com Claude Bernard e Bichat. Todas estas ciências prepararam o caminho para uma nova psicologia, desta vez realmente científica, que, abandonando o estudo do espírito em si, passou a preocupar-se somente com os fenômenos psíquicos (BONOW, 1970, p. 13).

No conceito contemporâneo, os fenômenos psíquicos e o comportamento, passam a ser objeto de estudo da psicologia tradicional, compreendida também como uma ciência da consciência, do inconsciente, da subjetividade, do ciclo evolutivo humano, do homem em relação social, a psicologia do sofrimento psíquico, das doenças mentais, a psicopatologia, do comportamento, dos processos mentais e neurológicos, entre outros. De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, psicologia é “a ciência que trata dos estados e processos mentais, do comportamento do ser humano e de suas interações com um ambiente físico e social”²⁶ – de modo geral, a psicologia é compreendida, tanto pelo senso comum, quanto pelo meio científico, dessa maneira.

A partir daí, “toda ciência, à medida que seus domínios se alargam e seus estudos se diversificam, passa a dividir-se em partes e a admitir

26 Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, versão eletrônica.

especializações” (BONOW, 1970, p. 15). E foi o que ocorreu com a Psicologia como ciência, como conhecimento científico, que se divide quanto ao tempo ou período histórico, quanto ao conteúdo ou à matéria de estudo e divide-se também como Psicologia aplicada. Além disso, temos ainda as mais diversas abordagens da Psicologia. Falamos, então, de Psicologia(s), e não de uma única Psicologia, enquanto ciência e campo do conhecimento, por como existe desde o momento em que passa a adquirir o *status* de ciência, até os dias hodiernos.

A Psicologia possui diversas orientações ou abordagens teóricas, que são “modelos de leitura dos fenômenos psíquicos” (MENEGETTI, 2005d), isto é, diversas impositações da ciência psicológica que estão relacionadas à diferentes visões acerca do homem. Cada uma dessas abordagens possui um critério diferenciado; além disso, a Psicologia científica se articula em diversas formas segundo o critério que a cada vez adota (ibid.). Pelo menos cinco critérios podem ser considerados: 1) *critério epistemológico* (se articula em dois modelos, a saber, naturalista e histórico-hermenêutico); 2) *critério da orientação teórica* (pelo menos com 10 modelos, que são: elementarismo, funcionalismo, associacionismo, comportamentismo, cognitivismo, gestalt, psicanálise, psicologia da compreensão, fenomenologia, psicologia sistêmica); 3) *critério do método de pesquisa* (pelo menos 4 métodos: experimental, clínico, estatístico, cibernético); 4) *critério da finalidade perseguida* (*finalidades teóricas* são nove: psicologia geral, psicofisiologia, psicologia animal, psicologia das idades evolutivas, psicologia social, psicolinguística, psicopatologia, psicologia dinâmica; e *operativas* que são cinco: psicologia clínica, psicologia do trabalho, psicologia da educação, psicologia forense, etc.); 5) *critério do objeto de estudo* (pelo menos 4 objetos de estudo: aprendizagem, percepção, processos cognitivos, personalidade e Eu) (MENEGETTI, 2005d, p. 3). Ou seja, falamos de uma ciência com pelo menos cinco critérios diferenciados e mais uma gama de subcritérios.

O objeto de estudo da Psicologia é compreendido como sendo a subjetividade, uma síntese singular de cada sujeito, e é por meio dela que a Psicologia, como área do conhecimento e de atuação contribui para a compreensão da totalidade da vida humana (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2002). Esses autores entendem que, para a Psicologia, a subjetividade, como objeto de estudo é:

Nossa matéria-prima, portanto, é o homem em todas as suas expressões, as visíveis (nosso comportamento) e as invisíveis (nossos sentimentos), as singulares (porque somos o que somos) e as genéricas (porque somos todos assim) – é o homem-corpo, homem-pensamento, homem-afeto, homem-ação e tudo isso está sintetizado no termo subjetividade. A subjetividade é a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Esta síntese – a subjetividade – é o mundo das ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais. O mundo social e cultural, conforme vai sendo experienciado por nós, possibilita-nos a construção de um mundo interior. São diversos fatores que se combinam e nos levam a uma vivência muito particular. Nós atribuímos sentido a essas experiências e vamos nos constituindo a cada dia (p. 23).

Portanto, os autores supracitados concluem que a subjetividade é a maneira de sentir, pensar, fantasiar, sonhar, amar e fazer de cada sujeito. É o que constitui o próprio modo de ser, sendo este, de modo geral, o objeto de estudo da (s) ciência (s) psicológica (s).

Pelas palavras chave de sentido apresentadas na citação acima, a saber: expressões, corpo, pensamento, afeto, ação, vida social e cultural, objetividade social, ideias, significados, emoções, biológica, manifestações, compreendemos que o objeto de estudo da Psicologia, de modo geral, a subjetividade, está assentado no fenômeno, ou seja, aquilo que é “mensurável ou verificável por critérios sensitivos e racionais [...]. O que aparece de um sujeito, de um ambiente, de uma coisa” (MENEGETTI, 2008, p. 121). Esta subjetividade, por sua vez, é construída pelo sujeito a partir de suas relações sociais, desde a infância e em todas as etapas do ciclo biológico da vida. Ao ser construída a partir da apropriação dos significados e sentidos vivenciados e experienciados no contexto social, a subjetividade se apropria e segue lógicas sociais

e culturais.

No entanto, a Psicologia presente na Ontopsicologia, significa a análise simples do modo intelectual homem²⁷. Temos aqui uma diferença em relação ao que se compreende pelo termo Psicologia em seu campo de atuação e de conhecimento corrente. E lembramos, mais uma vez, que palavras similares não necessariamente significam a mesma coisa – além disso, incorre-se no equívoco de tomar o todo pela parte.

A ciência ontopsicológica não é psicologia [...]. Mas se ontopsicologia não é psicologia, porque utiliza o termo “psicologia” em sua definição? O termo é utilizado e compreendido de modo diferente da psicologia corrente em seus aspectos etimológicos, epistemológicos e metodológicos. [...] A ontopsicologia, ou ONTOLOGIA DO HOMEM, possui um objeto, um método e um fim específicos que a caracterizam enquanto ciência distinta das outras, mas ao mesmo tempo interdisciplinar. [...] Ontopsicologia é ontologia aplicada ao projeto humano com racionalidade científica (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONTOPSICOLOGIA, 2011d, p. 2).

Coloca-se e defronta-se, então, um problema terminológico, um problema conceitual e de definição clássica, da Psicologia, que se perdeu. Talvez o coração da Psicologia tenha sido raptado, inicialmente, por fisiólogos e médicos²⁸ que não conheciam as bases de fundação da cultura clássica e da Filosofia²⁹ – nas quais a antiga Psicologia nascia e

27 Cf. referência da nota de rodapé nº 25, deste texto.

28 “No séc. XIX, nasce a psicologia experimental com base nos desenvolvimentos dos estudos compreendidos no campo da fisiologia e da medicina. A psicologia volta então ao campo, mas com características diferentes da grande psicologia do mundo clássico (MENEGHETTI, 2010, p. 88).

29 “Quando na metade no séc. XIX a psicologia se destacou da filosofia e passou às ciências naturais fazendo próprios os seus métodos, essa considerou seu objeto os processos psíquicos, que W. Wundt procurou circunscrever globalmente no seu *conceito atualístico de alma*. A expressão cunhada por F. A. Lange da ‘psicologia sem alma’, corresponde em tudo à psicologia científica. Resta, todavia, o quesito sobre o verdadeiro nó do problema da alma: a alma tinha a *função de um conceito diferencial em relação ao corpo*, a função de um substrato permanente dos processos psíquicos e a *função de uma base unitária da vida psíquica*, no sentido de continuidade do decurso, identidade do sujeito e constância do reconhecimento do objeto [...]. Em

se formava – sendo que nesse percurso faltou a passagem para o saber do que era (e é) a Psicologia de fato. E depois, todos a conheceram unicamente a partir desse rapto – seja a comunidade científica, sejam as áreas afins, sejam seus estudiosos, sejam cada um dos novos profissionais que são formados nessa área, assim como cada integrante do senso comum.

“[...] Mas enquanto isso, a alma, a psique, onde foi parar? A ciência é sempre profundamente antimetafísica e não admite o elemento subjetivo, considerado opinável e irracional: continua a dar validade apenas com critérios externos à pessoa do pesquisador, ou seja, um método, um procedimento, um protocolo (MENEGETTI, 2010, p. 95).

Nessa trama envolve-se também a questão da especialização do conhecimento, que direciona o separar e analisar humano por partes, como se não fosse uma unidade, e como se essa unidade não existisse. E, além disso, acrescentou-se a problemática da patologia psíquica, portanto, em grande parte, atualmente, falamos quase sempre de uma psicopatologia – da doença, do sofrimento, da dificuldade – isto é, o nome e o sentido que ressoa, ao lembrarmos de Psicologia, é psicopatologia, em detrimento de uma Psicologia, de fato, em si mesma. Desde o final do séc. XIX e o início do séc. XX, a Psicologia foi reduzida à arte clínica. Falamos de uma psicologia órfã, que foi, então, adotada pela família da Medicina, como se Psicologia fosse um padrão de patologias de ordem não fisiológica, e aí ela se torna patologia psíquica³⁰.

Olhando esta questão, para remetermos novamente a momentos da história da Psicologia,

Sucessivamente, porém, chegou a onda neurológica, psiquiátrica, médica que – para poder ganhar *credibilidade*

conclusão: até que a psicologia se identifique com a ‘pura’ ciência empírica, essa não pode decidir o problema da alma” (ARNOLD; EYSENCH; MEILI, 1982, p. 73-74).

30 “Em grande parte, atualmente, a psicologia está circunscrita à psicopatologia, como análise da doença mental, que em si mesma, não é nem mesmo unicamente mental. A psique de um sujeito não pode estar doente, porque é um princípio de vida. Quem está doente é o Eu, é a consciência de um sujeito. A psique é uma informação vida, caso existisse a hipótese de ficar doente, imediatamente o sujeito morreria. A lógica da vida não sofre, quem sofre é a lógica racional”. Cf. referência da nota de rodapé nº 25, presente neste texto.

dentro da organização institucional (religiosa ou não-religiosa, política, indiferentística ou anárquica, etc.) – buscou *apropriar-se*, em pequenas partes, do *olimpo* dos conhecimentos considerados realmente sérios e incontroversos. Sem dúvida os médicos conduziram muitas lutas, portanto, é um grande corpo do saber que teve os próprios mártires, as próprias incompreensões, mas – de fato – a medicina começou a roubar termos preciosos do grande conhecimento da psicologia tradicional, superior. A propósito, lembro que, quando comecei a ler as análises, os tratados de Jung, Rogers, etc., notei logo que aqueles estudiosos falavam da psique, mas não sabiam o que esta seria: faltava-lhes completamente o conhecimento dessa enorme formação clássica em referência ao que é a psique, a alma. Substancialmente, aquela que hoje é chamada “psicologia experimental”, “psicologia científica”, “psicologia aplicada”, etc. é uma *descrição dos comportamentos psicossomáticos*: o homem é expulso, colocado fora daquele saber que era pacífico, e a psicologia passou a ser destinada aos doentes, *regredindo* enormemente (MENEGETTI, 2006b, p. 37).

Todavia, como análise simples do modo intelectual homem, a psicologia presente na Ontopsicologia – considerando o quanto apresentado até aqui – busca compreender qual é a lógica presente na individuação homem, a lógica da vida, que esta porta, e como deve fazer para colocar em prática a ordem que já é ínsita em sua psique, em si mesmo. Começamos a falar do mundo das causas, antes do fenômeno, ou do mundo-da-vida, como bem pontuava Edmund Husserl já em 1934.

Essa lógica, em si e por si, possui uma ordem. Ordem compreendida como endereço preciso, direção, como aspecto diretivo. Se lembrarmos de que na vida cada coisa/individuação possui o seu lugar, que existe uma lógica de espaço e tempo, verificamos que o mesmo se aplica ao homem. Isto é, o homem possui uma ordem individual de vida, em seu espaço e tempo, que o distingue e o especifica, diferenciando-o de qualquer outra individuação e tornando-o único. Essa lógica, esse endereço é uma ordem interior, posta pela vida.

Já os filósofos gregos compreenderam que havia uma lógica, que por sua vez não era igual à lógica do Eu, à lógica racional, mas uma lógica

intuitiva³¹. Esta não exige da lógica racional, segundo o processo indutivo-dedutivo, pois são complementares. Porém, a ordem principal é a lógica intuitiva, segundo a qual, do meu dentro posso ver toda uma situação, em um único momento, como uma *gestalt*, uma imagem total, uma visão concreta, material, que dá para mim o ponto de minha direção³². Junto disso a lógica racional auxilia dizendo/informando como fazer, como atuar na história³³.

Contudo, a lógica intuitiva foi apenas intuída pelos filósofos gregos, mas eles não compreenderam como funcionava. Eles não colheram/compreenderam o aspecto ontológico, isto é, do ser (*onto*)³⁴, não compreenderam que a psique era ordem de uma realidade maior, do ser, como uma ordem cósmica, uma informação vital total, que em última instância é a vida em si mesma, em todas as suas formas de manifestação³⁵.

Portanto, a Psicologia como análise (*logos – logia*) simples do modo intelectual homem (*psique*)³⁶, deve compreender qual a lógica, qual a ordem (*logos – logia*), do ser (*onto*), já inscrita e ínsita na individuação homem (*psique*) aqui e agora, ou seja, a lógica do ser na existência homem. De onde, Ontopsicologia = lógica do ser (*ontologia*, como ordem universal do existir) na minha existência (*psique*) aqui e agora, que significa a análise da psique em referimento a toda ordem existencial homem e a toda a ordem geral vida³⁷.

31 Sugere-se verificar a definição de intuição, em Dicionário de Ontopsicologia (MENEGHETTI, 2008, p. 148).

32 Cf. referência da nota de rodapé nº 25, presente neste texto.

33 Verificar MENEGHETTI, Antonio. **Atos do Congresso Business Intuition 2004**. São Paulo: FOIL, 2007.

34 Ôntico: “do grego Òntoz, genitivo do participio do verbo éimi = ser. Participado pelo ser em si. O que constitui o princípio para qualquer possibilidade ou fato de existir. Atualidade da causa primeira de um processo. O princípio pelo qual é, ou não é” (MENEGHETTI, 2008, p. 192). Ser: “princípio universal do quanto existe ou é real” (ibid., p. 248). Ontológico: “(ver ôntico). Gr. λόγος = estudo, análise. Discurso, racionalidade, critério atinente ao real, ao ser e a qualquer fenômeno seu” (ibid., p. 194). A Ontologia, de acordo com Aristóteles, é um dos campos de investigação da Filosofia. A Ontologia é “o conhecimento do ser, isto é, da realidade fundamental e primordial de todas coisas ou da essência de toda realidade” (CHAUÍ, 2006, p. 45).

35 Cf. referência da nota de rodapé nº 25, presente neste texto.

36 É esta a psicologia que se faz presente no termo Ontopsicologia.

37 Cf. referência da nota de rodapé nº 25, presente neste texto.

A Ontopsicologia, conforme sua definição, e por meio de seu método científico preciso, permite tocar, conhecer, colher o projeto existencial do homem, porque é um projeto vivo, existe, se vê a partir de suas características, para, a partir do momento em que se o sabe, que se o individua e isola, compreender essa lógica única do ser em cada existência, e fazer história, atuá-la na história, consentindo a realização do sujeito homem³⁸, em todo e qualquer campo de atuação humanista profissional que este empreenda na sociedade.

De modo muito prático, simples e objetivo, por ocasião do *residence* para jovens “Estética como ética”, realizado em maio de 2011, no Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, o Acadêmico Prof. Antonio Meneghetti define Ontopsicologia, novamente, a todos os presentes:

“**Onto** = realidade. Qual realidade? Qualquer coisa. Eu sou real. Corpo, sapatos, onto. Onto é claro, é o termo clássico, filosófico, grego; sim, mas, de qualquer forma, onto? A realidade. O que entendes por realidade? Tudo aquilo que entende por realidade é onto. **Psique**: é intelecto, é pensamento, é consciência, é Em Si, crítica, razão, Eu, podemos entender tantas coisas, mas substancialmente é isto. Depois, **logia**: método, estudo, pesquisa. Ontopsicologia: a grosso modo seria como o Eu analisa, administra, estuda, faz a realidade assim, mas psique de acordo como um indivíduo é de fato, como foi construído; porém, se por psique entendemos o Em Si ôntico, então, Ontopsicologia seria o estudo, a competência, de como construir a realidade para si, construir, fazer, entrar em relação com a realidade segundo a lógica do meu Em Si. Esta é Ontopsicologia, como administrar a realidade em vantagem ôntica, em vantagem real” (MENEGETTI, 2011, INFORMAÇÃO VERBAL).

Portanto, existe um salto qualitativo aqui, remetemo-nos, em relação à Ontopsicologia, à uma técnica de verificação da realidade, um método para tal, que permite, a cada sujeito – que aplique de modo sério e exato essa técnica, esse método – entrar em relação com a realidade segundo

38 Ver “fim” (finalidade/escopo) da Ontopsicologia, segundo a estrutura científica, em Ideografia da Ontopsicologia (MENEGETTI, 2010).

a lógica de sua própria vida, simplesmente aquilo que é. Sem desvios e sem informações desconexas, sem distorções no modo de leitura da realidade. Com essa técnica é possível o nexu ontológico³⁹.

Há mais de 40 anos esse método jamais teve um erro ou pelo menos a hipótese de um erro. É um método para o conhecimento de um comportamento de um sujeito, de um objeto, sendo que, toda vez que se conhece esse comportamento, se pode escolher. De que modo? Se o sujeito escolhe em conformidade com esse comportamento, se ganha vantagem, se ganha solução. Assim como uma matemática real, ao seguir o método se obtém sempre o cálculo exato, ao se seguir fora do método, se obtém apenas resultados imaginados. No âmbito da Ontopsicologia, o método consiste em ter descoberto a existência do Em Si Ôntico e o seu comportamento, as suas fenomenologias⁴⁰ - pois todo o conhecimento, toda a atividade, a clínica que Acad. Prof. Antonio Meneghetti realizou no passado, consentiu-lhe descobrir este princípio no comportamento do homem. Uma vez descoberto esse princípio, esse comportamento, é possível saber, imediatamente, o que é necessário fazer para melhorar o homem. Caso exista um problema, caso se esteja em diáspora, em falimento, também se sabe, também é possível a informação da causa, e atuando sobre essa causa, variar os seus efeitos. Portanto, na operacionalização técnica do método ontopsicológico, são usadas, contemporaneamente, as três descobertas: Em Si Ôntico, campo semântico e monitor de deflexão).

Portanto, a Psicologia presente na Ontopsicologia é a lógica da vida de um sujeito, o nexu ontológico, e a análise e verificação desta própria lógica, o conhecimento da causalidade psíquica para verificar seus efeitos, para operar soluções, saúde, crescimento, evolução em criatividade, ou para resolver toda sintomatologia e dispersão, em aspectos de saúde, de relações, de inteligência, sociais, econômico-financeiros, enfim, na globalidade existencial. Aqui se identifica a demonstração objetiva da aplicação da Ontopsicologia, a sanidade funcional e a realização, de acordo com sua estrutura científica, pois em primeira instância, quando o método é bem aplicado, se verifica/resulta o “desaparecimento do

39 Vide o texto que consta no Editorial da Revista Nuova Ontopsicologia – BRIC’S Youth Generation, de junho/2011, “20 giugno 2011, Ginevra, Palazzo delle Nazioni Unite – Fare metanoia per ritornare nella causalità delle cose”, Antonio Meneghetti, p. 2-5.

40 Vide as 15 características do Em Si Ôntico, em Manual de Ontopsicologia (MENEGHETTI, 2010).

sintoma ou problema”, para, na sequência, o sujeito se direcionar ao seu “desenvolvimento no plano da funcionalidade integral a si mesmo na globalidade existencial” (MENEGETTI, 2010, p. 137). Com esses aspectos sendo realizados pode-se fazer a confirmação de que “*o fim último da existência humana é a criatividade*. O ser humano não é feito para repetir, mas para evoluir” (ibid., p. 230).

Após esse percurso científico e de construção da Ontopsicologia, empreendemos que, em uma síntese dialética, a psicologia em termos ontopsicológicos “é a lógica do ser na alma, a lógica da vida no indivíduo histórico; portanto, o ser como se motiva, como se abre, como se revela ao capaz condutor dando a possibilidade de saber, momento a momento, o que pode fazer historicamente” (MENEGETTI, 2011e, p. 157).

É um percurso, portanto, de refundação crítica do conhecimento científico, tendo em vista o critério que dê fundamento à existência dessa lógica no homem: “... um critério que dá realização a todas as tensões virtuais do homem como capaz responsável de ser valor total para si e ajuda superior para outros como ele” (ibid.). Desse modo, é possível afirmar que Ontopsicologia é ciência fundamental, basilar, preliminar e propedêutica, uma vez que é fundamento para o discurso científico, sendo assim epistêmica e interdisciplinar, realizando a integração do saber científico⁴¹, para cada um dos demais campos do conhecimento, inclusive no que diz respeito à Psicologia, tal como a conhecemos hoje.

41 Krylov (2001).

REFERÊNCIAS

- ARNOLD, Wilhelm; EYSENCH, Hans Jürgen; MEILI, Richard. **Dizionario di Psicologia**. 2. ed. Roma: Paoline, 1982.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONTOPSICOLOGIA. Documento redigido/Carta, 22 de maio de 2011 (2011d). Não publicado.
- BERNABEI, Pamela; ZOPPOLATO, Andrea. Dossiê Antonio Meneghetti: uma viagem de sucesso. **Revista Nova Ontopsicologia – 35 anos**, n. 2-2007/1-2008, ano XXV, de março de 2008. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2008.
- BOCK, Ana; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. **Psicologias**. Uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BONOW, Iva Waisberg. **Elementos de psicologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- HEISENBERG, Werner. **A parte e o todo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão digital.
- GARCIA, Paolo. Disciplina Estrutura da Personalidade. Informação verbal de curso, Curso de Especialização *Lato Sensu* Gestão do Conhecimento e o Paradigma Ontopsicológico, módulo dezembro, data: 18 de dezembro de 2011. Recanto Maestro: Faculdade Antonio Meneghetti (AMF).
- KRYLOV, Albert. L'integrazione del sapere scientifico e l'Ontopsicologia. p. 26-31. **Rivista Nuova Ontopsicologia**, n. 1, ano XIX, abr., 2001.
- LOBATO, Abelardo. A semente da Ontopsicologia. p. 03-06. In: BERNABEI, Pamela; ZOPPOLATO, Andrea. Dossiê Antonio Meneghetti: uma viagem de sucesso. **Revista Nova Ontopsicologia – 35 anos**, n. 2-2007/1-2008, ano XXV, de mar. 2008. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2008, p. 3-6).
- MASLOW, Abraham Harold. **Introdução à Psicologia do Ser**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1968.
- MASLOW, Abraham Harold. **Toward a Psychology of Being**. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold Company, 1962.
- MAY, et al. **Psicologia esistenziale: che significa per noi?** In: ALLPORT, et al. **Psicologia Esistenziale**. Roma: Astrolabio-Ubaldini, 1970.
- MENEGHETTI, Antonio. **Conhecimento ontológico e consciência**.

- Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011c.
- MENEGHETTI, Antonio. **Campo Semântico**. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2005b.
- MENEGHETTI, Antonio. Fare metanoia per ritornare nella causalità delle cose. p. 2-5. **Rivista Nuova Ontopsicologia**, n. 1, 2011b, ano XXIX, junho.
- MENEGHETTI, Antonio. Humanismo e Ontopsicologia. p. 29-35. **Revista Saber Humano**, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, edição especial, set. 2011a.
- MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editora Universitária, 2010.
- MENEGHETTI, Antonio. **Nova Fronda Virescit**. Introdução à Ontopsicologia para jovens. Vol. 1. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2006a.
- MENEGHETTI, Antonio. **Intelecto e personalidade**. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2006b.
- MENEGHETTI, Antonio. **O Em Si do homem**. 5. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2004.
- MENEGHETTI, Antonio. **O monitor de deflexão na psique humana**. 5. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2005a.
- MENEGHETTI, Antonio. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2008.
- MENEGHETTI, Antonio. **Atos do Congresso Business Intuition 2004**. São Paulo: FOIL, 2007.
- MENEGHETTI, Antonio. Informação verbal de curso – 4ª Conferência do **Residence para Jovens ‘O ponto força do sucesso’**, realizado em Bombinhas-SC, 2 a 5 de novembro de 2000.
- MENEGHETTI, Antonio. **A feminilidade como poder, sexo, graça**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2004.
- MENEGHETTI, Antonio. **Ontopsicologia: o nexa ontológico da psicologia**. Artigo apresentado no IV Congresso Mundial de Psicoterapia, 27-30 de agosto de 2005d, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: http://www.onto.net.br/index.php?title=Ontopsicologia:O_nexo_ontol%C3%B3gico_da_psicologia
- MENEGHETTI, Antonio. **Residence Ontopsicológico**. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editroce, 2005c.
- MENEGHETTI, Antonio. **I giovani e l'etica ontica**. 2. ed. Roma: Psicologica Editrice, 2011e.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E ONTOPSICOLOGIA

Adriane Maria Moro Mendes

1. INTRODUÇÃO

No início dos anos 1990, impulsionada pelo aumento exponencial da difusão de informações, resultante da globalização e do avanço da internet, surge a disciplina de Gestão do Conhecimento. Seu rápido crescimento como área multidisciplinar e estratégica se deu, em grande parte, pela valorização do conhecimento no meio empresarial, que passa a considerá-lo como sendo o principal ativo competitivo da organização.

Despertando o interesse acadêmico e reunindo pesquisadores de áreas como Sistemas de Informação, Computação, Educação, Sociologia, Psicologia e Engenharia, a Gestão do Conhecimento inaugura um novo modelo de análise socioeconômica e comportamental, procurando sustentar cientificamente a anunciada “Sociedade do Conhecimento”¹, uma sociedade onde o acesso democrático à informação reduziria as diferenças sociais.

Passados alguns anos, é sabido que a gestão do conhecimento está ancorada em modernos sistemas computacionais e complexas plataformas para gerenciamento de informações, mas também é notória a falta de uma epistemologia que a sustente como área de conhecimento científico.

A gestão do conhecimento é, de fato, feita por pessoas que empregam seus próprios critérios para julgar a informação. Mais que isso, a seleção de informações pode ser pautada em variáveis inconscientes para o indivíduo. Temos então uma lacuna em aberto: **o sujeito do conhecimento**. É ele quem dá o critério ao conhecimento, seja ele um cientista, um empresário, um engenheiro, um médico, etc.. Mas como se certificar de que o conhecimento seja exato, que produza os resultados esperados e não gere a dispersão das opiniões que depois não

¹ Ou “Sociedade da Informação”, como defendem alguns estudiosos da área. Para aprofundar o assunto, ver Dziekaniak e Rover, 2011.

se revelam coincidentes com a realidade dos fatos?

É necessário questionar a subjetividade que produz o conhecimento. Eis que se entra no terreno fértil da Escola Ontopsicológica. Com suas descobertas inéditas, elabora uma metodologia que certifica se o sujeito é conforme ao seu projeto de natureza e, nesse caso, capaz de produzir conhecimento verdadeiro, ou se sua racionalidade encontra-se impedida de acessar sua própria identidade criativa e, nesse caso, diz o que o sujeito deve fazer para retornar ao ser que é (tornar-se autêntico).

Diante do exposto, este artigo objetiva propor a autogestão do conhecimento como atitude elementar a ser desenvolvida, e esse se encontra articulado da seguinte forma: inicialmente são apresentados os principais conceitos da gestão do conhecimento para, em seguida delinear-se o aporte da Escola Ontopsicológica em referência ao problema que se pretende abordar (o sujeito do conhecimento) e, por fim, pretende-se demonstrar que a gestão do conhecimento adquire sua legitimidade e se posiciona como disciplina interdisciplinar e estratégica se aliada com a metodologia ontopsicológica, uma vez que essa autentica o sujeito do conhecimento, restituindo-lhe uma subjetividade transparente e livre das distorções opinativas.

2. CONCEITOS ELEMENTARES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas. (Peter Drucker)

As teorias da Gestão do Conhecimento (GC) crescem na medida em que é cada vez mais difícil tornar clara as razões pelas quais uma organização alcança resultados extraordinários, superando a eficácia de outras. Essa dificuldade é associada à intangibilidade dos recursos que lhe conferem vantagem competitiva; esses recursos advêm da criação de conhecimento pela organização. O conhecimento humano, capital intelectual e tecnológico é cada vez mais a chave estratégica do desenvolvimento e da transformação social (SHARIQ, 1997; SHINYASHIKI; TREVIZAN; MENDES, 2003).

Para Candido e Araújo (2003), a gestão do conhecimento pode ser definida como um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem identificar, analisar e administrar, de forma estratégica e sistêmica, o ativo intelectual de uma organização e seus processos associados. Sua base é a distinção entre tipos de conhecimento.

Polanyi (1966), considerado precursor das teorias de GC, define que o conhecimento tácito, também chamado de subjetivo ou procedural, está contido na mente das pessoas, específico de um determinado contexto, difícil de ser formulado e comunicado. Por seu forte contexto subjetivo, é um tipo de conhecimento que envolve modelos mentais, que resultam da interação da personalidade com o ambiente ou cultura onde o indivíduo se encontra. Seus elementos técnicos podem ser exemplificados como o saber concreto (*know-how*), técnicas e habilidades que permitem ao indivíduo o saber-fazer. O conhecimento tácito é criado e compartilhado em torno das relações, das interações entre os sujeitos e o mundo (FIGUEIREDO, 2005). Também Nonaka e Takeuchi (1997) afirmam que a criação do conhecimento resulta das experiências dos seres humanos em lidar com o mundo.

Já o conhecimento explícito é aquele declarativo, transmitido e comunicado em linguagem formal e sistemática que permite ao indivíduo o saber (entender e compreender) sobre fatos e sobre eventos determinados. Este é apresentado em uma forma sistemática. Ele é resultado do conhecimento antes contido na mente das pessoas e, obviamente, para que seja gerado é necessária a participação ativa e voluntária dos indivíduos na explicitação dos seus conhecimentos tácitos.

O processo de criação do conhecimento depende, em grande parte, da conversão do conhecimento tácito em explícito, pois é este que gera mercado. A conversão do conhecimento tácito em explícito não é tarefa simples, porque muitas vezes o conhecimento tácito se dá de modo inconsciente (MEADOWS, 1999).

Assim, a GC pode ser definida como um sistema integrado que busca o desenvolvimento do conhecimento e da competência coletiva, para ampliar o capital intelectual e a sabedoria das pessoas da organização (SABAAG, 2007) Ou, de outra maneira, podemos dizer que:

Gestão do Conhecimento é um conjunto de ações sistemáticas para localizar, entender e usar conhecimentos para criar valor, ajudando informações e conhecimentos

a fluir para as pessoas certas, nos momentos certos, de forma que se possa agir da maneira mais eficiente e eficaz (MELLO e BURLTON, 2000, p. 2).

Para Davenport e Prusak (1998), a GC “pode ser vista como uma coleção de processos que governam a criação, disseminação e utilização do conhecimento para atingir plenamente os objetivos da organização”. Para eles, os elementos basilares da GC são sintetizados no conhecimento, talento e criatividade dos indivíduos que atuam na organização; na interação destes indivíduos, através da formação de equipes e líderes apoiados por uma estrutura de tecnologia da informação e comunicação e, finalmente, em um conjunto de relacionamentos internos (socialização na organização) e externos (com clientes, fornecedores e extensivos à sociedade como um todo).

Ainda, para dirimir confusões entre a gestão da informação e a GC, o *Canadian Institute of Knowledge Management* (2003) enfatiza que a diferença entre ambas é simples: gestão da informação entrega informações e GC auxilia a administrar o que as pessoas fazem com elas.

É possível descrever as etapas da GC a partir de diferentes autores. A tabela abaixo, (tab.1), criada por Cislighi (2008) apresenta a proposta de Probst, Raub e Romhardt (2002), onde as etapas são reunidas em processos.

Processos	Etapas
Identificação	a. Identificar, analisar e descrever o ambiente de conhecimento; b. Definir um quadro de habilidades, informações e dados internos e externos; c. Assegurar transparência dos conhecimentos e das lacunas de; d. Facilitar a localização dos conhecimentos dentro e fora da organização.
Aquisição	a. Definir conhecimentos desenvolvíveis internamente e os adquiríveis; b. Adquirir conhecimentos de especialistas, consultores, parceiros e clientes, assim como produtos do conhecimento, como plantas industriais, softwares e equipamentos de alta tecnologia.
Desenvolvimento	a. Facilitar o desenvolvimento de novas habilidades, produtos, ideias e processos mais eficientes; b. Direcionar esforços para o desenvolvimento de conhecimento.
Compartilhamento	a. Propiciar o compartilhamento do conhecimento adquirido e desenvolvido na organização para que seja utilizável; b. Aumentar a utilização do conhecimento oferecendo ambientes adequados para o trabalho individual e em grupo; c. Compartilhar conhecimentos através de conversas, reuniões.
Utilização	a. Garantir que o conhecimento da organização seja utilizado em seu benefício; b. Transformar conhecimento em resultados visíveis para a organização; c. Garantir que habilidades e ativos de conhecimento, como patentes e licenças, sejam totalmente utilizados.
Retenção	a. Selecionar pessoas e processos que valham a pena ser retidos; b. Armazenar experiências de forma adequada; c. Transferir dados, informações e habilidades valiosas aos sistemas organizacionais para que possam ser úteis à toda a organização; d. Garantir que a memória organizacional seja atualizada; e. Transferir o conhecimento do funcionário que está saindo para seu sucessor; f. Registrar o conhecimento adquirido e desenvolvido para torná-lo acessível e recuperável para sempre.

Quadro 1: Etapas do processo da Gestão do Conhecimento

Fonte: Cislighi, 2008.

O modelo apresentado é aplicável a diferentes tipos de organizações, desde que os indivíduos que executarão as etapas sejam capazes de fazê-lo. O êxito do processo requer a exatidão do operador.

O operador do conhecimento é um humano. Ele não se encontra exclusivamente nos dados, nem tampouco nos documentos: se forma e reside na mente do indivíduo. Por isso, todas as técnicas, os procedimentos, os princípios e os instrumentos com finalidade à GC podem tão somente fornecer aos interessados um válido auxílio para aprender em modo veloz, eficaz, eficiente e mirado.

De acordo com Carr (2004), o que torna um recurso realmente estratégico – o que o capacita a servir de base para uma vantagem competitiva sustentada – não é sua ubiquidade, mas sua escassez. Em muitas organizações, o *know-how* de funcionários e a cultura organizacional valem muito mais que os ativos tangíveis. Diferentemente de ativos financeiros e físicos, os intangíveis são difíceis de imitar pela concorrência, o que os torna uma poderosa fonte de vantagem competitiva sustentável. Os ativos tangíveis têm valor diferente para cada pessoa, além disso, raramente geram valor por si só, precisam se unir a outros ativos. Investimentos em TI, por exemplo, tem pouco valor se não forem complementados com o treinamento de pessoal e programas de incentivo. Inversamente, muitos programas de treinamento pouco valem se não forem suplementados por ferramentas tecnológicas.

Esse problema nasce do fato que alguns projetos são iniciados sem levar em conta os fatores humanos, ou seja, criam-se expectativas sobre os instrumentos esquecendo que aquilo que realmente faz funcionar uma empresa são as pessoas. Se no passado elas foram vistas como simples componentes do processo industrial, hoje o seu novo papel de profissional do conhecimento não permite mais considerá-las como engrenagens de um mecanismo que caminha sozinho, mas como motor e combustível da própria empresa.

A gestão do conhecimento tem intrínseco o problema de que o ato de adquirir ou explicitar conhecimento depende da decisão de cada pessoa. Trata-se então de um processo subjetivo e, portanto, difícil de ser tratado de modo genérico e somente com ferramentas administrativas ou tecnológicas. Nonaka e Takeuchi (1997, p. 28), definem conhecimento como “sabedoria adquirida a partir da perspectiva da personalidade como um todo”; percebe-se, assim, a natureza subjetiva inerente ao ato de conhecer.

Finaliza-se essa breve revisão não se divergindo sobre os conceitos, métodos e práticas da GC, mas formulando-se pergunta ulterior a ela: como certificar a validade de um conhecimento? Como saber se a subjetividade é exata ao gerá-lo? Metaforicamente, pode-se dizer que, se o conhecimento é o fruto, convém entender por completo a árvore que o gerou.

3. ONTOPSICOLOGIA E O PROBLEMA CRÍTICO DO CONHECIMENTO

Se alguém quer estar no centro do próprio real, com coerente identidade de consciência, deve fazer Ontopsicologia (Antonio Meneghetti).

A análise ontopsicológica, antes de qualquer perspectiva sobre a gestão do conhecimento, se interessa pelo problema crítico do conhecimento: o homem pode conhecer o real? Aquilo que diz conhecer é coincidente com a coisa em si? Pode conhecer a si mesmo, integralmente?

Após a exaustiva pesquisa empírica, realizada pelo seu fundador, Ac. Prof. Antonio Meneghetti, em vários países, diversas culturas e sobre distintas problemáticas humanas (médicas, econômicas, sociais, políticas, etc.), a escola ontopsicológica pode afirmar ter resolvido o problema crítico do conhecimento com a descoberta do Em Si Ôntico, o critério que funda a subjetividade humana e que constitui cada indivíduo de modo único.

Tendo identificado, isolado e aplicado esse critério, que segue as mesmas regras da natureza e não se constrói pelas diversas culturas e ideologias, a Ontopsicologia certifica que tudo o que é reversível a esse critério, é real para o sujeito, e é útil e funcional à sua identidade. Assim, um conhecimento é real se coincide com o Em Si Ôntico daquele que conhece.

Não obstante a existência deste poderoso critério de natureza, a realidade demonstra que o homem ainda é um problema em aberto para as ciências. Como afirma Meneghetti (2004, p.112). “É difícil encontrar um homem que saiba quem é e onde andar. Mesmo quando estabelece os percursos voluntários e determinísticos, a análise dos resultados não funciona: resulta doente, neurótico e mau contra os que não pensam como ele”.

Para afrontar o problema do conhecimento, é preciso ter presente que o ato de conhecer é realizado pelo Eu do sujeito, pela sua consciência,

isto é, qualquer conhecimento objetivo parte da subjetividade, e a análise conduzida pela Escola Ontopsicológica demonstra que “ninguém possui uma subjetividade coerente e centrada em uma identidade com consequente unidade de ação” (MENEGETTI, 2004, p. 112). Vidor (2013, p. 48) afronta o problema afirmando que:

O eu condizente à própria pessoa deveria ter a capacidade de mediar a realidade externa ao Eu real, seguindo as leis e regras inerentes ao próprio organismo. Como o abandono do autoconhecimento é substituído pela assimilação dos interesses sociais e da cultura, o eu torna-se alheio a si mesmo, desconhecendo a própria identidade. Deste modo, forma-se a consciência impura, que desconhece como mediar os valores externos em vantagem de si própria.

O fato que o homem tenha inato um critério infalível, o Em Si Ôntico, mas ainda assim não tenha uma consciência exata, é melhor entendido se explicitado o processo através do qual o homem percebe a realidade (MENEGETTI, 2001), pois é dessa percepção que resulta qualquer conhecimento. Existem três níveis de percepção elementar:

1. Percepção exteroceptiva: é o mundo das percepções externas que tocam o corpo através dos cinco sentidos. Diz respeito a qualquer variação interna e externa do organismo.
2. Percepção propioceptiva: é qualquer estimulação sensorial que se torna informática única para o organismo, isto é, uma informação que se faz prioritária para aquele determinado organismo.
3. Percepção egoceptiva: quando a informação investe o Eu. É a percepção egóica, o quanto selecionado pelos dois níveis precedentes é referido ao Eu consciente voluntário e operativo. A informação total alcança o Eu, consequentemente o Eu é envolvido e deve dar uma resposta.

Na passagem do segundo para o terceiro nível, intervém um mecanismo que a Ontopsicologia denomina monitor de deflexão (em oposição à consciência, que é um monitor de reflexão, isto é, reflete os dados colhidos no externo). É um mecanismo inserido nas sinapses neuronais (uma informação) que interfere distorcendo os dados, ou seja, é um mecanismo que altera a leitura que o eu faz da realidade. Assim, aquilo que o homem conhece não necessariamente é a realidade tal

como existe, mas uma seleção da realidade segundo as características previstas pelo monitor de deflexão configurado como superego ou censura. O monitor de deflexão, portanto, altera a leitura que o sujeito faz da realidade, e determina, entre outros efeitos, a subtração de consciência do eu, estruturando, assim, o inconsciente.

Eis o nó górdio da gestão do conhecimento: como pode o homem, inconsciente de si mesmo, gerir conhecimento se possui um instrumento (sua própria consciência) alterado por um mecanismo que distorce o real? Como pode garantir um conhecimento exato se ele, em sua subjetividade, não é exato?

É preciso autenticar a consciência humana, para torna-la um instrumento exato. A pesquisa conduzida por Meneghetti demonstrou que a consciência humana não é precisa devido a acontecimentos de civilização histórica, e não por erro de natureza. Aquilo que o homem pensa de si mesmo e da sua realidade não corresponde com o real, então, para emitir valores, elaborar leis, para conhecer o mundo e a si mesmo, ele se vale quase que exclusivamente de critérios externos, aprendidos da sociedade, da família, da igreja, da escola, do partido, etc. Usa critérios externos porque desconhece o critério interno, que permanece inconsciente.

Uma vez que o ser humano é carente da própria verdade interior, conforme o projeto de natureza, encontra-se disperso e caótico. Nenhum homem sabe mais o que é certo e o que é errado: cada um, quando deve emitir um juízo de bem ou mal, imediatamente uniformiza a própria mente àquilo aprendeu na família, àquilo que diz a sociedade ou àquilo que prega uma religião (MENEGHETTI, 2001, p.12).

As múltiplas formas de educação e cultura não conseguem fazer contato com o Em Si Ôntico do sujeito, enquanto para as várias pedagogias prevalece o determinismo social ou legal estatutário. Determina-se, assim, uma cisão entre a exigência ôntica e a exigência social, e o sujeito ao final introjeta e assimila o conjunto das regras sociais (escola, família, tradições, ideologias, leis, costumes) e as sobrepõem ao endereço ôntico.

Para reaver o contato com o próprio Em Si Ôntico e restabelecer o critério exato para a tomada de decisão é preciso fazer metanoia. Metanoia significa

variação radical do comportamento para identificá-lo à intencionalidade do Em Si. Fazer metanoia é mudar a própria mente, desfazer-se das opiniões, dos estereótipos, dos complexos para retomar o contato com o projeto original, com o Em Si Ôntico (MENEGETTI, 2012).

Portanto, para a Ontopsicologia, para além e a frente de qualquer técnica ou instrumento de gestão do conhecimento está a necessidade de autenticar o sujeito. “Ser autêntico significa ser igual a como o projeto individual prevê. É conformar o Eu lógico-histórico à intencionalidade do Em Si Ôntico” (MENEGETTI, 2012, p.29.)

4. A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA ONTOPSICOLÓGICA

*O resgate da interioridade autêntica do cientista
leva-o a certas bases de evidência que permitem a
ciência humana verdadeira (Alécio Vidor)*

O quanto até aqui discutido sugere que a objetividade de qualquer conhecimento se origina da subjetividade de quem conhece. Como afirma Meneghetti:

Para chegar a uma suma capacidade de conhecimento, é necessário verificar na base o instrumento e tornar exata a nossa subjetividade. A suprema forma de conhecimento de que é capaz o ser humano está subordinada à retomada de nossa autenticidade original (MENEGETTI, 1999, p. 161).

Pressupondo-se, então, que o homem pode conhecer o real desde que tenha um instrumento exato, é possível delinear uma proposta de gestão do conhecimento reversível, que ao mesmo tempo em que o sujeito exerce a gestão do conhecimento, construa a própria autenticidade². E isso é uma aprendizagem contínua, não há um momento de conclusão, dado que a vida é um *continuum* e que, enquanto vivente, o homem é chamado a conhecer. Assumem-se as seguintes premissas:

² Possuir um Eu lógico-histórico em conformidade à intencionalidade do Em Si Ôntico (MENEGETTI, 2012).

- a. cada ser humano possui um núcleo criativo. Esse núcleo, o Em Si Ôntico, é a identidade a cada indivíduo. Seu critério ético é o utilitarismo-funcional, que seleciona no ambiente da existência somente aquilo que é útil e funcional ao desenvolvimento e evolução do indivíduo, desde a saúde física até as suas atividades profissionais e sua economia;
- b. a análise empírica de Meneghetti revelou que muitas das informações emanadas por esse núcleo não alcançam a consciência do sujeito porque são filtradas pela interferência dos aprendizados morais, ideologias fixas, verdades absolutas que se configuram em superego;
- c. a cultura acumulada pela civilização ocidental não centrou a educação sobre o critério de identidade, mas sobre o critério convencional (o que é bom para a maioria é bom para o singular), sendo assim necessário que o sujeito recupere a exatidão de sua consciência para que esta seja capaz de “ler” as informações próprias de seu Em Si Ôntico;
- d. para retomar o contato com o Em Si Ôntico é preciso fazer uma revisão crítica de todos os conhecimentos considerados válidos e absolutos, em um percurso contínuo de metanóia;
- e. é necessário utilizar todas as linguagens de que a natureza nos dotou, como a linguagem não verbal, as informações provenientes do próprio organismo e a linguagem onírica (os sonhos);

A partir dessas elucidações pode-se propor uma gestão do conhecimento que contemple um resgate da consciência crítica do homem a partir dele mesmo, isto é, uma gestão do conhecimento que seja reversível ao mundo interior daquele que conhece, e não uma imposta do externo. Desejando-se aproximar a apresentação anterior das etapas da gestão do conhecimento (Quadro 1), pode-se configurar em uma tabela a proposta de uma autogestão do conhecimento.

Processos	Etapas
Conhecimento de si mesmo	a. Conhecer o próprio inconsciente; b. Aprender a distinguir as informações do Em Si Ôntico das informações impróprias à própria identidade; c. Utilizar o critério de utilidade e funcionalidade no impacto com novas informações.
Aquisição	a. Consultar livros, internet, especialistas, contatos pessoais da área ou áreas afins; b. Manter atenção constante ao critério para a aquisição e seleção dos dados, a fim de manter o foco sobre o objetivo da aquisição; c. Não contatar a informação antes de avaliar se essa atende ao critério de utilidade e funcionalidade à identidade. Uma vez contatada, isto é, metabolizada, a informação condiciona, ou pré-orienta todas as etapas posteriores. d. Atualizar continuamente a aquisição de informações na área do próprio interesse para garantir a competitividade do próprio conhecimento em referência.
Codificação	a. Os dados adquiridos devem ser codificados de modo que exista uma ordem. A codificação errada pode desencadear superficialidades e perda do objetivo inicial.
Arquivamento	a. Os dados codificados devem ser incorporados de modo que se possa conscientizá-los. b. Deve ser feita segundo uma atinência de prioridade já existente ou a ser construída, isto é, deve estar relacionado a um projeto em curso ou de futuro, um objetivo decidido pela pessoa. c. Arquivá-los para saber onde encontrá-los em qualquer situação da rotina.
Uso	a. Apropriar-se da informação e convertê-la em conhecimento. Ainda não se distribui informações, mas coloca-se as mesmas em uso no “laboratório” do próprio interesse.
Distribuição	a. Nesta etapa, as informações podem ser distribuídas, porque já devidamente incorporadas à competência competitiva do sujeito.

Quadro 2: Etapas da autogestão do conhecimento.

Fonte: da autora, modificado de Bernabei (2004).

Nesse delineamento, o indivíduo é sempre um elemento ativo central no processo, e isso pressupõe disciplina e coerência na gestão do próprio conhecimento, que é seu capital competitivo. Este é um método reversível, uma vez que segue o critério de identidade

do sujeito: ao mesmo tempo em que educa a mentalidade, gera uma ação de responsabilidade sobre a informação. O aporte desta proposta é que considera, analisa e possibilita a conscientização dos aspectos inconscientes, estimulando a evasão dos hábitos adquiridos na infância, que tendem a ocorrer cada vez que o sujeito é colocado numa situação de novidade e responsabilidade.

Esses hábitos são decorrentes da estabilização de mecanismos de defesa do ego, comportamentos que se assume na infância como forma de adaptação e homeostase psicobiológica, mas que se não forem conscientizados, tornam-se automáticos e não facilitam a evolução da personalidade e consequente maturidade frente aos novos desafios da vida adulta. Por isso, ao se propor essas etapas, considerou-se a necessidade de disciplina, pois a mudança de hábitos é um processo gradativo, que se edifica com atitudes coerentes dia a dia.

A partir dessa atitude de autorrevisão e autoconstrução, é possível desenvolver a criatividade, uma vez que essa é frequentemente impedida pela repetição inconsciente dos hábitos. A criatividade é, sem dúvida, o valor mais importante quando se trata da produção do conhecimento e as organizações fazem altos investimentos em capacitações para atingir um nível de criatividade que a diferencie no mercado. Todos os setores são ávidos por profissionais criativos.

Não se trata, porém de excluir os métodos tradicionais de gestão do conhecimento, mas de acrescentar a esses uma premissa de valor subjetivo, para preparar, treinar, desenvolver, qualificar o profissional do conhecimento. Nesse sentido, Bernabei (2003) afirma que a importância da gestão do conhecimento consiste justamente no fato de que a diferença fundamental entre cada pessoa não é a bagagem de conhecimentos e experiências que terá sabido acumular, organizar e renovar, mas, sobretudo, o método com o qual sabe continuamente capitalizá-lo em adaptação e evolução.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A*Ontopsicologia acrescenta aos métodos convencionais de Gestão do Conhecimento algo que foi pouco explorado pelos pesquisadores da área até o momento: a subjetividade humana como critério para o conhecimento.

A proposta desse artigo foi avançar em direção a uma autogestão do conhecimento. Almeja-se que o uso deste método, contemporaneamente aos métodos convencionais da GC, possa sustentar a Sociedade do Conhecimento, que então sim seria aquela sociedade na qual cada indivíduo é responsável pelas informações que acessa e pelo conhecimento que **gera**. Uma sociedade fundada sobre a criatividade e não sobre a repetição automática dos modelos de “copiar-colar”.

Entende-se também que um discurso desta natureza deva ser levado às instituições de formação educacional de jovens e crianças, tendo em vista que esses são os principais impactados pela cultura da rápida e excessiva aquisição de informações sem critério de utilidade e funcionalidade à própria identidade.

Espera-se que o quanto aqui abordado possa servir de base para pesquisas na área da GC, que cedo ou tarde, alcançará um lugar de relevância dentre as áreas do aconhecimento. Essa abordagem, essencialmente interdisciplinar, pode ser aplicada em qualquer âmbito de atuação humana, pois sua especificidade não está no objeto do conhecimento, mas no sujeito operador desse. Delineou-se, portanto, uma visão humanista de GC que comporta tornar o sujeito o tema principal em qualquer perspectiva relativa ao conhecimento.

Conclui-se afirmando que muitas definições compõem o universo da GC, talvez como indicador de sua ainda recente inserção na esfera acadêmica. Muito é falado a respeito, muitos bons livros, pesquisas e artigos científicos são escritos, mas ainda identifica-se uma lacuna sobre o sujeito do conhecimento. Sem considerar que o sujeito seja totalmente autônomo em sua relação com o conhecimento e que, para gerenciar esse conhecimento precisa-se da sua participação voluntária e responsável, qualquer iniciativa de GC é destinada a resultados insatisfatórios.

O conhecimento é uma conquista e, como tal, possível apenas às mentes mais preparadas. O ato de produzir conhecimento sempre implica o sujeito, existe a participação dos seus aparatos cognitivo, da sua história de vida e, sobretudo, de sua consciência (por isso uma mesma informação gera diferentes interpretações).

Portanto, se temos um humano frente ao conhecimento, devemos conhecê-lo por inteiro: eis o valor inestimável da Ontopsicologia.

REFERÊNCIAS

- BERNABEI, P. **Psicologia Managerial**: o conhecimento que consente a escolha otimal. In: Formação Ontopsicológica Interdisciplinar Liderística (Org.). Psicologia Managerial. São Paulo: FOIL, 2003.
- BERNABEI, P. **Seminário “Personalidade Empresarial”**. São Paulo: FOIL, 2004 (anotações verbais de curso, não publicado).
- BONIFACIO, M.; BOUQUET, P.; CAMUSSONE, P. F. **Knowledge Management**. Teoria e prassi a confronto: Il caso Andersen. Disponível em: <www.org2003.sistemacongressi.com>. Acesso em: 20 dez. 2005.
- CANADIAN INSTITUTE OF KNOWLEDGE MANAGEMENT. **A Common KM Framework for the Government of Canada**. Relatório Técnico 3, Canadian Institute of Knowledge Management, Ottawa, Canada, 2003.
- CANDIDO, G. A; ARAUJO, N. M. de. **As tecnologias de informação como instrumento de viabilização da gestão do conhecimento através da montagem de mapas cognitivos**. Ci. Inf., Brasília, v.32, n.3, p. 38-45, set/dez, 2003.
- CARR,N. **TI já não importa mais**. Harvard Business Rewiew, p. 44-52, ago, 2004.
- CISLAGHI, R. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- DAVENPORT, T., PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DZIEKANIAK,G; ROVER, A. **Sociedade do Conhecimento**: características, demandas e requisitos. Disponível em [ttp://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/artigo-sociedade-do-conhecimento-caracter%C3%ADsticas-demandas-e-requisitos](http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/artigo-sociedade-do-conhecimento-caracter%C3%ADsticas-demandas-e-requisitos) Acesso em 12 de setembro de 2013.
- FIGUEIREDO, S. P. **Gestão do Conhecimento**: estratégias competitivas para a criação e mobilização do conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark2005.

- MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MELLO, A.M.V., BURLTON, R. **Gestão do conhecimento na perspectiva de negócios**. Disponível em: <<http://www.ubq.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2000.
- MENEGHETTI, A. **Projeto Homem**. Porto Alegre: Psicológica Editrice do Brasil, 1999.
- MENEGHETTI, A. **Dicionário de Ontopsicologia**. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editora Universitária, 2012.
- MENEGHETTI, A. **Manuale di Ontopsicologia**. 4. ed. Roma: Psicológica Editrice, 2008.
- MENEGHETTI, A. **Genoma ontico**. 2. ed. Roma: Psicológica Editrice, 2009.
- MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2004.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- POLANYI, M. **The tacit dimension**. London: Routledge e Kegan Paul, 1966.
- PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHART, K. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- SABBAG, P. Y.; **Espiraís do conhecimento: ativando indivíduos, grupos e organizações**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SHARIQ, Syed Z. **Knowledge Management: an emerging discipline**. The Journal of Knowledge Management, v.1, n.1, p.75-82, sep., 1997.
- SHINYASHIKI, G. T., TREVIZAN, M. A.; MENDES, I. A. C. **About the creation and management of organizational knowledge**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, v. 11, n. 4, p. 499-506, Jul./ago., 2003.
- VIDOR, A. **Fenomenologia e Ontopsicologia: de Husserl a Meneghetti**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA ONTOPSICOLÓGICA PARA UMA NOVA MENTALIDADE JURÍDICA

*Rafael Padilha
Alessandro Spiller
Letícia Batistela*

1. INTRODUÇÃO

A ciência jurídica, atualmente, atravessa uma crise epistemológica, pois o Direito é tratado de modo fragmentado e sem referência a uma unidade de sentido, como dá prova o fato dos cientistas do direito não saberem sequer precisar o que é o direito ou o que é a justiça. A reorganização da ciência jurídica perpassa pela ativação da inteligência e da responsabilidade dos gestores do direito, sendo que a Ontopsicologia abre um horizonte, ao mesmo tempo interior e também objetivo, para o jurista proceder ao posicionamento resolutivo.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo estudar a interdisciplinaridade da Ciência Ontopsicológica com o Direito, bem como verificar a contribuição dessa ciência para a construção de uma base prático-intelectiva de refundação da ciência jurídica em conexão à responsabilidade dos juristas.

A importância do tema deve-se em razão do Direito, além de ser um fator indispensável ao fato sócio-antrópico, representar também uma máxima potência geral, uma vez que perpassa diversos segmentos da vida humana: desde tutelar uma família e educar os filhos, construir uma casa, constituir uma empresa, derrubar uma árvore, viajar para o exterior. Inclusive, perpassa pelo Direito a decisão de pressionar o botão de lançamento de uma bomba atômica. Substancialmente, por trás da grande maioria das condutas humanas, existe uma permissão, uma proibição, um mandamento ou uma punição da lei.

O ser humano já nasce inserido no contexto estatal, não lhe é dada

a opção, depois que nasce, de escolher qual Constituição ou quais leis positivas deseja obedecer. O homem aprende dentro do contexto social, de modo que ele próprio é também sociedade: o trabalho, as amizades, o sexo, o constituir família, a língua que fala etc., é sociedade. Dentro de tal panorama, são fundamentais operadores do Direito que saibam realizar em sociedade o que é funcionalidade ao homem, pois é a partir de tais soluções que se determinará, depois, o que é a evolução de civilidade, de humanismo, de ordem, de progresso, de estética, de coexistência na paz. Para essa direção, é necessário que o jurista tenha um critério científico de ação, o qual é proporcionado pela Ciência Ontopsicológica.

Além disso, este estudo contribui também para a formação de juristas, uma vez que tal critério epistêmico indica o vetor para orientar o Estado, a lei, a sociedade, qualificando a evolução da humanidade. Neste particular, o presente estudo demonstra o valor intrínseco que cada homem porta dentro de si, pois, ao reconhecer esse valor, o homem descobre-se mais que a lei positiva, entende que essa lei não é suficiente, que deve ser sustentada – não combatida - mas melhorada para a vantagem da humanidade à luz do valor imanente do ser humano.

A justificativa para esta investigação dá-se pela constatação de que organizar a inteligência do Direito implica fornecer novas aplicações à fenomenologia da estrutura do ser humano, seja como indivíduo ou como sociedade, visando a funcionalidade global e de modo consentâneo àquele projeto que é a ação-vida no corpo individual e social.

Desse modo, é apresentada a Ontopsicologia como ciência epistêmica e interdisciplinar à ciência jurídica, pois confere o pressuposto intrínseco para documentar-se o Direito como autêntica ciência, um critério para refundação da base científica do direito. Além disso, também é analisada a Ontopsicologia como determinante para aproximar o jurista da capacidade de ação radicada na intencionalidade de natureza, conferindo-lhe exatidão de consciência para tornar-se um válido ativador do contexto social.

2. O PROTAGONISMO DO JURISTA NA GESTÃO DA DUPLA MORAL

*N*a história do pensamento filosófico, constata-se que já entre os pré-socráticos encontram-se elementos para identificar uma ética natural, um

prelúdio para a construção de um sistema de moralidade independente de credos opinativos ou místicos, como intentado posteriormente por Sócrates, Platão e Aristóteles, mas consumado apenas pela Escola Ontopsicológica. Dizia o pré-socrático Heráclito “o bem pensar é a mais lata virtude; e a sabedoria consiste em dizer a verdade e em agir conforme a natureza, ouvindo a sua voz” (*apud* BORNHEIM, 1999, p. 42). Quando esse filósofo diz *agir conforme a natureza, ouvindo a sua voz*, está fundando a moralidade na natureza.

Heráclito expunha seu pensamento em prosa; Parmênides foi o primeiro filósofo a expor o pensamento em versos e, em seu poema *Sobre a Natureza*, escrito em hexâmetros, expõe dois caminhos para o homem, aquele da verdade do ser e aquele da opinião convencionada, a *alétheia* e a *doxa*, dizendo que o homem deve conhecer os dois, porém, sem jamais deixar de pautar a si em congruidade à verdade do ser. Segue abaixo fragmento do poema de Parmênides:

Oh! Jovem, a ti, acompanhado por aurigas imortais, a ti, conduzido por estes cavalos à nossa morada, eu saúdo. Não foi um mau destino que te colocou sobre este caminho (longe das sendas mortais), mas a justiça e o direito. Pois, deves saber tudo, tanto o coração inabalável da verdade bem redonda, como as opiniões dos mortais, em que não há certeza. Contudo, também isto aprenderás: como a diversidade das aparências deve revelar uma presença que merece ser recebida, penetrando tudo totalmente (*apud* BORNHEIM, 1999, p. 54).

Partindo dessa citação, é possível identificar que existe o “coração inabalável da verdade bem redonda” (o ser, a verdade, a *alétheia*), mas também “as opiniões dos mortais” (a *doxa*, as convenções humanas). Ambos são diferentes entre si: é possível que a verdade (o ser) evidencie uma diretriz, e a opinião (por meio da família, religião, Estado etc.) aponte para o sentido contrário. Parmênides também indica que na diversidade das aparências não se deve deixar enganar, pois o essencial é aprender “uma presença que merece ser recebida, penetrando tudo totalmente”, ou seja, o ser.

Os pré-socráticos fornecem uma introdução, porém, deixam em aberto uma importante questão: se existe um caminho das opiniões e um caminho da verdade, diferentes entre si, como o homem deve gerir sua existência, diante de tão grave dilema? É possível conviver com

ambas ou o homem deve aniquilar uma em favor da outra?

A Ciência Ontopsicológica responde essa questão. A Ontopsicologia ensina que o ser humano é criatura – não criou a si mesmo, foi posto – porém, a partir desse nascimento, o homem é e pode criar, é um projeto projetante. Dentro de si, já possui uma ordem imanente, uma lei fundamental, uma predisposição moral, ou seja, no ser humano encontra-se, ainda antes do homem colher-se como consciência, um projetante que formaliza específicas funções com direção e semovência autônoma, o que é definido como hipóstase humana: “‘Hipóstase’ significa: presença de um quem ou o que, o qual está por trás ou sob o formato, ou composto, ou fato” (MENEGHETTI, 2002, p. 180).

No ser humano, existe um ponto que preside todas as atividades de sua vida, como aborda Meneghetti : “Possuímos um ponto que, a partir da sua invisibilidade, atua a dinâmica das coisas e a fenomenologia biológica, psíquica e emotiva, que move a mente e o sangue, a mão e a moral do sujeito” (MENEGHETTI, 2011b, p. 22). Esse ponto é denominado Em Si ôntico, um critério constante, uma força que constitui o ser humano e que o organiza também em suas condutas e escolhas, sempre dirigido ao que é mais útil e funcional à própria identidade. Esse é o plano da moral ôntica, assim conceituada: “a *moral ôntica* espelha a intencionalidade de natureza ínsita na individuação humana” (MENEGHETTI, 2003, p. 79).

Além da moral ôntica, existe também a moral sistêmica. A moral sistêmica é aquela do *corpus* estatutário social, da *doxa*, que impõe um critério externo para o sujeito pautar sua existência. A moral sistêmica é assim caracterizada:

Na moral sistêmica concluem-se os vínculos familísticos, sociais, legais, culturais e religiosos. Inicialmente, cada um deles apresenta-se e impõe-se de modo absoluto e prioritário. Uma vez que acontecemos neste mundo inconscientes, indefesos e necessitados do sistema, quando começamos a nos dar conta e a refletir, por muitos aspectos, já é tarde. Além disso, a moral sistêmica circunda de modo sempre mais forte na medida em que se é realizado (MENEGHETTI, 2005, p. 258).

Diante dessa dupla moral, é indispensável ao jurista saber como posicionar-se. O sistema é um fato, é impositivo, por isso, utiliza “a

razão da força e não *a força da razão integral*” (MENEGHETTI, 2004, p. 169). O sistema determina o que Hobbes chamou “*homo homini lupus*”, ou seja, na sociedade o homem não é sócio do outro, mas lobo; a síntese da ideia de Hobbes é que o homem é perigoso; seria ingenuidade tratá-lo como um ser plenamente sagrado. Hobbes desconsiderou, no entanto, que o homem perde o contato ao elemento sagrado ao perder o contato com o seu Em Si ôntico. Portanto, devido à própria frustração, o homem inconscientemente projeta, psicossomaticamente, o sistema como violência, determinando o homem contra o homem; ou seja: “*O sistema é a psicossomática daquela violência em curso que todos temos inconscientemente de modo capilar*” (MENEGHETTI, 2004, p. 121).

O jurista, caso queira ter um protagonismo transformador, deve respeitar as leis que ordenam a sociedade, ao contrário, de saída já é colocado fora do jogo. Não deve ter a pretensão imatura de levantar armas para corrigir a compreensão histórico-jurídica, visando ampliá-la à consciência do ser, pois, nesse caso, é-se, inevitavelmente, excluído do jogo, uma vez que o sistema não é a vida e reage com violência, como aduz Meneghetti (2003): “E querendo ser o messias, para todos os homens de uma só vez, não resta outra coisa que a costureira cruz e o cetro cortado” (2003, p. 101).

Ademais, não se deve pretender que o sistema forneça a “salvação” interior do ser humano, pois o sistema é mero utensílio. Também, não é função das leis positivas levar aos indivíduos bens interiores ou transcendentais, pois a convenção social não pode querer organizar o que a vida constituiu exclusivamente para si (MENEGHETTI, 2004).

Atualmente, o sistema reduz tudo ao papel – a lei é papel, o dinheiro é papel, a identidade é papel – ou seja, destrói a verdade originária, propõe uma cifragem alfabética que produz consumismo de personalidade. A realidade atual é que as patologias sociais são tratadas pelo Estado com papéis, petições, despachos, sentenças e canetas, em que homens são reduzidos a cifras e letras, com fórmulas que escondem, por trás, homens vivos.

O jurista, diante do sistema, tem a obrigação primeira de “reconquistar-se a montante”, como define Meneghetti (2004) “‘Reconquistar-se a montante’ significa que mesmo que o papel diga isto, o indivíduo sabe que é algo bem diferente daquilo que é somente aquela pequena parte” (MENEGHETTI, 2004, p. 69). Portanto, o jurista, para iniciar-se como

solução às problemáticas sociais, deve aprender o critério vencedor, isto é, o Em Si ôntico.

A razão para a autenticação do jurista é que a lei, por si mesma, não é um instrumento pensante, ou seja, ela não pensa por si mesma, mas depende sempre de um sujeito pensante para operar. Portanto, o jurista que usa a lei como seu utensílio deve ter uma consciência exata, deve ter a inteligência para utilizar a lei de modo útil e funcional ao conjunto, como corrobora Meneghetti (2005): “Leis e poderes são serviços ao ‘projeto-homem’ e, para esclarecer os problemas conexos, são necessários administradores capazes de intencionar o homem verdadeiro” (2005, p. 31). E para a lei ser funcional, deve reforçar, ressaltar ou não contradizer a intencionalidade de natureza (MENEGHETTI, 2004, p. 179).

O jurista opera com o direito, com as leis, com o sistema, com a sociedade, ou seja, contemporiza o impulso do poder social, tendo a responsabilidade de atuar com exatidão os instrumentos convencionados e de propor soluções para uma sociedade melhor. Porém, para ser possibilidade de solução, primeiro, o jurista deve retornar à sua intrínseca unidade de ação e abri-la à historização de seus deveres funcionais: “*a solução nasce do apriorismo do íntimo e irrepetível do ser humano*” (MENEGHETTI, 2004, p. 71). Visualiza-se, assim, a necessidade de refundação da ciência jurídica por meio do nexu ontológico.

3. A REFUNDAÇÃO DA CIÊNCIA DO DIREITO POR MEIO DO NEXO ONTOLÓGICO

A Ciência do Direito faz parte do grande grupo das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas e mantém com essas estreita interdisciplinaridade, como dá testemunho o campo das investigações zetéticas do fenômeno jurídico, em que as relações do Direito com a Sociologia recebe o nome de Sociologia do Direito; entre Direito e Filosofia, Filosofia Jurídica; entre Direito e Psicologia, Psicologia Jurídica etc. (FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 43-45).

Essa interdisciplinaridade tem por base um elemento comum, que é o ser humano. É de Protágoras (apud LAÉRCIO, 1887, p. 199), o adágio, preservado pelo historiador grego Diógenes Laércio, que diz: “*El hombre es la medida de todas las cosas: de las que existen como*

existentes; de las que no existen como no existentes”¹. Equivale dizer que todo saber é relativo ao ponto de referimento “homem”; não se trata de captar a lógica do universo na ótica de um pássaro, na ótica de um inseto etc., mas sim, selecionar o conhecimento e qualquer realidade na base da identidade humana, àquilo que é útil e funcional ao ser humano. Esse dizer de Protágoras, para ser bem compreendido, pode ser unido ao princípio da vida, assim exposto: “este é o princípio da vida: eu aceito as coisas que identificam a mim como vivente” (MENEGHETTI, 2010b, p. 113-114).

Se o homem dará medida às coisas, parte-se do pressuposto que esse homem que mede porta, dentro de si, a medida exata. Partindo dessas ideias, evidencia-se a relação do Direito com a Ontopsicologia, pois esta descobriu o critério que consente ao humano medir com exatidão, denominando-o Em Si ôntico. Nesse sentido, é possível dizer que a interdisciplinaridade entre a Ontopsicologia e o Direito acarreta na (re)fundação da própria base científica do Direito: o conhecimento da Ciência Ontopsicológica é basilar, preliminar e propedêutico à Ciência do Direito.

Ora, se há muito se discute e se pretende refundar a Ciência do Direito para resgatar o verdadeiro valor do humano e, por consequência, produzir uma melhor civilização humana, a Ontopsicologia mostra-se como caminho ímpar, pois permite embasar a Ciência do Direito por meio do nexa ontológico, como ensina Meneghetti (2011a):

Se, porém, um grande jurista consegue, no interior do direito, buscar o critério do Em Si ôntico humano, o Em Si ôntico geral, então, a lei do direito começa a ter conexão com o Ser. Isto é, os cidadãos que respeitam aquela lei encontrar-se-ão aumentados, encontrar-se-ão ganhos, encontrar-se-ão evoluídos. E a sociedade ganha função, serviço, vantagem, civilização. A lei pode ser imposta, por sentença de tradição, sentença religiosa e não ter o nexa ontológico. Porque a lei, como direito, é necessária devido à multiplicidade de indivíduos. Porém, quer ser serviço ao bem-estar público. A lei não tem interesse no bem individual. Interessa o bem público, a convivência, as relações entre coisa e indivíduo, coisa e

1 Tradução nossa: “o homem é a medida de todas as coisas; das que existem, que elas existem, e das que não existem, que elas não existem.”

Estado etc. Porém, se existisse presença de significado ôntico, tudo seria melhor².

Portanto, ao cientista do Direito, seria fundamental, preliminarmente, compreender a Ciência Ontopsicológica em todos os seus aspectos para apreender o critério de refundação epistêmico e, com essa base radical, reposicionar a Ciência do Direito, permitindo, assim, que se produza mais civilização e mais vida para o ser humano.

4. O CRITÉRIO DE REFUNDAÇÃO EPISTÊMICO DO JURISTA

O Estado é o detentor do monopólio da violência, ou seja, somente o Estado está autorizado a interferir coercitivamente na liberdade de seus membros³, como expõe Höffe, “um Estado requer o monopólio de poder e, para tanto, impõe-se de maneira tão zelosa (...) quanto uma divindade monoteísta que se afirma contra deuses estranhos a seu culto” (HÖFFE, 2005, p. 40). Porém, o Estado não existe simplesmente para fazer o uso da violência – nem pode utilizá-la arbitrariamente - por isso, para fazer do Direito um serviço de ordem e crescimento, é preciso uni-lo à ideia do Estado, o vigor da razão.

No entanto, a razão não pode ser usada de modo meramente formalista e mecânico, desligada aos valores essenciais do homem. A história dá exemplos do emprego da racionalidade jurídica em desconexão aos valores fundamentais do humano, uma vez que são inúmeros os casos de grandes homens perseguidos pelo Direito, não apenas em seu corpo, mas também em suas ideias: foi o Direito grego

2 Informação verbal de curso, Acadêmico Professor Antonio Meneghetti, Conferência “Conhecimento ontológico e consciência”, Recanto Maestro-RS, data: 09 de julho de 2011.

3 A ideia de coerção existe no pensamento dos filósofos gregos (como Platão e Aristóteles), em uma Democracia como a de Rousseau (na obra *Contrato Social*, onde faz subsistir a coerção penal, formal e de prestação) ou no pensamento da liberdade de Kant, que se esforça em demonstrar a inexistência de contrariedade entre a coerção estatal e a liberdade (na obra *A Metafísica dos Costumes*). Curioso que o poder coercitivo que caracteriza o Direito, malgrado sua importância reconhecida por grande pensadores do direito, vem sendo negligenciado em teorias do Direito, da Justiça e do Estado contemporâneas, a exemplo de John Rawls (em suas obras *Uma teoria da justiça* e *Liberalismo político*), Donald Dworkin (em suas obras *O Império do Direito* e *Levando o direito a sério*) ou Jürgen Habermas (*Direito e Democracia: entre faticidade e validade*).

quem, legalmente, condenou Sócrates à morte, mediante o procedimento do júri, composto de 500 membros, sendo 280 votos a favor da sua condenação e 220 a favor da sua absolvição (STONE, 2005); foi de acordo ao Direito hebraico (perante o Grande Sinédrio, a corte Suprema dos judeus em Jerusalém) e segundo os decretos e leis romanas (perante Pilatos) que Jesus Cristo foi condenado à morte; na Idade Média, sob o pálio do Direito canônico, homens como Nicolau Copérnico, Nicolau Maquiavel e Giordano Bruno – este último foi morto queimado como herético em Roma, em 1600 - tiveram suas obras proibidas pelo *Index Librorum Prohibitorum*, criado em 1559 no Concílio de Trento, sob a administração do Santo Ofício.

Todos os casos acima mencionados têm em comum a violência estatal unida à razão jurídica aplicada e todos os executores agiam sob a convicção da justiça. Porém, qual justiça? O Direito deve discernir a ordem com a razão, tendo na violência apenas um suporte, pois a razão sozinha não é capaz de assegurar a ordem social. Para que a ordem seja discernida com a razão, é necessário que o operador da racionalidade jurídica seja um homem exato, conhecedor do valor intrínseco do ser humano. Entra-se, no ponto, em uma reflexão sobre epistemologia jurídica: autenticar a consciência humana que produz e atua o Direito para torná-lo um instrumento civilizatório a serviço da humanidade.

Nessa ordem de ideias, Dallari (1976, p. 69-70) já apregoava que o próprio ensino jurídico não deveria se limitar apenas em discussões sobre teoria e prática do Direito, pois o ponto essencial e prioritário é a formação e aprimoramento de consciências jurídicas. Entra-se na questão que preme de resposta para vencer a confusão atual do Direito, em que se sabe o *quid sit iuris* (o que é estatuído como Direito), mas não o *quid est iuris* (o que é o Direito). Abre-se, assim, o problema crítico do conhecimento: como se funda a radicalidade da razão para fazer o Direito na história?

Trata-se de encontrar um critério genuíno para as ações dos juristas, uma episteme jurídica que forneça o necessário fundamento para falar-se de Ciência Jurídica. Na busca por esse critério não é possível iniciar com a lei positiva, o papel, o convencionado, mas com o ser humano e sua natureza, como já apontava, à sua época, Rao (1952):

Para se estudar o Direito, ou para aplicá-lo, já não se parte do estudo do homem, de sua personalidade, de sua natureza,

de ser dotado de vida física e psíquica, isto é, material, mental, moral e espiritual. Parte-se, ao contrário, ora, em companhia de sutis autores germânicos, do pressuposto do Estado, ora, ao lado de sociólogos contemporâneos, do pressuposto da sociedade, para, em seguida e só em seguida, encontrar-se a conceituação do Direito, aquela conceituação que relega o homem a um plano secundário, como se possível fosse criar-se uma coletividade próspera e feliz formada por criaturas infelizes e miseráveis, despidas de seus mais elementares direitos, sem os quais a própria dignidade da vida perece (RAO, 1952, p. 8).

Assim, é imperioso um ponto resolutivo à crítica acima apontada por Rao. Esse ponto resolutivo foi descoberto pela Ontopsicologia e exposto nas palavras de Meneghetti (2004, p. 165): “o ponto resolutivo é o *critério de refundação epistêmico, segundo a autopoiese do ôntico-humanista*”.

O critério é autopoietico, porque posiciona-se por si mesmo, do mesmo modo como fazem as células, é um princípio amébico que se adapta em diversas formas; é ôntico porque é a lógica do ser quando faz existência; humanista, porque esse critério é especificado em referência à estrutura do homem, não é um genérico (MENEGHETTI, 2004). Convida-se, então, ao jurista, conhecer a causa primeira do Direito, que se encontra dentro de si mesmo, uma proposta de pedagogia da intencionalidade ôntica do homem, partindo do princípio: “*memorare novissima tua et perfectus eris*”, ou seja, ‘recorde os primeiros princípios e serás exato nas soluções’” (MENEGHETTI, 2004, p. 167).

O direito não pode dispensar a constante invocação desse princípio ôntico-humanista, pois o Direito deve ser considerado tal qual se deve considerar, isto é, como ciência. Nessa perspectiva, é necessário ater-se à ciência do Direito de natureza. Ciência, porque sabe suas leis a partir do ser, não um ser abstrato e impalpável, mas um ser real, dando a diretiva à ação, segundo a ordem racional prevista pela natureza.

Para compreender esse critério, primeiro, é importante contextualizar que esse discurso não se posiciona nas ideologias disseminadas na história do pensamento jus-filosófico, como a tradição de pensamento platônico ou aristotélico (que introduzem a ideia de lei e direito natural), nem na ética hedonista de Epicuro ou Zenão, nem na *Lex aeterna* e lei divina dos medievais (como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino), nem no jus-naturalismo dos modernos (como Hobbes, Rousseau,

Locke, Kant ou Hegel) ou no positivismo jurídico (como Kelsen ou Hart). Diga-se mais: também, não se trata de uma crença, de uma fé, de uma esperança, de um dogma ou de um postulado. Em verdade, esse critério trata-se de uma evidência.

Nesse sentido, constata-se que, no interior do corpo humano, preexiste uma lei, uma tensão, que ordena não apenas o corpo individual (como suas predisposições químicas, fisiológicas, biológicas), mas também com indicações relativas ao organísmico do social. Trata-se de entrar dentro do real, de dialogar com o ser, colher a fórmula de ação e agir de modo racional conforme a normativa das interações sócio-naturísticas da vida. O trabalho do jurista, então, deve ser correlacionar o fato social ao organograma da intencionalidade de natureza do ôntico-humanista: conquistar o nexo ontológico, servindo de fermento a uma sociedade mais vital e capacitando-se a fazer Ciência Jurídica.

Esses entendimentos podem parecer estranhos à realidade atual, em razão do Direito estar fundado na autopoiese opinativa e não na autopoiese ôntico-humanista. Vale dizer, é a opinião que atualmente faz o nexo entre o indivíduo e o todo, quando, na realidade, se visado o bem do homem e da sociedade, esse nexos deveria ser ontológico.

Esse não é um discurso abstrato, pois, ao mesmo tempo em que se afirma o Direito fundado na Ontologia, não se desconsidera sua aplicação em situação histórica. Com efeito, o jurista deve ter dupla capacidade: “saber o ser da identidade e saber ler a exigência histórica do momento, pelo qual o direito muda como muda a história, a sociedade etc.” (MENEGHETTI, 2009a, p. 64).

Basta olhar para a história do direito para encontrar a aplicação prática desse critério, especialmente através dos primeiros princípios do Direito Romano, os quais se conformam à lógica de natureza. Pode-se citar como exemplo o princípio romano *res clamat ad dominum*, assim elucidado por Meneghetti (2009a):

...o conceito de *res* (a coisa), o conceito de *dominus* (o senhor, o chefe, o primeiro titular do direito), e a relação hierárquica entre esses dois: *res clamat ad dominum* = a coisa invoca o [seu] senhor, isto é, a coisa existe somente enquanto relativa ou em relação ao *dominus* (MENEGHETTI, 2009a, p. 44).

Res clamat ad dominum é um princípio universal, sendo que a consciência também é uma *res* que apela para a própria legitimidade, a intitulação do Eu a priori do Em Si ôntico, o seu *dominus*. Ordem é o *dominus*, a sociedade é a *res* que quer a ordem. O *dominus* natural que é ordem é o Em Si ôntico, portanto, para a ordem chegar viva à sociedade é necessário um homem que se reporte ao princípio apriórico do Em Si ôntico, fazendo valer, na prática, o princípio: *res clamat ad dominum*. Estabelece-se, assim, na prática, o nexos que dá unidade de ação entre o organismo social e a intencionalidade ôntica, ou seja, o nexos ontológico.

5 A ONTOPSICOLOGIA COMO TÉCNICA DE RESGATE DO HUMANISMO PARA OS OPERADORES DO DIREITO

O jurista, no quadro da Ciência Jurídica, tem a responsabilidade fundamental de corrigir as distorções da mentalidade jurídica contemporânea, começando em primeira pessoa, fazendo renascer o Direito a partir do critério autopoiético ôntico-humanista, criando novas proporções, através de uma nova racionalidade jurídica. Existe uma racionalidade que constrói o Direito, que pertence à ordem biológica humana e que deve ser sabida e atuada pelo jurista. Para tanto, é fundamental um método científico.

Esclarecendo o que se trata essa nova racionalidade jurídica, convém iniciar citando o conceito de razão, “*razão (ratio)* significa medida, critério; (...). O que chamo de ‘razão’ é a *projeção da nossa proporção existencial*, a nossa forma, as nossas ideias para gerir qualquer real próximo a nós” (MENEGHETTI, 2004, p. 168). Fundar uma nova racionalidade jurídica significa utilizar a razão para criar proporção divina no seio da sociedade. Para tanto, o jurista deve ter uma consciência exata, ou seja, exige que o jurista autentique a própria consciência para, desse modo, capacitar-se a ler, em si mesmo, as informações de acordo com o real, criando a proporção respectiva, com uma racionalidade que se adapte às exigências da história.

Porém, como expõe Meneghetti (2007, p. 81): “a *divina proporção* não é uma ocasionalidade: é uma chegada mestra de pressupostos capazes àquela superioridade”. O jurista, então, tem o dever de centrar a vida tecnicamente para colher a episteme da funcionalidade do Direito,

o que é possível através da metodologia ontopsicológica:

Portanto, a episteme da funcionalidade do direito é encontrável na intencionalidade de natureza do ôntico-humanista, segundo a evidência prático-biológica do Em Si ôntico, a ser revelado com a metodologia ontopsicológica (MENEGETTI, 2004, p. 178).

O critério ôntico pode ser usufruído pelo jurista partindo da metodologia ontopsicológica, que reporta a lógica do Eu ao próprio Em Si ôntico. A implicação é que, enquanto o homem desprezar ou não souber a própria intuição, enquanto não contatar com esse critério, permanecerá sem acesso ao direito ôntico-humanista. Conhecendo esse critério, o jurista capacita-se a funcionar mentalmente e a produzir estruturas que tragam efetivos progressos à sociedade (MENEGETTI, 2004). E para o jurista chegar à exatidão dessa norma elementar, o Em Si ôntico, precisa de três qualidades: vocação, projeto e capacidade (MENEGETTI, 2007).

A aplicação do processo de implementação da funcionalidade do Direito na sociedade passa por dois momentos, como dispõe Meneghetti (2004): “os momentos para a aplicação do processo de objetivação da funcionalidade do direito são dois: *aplicação metanoica in vivo no sujeito global e projeção na área de ação legislativa e jurídica*” (MENEGETTI, 2004, p. 185). A pedagogia científica da Ontopsicologia baseia-se na metanoia, mudança de consciência, pois a natureza humana é boa, útil, funcional, mas é necessário aprender a agir de acordo com ela, entrando no mundo-da-vida. Sem a metanoia crítica, o Direito não é capaz de ser função corretiva ao bem natural do bem social (MENEGETTI, 2004).

O sujeito deve autenticar-se, fazer metanoia e, conhecendo o jus-naturalismo que se funda na identidade ôntico-genética, projetá-lo e realizá-lo na existência, mediante o atendimento das exigências concretas da sociedade, conforme aduz Meneghetti (2009a):

Portanto, o direito, se na sua essência funda-se sobre a ontologia, na sua aplicação configura-se e fenomeniza-se segundo a exigência histórica, fluente, mutável da existência daquela população, naquele lugar: de acordo com a situação contingente, é necessário posicionar uma resposta, que é o direito (MENEGETTI, 2009a, p. 63-64).

O jurista, ao colher a episteme jurídica, não deve contraditar

frontalmente a doxa jurídica, mas fazer função humanista, utilizando o jogo da dupla moral, tendo em vista a máxima: “*Rem tene, verba sequuntur*” (MENEGHETTI, 2004, p. 188), que significa: “Olho no ponto, todo o resto é relativo”. O jurista, por meio da Ontopsicologia, tem a ocasião de tornar-se um colaborador da vida no mundo, é capaz de alterar o panorama societário, como sintetiza Meneghetti (2010a):

A Ontopsicologia – através de suas organizações - tende a identificar-se nas instituições sociais constituindo-se em fundação legal. Os colaboradores deste conhecimento transferem a experiência ontológica para o organograma do Estado, exatamente como a boa cura médica reconstitui a sanidade do metabolismo base que faz sanidade. E isso é belo, é prazeroso, não é um sacrifício: é uma auto-liberação, que depois consente uma festa⁴ (MENEGHETTI, 2010a, p. 125).

Então, para o jurista contribuir à hipótese de uma nova sociedade, uma sociedade mais verdadeira, deve encontrar, no *Em Si* ôntico, o critério para que sua racionalidade analise, distinga e escolha as oportunidades disponíveis ao escopo funcional e, para esse percurso, a Ciência Ontopsicológica fornece a metodologia apropriada.

6. *FORMA MENTIS*⁵ VENCEDORA DE UM OPERADOR JURÍDICO

6.1 A formação do jurista

Todos os atores do teatro jurídico são concordes que um bom operador jurídico deve ter um conhecimento profundo da legislação e da jurisprudência, devendo ser um mestre na aplicação desses conhecimentos em cada caso concreto. Essa regra é basilar, e quem não tem tal conhecimento não está sequer no ponto de partida deste jogo.

Mas, se todos concordam nesse ponto e muitos realmente são

4 “L’Ontopsicologia – attraverso le sue organizzazioni- tende ad immedesimarsi nelle istituzioni sociali costituendosi in fondazione legale. I collaboratori di questa conoscenza intendono trasferire l’esperienza ontologica nell’organograma dello Stato, esattamente come la buona cura medica ricostituisce la sanità del metabolismo base che fa sanità. E questo è bello, è piacevole, non è un sacrificio: è una auto liberazione che poi consente una festa” (tradução nossa).

5 Pela expressão latina *forma mentis* compreende-se “mentalidade”.

conhecedores excepcionais da lei e da jurisprudência, no que consiste o diferencial que permite a alguns a excelência e o sucesso?

Ao entrevistar o Acadêmico Professor Antonio Meneghetti (informação verbal)⁶ sobre esse tema, ele apresenta três princípios fundamentais para que um advogado seja um profissional de sucesso. O primeiro princípio é a *competência técnica* do direito no seu campo específico, demonstrando, dessa forma, que essa característica é elementar para um bom profissional. O autor também elucida que o segundo princípio é a *formação* que serve para a *evolução de sua personalidade e inteligência*. Nesta entrevista o autor ressalta:

Se o advogado não faz esta formação psicológica e filosófica contínua – para si mesmo, não para os outros – corre o risco de acreditar-se um grande advogado, porém não possui mais os fundamentos, não possui mais a fonte da inteligência. Isto é, a competência psicológico-filosófica serve para manter o exercício da sua inteligência, do seu intelecto. Se ele não faz isso, corre o risco de se sentir potente, porque as pessoas recorrem ao advogado somente quando têm problemas⁷ (MENEGETTI, 2009b).

Meneghetti (na sequência) pontua aspectos relevantes à formação de um grande advogado. Além da competência técnica e ética, ele entende ser fundamental a formação de caráter psicológico-filosófica, que fará com que o advogado efetue evolução de sua inteligência. Afirma: “o grande advogado deve entender que uma coisa é ser advogado, e outra coisa é ser pessoa inteligente, interior a si mesma.” (2009b)

E, por fim, o terceiro princípio é *conhecimento da situação real antes de aceitar a causa*. Meneghetti (informação verbal) ainda explicita como exercer esse princípio:

O advogado deve ser sempre honesto. O que isso significa? Que ele, quando aceita uma causa, deve

6 Entrevista concedida pelo autor com exclusividade em data de 19 dezembro de 2009, à Leticia Batistela. Gravada, transcrita e traduzida (MENEGETTI, 2009b).

7 MENEGETTI, Antonio. Trecho da entrevista concedida pelo autor com exclusividade em data de 19 de dezembro de 2009, à Leticia Batistela. Gravada, transcrita e traduzida.

entender bem se vale a pena ou não vale a pena (...). Portanto, o bom advogado deve entender imediatamente como as coisas estão, para não ser enganado pela mentira do cliente (2009b).

Dessa forma, segundo Meneghetti, desses três princípios, tem-se a formação plena do advogado. A Ontopsicologia traz uma visão sistêmica interdisciplinar sobre o operador jurídico e seu papel estratégico e essencial ao sucesso da causa.

Embora, realmente, existam muitos conhecedores profundos da legislação e da jurisprudência, verifica-se, na atuação prática, que tais operadores se limitam a conhecer o seu campo de atuação, estreitando sua visão de conhecimento, não a expandindo às demais ciências que são interdisciplinares ao Direito. E, às vezes, o que é mais dramático, o conhecimento jurídico torna-se tão estanque que o operador jurídico conhece somente o seu campo de especialização, esquecendo que o Direito é uno, é uma área do conhecimento muito ampla e que tudo se correlaciona. Se um homem vê o mundo de modo fragmentado, ele próprio se torna um homem fragmentado – é uma relação dialética.

Nesse particular, para melhor evidenciar, é possível comparar com o exemplo do pianista. O pianista, para ser grande em seu ofício, deve conhecer várias técnicas, como a relação entre os intervalos musicais e sua harmonia, trinados, *legatos*, *staccatos* e coordenar todas para executar a música de modo harmônico. Porém, imagine um pianista que se especialize apenas em trinados. O resultado será um sujeito que faz trinados como nenhum outro, porém, ele será incapaz de executar uma música de modo completo (ALVES, 2007). Juristas especializados são como tais pianistas quando resolvem especializar-se em uma única técnica, ótimos na especialização (seja tributário, criminal, contratos etc.), porém, quando devem responder ao mundo livre e aberto da vida, revelam a própria incapacidade. Não relacionam o que fazem com a Psicologia, com a Sociologia, com a Filosofia, com a Economia etc. ou, o que é mais grave, não relacionam com o próprio ser humano e a sociedade e, no final, sabem a medida legal, mas esquecem da própria medida humana. Para esclarecer, vale citar a afirmação:

É uma ilusão: os códigos regem apenas o que se vê, isto é, a mímica formal que, na representação judiciária,

apresenta-se à luz do palco. Mas o código ignora toda a preparação que se efetua nos bastidores, antes de começar o espetáculo – e, sobretudo, ele não pode reger os processos psicológicos que se desenrolam no segredo das consciências (CALAMANDREI, 1995, p. 19).

O que se observa, atualmente, é a especialização em demasia do operador jurídico, de forma desconexa da unicidade e globalidade do Direito. Isso acaba viciando o seu raciocínio, limitando-o, pois sequer cogita a relação do todo – e isso, certamente, traz problemas, pois é do gênero que se pode ver a espécie, e nunca do contrário. Especialistas de Direito Tributário não veem os reflexos concretos do seu modo de pensar na sociedade; especialistas do Direito Trabalhista não veem os reflexos concretos dos seus atos na economia empreendedora; e assim por diante.

Esses mesmos especialistas esquecem que nenhum dos grandes mestres do saber jurídico, como Pontes de Miranda e Miguel Reale – para citar apenas dois exemplos -, eram especialistas em um único ramo do Direito. Pontes de Miranda (1892-1979) não foi apenas exímio jurista, mas também estudioso de Ciências Exatas (matemática); idiomas (aos 7 anos lia em português e francês; aos 13, aprendeu latim, alemão e grego); Filosofia (inclusive da Filosofia das Ciências, com a obra *O problema fundamental do conhecimento*, de 1937); escreveu ensaios de Psicologia Jurídica (como as obras *À margem do direito* e *A moral do futuro*); na Literatura, foi agraciado com o primeiro prêmio pela Academia Brasileira de Letras com a obra *A sabedoria dos instintos*, em 1921; era poeta (escreveu a obra *Poèmes et chansons*, em 1969); antropólogo; escreveu sobre Sociologia (com a obra *Introdução à sociologia geral*); foi um grande conhecedor da cultura europeia, além de possuir diversos outros atributos (FELINI, 2011). Miguel Reale (1910-2006), além de reconhecido jurista, supervisor da comissão elaboradora do Código Civil brasileiro de 2002, foi filósofo, com pelo menos 23 títulos publicados nessa área, trabalhando diversos temas, como ontologia, teoria do conhecimento, estética, lógica, ética, filosofia política e, na filosofia do direito, ganhou notoriedade internacional com sua teoria tridimensional do direito; escreveu obras de literatura e poesias, com pelo menos 8 livros publicados nessa área, tendo sido membro da Academia Brasileira de Letras; homem politizado, criou a primeira assessoria técnico-legislativa do país, para racionalização dos serviços legislativos; foi educador e chegou a ser reitor da Universidade de São Paulo.

A multiplicidade de empenhos desses homens fez com que crescessem em profundidade. Por essas mesmas veredas, seguiram os grandes intelectuais brasileiros, conforme depoimento de Miguel Reale (1984, p. 11): “Juristas, políticos, politicólogos, jornalistas, pensadores, antropólogos, pedagogos, poetas, pintores, escultores, etc., tudo foram, a um só tempo, muitos dos personagens mais representativos de nossa cultura.”

Como pode toda essa formação múltipla, o pulso e as escolhas desses homens, que no seu contínuo e tenaz esforço evoluíram a condição de jurista ao patamar mais alto, ser desconsiderada e inaplicada pelos juristas atuais?

Dentro dessa formação múltipla, da preparação global da unidade de ação do jurista, deve estar inserido o conhecimento ontopsicológico, que é indispensável para o entendimento do inconsciente, das dinâmicas psíquicas nas relações, das informações que permeiam todas as relações, das potencialidades de vida, fornecendo a passagem resolutive ao homem e à sociedade.

6.2 As consequências da crise epistemológica da ciência jurídica e a centralidade resolutive

O jurista, vivendo a crise epistemológica do Direito, que lhe torna carente de um ponto resolutive, muitas vezes apresenta condutas desfocadas de sua missão jurídica. Por exemplo, na prática, não é incomum encontrar operadores jurídicos em discussões intermináveis, cada um pretendendo demonstrar mais saber que o outro, em uma guerra de presunção e vaidades, ao ponto de se esquecer do foco: o problema posto e sua solução efetiva. Cria confusões e ampliam o problema além do necessário, causando danos não só à ciência do Direito, mas também a seus clientes, por uma necessidade de autoafirmação e imposição perante o outro.

Também não é nada incomum encontrar operadores jurídicos que, para não transparecerem ignorância, não admitem desconhecimento em determinados assuntos, e mesmo assim não se eximem de tecer opiniões técnicas. Tal problema se agrava quando essa ignorância não é admitida em relação a conhecimentos técnicos de outras áreas, pois se o operador tivesse exercido uma humilde curiosidade, certamente teria um ganho individual que se transmitiria à solução do problema posto, gerando ganhos a todos.

Outro problema que se verifica é a tendência do operador jurídico acabar extrapolando as suas funções. Ocorre que o operador jurídico seja um técnico (como é o técnico em informática, em eletricidade etc.). É um conhecedor técnico de uma ciência extremamente importante, não há dúvida. Entretanto, ele é chamado para dar uma solução técnica a um problema de outrem, e cabe a este a palavra final, uma vez que, na maioria das vezes, é o consulente quem tem a visão do todo. Entretanto, é um erro infantil do operador jurídico acreditar, precipitadamente, que conhece a integralidade do problema e com isso tentar impor o seu modo de pensar. Não pode o operador jurídico desresponsabilizar o consulente, pois, a responsabilidade de cada um deve ser mantida em seus limites e exigências.

Entretanto, se tais problemas já são difíceis de serem transcendidos (e aqui já começa a diferenciação entre quem perde e quem ganha o jogo), muito mais difícil é conscientizar os operadores jurídicos que o conhecimento da lei e da jurisprudência, de forma isolada, seja incompleto, sem o cotejo de uma variável permanente: o ser humano.

Ora, por mais perfeito que seja um sistema legal, por mais assente que esteja a jurisprudência, é um erro gravíssimo do operador jurídico perder de vista que, no teatro em que está inserido, os atores são seres humanos, e como tais, indissociáveis de seus problemas pessoais, existenciais, de seus estereótipos etc.

O conhecimento da Psicologia é o ponto crucial que levará o operador jurídico ganhar determinada causa – aliado, obviamente, ao conhecimento técnico –, posto que no Direito, no debate, o que prevalece é somente a Psicologia. Nesse particular, saboroso é lembrar de Calamandrei (1995), advogado e jurista italiano, que já lecionava em 1935, relatando um revés que teve em um caso prático cuja jurisprudência era-lhe amplamente favorável:

Certa vez, no Tribunal de Cassação, eu defendia uma causa relativa a pretensão vício redibitório de um cavalo mordedor. O comprador sustentava ter percebido que o cavalo por ele comprado tinha o vício de morder, e pedia, por isso, a resolução da venda; mas o tribunal de apelação não admitira o fato de que o cavalo fosse mordedor e, portanto, rejeitara a ação. O comprador derrotado recorrera em cassação. Eu defendia o vendedor, mas tinha tanta certeza de que o recurso seria rejeitado (precisamente

porque em cassação não se pode rediscutir o fato), que, ao chegar minha vez de falar, renunciei à palavra.

Levantou-se então o procurador-geral, o qual, contrariamente à minha expectativa, declarou que o recurso era fundadíssimo e que devia ser acolhido.

Meu estupor foi tal que, terminado o julgamento, não pude me impedir de me aproximar de seu assento para lhe dizer: - Excelência, como é difícil para os advogados fazer previsões sobre o resultado dos recursos! Nessa causa, eu teria jurado que mesmo o senhor teria concluído pela rejeição.

Ele me respondeu:

- Caro advogado, contra os cavalos mordedores nunca se é bastante severo. Muitos anos atrás, eu ia a pé pela cidade, com meu filho pela mão; e aconteceu-nos passar perto de uma carroça, parada junto da calçada. O senhor não irá acreditar: aquele cavalo de ar inocente virou-se de repente e deu uma dentada no braço do meu menino. Fez-lhe uma ferida profunda assim, que para sarar foi preciso mais de um mês de tratamentos. Desde então, quando ouço falar de cavalos mordedores, sou inexorável (CALAMANDREI, 1995, p. 20-21).

Outro caso que também evidencia a questão psicológica no interior de um caso jurídico foi relatado por Meneghetti (informação verbal), relativamente a um julgamento de homicídio. Foi relatado por Meneghetti, 2009b:

Recordo-me de um caso: um juiz condenou a dezesseis anos de cárcere, mínimo, a um indivíduo que deveria pegar 30 anos de cárcere. Ele tinha matado a mulher com 34 punhaladas. O juiz deu somente dezesseis anos. Mas, o que aconteceu? O advogado do criminoso sabia a mentalidade do juiz. O juiz era um homem que tinha uma mulher, mas nunca fazia sexo, porque a mulher não queria. Então, o advogado disse ao criminoso: “você não somente deve dizer que deu 34 punhaladas, mas deve dizer que após ter dado uma, a olhou e deu outra, a olhou e deu outra...”. E o juiz gesticulava enquanto o criminoso falava. No fim, todo o direito é psicologia, sobretudo quando se vai à segunda, terceira ou primeira fase, é somente psicologia. Estou falando do advogado, pois o juiz é diferente⁸.

8 MENEGETTI, Antonio. Trecho de entrevista concedida pelo autor com exclusividade em data de 19 de dezembro de 2009, à Leticia Batistela. Gravada, transcrita e traduzida.

Como se observa, nunca é possível deixar de considerar as situações particulares dos atores do teatro jurídico, que ao fim e ao cabo, levam a interpretação da lei e a solução do problema posto. Sem olvidar que a lei, usualmente, é aplicada por um ser humano dotado de suas patologias e psicologias, com sua experiência de vida limitada, as suas culturas e ainda, por seus estereótipos sociais. A esses homens, falta a dimensão do mundo, limitados a uma burocracia exemplar (MENEGETTI, 2009a).

A implicação prática dessas constatações pode ser visualizada, por exemplo, no caso de um advogado com uma demanda nos Tribunais Superiores, em que, para além do estudo da causa e da argumentação técnica, é útil estudar também o Ministro julgador, na sua vida, nas suas dores e esperanças, suas passagens secretas, manias, suas confidências ao pé da mesa, o círculo da esposa, suas inclinações interiores no julgar, seus estereótipos e estilos, suas convicções políticas e religiosas. Ou o advogado do júri popular que, para além da técnica, também se dedica a estudar os membros do júri, seus estereótipos, seus gostos, suas amizades, suas rotinas, sua vida familiar e ideologias, o que ajuda inclusive o escorrer da sua própria intuição como profissional. Ou, então, aquele advogado que, intuindo as necessidades insatisfeitas das partes em litígio, com sábios conselhos de negociação, resolve, ali mesmo, o conflito, impedindo o prolongamento da patologia social aos corredores da vida judiciária forense. Porém, para fazer essas passagens, é fundamental ao advogado o conhecimento científico do ser humano.

Convém ressaltar, outrossim, que o Direito é influenciado pela publicidade, pelas ondas na sociedade, inclusive para determinar que determinado ato é crime. Segundo Meneghetti (informação verbal), depois há um retorno à norma, mas é primordial ter a racionalidade de enxergar que certas contrafações, delitos e crimes, que em certos momentos são vistos como ilícitos e moralmente escandalosos, em outros momentos não significam nada. O operador jurídico deve ser sensível a essas variáveis.

O que é justo e correto para um povo, não é justo nem correto para outro. O que é justo e correto para um homem, nem sempre é considerado justo e correto para outro homem, mesmo que vivam no mesmo local. E esse justo normalmente é coligado à conformidade a uma opinião corrente que, acreditada como absoluta, coloca à margem a possibilidade de realizar o projeto contínuo da vida dentro de cada

homem, com a consequente perda do real. Conforme Meneghetti (2003), de absoluto há somente o Ser, que é ato total em si e por si. Todo o resto é constantemente relativo.

Portanto, o Direito deve ser utilizado através de seus procedimentos e rituais, com suas formalidades e liturgias. Mas um operador jurídico que quiser ter sucesso precisa, além de um profundo conhecimento de si mesmo, transcender a formalidade e buscar sempre a motivação de cada um dos atores que se fazem presentes naquele momento. Seja em uma negociação contratual, seja em um julgamento no Tribunal, seja em uma discussão entre colegas, sempre o ponto em comum, e a variável permanente a ser levada em conta (e trabalhada) é o ser humano.

6.3 Contribuições da Ontopsicologia na prática jurídica

O conhecimento ontopsicológico consente ao jurista compreender as causas de um espaço operativo para variá-las de acordo com a funcionalidade, munindo-lhe do critério de resposta ótima aos problemas enfrentados. Com efeito, em vez do jurista sofrer o problema, tem, na novidade problemática, um estímulo de inteligência para uma superioridade criativa de realização, já que o conhecimento ontopsicológico capacita o sujeito a colher as coordenadas do Em Si ôntico.

O operador jurídico, com o conhecimento da ciência ontopsicológica, adquire consciência de que não existe a “literalidade da lei fria”, ou mesmo a certeza da jurisprudência, uma vez que sempre o fato posto será interpretado por um ser humano, que trará consigo, mesmo que de forma inconsciente, a sua moral cultural e educacional, além de seus estereótipos e complexos.

Reportando a discussão para o exercício da profissão de um advogado, fica evidente o diferencial que o conhecimento ontopsicológico pode acarretar. A realidade da vida é dinâmica, o homem é uma contínua mudança, as leis positivas também mudam, não há sentido em fazer da lei positiva um categórico, uma dependência fideísta, pois amanhã ela já pode ter sido alterada. A lei deve ser usada e obedecida sem que, ao mesmo tempo, se perca a consciência de que o único absoluto é o ser. A Ontopsicologia confere ao jurista esta liberdade interior: compreende-se a relatividade da doxa e a elementariedade da episteme.

Com o conhecimento ontopsicológico, é possível ao advogado

compreender o ponto de vista tanto do Juiz Singular ou de um Tribunal, pois ambos são, em última e primeira análise, seres humanos. Assim, utilizando esse denominador comum, utilizando o método ontopsicológico corretamente, é possível antecipar o resultado. A Ciência Ontopsicológica também permite ao advogado permanecer no ponto vencedor, desviando de discussões infrutíferas, analisando o ponto ótimo de cada caso e não se afastando dele.

Outra vantagem que a Ciência Ontopsicológica possibilita ao advogado é lembrar que, além das leis, doutrinas, jurisprudências, possui uma fonte mais elementar de saber, a qual tem acesso utilizando integralmente o próprio corpo e a percepção organísmica: chegar ao saber intuindo o real. O Em Si ôntico é capaz de especificar a fórmula de ação de sucesso, fornecendo ao jurista a resposta ótima dentro da incidência social. Então, deve ele unir à racionalidade histórica, ao seu conhecimento legal e jurisprudencial, ao princípio lógico e doutrinário, ao seu conhecimento em Filosofia e Psicologia, à relação com seus colaboradores – todos os fatores que consentem ao jurista caminhar na estrada dos meios – mais uma forma de conhecimento e percepção: a intuição.

Por outro lado, é também importante destacar que os princípios constitucionais elencados nas Constituições dos países expressam os valores sociais dessas nações e a legitimidade da autoridade, por isso, conhecendo esses princípios constitucionais, o jurista torna-se apto a ser um advogado internacional, habilitado a prestar seus serviços no contexto mundial globalizado. As Constituições, ademais, são formalizadas por homens e, portanto, percebem-se nelas elementos universais; por exemplo, em uma Constituição democrática, o elemento em comum é o povo, porém, depois há o trabalho de abstrair o que é esse povo, se é um superego ou consciência ôntica, se são analfabetos ou ilustrados, se politicamente são maioria, de fato, ou apenas maioria numérica etc.

Em relação ao juiz, a contribuição da Ontopsicologia também é substancial. Veja-se que o maior perigo para um juiz não é a corrupção ou influências políticas, mas sim o esgotamento interno de suas consciências, a preguiça moral, a anestesia das próprias forças, a estabilização de si mesmos em estereótipos, o enrijecimento da consciência. Os juízes não se realizam enquanto se sentem reduzidos à indiferença de ser um pedaço da máquina do Estado, uma coação a repetir os estereótipos próprios ou sociais, sofrendo o medo da opinião

social e a culpa.

A soma desses fatores é a frustração do magistrado e o seu pior efeito à sociedade é o revanchismo psicológico contra quem ele vê bem-sucedido, sejam advogados, lideranças políticas ou empresariais etc. A Ontopsicologia proporciona ao juiz saber/conhecer o critério de exatidão do sujeito homem, restituindo em si mesmo a própria humanidade para jamais se deixar cair no conformismo da burocracia, elevando-se como resposta de função social ao contexto em que vive. Através da Ontopsicologia, o magistrado desenvolve em si mesmo o poder para não deixar a racionalidade jurídica perder-se sob a pressão dos estereótipos, afinal, os juízes encarnam na profissão parte do poder social e devem ter a formação que lhes consinta tornarem-se verdadeiros *patres patriae*.

Fundamental é o autoconhecimento, a autenticidade do profissional jurídico, senão ele mesmo é o primeiro a viver com medo da lei. A Ontopsicologia traz uma visão sistêmica interdisciplinar sobre o advogado e seu papel na vida empresarial, com um papel estratégico e essencial ao sucesso do *business*.

Por fim, em razão de tudo o que se apresentou e se discutiu neste texto, é lícito afirmar que vence o operador jurídico que souber interpretar e conscientizar melhor o contexto e a psicologia que envolve o referido contexto, sem prescindir jamais de seu *Em Si* ôntico e não, simplesmente, o que se julga mais justo, honesto, bom ou com a razão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, foi demonstrado que é fundamental que a ordem estatal não impeça o nexo ontológico, ou seja, não impeça ao homem de proteger, distinguir e viver o próprio projeto de natureza, de realizar-se como ser humano, porque o homem nasce do ser, é fenomenologia desse, e deve poder encontrar seu destino no ser.

Ao longo deste estudo, sustentou-se que a Ciência do Direito precisa de um critério que consinta o alcance da autoevidência, que leve ao múltiplo a evidência do uno, inclusive para poder denominar-se ciência, pois se, ao invés da episteme houver apenas a doxa, não há ciência, mas apenas opinião. Para tanto, foi apresentado o critério de refundação da Ciência Jurídica, conforme colhido pela Ontopsicologia,

responsabilizando o jurista como indivíduo e profissional operador de seu conhecimento e profissão.

O jurista deve responder ao apelo da vida, aprender a energia primária da vida, conquistando uma liberdade interior em relação ao absoluto dos códigos, do categórico das opiniões e dos estereótipos sociais e, assim, capacitar-se como protagonista responsável da evolução social e como cientista jurídico.

A qualificação de cientistas do Direito aptos à intervenção social é fundamental, especialmente quando o contexto atual é confrontado ao aforismo da Torre de Babel. Segundo Meneghetti (2005), a Torre de Babel pode ser uma metáfora daquilo que o homem produz através do sistema, na qual é possível trazer como exemplo as leis. As leis constituem justaposições de circuito que devem, ao final, estruturar um conjunto de ilações que se sustentam, constituindo um ordenamento jurídico, comparável aos vários tijolos de um edifício que devem estar todos devidamente justapostos para sustentar o prédio. Quando essa construção legal é levada à extrema consequência, resulta em um edifício complexo, enorme, porém, cuja função não é totalmente consentânea à energia primária humana; ou seja, trata-se de uma estrutura que somente pode desabar, rompendo o que deveria sustentar, como ocorreu com a Torre de Babel. Então, um sistema que é violência do homem contra o homem não produz mais civilização e progresso moral, mas apenas uma máquina que se retroalimenta com a renda existencial dos cidadãos, ou seja, torna-se uma falência existencial para o homem. Torna-se evidente, então, a necessidade de refundação da ciência jurídica e uma maior responsabilidade dos juristas em contribuir à evolução moral da humanidade, pois o Direito é o instrumento à disposição da sociedade para se construir um Estado melhor, uma vez que:

O direito é a primeira arma universal que a inteligência racional constrói. Ele estabelece o justo e o injusto, distingue aquilo que pode daquilo que não pode. É a arma onipotente da psique humana, que depois a sociedade fenomeniza em nível mundial (MENEGETTI, 2009a, p. 67).

Neste estudo foi demonstrado que a solução para a Ciência Jurídica não está simplesmente no debate sobre as leis, o governo, as ideologias, é necessário reposicionar o foco para colocar no centro a inteligência

do homem que faz as leis, que executa as leis, que as aplica e interpreta, detendo-se no cientista e operador do direito enquanto causa, fim e objeto natural da circunstância histórico-jurídica.

Nessa ordem de ideias, evidencia-se a relação de interdisciplinaridade entre a Ontopsicologia e o Direito enquanto a primeira confere o método e a técnica para a exatidão de consciência do cientista e operador do Direito, bem como o princípio elementar, a causa primeira para a reestruturação do Direito e da Ciência Jurídica. Com efeito, pela exatidão de consciência o jurista coloca-se em condições de colher o referido princípio autopoético, e de realizar historicamente a medida exata de todas as coisas que se referem ao homem e à sociedade.

Portanto, a Ontopsicologia, aplicada ao Direito, proporciona a “*refundação crítica da consciência sobre fundamentos ontológicos na fenomenologia ontopsiológica*.” (MENEGHETTI, 2009a, p. 107). Então, abre a possibilidade para um direito ôntico-humanista, o que perpassa pela requalificação constante das proporções racionais do jurista, mediante sua conformidade à intencionalidade de natureza, pois já a ordem biológica humana, na sua autonomia autopoietica, indica a melhor organização do corpo social. Assim, a Ontopsicologia confere ao cientista do Direito as linhas de partida para a refundação da ciência jurídica.

Em síntese, a Ontopsicologia, por meio de sua metodologia e técnica, fornece o ponto resolutivo aos juristas mais capazes, de atuar a “calma da própria tensão, a correspondência factual das próprias programações e a alegria contemplativa de que o direito é um meio eficiente para ajudar deus⁹ no mundo. Não um deus qualquer, mas o deus do homem” (MENEGHETTI, 2004, p. 144).

⁹ A palavra “deus”, nesta citação deve ser compreendida em sentido laico (nota inserida pelos autores).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e a suas regras. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BONRHEIM, Gerd A. (Org.). **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O renascer do direito**: direito e vida social. São Paulo: Bushatsky, 1976.
- HÖFFE, Ottfried. **A democracia no mundo de hoje**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LAÉRCIO, Diógenes. **Vidas, opiniones y sentencias de los filósofos más ilustres**. Tomo I. Madrid: Luiz Navarro, 1887.
- FELINI, Fernanda. **O poder do homem sobre si mesmo**. *Revista Performance Líder*. Associação Ontoarte, São Paulo, II semestre, p. 94-99, 2011.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MENEGHETTI, Antonio. **A arte de viver dos sábios**. 3. ed. Florianópolis: Ontopsicologia Editrice, 2003.
- MENEGHETTI, Antonio. **A crise das democracias contemporâneas**. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2007.
- MENEGHETTI, Antonio. **Direito, consciência, sociedade**. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2009.
- MENEGHETTI, Antonio. **Conhecimento ontológico e consciência**. Recanto Maestro, 2011. Palestra realizada durante Residence na Associação OntoArte, Recanto Maestro, em 09 de jul. de 2011a.
- MENEGHETTI, Antonio. **Dall'Umanesimo storicoall'Umanesimo perenne**. Roma: Psicologica Editrice, 2010a.
- MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologia Ed., 2010b.
- MENEGHETTI, Antonio. **O critério ético do humano**. Porto Alegre: Ontopsicologia Editrice, 2002.
- MENEGHETTI, Antonio. **O projeto homem**. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011b.
- MENEGHETTI, Antonio. **Pedagogia ontopsicológica**. 2. ed. Recanto

Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2005.

MENEGHETTI, Antonio. **Sistema e personalidade**. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2004.

MENEGHETTI, Antonio. Entrevista concedida com exclusividade em 2009b, à Leticia Batistela. Gravada, transcrita e traduzida.

RAO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. V. 1. São Paulo: Max Limonad, 1952.

REALE, Miguel. **Figuras da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

STONE, I. F. **O julgamento de Sócrates**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

O JORNALISMO COMO MEDIADOR DE CONSCIÊNCIA E OPERADOR DE REALIDADE

Clarissa Mazon Miranda

Ricardo Schaefer

Vicente Reis Medeiros

1. INTRODUÇÃO

A importância que o jornalismo exerce em nossa sociedade é crescente. As notícias constroem realidade para a população. Ribeiro e Fossá (2009) descrevem esse poder expresso por meio da linguagem jornalística: “A linguagem jornalística é a normalizadora da sociedade, é ela que ameniza o caos social, e é uma forma de instaurar uma ideologia de um grupo que se verbaliza através da mídia e torna-se a ideologia dominante, que tem o poder sobre a informação” (p. 6). Uma linguagem que ultrapassa os limites das páginas de jornais e das telas de TV, contribui para a construção do imaginário do cidadão acerca do mundo que o cerca. Os jornalistas são, de fato, formadores de opinião pública, construtores da agenda sobre política, economia, prognósticos para seu país, perspectivas de vida, divertimento e construção social.

Meneghetti (2011), ao analisar a situação do jornalismo contemporâneo e ressaltar a importância social da figura do jornalista, afirma que essa atividade nunca teve, em sua história, um protagonismo, uma repercussão social tão alta.

Hoje qualquer coisa é filtrada pelo juízo jornalístico. Substancialmente, o novo pontificado, não tanto o quinto poder, mas o pontificado, a constituição cotidiana que faz a posição de um país, são os jornalistas. [...] Porque aquilo que o jornalista diz, em certo nível, faz ética, faz ideologia, faz mutação, faz sociedade. (MENEGETTI, 2011, informação verbal de curso¹).

1 MENEGETTI, A. **Jornalismo, Realidade e Sociedade**. Conferência proferida na Faculdade Antonio Meneghetti. Restinga Sêca-RS, 02 de janeiro de 2011.

Se aquilo que “vira notícia” pode se tornar também a realidade construída no imaginário social acerca de diferentes aspectos do mundo, é possível dizer que os valores divulgados por essas notícias terão impacto no modo de vida do corpo social, tanto para o bem, quanto para o mal. É possível, portanto, fazer questionamentos sobre qual realidade social vem sendo construída sob influência do discurso jornalístico. Na medida em que a informação jornalística é constituída por profissionais que têm preparação específica para tal função – os jornalistas –, pode-se dizer que parte deles e do contexto em que trabalham o critério de como se dá a construção midiática da realidade.

Esse trabalho, fruto de uma revisão bibliográfica e estudo teórico, pincela um panorama histórico da função do jornalismo, aborda entendimentos contemporâneos acerca dessa atividade e apresenta as contribuições que uma visão humanista, segundo a abordagem ontopsiológica, traz à profissão. De acordo com essa visão, o jornalista, protagonista da atividade dessa profissão, quando age de maneira autêntica², pode atuar como mediador de realidade, operador de consciência e promotor de valores humanos na sociedade.

2. BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA

Observar o processo de atuação de determinada atividade social de maneira distante, como a fotografia de uma realidade construída por certo período histórico, permite analisá-la criticamente e questionar se sua função radical mudou tanto quanto as transformações técnicas e de valores que a humanidade assistiu no mesmo período. No caso do jornalismo, que nasceu ligado ao corpo social, a metamorfose técnica e estrutural é evidente e natural, porém, cabe questionar: sua função elementar também alterou-se? Em quais momentos questionou-se a fundo a função jornalística? Ela é clara e compartilhada conscientemente por todos?

2 O termo autêntico e autenticação, neste artigo, ganham o significado e a conotação que lhes são atribuídos na obra Dicionário de Ontopsicologia: “uma coisa ou um contexto é autêntico quando se demonstra por como o ser se presencia [...]. O signo é autêntico quando se configura igual à coisa [...]. Uma vez que é estruturado em modo autêntico, o Eu psicológico tem a capacidade e o poder de ser verdadeiro, seja quando cumpre ações existenciais que quando constrói ciência” (MENEGETTI, 2008, p. 32).

Marcondes Filho (2002) identifica cinco momentos no jornalismo que possibilitam um panorama histórico da atividade:

- » **Pré-história** (1631-1789), do tipo artesanal, carrega valores jornalísticos como o espetacular e o singularmente novo (desastres, mortes, seres deformados, reis, etc.). Seu meio ainda assemelhava-se ao livro e era produzido por um empreendedor isolado.
- » **Primeiro Jornalismo** (1789-1830), do tipo político-literário, trazia a razão, o questionamento da autoridade, a crítica da política e a confiança no progresso. Era o jornalismo da “iluminação”. É nesse momento que se estabelecem a profissionalização da atividade e as redações. Seus agentes eram políticos, escritores, críticos e cientistas. Aqui, os fins econômicos ficavam em segundo plano e os jornais eram escritos com fins pedagógicos e de formação política.
- » **Segundo Jornalismo** (1830 a aproximadamente 1900), tido como imprensa de massa, em que primava o “furo”, a atualidade, a “neutralidade”. Feito por jornalistas profissionais, no Segundo Jornalismo, criam-se as reportagens, as enquetes, as entrevistas, as manchetes e o investimento nas capas, logotipo e chamadas de primeira página. Nesse momento, impulsionado pela Revolução Industrial, o jornalismo sofre seu primeiro grande impacto de natureza tecnológica, que mudaria visivelmente sua atividade: a invenção da rotativa e dos processos de produção de jornais em massa. Também surge a mecânica por linotipos, o telégrafo e o telefone. As verbas publicitárias assumem papel preponderante nas receitas e o jornal, organizado como empresa, passa a ter que dar lucro. Observa-se também o aumento substancial das tiragens. O valor pedagógico cede espaço à imprensa sintonizada com as exigências do capital (imprensa como negócio).
- » Entre 1900 e 1960, o autor aponta um **Terceiro Jornalismo**, do tipo imprensa monopolista. Surgem as grandes rubricas políticas ou literárias e as páginas-magazines: esporte, cinema, rádio, teatro, turismo, infantil, feminina, etc., e verifica-se ainda mais influência da indústria publicitária e das relações públicas. A atividade era gerida por jornalistas, publicitários e relações públicas, que promovem a “indústria da consciência”, na qual

a audácia e a criatividade jornalística perdem terreno para o conformismo e para a repetitividade mercadológica.

- » Por último, identifica-se um **Quarto Jornalismo**, do tipo informação eletrônica e interativa, surgido por volta de 1970 e que perdura até o presente. Aqui, o jornalismo sofre sua segunda grande inovação: as tecnologias de comunicação e informação. Marcado por impactos visuais, velocidade e transparência, esse momento é caracterizado pelas implantações tecnológicas com consecutivo barateamento da produção, alteração das funções do jornalista e toda a sociedade produzindo informação. Os agentes passam a ser redes e sistemas informatizados com pessoas em interface e jornalistas como prestadores de serviço. Os financiamentos migram para a TV e Internet e se observa a crise da imprensa escrita.

A partir desse recorte, fica visível constatar que, originando-se com fins pedagógicos, o jornalismo passou por diferentes etapas até atingir a sua atual configuração, marcada por rápidos avanços tecnológicos e por fortes influências mercadológicas. Com base nesse panorama, relatamos a seguir diferentes visões sobre a função do jornalismo na sociedade.

3. ENTENDIMENTOS SOBRE A FUNÇÃO DO JORNALISMO

Novos espaços sociais passaram a entrar no campo de visão jornalístico, com novos personagens, ambientes diferentes e novas formas de se fazer a notícia que resultaria em funções diferenciadas da atividade. Herscovitz (2000), em um trabalho de investigação acerca dos valores profissionais e da satisfação no trabalho, entrevistou 402 jornalistas que atuam para as principais empresas de comunicação de São Paulo. Em relação à função da mídia na atualidade, constatou os seguintes resultados (o teste resultou em três funções: disseminadora, interpretativa/investigativa e adversária):

[...] 77,6% dos participantes do estudo privilegiam a função disseminadora (levar informação rápida ao público e concentrar-se nas notícias de interesse da maioria do público); 66,2% defendem a função interpretativa/investigativa (investigar demandas do

governo, oferecer análises e interpretações, desenvolver o interesse intelectual e cultural do público e oferecer entretenimento); e 47,2% são a favor de uma postura adversária (fazer o papel de adversário do poder público e desconsiderar histórias cujo conteúdo factual não possa ser provado) (HERSCOVITZ, 2000, p. 81).

Para Beltrão (1960), a função última do jornalismo seria a promoção do bem comum. Mas, para isso, aponta ações como elogiar, explicar, ensinar, guiar, dirigir, examinar os conflitos, propor soluções, fundamentar ensinamentos, entre outros, como premissas para informar e orientar a sociedade. “Todo esse trabalho tem, evidentemente, uma função educativa, visando esclarecer a opinião pública para que sinta e aja com discernimento, buscando o progresso, a paz e a ordem da comunidade” (BELTRÃO, 1960, p. 62). É nesse aspecto pedagógico que, conforme explicam Berger e Marocco (2008, p. 69), Parks escreveu sobre a notícia como forma de conhecimento: “A função da notícia é de orientar o homem e a sociedade num mundo real. À medida que ela consegue isso, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade”.

A possibilidade de formador de consciências exercida pelo jornalismo não escapou ao intelectual brasileiro Machado de Assis, consagrado por suas obras literárias, mas que foi também um dos principais jornalistas do país. É interessante retomar que, na época de Machado de Assis, o exercício da profissão de jornalista ocorria com certa característica de intelectualidade: “Para Machado, a observação do periodista deve atender um rigor ético e estético na montagem da crônica, trazendo humor e espírito crítico ao leitor” (SILVA, 2005, p. 46). Nos escritos deixados por Machado de Assis, segundo Silva (2005), consta que está no jornalismo o papel de ser o cronista da realidade, ou seja, de orientar o leitor também na maneira de pensar sobre aquilo que dele está, de certa forma, distante:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções (MACHADO DE ASSIS, 1859, apud SILVA, 2005, p. 29).

Demonstrando a necessidade de que se procure retomar uma visão humanista do jornalismo, Meneghetti (2004) fomenta um formato da atividade e da notícia que sirva de função ao humano, sobretudo pelo fato consequencial de que as notícias levam à produção de consciência. Para o autor, o jornalista é aquele que sabe colher a ação específica que pode dar eficiência e profissionalismo ao indispensável serviço da imprensa. “O jornalista, quando revela os fatos, tendo ou não ciência ou intenção, produz consciência, portanto dentro de si é de qualquer modo responsável” (MENEGHETTI, 2004, p. 157).

Uma análise convergente é realizada por Beltrão (1960, p. 21), que aponta a responsabilidade moral de quem maneja os instrumentos de informação e propaganda. “Se lhes faltam as bases ideológicas de uma consciência social, ou as diretrizes de princípios éticos, a força que detêm, consciente ou inconscientemente, não estará nunca a serviço do progresso humano, da justiça social, do bem comum”. De modo geral, atualmente, o pensamento em torno da função do profissional jornalista – mesmo levando em consideração a influência do contexto da postura editorial de cada veículo de imprensa – tem se mostrado um debate restrito ao âmbito acadêmico e com pouco diálogo entre aos profissionais que vivenciam a prática das redações, ao menos no que se refere à experiência brasileira de jornalismo. Marcondes Filho (2002) sublinha que a função de “orientador”, em que o jornalismo assumiria um caráter pedagógico da profissão, está esvaindo-se:

A função jornalística do especialista, que está deixando de existir, é aquela mesma que teve no passado o padre, o líder, às vezes o filósofo. Era a “opinião sábia” que orientava o agir, discernia sobre o bem e o mal, era vinculada a uma visão de mundo coletiva e a uma evolução conjunta em direção a uma meta (MARCONDES FILHO, 2002, p. 153).

As transformações pelas quais passou essa profissão em sua ainda jovem história – sobretudo a passagem da visão romântica (jornalismo como missão) para um “jornalismo de mercado” (PEREIRA, 2004) – demonstram que o profissional mais capaz de compreender e zelar pelos valores sociopedagógicos que a atividade carrega é o próprio jornalista. Constantemente situado entre polos que o reclamam – profissional liberal de consciência e trabalhador assalariado, criador e

técnico, intelectual e operário, informador e propagandista, generalista e especialista (FIDALGO, 2004) –, é ele quem vai gerir a ética no seu espaço social.

4. O PROTAGONISTA DO FAZER JORNALÍSTICO

A atual produção de notícias parece apresentar um depoimento contrário à capacidade do jornalismo contemporâneo de cumprir suas originais funções. Conforme explica Coutinho, verifica-se hoje uma “transformação ou ‘desvelamento’ em uma distorção dos fatos, especialmente quando, no ritmo industrial de produção das notícias, há problemas na apuração das informações” (2004, p. 16).

Vários autores procuraram entender porque as notícias são como são, descrevendo os fatores que influenciam a produção jornalística. Para Traquina (2005), esses fatores são as forças de mercado, os constrangimentos organizacionais, as rotinas e acesso estruturado ao campo jornalístico. Já Sousa (2005) elenca as seguintes forças que interagem de forma sistemática determinando o resultado final das notícias: pessoal, das rotinas de produção, social, ideológica, cultural, do meio físico, dos dispositivos tecnológicos e históricas.

Cerceado por tantos fatores, tendo a sua escrita guiada por valores múltiplos, cabe perguntar se o jornalista pode ser considerado de fato um profissional neutro para executar um recorte do real, ou ainda, o quanto ele é realmente livre para escrever. Não se trata de questionar a liberdade de imprensa constitucional, pela qual tantas nações do globo hoje validam o direito do cidadão de ter acesso a uma imprensa livre. Trata-se sim de refletir-se o quanto, nesse cenário ideal, criado constitucionalmente, o jornalista realmente atuará de maneira livre.

Debatendo o papel da imprensa na sociedade atual, bem como a responsabilidade da profissão de jornalista, argumenta Meneghetti (2011) que, ao perseguir uma verdade que lhe parece absoluta e que seleciona por meio de valores pessoais, econômicos, políticos, ideológicos e de lócus profissional, o jornalista dificilmente será realmente livre para exercer sua profissão.

O nosso jornalismo, na maioria das vezes, é feito por jovens que creem produzir as notícias para prestar um serviço de conhecimento, de modo a contribuir para a ética social, para o direito de todos os povos. Esta é uma bela vocação. Porém, todos os jovens, enquanto não acordarem, são eles próprios os instrumentos da manipulação. Isto é, um jornal se escreve para fazer crer daquele modo (MENEGETTI, 2011, informação verbal de curso³).

Conceitos como a verdade jornalística, a neutralidade, a imparcialidade passam a figurar, dessa forma, numa espécie de **hall** de ideais que, quando afrontados com o dia a dia profissional, se demonstram nem sempre possíveis ou ao alcance da imprensa. Parece real afirmar que o fato divulgado é construído por esse profissional e não dado pelo fato em si. Sousa (2004) define as notícias como uma construção, e não espelhos das realidades a que se referem, afirmando que “há sempre algum grau de distorção entre a realidade e as notícias” (p. 238). Essa distorção, segundo Santos (1997), pode ser ocasionada por constrangimentos organizativos, de tempo, de espaço e de cultura, que reduzem a notícia a um ponto de vista sobre a ocorrência. “O repórter analisa e interpreta o acontecimento de acordo com uma grelha institucional, profissional e social, que é a sua e a partilha com outros” (1997, p. 49). Dessa forma, o autor entende que a notícia “não é a representação da realidade, mas uma representação sua, em que o jornalista não pode deixar de se assumir como ator social e cultural” (1997, p. 49).

Parte-se da premissa de que a notícia é o fenômeno que se constrói a partir do acontecimento, e esse se caracteriza como uma “saliência”, fruto de uma modificação de um estado do mundo, que passa pela percepção dessa ruptura por um sujeito (o jornalista) e chega à fase de significação dessa mudança. É entre esses dois momentos de percepção e significação que Marcondes Filho (2002, p. 109) identifica as armadilhas da informação: “[...] jornalistas, como todas as pessoas, selecionam os fatos novos e os classificam a partir de seus estereótipos”, atuando na manutenção de ideias e agindo como agentes conservadores da cultura. Além disso, o autor complementa, afirmando que esses profissionais

3 MENEGETTI, A. **Jornalismo, Realidade e Sociedade**. Conferência proferida na Faculdade Antonio Meneghetti. Restinga Sêca-RS, 02/01/2011.

passaram a operar com clichês – mais cômodos, fáceis e simples – para classificar como bons, maus, exóticos, etc., os acontecimentos, filosofias e políticas.

Clichês são fórmulas prontas, ideias mecanizadas sobre pessoas, atividades, profissões, posições políticas etc. São estereótipos, julgamentos de valor automáticos[...] e impedem que elas julguem cada novo fato de forma independente, em si mesmo, como ele é e aparece. [...] Uma consciência constituída por clichês só recebe acréscimos “não-dissonantes”. Forma-se um filtro por onde vêm passar todas as novas informações recebidas; ele funciona como âncora, como segurança diante do novo, para negá-lo (MARCONDES FILHO, 2002, p. 118-119).

Esses são, portanto, mecanismos adotados também porque dão mais rapidez na classificação e escrita sobre determinado fato ou acontecimento. Ao invés de uma reflexão crítica da realidade, o que se tem é que as fórmulas prontas e estereótipos socioculturais acabam por facilitar para o jornalista o acompanhamento da velocidade produtiva que, por vezes, é exigida de um profissional nesse ramo. Lippmann (2008), já em 1922, afirmava que os meios de comunicação não reproduzem a realidade, mas sim constroem representações dessa. Segundo o autor, a mente humana distorce o real, pois as pessoas veem o mundo com base nas suas emoções, hábitos e preconceitos. Lippmann evidenciou que muitas vezes as pessoas, para conferirem sentido ao mundo, recorrem a estereótipos.

Grande parte dessas conclusões pode ser relacionada com a constatação de Marcondes Filho (2002) de que os jornalistas possuem modelos próprios e vão ao mundo apenas para reconhecê-los e reforçá-los, não para conhecê-los. Torna-se possível, nesse ponto, relacionar a unidade informacional que permeia o mundo jornalístico a um conceito referente também à sociedade da informação na qual vivemos, bem seja, o conceito das informações meméticas.

5. NOTÍCIAS NÃO REVERSÍVEIS COM A REALIDADE

As informações meméticas, ou simplesmente memes, são informações não reversíveis, que não coincidem com realidade alguma. Uma informação memética age no sujeito com o qual tem contato. “Quando emitida, causa um efeito no seu receptor, que é informado, sulcado e reage, consciente ou inconscientemente” (MEDEIROS, 2011, p. 7).

A palavra “meme” é uma metáfora que compara a comunicação das ideias com a propagação genética. “Toda a vida no nosso planeta é determinada pelos genes, partículas de DNA que se combinam e se reproduzem continuamente. É possível, do mesmo modo, pensar em uma unidade abstrata do mesmo tipo, que transmitem informações: os memes” (CINAGLIA, 2009, p. 17).

A autora explica que “a memética é a ciência dos memes, o verdadeiro, invisível DNA da sociedade da informação” (p. 17). O estudo da memética iniciou a partir dos anos de 1970, quando o biólogo Richard Dawkins publicou um livro intitulado “O gene egoísta”. Nessa obra, considerada referência obrigatória em genética e evolução, Dawkins apresenta o capítulo “Memes: os novos replicadores” e afirma que a transmissão cultural é análoga à transmissão genética, podendo dar origem a uma nova forma de evolução (DAWKINS, 2007).

O termo “meme” pode derivar do francês **moi même** (eu mesmo, igual por igual) ou do grego μιμω (imitar, imitação). De acordo com Meneghetti (2010), trata-se de uma unidade informática elementar:

Meme é uma unidade cultural ou também uma espécie de engrama que articula memórias, exatamente como uma palavra chama outras, ou complexos de recordações ou informações. [...] A mente humana, portanto, na maioria dos seres humanos, seria um albergue de memes e não se pode falar de criatividade (...), mas somente **da coação a repetir memes** (MENEGETTI, 2010, p. 66-67).

Os primeiros memes são as palavras (imitação de ação) e o processo pelo qual se replicam é a imitação. “A imitação, num sentido amplo, é o processo pelo qual os memes **podem** se replicar. Mas, assim como nem todos os genes que podem se replicar têm sucesso em fazê-lo,

também alguns memes são mais bem-sucedidos no **pool** de memes” (DAWKINS, 2007, p. 332-333).

No tocante à sua multiplicação, Brodie (1996) sustenta que memes envolvendo perigo, comida e sexo se espalham com maior velocidade, pois atingem pontos no ser humano nos quais ele está predisposto a prestar mais atenção. “O meme as-coisas-vão-bem é fraco, não pressiona nenhum da maioria dos nossos botões. Nós ignoraríamos; o jornal ficaria fora do mercado; o repórter morreria de fome. **Isto** seria notícia!” (BRODIE, 1996, p. 169).

Se determinada parte das notícias que nos chegam como aparentemente “reais” não passam de memes, como certificar que aquilo que estou emitindo tem suporte na realidade? Beltrão (1992), referenciando Alceu Amoroso Lima, expõe que “a grande finalidade moral e social do jornalista [...] vai além da finalidade puramente informativa. O jornalista medíocre informa por informar; o autêntico jornalista informa para formar” (p. 22). Volta-se desta forma, mais uma vez, para uma busca dos próprios pesquisadores do campo por um resgate cada vez mais amplo da função de certa maneira pedagógica do jornalismo. Cabe, então, pergunta: se a apresentação da realidade pura no jornalismo está comprometida, como instrumentalizá-lo para servir de pedagogia social?

Charaudeau (2010) ressalta que “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular” (p. 131). Com isso, torna-se compreensível que Meneghetti (2004) sustente que o jornalismo, hoje, só pode ser modificado por parte do jornalista. Protagonista dessa mediação, o jornalista para produzir uma ampliação de consciência em seu público e atuar uma forma de pedagogia social, precisa ser um operador exato.

6. A AUTENTICAÇÃO DO JORNALISTA

*P*ara assumir também o papel de agente de mudanças sociais, o jornalista precisa compreender de que forma poderá atuar em prol de valores humanos mais do que de uma busca desenfreada por replicar informações, estereótipos, clichês ou memes. “Por trás de cada notícia existe sem dúvida um homem (o jornalista) com a sua consciência, o

seu inconsciente, os seus ideais e as suas capacidades profissionais. [...] São os homens a fazer o jornalismo” (CINAGLIA, 2009, p. 5). A resposta para um jornalismo convergente à construção de uma maior consciência social resta, portanto, no profissional. Para Lucioli (2010), que pesquisou a produção da notícia com base na abordagem ontopsicológica, a refundação do jornalismo deve necessariamente partir do jornalista:

O ponto de partida é sempre o homem. A autenticação do operador é o método proposto pela escola ontopsicológica que se baseia em descobertas próprias e sobre a práxis clínica exitosa de muitos anos. Somente a exatidão e a responsabilidade do operador da informação pode tornar-se um verdadeiro estímulo ao desenvolvimento da sociedade (LUCIOLI, 2010, p. 65).

A exatidão a qual se refere Lucioli (2010) é um termo que aqui sobressai de seu sentido mais comum, ganhando também o significado referente à formação humana no sentido integral. O termo aparece em outros autores utilizado da mesma forma, como é o caso de Cinaglia (2009), para quem o ponto de partida para tal situação de consciência – a exatidão – pode ser construído a partir da aplicação do método ontopsicológico. Essa metodologia apresenta elementos “individuos por tantos pesquisadores, recolocando em ordem o quem, o que, a quem, como, por que, ou seja, os cinco W do jornalismo⁴, o esquema técnico utilizado a nível internacional ao expor o fato em notícia, e sobretudo permitindo a coerência entre fato e notícia” (p. 6), ou seja, explica a autora, a “reversibilidade” entre informação e realidade.

A abordagem humanista e interdisciplinar da Ontopsicologia (PETRY, 2011) pode contribuir com o resgate da originária função de pedagogia social do jornalismo, pois permite uma revisão crítica da consciência dos operadores sociais. O mesmo é visto por Schaefer (2011) quando estuda

4 O autor, neste ponto, faz referência aos “5 Ws e 1 H” que norteiam o trabalho de jornalistas em todo o mundo. Em linhas bastante gerais, o “lead”, ou seja, o início da notícia, deve responder às questões “who” (quem), “what” (o que), “when” (quando), “where” (onde), “why” (por que) e “how” (como). Desta forma, a estrutura de uma notícia partirá de parágrafo iniciais em que, de alguma forma, se respondam estas questões. Esta estrutura de questionamentos é emprestada pelo jornalismo do paradigma proposto pelo orador romano Marco Túlio Cícero (CALDAS, 2002).

a teoria do gatekeeper em relação à produção e percepção da notícia: “A Ontopsicologia, conhecendo o sujeito da produção da notícia, tem muito a contribuir com o jornalismo” (p. 3). Afirma ainda que a metodologia ontopsicológica, ao investigar a exatidão de consciência do homem, abre um caminho possível à conscientização do jornalista quanto à sua importante função social de ser mediador de realidade e ampliador de consciência dos seus destinatários.

7. O JORNALISMO COMO MEDIADOR DE REALIDADE, OPERADOR DE CONSCIÊNCIA E PROMOTOR DE VALORES HUMANOS

*M*esmo que se pondere acerca das problemáticas que cercam o exercício do jornalismo, Marcondes Filho (2002) prevê que, no futuro, os jornalistas serão cada vez mais necessários: nem tanto pelo seu papel como conselheiros ou especialistas que sabem das coisas, mas sim como pessoas que terão “critério, discernimento e desenvoltura para pesquisar, localizar e utilizar toda a informação necessária à sua vida” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 146), em meio ao crescente volume de dados circulantes. Esse autor considera ainda que jornalistas, assim como filósofos, escritores, críticos e professores são o que sobrou de vivo em meio a toda maquinaria, a tecnificação oferecida pela indústria virtual do interativo e do tempo real, do universo de informações aos quais estamos submetidos, e complementa:

[...] não se trata hoje de lamentar processos extintos, mas, muito ao contrário, de avaliar como revitalizar os **valores decisivos** que estão sendo soterrados com toda a nova agitação social. E esses valores não são os mesmos do passado, mas aqueles que a nova época põe em risco: o trabalho atento, cuidadoso, criterioso, lento com o objeto, o componente do ser humano não redutível a **bit** [...] (MARCONDES FILHO, 2002, p. 37).

Tem-se, assim, a oposição que a velocidade do mundo atual pode trazer um jornalismo que seja mais reflexivo e criterioso. De fato as novas tecnologias contribuem com a democratização das mídias e da imprensa, porém, cabe que se reflita (como já o fazem tantos autores

do campo da Comunicação) sobre como essa velocidade atual do mundo informativo pode se dar de maneira positiva e não prejudicial ao conteúdo noticioso. A eficiência dos meios em transmitirem as notícias é colocada de forma clara por Lima (1969): “Se queremos, por imposição da natureza das coisas, que a tomada individual de consciência, o que hoje se chama conscientização ou melhor ‘consciencialização’, seja o passo firme e inicial de um verdadeiro desenvolvimento, não podemos prescindir dessa difusão eficiente das mensagens transmitidas pelos meios” (p. 14). Para Cremilda Medina, citada por Karam (1997), “sem o acesso ao fato histórico, o homem não passará a protagonista da ação social” (p. 49).

Unindo a necessidade visível do exercício da profissão jornalística para a sociedade a um desejo de ver esse profissional exercendo com mais consciência uma profissão de tamanho impacto social, tem-se hoje, como foi visto, uma série de pensadores que procuram compreender os caminhos pelo qual o jornalismo deverá seguir. Uma vez que o jornalista é autêntico, pode ser operador eficiente da difusão das mensagens, com consequente incremento social:

[O jornalista] é invocado a ser o mediador entre o fato e a opinião do grupo ao qual dirige os seus artigos, e ao mesmo tempo o seu dever é expor os fatos do ponto de vista da objetividade, seja histórica que psicológica. Somente assim poderá contribuir não somente ao mais alto grau de conhecimento dos leitores, mas também ao mais alto grau da conscientização da objetividade histórica (LUCIOLI, 2010, p. 65).

Meneghetti (2004) expõe como o jornalista pode alcançar essa objetividade tanto histórica quanto psicológica. Para o autor, o jornalismo deve apresentar os fatos de maneira “extroversa”, ou seja, relatando-os com a já consagrada objetividade histórica, demonstrando o quanto urge historicamente aquele fato; porém também de maneira “introversa”, no sentido de que o próprio jornalista tenha clara a objetividade psicológica, que procure refletir sobre quanto ganho de consciência produz aquela notícia ao público a respeito da realidade dos fatos que ele conhece e procura mediar. Desse modo, o jornalista pode consentir, além da ampliação da informação, uma ampliação de consciência do consumidor da notícia.

Envolto em meio a mundo tão repleto de informações, definindo pautas diárias para veículos de imprensa de naturezas diversas, a “tribo” dos jornalistas ajuda a expor aquilo que será assunto na sociedade. Pauta, segundo conceitos da área da Comunicação Social, a “agenda” temática dentro do âmbito de diálogos travados pelos diversos atores sociais. Concretiza, assim, uma influência inegável sobre o bem estar dessa sociedade e, principalmente, dos indivíduos que nela interagem e que buscam, por vezes, nas notícias um espaço em que se pode formar opinião acerca de temas relevantes para seu cotidiano. Aprofundando a relevância da informação e do jornalismo na atualidade e o que deve fundamentá-lo, Karam (1997) expõe:

[...] é necessário que o indivíduo tenha relação com o todo, no sentido de construir tanto a humanidade quanto a si mesmo nesse processo. Para isso, precisa saber e viver relacionado à totalidade. É a forma possível de construir seu presente e seu futuro, realizando, ao mesmo tempo, sua individualidade e o gênero que integra, da maneira menos arbitrária e menos manipuladora possível. Assim, é necessário construir e fundamentar as bases ontológicas, epistemológicas, morais e éticas para a profissão do jornalista, que tem, em seu trabalho, uma perspectiva revolucionária e humanizadora (p. 49).

A Ontopsicologia, qualificada e entendida como Ontologia do homem (MENEGHETTI, 2010), pode contribuir com a construção e fundamentação dessas bases indicadas por Karam. Na busca da humanização e do reforço dos valores do jornalismo como atividade que preste real serviço à sociedade, Meneghetti (2011) traz proposições e expõe a necessidade dos profissionais das notícias conhecerem e buscarem o valor do humanismo perene, do humanismo ontológico.

Dirigindo-se, em uma palestra, a jovens jornalistas, o autor expõe:

Se escrevo, falo a tantas pessoas que vão me ler, devo colocar no meu artigo uma palavra do humanismo ontológico, uma palavra do humanismo perene, do homem de sempre. Esse homem que é infinito nos seus males, mas é também maravilhoso na sua criatividade. Uma responsabilidade de fundo justamente porque caíram os mitos, todos do ensinamento reconhecido. Hoje não existem mais mitos para desfazer, tudo foi nivelado.

Aquilo que dizem, aquilo que sentenciam os jornalistas, esse é o novo dogma social. Portanto, responsabilidade para aqueles jornalistas que querem entrar nessa extraordinária tarefa de serviço social (MENEGETTI, 2011, informação verbal).

A partir dessa proposta de refundação do jornalismo, baseada na autenticação do protagonista da produção noticiosa, é possível ver-se novamente algo que vem se tornando escasso no fazer jornalístico: uma notícia em função do humano que sirva como real instrumento de pedagogia social. O jornalista pode responsabilizar-se pela informação dada, pois essa é também diretiva social, auxiliando a construção de uma sociedade mais humana. A visão ontopsicológica, ao propor a autenticidade e a responsabilização do profissional produtor da notícia como premissa do jornalismo, pode contribuir para a qualificação dos valores divulgados e, como consequência, para uma real evolução da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- BERGER, C. (org.); MAROCCO, B. (org). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**, v.2. Porto Alegre: Sulina, 2008. 191 p.
- Brodie, R. (1996). **Viruses of the Mind: The New Science of the Meme**. Integral Press.
- CALDAS, A. **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet**. São Paulo: Loyola, 2002 (Coleção Ciências Sociais).
- CHARAUDEAU, Patrick. **A Patemização na televisão como estratégia de autenticidade**. Em: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. **As Emoções no Discurso** Vol. II. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- CINAGLIA, B. **Notícia de sistema e notícia de natureza: a escolha do jovem**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Profissional em Ontopsicologia) – Departamento de Psicologia, Cátedra de Ontopsicologia. Universidade Estatal de São Petersburgo, São Petersburgo, Rússia, 2009.
- COUTINHO, I. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, São Bernardo do Campo, ano 1, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/conceito.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2011.
- DAWKINS, R. **O Gene Egoísta**. Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FIDALGO, J. Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. **Comunicação e Sociedade**, Aveiro (Portugal), v. 5, 2004, p. 63-74.
- HERSCOVITZ, H. G. Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n.2, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.12/index.php/revistaintercom/article/viewFile/504/474>>. Acessado em: 25 ago. 2011.
- KARAM, F. J. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.
- LIMA, A. A. **A imprensa a serviço do desenvolvimento**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade dos Meios de Comunicação Social, 1969.

- LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LUCIOLI, T. **A influência das características pessoais de um jornalista no trabalho com informação**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Profissional em Ontopsicologia) – Departamento de Psicologia, Cátedra de Ontopsicologia. Universidade Estatal de São Petersburgo, São Petersburgo, Rússia, 2010.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.
- MEDEIROS, V. **Genialidade do líder: guia para comunicar a real identidade de uma empresa**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA **Business Intuition** – Empreendedor & Cultura Humanista) – Faculdade Antonio Meneghetti, Recanto Maestro, Brasil, 2011.
- MENEGHETTI, A. **Sistema e personalidade**. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2004.
- MENEGHETTI, A. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editora Universitária, 2008.
- MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editora Universitária, 2010.
- MENEGHETTI, A. **Jornalismo, Realidade e Sociedade**. Conferência proferida na Faculdade Antonio Meneghetti. Restinga Sêca-RS, 02 jan. 2011.
- PETRY, A. et al. **Identidade Jovem: A formação humanista de jovens como garantia de sustentabilidade, identidade e protagonismo civil**. Recanto Maestro: Associação Brasileira de Ontopsicologia, 2011.
- RIBEIRO, D. B. ; FOSSÁ, M. I. T. O poder da informação na midiatização: reflexões sobre o mito da objetividade na linguagem jornalística e o contexto de produção de sentido do seu discurso. **Revista Elementa. Comunicação e Cultura**, Sorocaba, v.1, n.2, p. 2009. Disponível em: <http://comunicacaoecultura.uniso.br/elementa/v1_n2_04.pdf>. Acesso em: 04 set. 2011.
- SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.
- SCHAEFER, R. **O processo de gatekeeping na produção e percepção da notícia**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Profissional em Ontopsicologia) – Departamento de Psicologia, Cátedra de Ontopsicologia, Universidade Estatal de São Petersburgo, São Petersburgo, 2011.
- SILVA, M. F. L. **Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal**

entre palmas e piparotes. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/LHAM-6KCJ2M/1/disserta__o___machado_de_assis.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, J. P. (2005). **Elementos de Jornalismo Impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo. Volume II**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

CECCONI, 2002

PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA: A FORMAÇÃO INTEGRAL DA PESSOA PROTAGONISTA RESPONSÁVEL

Estela Maris Giordani

1. INTRODUÇÃO

A sociedade global possui mundos e modos, que interagem e criam diversas formas de existência e de significações. Educar um ser humano para viver em mais de uma cultura específica e, ao mesmo tempo manter íntegra sua especificidade e individualidade interagindo de modo capaz na sociedade global e multicultural é uma tarefa a ser realizada pelos profissionais dessa área. Além disso, a opção por uma educação destinada a formar cidadãos comprometidos com a busca de uma maior justiça social clama por novas práticas pedagógicas. Tendo presente esse desafio, o problema que se coloca é: quais fundamentos e princípios educativos a pedagogia ontopsiológica possui e como responde aos anseios do desenvolvimento integral do ser humano, indivíduo e grupo, no contexto social contemporâneo? (MENEGETTI, 1994; 2014; 2008b). Colocando-nos essa problemática, consideramos essencial partir da dinamicidade sintetizadas pela tríade que compreende o homem cosmotêndrico, fazer, saber e ser, conforme Meneghetti (2012). O autor propõe como portar ao jovem uma formação superior que desenvolva a pessoa em sua integralidade, construindo a existência em modo criativo (MENEGETTI, 1995; 2014). O texto, então, visa explicitar os princípios que fundamentam práticas pedagógicas que levam a “[...] formação de um elevado tipo de homem” (JAEGER, 1995, p. 7), a partir da compreensão de uma pedagogia interdisciplinar. Essa discussão é fundamental na medida em que a pedagogia depende da epistemologia das ciências humanas e, na medida em que as ciências humanas estão em crise, conforme Husserl (VIDOR, 2013) e não conseguem fundar uma epistemologia interdisciplinar, essa crise impacta diretamente da pedagogia que, depende destas.

A pedagogia Ontopsicológica é uma aplicação teórico-metodológica da Ontopsicologia que é ciência epistêmica interdisciplinar. É interdisciplinar porque parte da compreensão da constituição do ser humano em sua globalidade a partir de seu fundamento primeiro, seu primeiro movente, denominado Em Si Ôntico¹, que é o projeto da vida no homem. Dessa informação básica e elementar *apriórica* – que é a motivação do existir humano em antecipação a toda e qualquer fenomenologia – se concretiza o contexto da existência do homem no mundo da vida, em todas as dimensões de seu contexto espaço-tempo-modo (MENEGHETTI, 2014; 2008b; 2010). A Ontopsicologia é e faz ciência epistêmica pois individuou o critério de natureza humana – o Em Si Ôntico –, o modo pelo qual essa natureza humana se comunica – campo semântico² – e a interferência alheia nos processos lógicos racionais humanos – o monitor de deflexão na psique humana³ –, pode refundar todo o modo de conceber e de realizar a educação do ser humano no arco de sua existência. Estas três descobertas, compreendidas e consideradas contemporaneamente no proceder científico e pedagógico, determinam uma forma de educação, considerada “Paideia ôntica” (CAROTENUTO, 2012). Isto é, o fundamento e a ação educativa são sustentados por uma cultura que desenvolve o homem cosmotêndrico, conforme o projeto da vida.

Compreendendo o projeto da vida no homem a partir do fundamento epistêmico, o Em Si Ôntico, a ciência ontopsiológica responde as questões quem é, qual é o sentido e como estabelece relações em sua existência. Dessas respostas constrói o proceder formativo, sua pedagogia em sentido humano. A chave de leitura, portanto, é a compreensão de quem é o homem e uma vez resolvida esta questão primeira, abre-se toda a problemática do âmbito pedagógico, pois conhecendo profundamente o homem tem-se o critério de como educa-lo para em sua existência fazer

1 Ver em MENEGHETTI, A. **O Em Si do homem**. Recanto Maestro: OntoEd, 2004a. Ver também em MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: OntoEd, 2010.

2 Para maiores aprofundamentos veja-se em MENEGHETTI, A. **Campo semântico**. 3. ed. Recanto Maestro: OntoEd, 2004b. Ver também em MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: OntoEd, 2010.

3 Para maiores conhecimentos ver: MENEGHETTI, A. **O monitor de deflexão na psique humana**. 5. ed. Recanto Maestro: OntoEd, 2005a. Ver também em MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: OntoEd, 2010.

evolução criativa. Por isso, a primeira parte do texto é dedicada a essa compreensão. Na segunda parte buscamos, então, explicitar a diferenciação entre a epistemologia interdisciplinar da ciência Ontopsicológica a qual é aplicada à pedagogia em contraponto com a concepção formulada pelo movimento interdisciplinar no final da década de 1960 a qual resultou no documento “A interdisciplinaridade: problemas do ensino e da pesquisa na universidade” (APOSTEL, et al., 1973).

Em seguida nos ocupamos de desenvolver, então, a visão da formação humana interdisciplinar na perspectiva da pedagogia Ontopsicológica. Explicitada essa questão imediatamente enfrentamos a questão da origem dos problemas crescentes encontrados hoje em relação a educação das crianças e dos jovens, ou seja, qual é a visão, como se posiciona, qual é a origem desses problemas e qual é a saída que a pedagogia Ontopsicológica propõe. E, por fim, desenvolvemos como a pedagogia Ontopsicológica propõe a formação do homem pessoa protagonista responsável, do líder autêntico em contínuo devir histórico criativo. Visão essa que na pedagogia contemporânea é apenas presente na pedagogia Ontopsicológica.

2. O HUMANO COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO INTERDISCIPLINAR À PEDAGOGIA

A epistemologia interdisciplinar nas ciências humanas e, em especial, na pedagogia, parte do fundamento humano (MENEGHETTI, 2008b). O movimento pela interdisciplinaridade na ciência coloca em questão a exclusão da dimensão humana na atividade científica, sobretudo, nas ciências humanas (PIAGET, 1973; JAPIASSU, 1976; GUSDORF, 1976). Talvez, seja por isso que as discussões sobre a interdisciplinaridade foram realizadas apelando a uma nova concepção de homem. A perspectiva interdisciplinar busca resgatar a visão de homem na cultura, na ciência e também na pedagogia. Porém, a concepção de homem é questionada e reproposta sob novas bases na atualidade, posto que o contexto histórico não é mais o mesmo e os desafios colocados por essa realidade igualmente são diferentes.

O hiperdesenvolvimento do conhecimento científico-tecnológico e também a tecnologia muito avançada que dispomos, não necessariamente

nos trouxeram qualidade de vida e a solução de nossos problemas humanos e sociais (GUSDORF, 1976; GIORDANI, 2000a; 2003). De modo especial, as ciências humanas, principalmente aquela construída sobre o paradigma científico positivista, não possibilitaram ao homem entender e se desenvolver conforme seu potencial (MENEGETTI, 2006a). A racionalidade ainda apresenta-se desconexa das emoções e essas, por sua vez, estão desconexas de sua racionalidade e das respostas aos seus instintos vitais e ao mesmo tempo aos contextos sócio-legais e históricos da sua existência. Razão, emoção, instintos, ideais não coincidem com as ações humanas. E, se é o homem que produz o conhecimento não caberia questionar que homem é esse que produz o conhecimento? E que conhecimento é fruto de um homem desconexo em si mesmo? (MENEGETTI, 2006a; 2008b; 2009a).

A falta de reversibilidade entre pensar, agir e ser do homem traz consequências ao conhecimento que se produz e por consequência qual tecnologia, educação, cultura são geradas? (GIORDANI, 2000a; 2000b) A falta de reversibilidade, afeta o próprio homem, a sua percepção, sua ação, o seu pensar e o seu agir consigo e com os outros. Por isso, não se trata apenas de uma questão de cidadania, mas de uma questão de humanidade, de vida inteligente e desenvolvimento da própria humanidade. Percebemos que o subdesenvolvimento acerca da epistemologia do ser humano e da concretização desta em percurso histórico do ser humano em todas as dimensões (internas – afetivo, racional, perceptivo, metafísico – e, externas – científico, econômico, social, histórico, político) pode ser resgatado a partir de uma ciência capaz de se tornar interdisciplinar. Para isso, a interdisciplinaridade tem como função resgatar as características humanas na produção do conhecimento e oferecer um método capaz de desenvolver o homem segundo a sua própria medida.

Conforme Piaget (1973), a produção do conhecimento tanto nas ciências humanas quanto nas ciências naturais pode progredir através das pesquisas interdisciplinares pela investigação de problemas gerais e mecanismos comuns. Esse esforço, conforme o autor é no sentido de explicitar a epistemologia humana. Entendemos então que, quando o homem opera a partir do princípio humano é capaz de explicitar a epistemologia interdisciplinar compreendendo o que é o humano e o que não é humano tanto na ciência quanto na pedagogia. Disto decorre a

necessidade de compreensão e de método capaz de individuar o homem em seu acontecimento histórico considerando-o contemporaneamente enquanto ser histórico e metafísico (MENEGETTI, 2010; 2011). Entendemos que essa compreensão pode ser conduzida a cabo pela ciência Ontopsicológica uma vez, que, por meio de suas descobertas inéditas individuou o princípio causal ou nexos ontológico no humano, ou seja, aquele ponto com o qual existe e sem o qual não existe.

Portanto, qual é a epistemologia humana que fundamenta a pedagogia? Colocada dessa forma, percebemos que no interior da pedagogia, ela ainda possui uma percepção fragmentada do homem, da sua consciência e ação. Esse limite pode ser demonstrado, por exemplo, através da ausência da consideração dos mecanismos do inconsciente do ser humano tanto na ação pedagógica, bem como, nas implicações teóricas que a dimensão inconsciente porta à pedagogia. Ou seja, muito embora a descoberta do inconsciente tenha sido feita a muito tempo por Freud, efetivamente ainda a ciência contemporânea, e nem mesmo a pedagogia operam com os 80% do potencial humano, que, segundo Freud, existe na reserva do inconsciente humano. Portanto, enquanto a ciência utilizar apenas uma racionalidade desconexa da atividade psíquica integral do ser humano, apenas em seus 20%, podemos considerar que tal racionalidade tornam-se evidentemente limitada.

Segundo Japiassu (1976), a interdisciplinaridade é a busca “de uma nova epistemologia capaz de suscitar uma nova pedagogia”, nisso o saber e ação humana se integram de forma a produzir outro tipo de relações entre o homem e o mundo. O resgate da subjetividade e a valorização de uma visão integral do homem são necessários para que possa ocorrer uma aprendizagem significativa. Esse autor diz que é preciso desenvolver uma nova inteligência para formar um novo cientista, e isso supõe mudar a mente do pesquisador através de uma abertura de inteligência. O que implica em recolocar a problemática da concepção de homem, segundo esse autor. Por isso, todas as ciências (apesar de serem tratadas como naturais e humanas) são ciências produzidas pelo homem (MENEGETTI, 2009a; 2009b; 2008b), pois, é o homem quem as produz, quem gera os conhecimentos em todos os campos que interferem na ação desses com e sobre o planeta terra. O interdisciplinar conforme Japiassu (1976) reuniria um esforço de desenvolvimento do homem e de sua ação no contexto social. Este

desenvolvimento supõe a “ampliação do olhar” (p. 25) que traria outra dinâmica à especialização das áreas.

Não se trata de enterrar a pesquisa científica por interferências que correriam o risco de falsear seu desenvolvimento. Mas precisamos agir sobre o sábio, enquanto homem, para torná-lo consciente de sua humanidade. Precisamos obter que o homem da especialidade queira ser ao mesmo tempo, um homem da totalidade (JAPIASSU, 1976, p. 24).

A dimensão interdisciplinar é intrínseca à ação educativa (GIORDANI, 2000a; 2000b; CAROTENUTO, 2012) e por isso deve partir do entendimento do modo específico de inteligência humana (MENEGETTI, 2009a; 2008b). Inteligência significa “ler dentro da ação, compreender o dentro” (MENEGETTI, 2012, p. 137). De um dentro se colhe a intimidade da ação que corre sempre, em infinita dinâmica (MENEGETTI, 2012). Essa capacidade de ler dentro da ação é humana, contudo, foi excluída dos processos de formação dos indivíduos e das pesquisas científicas. A faculdade da inteligência ao ler dentro do fenômeno colhe a essência (episteme). Meneghetti (2010) define ser humano como “unidade de ação histórico-espiritual construída por um projeto ôntico em acontecimento terrestre, com faculdade ou funções inteligentes, racionais, emocionais, biológicas” (MENEGETTI, 2012, p. 128). A unidade de ação humana é constituída por um projeto ôntico em acontecimento terrestre. Ou seja, significa que o ser humano possui um Em Si Ôntico e que esse realiza quando entra nas coordenadas espaço-temporais. Meneghetti (2012, p. 84) define Em Si Ôntico “princípio formal inteligente que faz autôctise histórica”.

Entendida a radicalidade do problema o foco da pedagogia que se propõe interdisciplinar é o de partir da inteligência humana em percurso existencial, ou Em Si Ôntico (MENEGETTI, 2009a; 2009b). Essa faculdade humana é possível porque o ser humano é dotado de um princípio vital que o funda, o constitui, um princípio ontológico. Isto é, um princípio que ao mesmo tempo em que o funda lhe coliga a todos os outros modos de existências e o faz parte deste mundo da vida. Este seu núcleo fundante e vital tem a função de auto reflexão intelectual. Assim, dentro da matéria viva a informação prevalente em seu interior

é semovência contínua, constituída e constitutiva por um *design*, uma modalidade vivente e transcendente, biológica e espiritual, histórica e metafísica contemporaneamente (MENEGETTI, 2010; 2008b).

Quando aplicadas, as três descobertas com o método ontopsiológico propiciam ao homem colher a informação em antecipação a qualquer fenomenologia e realizar a ação congruente com o real e, por isso, não só colher, mas agir nas causas dos eventos. É uma ciência que restitui à consciência a capacidade de colher a informação sem a distorção que opera por meio dos estereótipos e hábitos mentais do sujeito e, assim, possibilita à pessoa a liberdade de decidir e agir sem a interferência dos condicionamentos mentais que a pré-orientam (GIORDANI; MENDES, 2011b, p. 45).

O ser humano pode colher o dentro, a essência apenas, se a inteligência opera a partir dessa sua essência, ou seja, do seu nexo ontológico, ou ainda, dito de outro modo, da sua experiência de ser co-intuitiva, colher o dentro o outro a partir de seu dentro (MENEGETTI, 2010; 2008b). Portanto, o ato cognoscitivo humano é atividade psíquica que possui intencionalidade operativa. A epistemologia interdisciplinar da ciência Ontopsicológica é que funda a pedagogia ontopsiológica, por isso, esta pedagogia é capaz de desenvolver o homem em sua integralidade e, uma vez que este problema está resolvido, o homem, atuando em sua área possui o critério humano e, portanto, age a sua medida. A ciência Ontopsicológica é epistêmica porque parte do fundamento ontológico do ser humano e resolve o problema crítico do conhecimento (MENEGETTI, 2010; 2009a, 2009b; 2008b).

Pensar a educação do indivíduo, atendendo as suas especificidades e a diversidade de formas de pensamento e culturas implica numa capacidade de constituição psíquica em termos de estruturas e lógicas de pensamento que ultrapasse a linearidade dos entendimentos que na maioria das vezes subjazem as práticas educativas (MENEGETTI, 2002; GIORDANI, 2013; GIORDANI; RAMBO, 2013). As possibilidades de relações do ser humano são infinitas, visto que, enquanto homem criativo pode criar infinitos modos de significar o seu existir e se relacionar com o mundo, desde que se estas formas não sejam a expressão de sua identidade e utilitarismo funcional em conformidade ao seu projeto

ôntico em acontecimento histórico existencial (MENEGHETTI, 2006b). Portanto, o homem não consegue compreender todo o real, mas apenas o real relativo a si mesmo (MENEGHETTI, 2008b). Isso supõe uma capacidade de interação com o mundo a partir das essências ou fórmulas da existência (MENEGHETTI, 2006a; 2008b; 2009b; 2010; 2011). O interdisciplinar então transcende ao campo da visibilidade ou das operações dos cinco sentidos e começa a incluir a operacionalidade do Em Si ôntico humano, de sua inteligência co-intuitiva, antecipando as diferentes fenomenologias possíveis e suas consequências em termos de problemáticas em todos os campos, seja da pedagogia que da evolução científica, como por exemplo desta última: a problemática da origem e continuidade das espécies neste planeta bem como a sua extinção, ou mesmo evolução (MENEGHETTI, 2008b; 2010; 2011).

3. VISÃO INTERDISCIPLINAR DA CIÊNCIA E A PROPOSTA ONTOPSICOLÓGICA

*A*s ciências humanas devem superar a visão que ainda hoje existe em considerar que as disciplinas devam estabelecer relações de modo mais complexo e assim se chegaria à epistemologia interdisciplinar (PIAGET, 1973). Nessa visão de ciência, as áreas, em especial, as humanas, deveriam trabalhar para desenvolver uma epistemologia interdisciplinar entre si, visto que se diferenciam das ciências naturais (JAPIASSU, 1976; PIAGET, 1973). Dessa forma, cada área contribuiria para desenvolver a epistemologia interdisciplinar das ciências humanas (PIAGET, 1973). A Figura 1 representa esquematicamente a relação das disciplinas das ciências humanas e sociais aplicadas na tentativa de explicitar a epistemologia do homem, como projeto de convergência interdisciplinar.

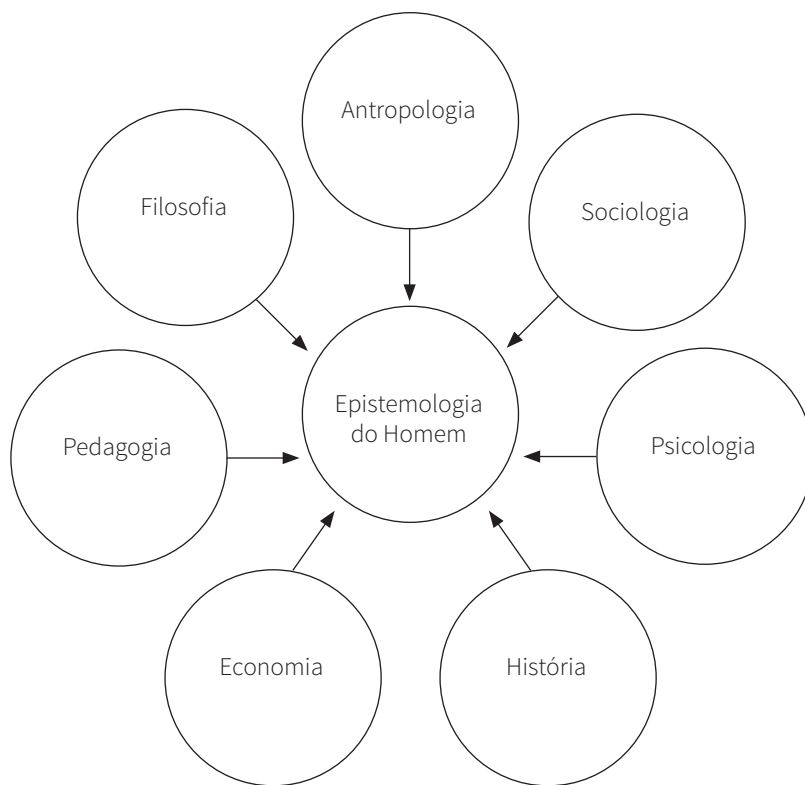


Figura 1 – Esquema de epistemologia interdisciplinar presente nas ciências humanas

Muitos trabalhos, estudos, pesquisas, esforços derivam dessa mesma lógica de abordagem, dentre essas a que está explícita no documento resultado dos debates do final da década de 1960 na UNESCO/Paris (APOSTEL, et al., 1973). Depois de muito tempo de discussões e aplicação dessa visão de interdisciplinaridade, percebemos que podem ser colocados três problemas que deveriam ser resolvidos com o projeto interdisciplinar: a) o problema da formação acadêmica sem consonância com o mundo do trabalho; b) o problema que as ciências humanas utilizavam os mesmos métodos de investigação das ciências naturais e que, se por um lado tinham que avançar nos seus próprios métodos, por outro também não poderiam se construir em total diferenciação entre as ciências naturais, uma vez que é preciso também estabelecer nexos entre as ciências naturais e humanas; c) de que nem sempre os avanços da ciência tornam-se pedagogia para as futuras gerações, assim,

perguntar quais foram os avanços que ocorreram e que pedagogia foi constituída, torna-se crucial para promover a melhor educação que se pode oferecer como garantia do humano nas sociedades futuras. Ou seja, muito embora houvesse a tentativa da construção de uma nova epistemologia para as ciências humanas ainda hoje, esta abordagem não se revelou apropriada para resolução das questões as quais se propunha (GIORDANI, 2000a; 2000b). Qual é o seu problema? Segundo nosso entendimento, esses esforços partem sempre de fora para dentro, ou seja, não consideram o ser humano como o ponto chave e fundamental para a constituição do próprio proceder científico.

As ciências, muito embora buscando fazer a interdisciplinaridade, compreendem que cada uma deve contribuir com seus avanços para chegar a constituir uma epistemologia humana (PIAGET, 1973). Partem de seus conhecimentos para chegar ao homem, ou seja, da visão do conhecimento já estruturado e organizado conforme a lógica da pesquisa positivista, que opera apenas a partir dos cinco sentidos e baseada no critério convencional (estabelecido e aceito pela comunidade científica vigente) e, portanto, desconsiderando toda a atividade psíquica que inclui o inconsciente humano e o seu princípio metafísico.

Com as descobertas científicas da teoria e metodologia Ontopsicológica uma vez que individuou o acesso à totalidade da atividade psíquica resolvendo o problema crítico do conhecimento, possibilitou a reversibilidade entre a consciência e o real (MENEGETTI, 2010; 2008b; 2011). Neste âmbito, a formação dos indivíduos é realizada tendo em vista esta especificidade. Ou seja, o indivíduo reflete por quanto é? As ações do sujeito refletem a compreensão do real tal qual o real se apresenta aqui, agora e assim? Portanto, a primeira premissa para fazer ciência ou para fazer formação é a autenticação do operador de ciência ou do educador (MENEGETTI, 2009a; 2009b).

Uma vez que a consciência do operador reflete o real, ele adquire a condição de realizar qualquer ação de modo a tornar aquilo que é real e conhecer o que é. Ao atuar sobre o real se indaga, se conhece e se torna mais. Partindo do seu aqui agora e assim da sua individuação o homem, por meio de suas faculdades psíquicas deve colher o intrínseco mover-se das causas e, partindo dessas pode decidir e agir tendo em vantagem o resultado ótimo para si e para o contexto histórico. Tendo esse princípio como referência, encontra-se em Meneghetti

(2006a), o fundamento interdisciplinar de que as ciências devem partir do pressuposto da compreensão do humano. *O que sustenta o projeto interdisciplinar é o conhecimento e desenvolvimento integral do humano*. Sendo o homem um protagonista capaz de exatidão, de refletir a ação do real, esse homem é capaz de exercer ciência exata em qualquer campo das ciências.

A ineficiência do proceder científico existirá sempre até o dia em que começa a haver, nas diferentes disciplinas, cientistas exatos em seu íntimo, precisos em seu Em Si. Ôntico, de modo tal que a sua inteligência, diversa dos outros seja por natureza que por contínua formação, esteja a altura de indagar em conexão direta com aquelas que são as leis da natureza e as divergências em ato das singulares individuações deste planeta (MENEGHETTI, 2009a, p. 164).

Desse modo, têm-se um homem exato, esse faz ciência exata e estabelece as correlações com qualquer área. A Ciência Ontopsicológica parte da compreensão do homem como um todo, compreendendo e recuperando a racionalidade humana, possibilitando ao homem conhecer todo o homem, e tornar-se a medida de todas as coisas. A exatidão do pesquisador que por sua vez opera qualquer ciência, qualquer tecnologia. Do homem exato é possível o desenvolvimento de toda e qualquer ciência segundo o critério humano. Ao invés de todas as ciências convergirem de fora para dentro, do objeto ao sujeito, dos conhecimentos para o homem, a ciência Ontopsicológica propõe o homem em seu fundamento ontológico que é o princípio a partir do qual podemos exercer o proceder científico em todas as áreas do conhecimento, ou seja, o homem é o fulcro de qualquer ciência, como podemos visualizar na Figura 2.

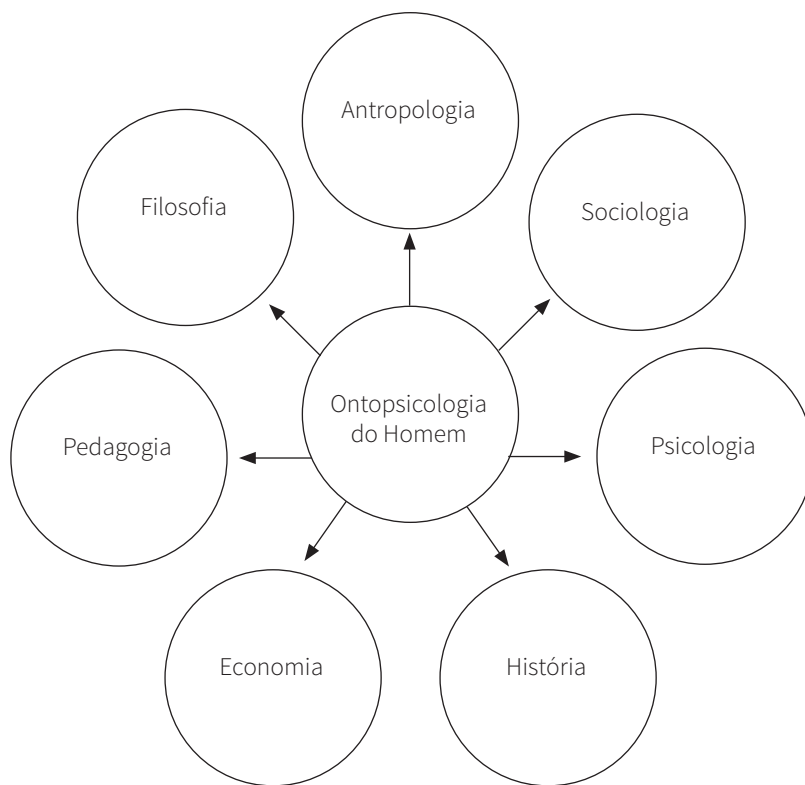


Figura 2 – Esquema de epistemologia interdisciplinar na visão da Ontopsicologia

Assim, a educação do ser humano deve considerar esse princípio que implica a dimensão interdisciplinar. A interdisciplinaridade, enquanto proposta de superação da racionalidade científica positivista, aparece como entendimento de uma nova forma de institucionalizar a produção do conhecimento nos espaços da pesquisa, na articulação de novos paradigmas curriculares, na constituição das linguagens partilhadas, na pluralidade dos saberes, nas possibilidades de trocas de experiências e nos modos de realização da parceria.

A interdisciplinaridade é considerada uma ação humana, um comportamento frente à produção do conhecimento, por isso, é uma atitude, que é também uma ação humana. Considerando que a ação humana é intencionada, possuindo direção e finalidade, entende-se que a prática interdisciplinar depende também da vontade do cognoscente. Além disso, compreender a inteligência a partir de sua

constituição (como é, suas características, funcionamento, etc.) e seu desenvolvimento histórico a partir dos contextos os quais, interage dinamicamente, possibilita propor uma pedagogia interdisciplinar a partir do fundamento ontológico humano.

Conceber uma pedagogia a partir da perspectiva interdisciplinar da Ontopsicologia é torná-la operativa em muitos campos do conhecimento humano e por muitos atores sociais: cientistas, educadores, políticos, dentre outros. Portanto, ser interdisciplinar significa tomar consciência de sua ação no mundo e agir de forma racional, sistematizada, organizada, consciente e responsável. A interdisciplinaridade torna-se epistemológica quando é sustentada pela inteligência humana fundada em seu princípio ontológico.

4. A FORMAÇÃO HUMANA INTERDISCIPLINAR NA PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA

*A*ssim, podemos perguntar: como se faz a formação do ser humano levando em consideração sua integralidade de pessoa como ente social? (MENEGETTI, 1999a; 2002; 2014) Conforme Meneghetti (2014; 2011) o humano é a garantia do humano. Por isso, os pais antes de optarem por gerar uma nova vida devem ter chego a um nível de maturidade e de realização pessoal em sua globalidade. O filho deve derivar de uma abundância e não de uma forma de compensação da frustração da vida dos pais. Apenas uma vida realizada pode gerar uma nova vida com possibilidade de poder ser o que é (MENEGETTI, 2014). Toda e qualquer patologia é aprendida nas primeiras e primitivas relações afetivas pela criança no contexto da dinâmica familiar. E, prioritária é a regra de que primeiramente os pais devem antes ser realizados e ter os filhos por prazer e abundância, e não por necessidade ou compensação. De todo modo, Meneghetti aconselha que os pais antes de terem seus filhos devam passar por um processo de psicoterapia de autenticação Ontopsicológica para que aprendam como funciona a globalidade de sua atividade psíquica (dos complexos ao seu Em Si Ôntico) a fim de realizar a sua existência em criatividade. Além disso, aconselha aos pais regras para educar os filhos, que segundo o autor são (MENEGETTI, 2005b, p. 105 a 107):

- a. *Os filhos jamais são para os genitores, mas para a vida;*
- b. *Os filhos jamais devem ser super-protegidos;*
- c. *Os filhos devem aprender a resolver sozinhos os seus problemas;*
- d. *Não se deve forçar a inserção em um grupo. O grande surge sempre sozinho;*
- e. *É mais fácil formar alunos do que filhos, porque os filhos têm o estereótipo da família;*
- f. *É inútil permanecer com o partner pelo bem dos filhos;*
- g. *Não se deve absolutizar a questão do sexo nos jovens. O sexo é uma relação de inteligência e o corpo é um intermediário. Os níveis mais elevados do mundo do erotismo são vividos por aquelas poucas pessoas que evoluíram a inteligência;*
- h. *Quando um jovem tem um problema é inútil encaminhá-lo ao psicólogo ou psiquiatra é melhor que os pais vão a estes profissionais, porque o filho é sempre o resultado de um estereótipo no interior da família;*
- i. *Educar sempre a criança em confronto direto com a realidade concreta das coisas;*
- j. *Educar a criança considerando o sistema social - regras, punições, consequências.*

Feitas essas premissas gerais de orientação à atitude pedagógica que leva à evolução é também necessário que o educador apreenda a salvaguardar e auxiliar a criança individualizar o projeto da vida no seu existir em devir histórico. A pergunta mais difícil de responder é: qual é a intencionalidade que a vida projetou em mim? Em minha vida, minha consciência, meus gostos, escolhas, sentimentos são conforme o projeto da vida ou sou o resultado de um modo de educação que não o individualizou e não o construiu historicamente? (MENEGETTI, 2014). Essa é a pergunta que todo o homem mais cedo ou mais tarde deve se fazer, buscar de algum modo respondê-la verdadeiramente em sua existência. É preciso educar o ser humano a perceber e agir conforme o projeto único da grande vida, que é um Em Si Ôntico. Portanto, o fazer pedagogia deve incluir essa dimensão. Dentro de cada ser humano existe uma mensagem, um código uma informação que lhe consente uma unidade de ser, uma unidade de projeto e, que, em suas aprendizagens deve individualizar o que dá identidade e evolução ao seu projeto e o que ao invés, não é favorável.

Portanto, para Meneghetti (2014) toda forma de pedagogia deveria auxiliar o indivíduo responder a essa pergunta e, principalmente, atuar sua especificidade de ser em crescimento contínuo, minuto a minuto, ao longo da vida. O processo formativo deveria levar a pessoa a aprender ser pai e mãe de si mesmo, ser um genitor e amante perene de seu projeto existencial. Por consequência, se a pessoa não se conhece é ela mesma que se opõe à própria realização. Ou seja, toda a pessoa deveria ser considerada responsável pelo processo educativo, responder ao seu apelo metafísico em acontecimento existencial. Ser responsável significa “necessidade de resposta adequada para salvaguardar a integridade do apelado” (MENEGHETTI, 2012, p. 239). Desse modo, o adulto, no processo educativo é um provocador de maior crescimento, nunca um substituto. Ele conduz a pessoa do aprendiz a assumir paulatinamente a sua vida de modo “a fazer e a saber a si mesmo” (MENEGHETTI, 2014, p. 8). A pedagogia existe para educar o ser humano que por natureza possui um potencial aberto em devir histórico existencial que precisa ser atuado. O sentido de responsabilidade implica então em “uma identidade que objetiva a interação de um estimulante ou apelante em condições de condicionar para pior o estado do provocado, no caso em que este se exima ou reaja em modo impróprio” (MENEGHETTI, 2012, p. 239).

A pedagogia Ontopsicológica compreende e propõe uma ação pedagógica a partir de como se constitui a teleologia do ser humano, ou seja, qual é a sua finalidade, de onde veio e para onde vai. A pedagogia ao longo de sua história perdeu a sua teleologia, a conexão do ser humano com o seu princípio ontológico (MENEGHETTI, 2014; GIORDANI; MENDES, 2011a; 2011b; CAROTENUTTO, 2012). Contudo, “é necessário auxiliar a criança a saber ser *autônoma economicamente, autônoma psicologicamente e funcional socialmente*” (grifo do autor) (MENEGHETTI, 2014, p. 211).

A pedagogia, pautada nessa compreensão de homem, deve desenvolvê-lo de modo a atingir o mais cedo possível a sua autonomia de existir, a fim de se tornar um indivíduo funcional a si mesmo em todas as dimensões de sua vida. Muito embora criança ou o jovem ainda não estejam preparados, devem ser auxiliados a se desenvolver dentro dos “cuidados que envolvem a sua maturidade de pessoa civil na integração de todos os valores humanistas. Mas, sobretudo, ocorre torná-lo capaz de operar com autonomia os direitos e deveres societários,

do ciclo biológico ao ciclo psíquico” (MENEGHETTI, 2014, p. 203). Assim, as aprendizagens à autonomia vão desde a aprendizagem do gerenciamento de seus horários, pequenas tarefas e responsabilidades até as aprendizagens da cultura, linguagens, habilidades e ofícios, afazeres, etc. Todas essas aprendizagens são os instrumentos concretos e úteis a encontrar as melhores soluções em seus percursos existenciais e assim construir-se conforme as coordenadas históricas do talento específico que é dado pelo seu Em Si Ôntico.

Para isso, conforme Meneghetti é essencial oferecer à criança dois tipos de conhecimentos “a) conhecimento a respeito de si mesmo; b) conhecimento das regras, cultura, língua, história, psicologia, ciência e leis” (MENEGHETTI, 2014, p. 204). Também é importante à criança e o jovem aprender a se confrontar com a multiplicidade das experiências para além do ambiente familiar. O fato de confrontar-se com a diversidade auxilia o jovem aprender a si mesmo e aos poucos, individuar aqueles percursos que lhes possibilitam a preparar-se de modo olímpico ao exercício de sua vida, de seu protagonismo como pessoa no contexto social. Desses dois tipos de conhecimento (o conhecimento de si e o conhecimento dos outros, do mundo, das coisas, da sociedade, etc.) a criança e o jovem desenvolvem uma competência existencial a qual dá a possibilidade de autorrealização histórica de seu projeto metafísico, tornando-se então, contributo a todo outro humano.

Portanto, os adultos e a sociedade devem garantir o primeiro direito. “Fala-se dos direitos civis, dos direitos das crianças, do feto, mas o primeiro direito é *poder ser a si mesmos, poder existir como se é*” (Meneghetti, 2014, p. 229). Depois de garantido esse direito “precisa oferecer-lhe toda oportunidade da linguagem social [...] aprendizagem como estradas ao poder, ao serviço, a realização de viver para si mesmo e para os outros: é belo ser admirado pelos outros, dá prazer a todos. Deve-se dar o instrumento a este orgulho existencial de cada criança” (Meneghetti, p. 229).

Para Meneghetti (2014, p. 14) “pedagogia: do grego *παῖς* = criança; do grego *αγο* e do latim *ago* = fazer, acompanhar. Arte de como coadjuvar e desenvolver uma criança à realização”. A pedagogia Ontopsicológica auxilia a pessoa que tem disposição, a identificar e conhecer a sua realidade psíquica, apreender a se apropriar do seu potencial, de ter coragem de se construir a partir de seu Em Si Ôntico. Ou seja, ela auxilia

a compreender quais as características são apenas individuais e quais são comuns a todos os outros seres humanos, que tendências naturais são próprias, o que é a verdade para cada individuação, o que deve fazer para construir a sua pessoa, etc. Esse conjunto de diretivas é possível porque o ser humano pode conhecer de dentro a partir de si mesmo, através de si colhe o real que está no interior de cada realidade que o toca. O ser humano antes de tudo é mente, é psique, é alma, é inteligência que se autopõe, se constitui na história (MENEGETTI, 2014; 2010). E, para fazer a evolução da pessoa a pedagogia Ontopsicológica atua em três aspectos:

- a. “*Abreção da mêmica societária* introduzida por meio da díade, da família e da sociedade que formaram o sujeito em modo não funcional à sua identidade” (MENEGETTI, 2014, p. 15). Nesse aspecto prático a pedagogia Ontopsicológica atua buscando identificar quais foram os modelos de comportamento aprendidos ao longo da história de vida da pessoa que não são idênticos ao seu Em Si Ôntico e auxiliar a pessoa (criança, jovem ou adulto) a seguir o que é idêntico, útil e funcional a sua evolução histórica. Nesse sentido, ela nos leva a perguntar: quais são os pressupostos concretos que orientam as minhas escolhas existenciais? Em base a que critérios eu realizo as minhas escolhas (diante dos estudos, da vida, do trabalho, dos amigos enfim, das coisas que preciso decidir cotidianamente), quais são os comportamentos (hábitos e atitudes) que são de acordo com o meu projeto de natureza ou Em Si Ôntico?

A pessoa quando se refere a si mesmo, ao seu Eu, deve compreender que o que denomina de Eu, ou aquilo que o sujeito conhece e compreende de si é já uma enciclopédia de informações digitadas em sua psique que é posterior e sobreposta ao projeto de natureza, que reflete a intencionalidade do projeto da vida para a sua individuação. De modo que, a primeira aprendizagem que a pessoa deve fazer em relação a si mesma é distinguir as informações que são advindas da cultura, da educação, das tradições, do contexto social, as da sua intencionalidade vida que se manifesta no aqui, agora e assim, em cada instante de sua existência. Feita essa aprendizagem o seguinte aspecto a ser aprendido é,

- b. “identificação e evolução do Em Si Ôntico” (MENEGHETTI, 2014, p. 15): o ser humano quando nasce possui um *projeto virtual*, um *télos*, uma intencionalidade própria, uma virtualidade que lhe é específica, seu Em Si ôntico. Conhecer o projeto do ser que somos, individuar a vocação de nosso Em Si Ôntico é uma das tarefas mais difíceis de serem realizadas pela pessoa. Cada pessoa que nasce deve a si mesmo esta resposta existencial, pois se o Ser nos apela na existência não temos mais liberdade, temos o dever, para conosco mesmo de decodificar a sua mensagem e, se assim não for, não conseguimos realizar o projeto de natureza em nossa vida e, vivemos então a angústia e a frustração a nossa participação no projeto da vida.

A pedagogia tem o sentido de auxiliar a criança (jovem e adulto) a explicitar e desenvolver sua especificidade, sua forma, seu modo de ser que é único e irrepetível. Cada indivíduo possui intrínseco o seu *design*, e a pedagogia é a arte, a técnica apurada para desenvolver de modo distinto o potencial humano em cada singular pessoa e também do grupo social. Uma vez que a pessoa aprenda o seu critério existencial ôntico a pedagogia serve para que cada um se desenvolva continuamente em criatividade, para que cada pessoa seja pai e mãe de si mesmo, assumindo com responsabilidade a sua existência.

- c. “correlação entre a doxa e critério de natureza (dupla moral)” (MENEGHETTI, 2014, p. 16). Quando se aprende o critério de natureza ou Em Si Ôntico, é preciso saber atuá-lo na existência. Nosso projeto único deve ser atuado na existência histórica, no contexto social e, nesse sentido, muitas são as situações contraditórias e contrapostas concretamente ao que devemos atuar, conforme a nossa intencionalidade ôntica. Essas contraposições são determinadas pelas condições da cultura, hábitos, leis, etc., constituem o contexto de relações nos quais vivem as pessoas e nos quais nós temos que realizar o nosso projeto. Portanto, o húmus em que nossa vocação ôntica deve se adaptar não é necessariamente e sempre, aquele melhor que favorece a realização de nosso projeto, contudo, é nele que temos que atuar. Então, como resolver este dilema existencial da adaptação histórica de nosso projeto de

natureza? Meneghetti (1999a; 1999b; 2002; 2010; 2011; 2014) ensina que existem duas morais indispensáveis: uma conforme as leis da vida, a ética ôntica, pautada no critério ético do humano, o Em Si Ôntico e, a outra a moral social, derivada das condições histórico-sociais dos homens em cada tempo e contexto sócio cultural. Ambas as morais devem ser conciliadas com maestria, contudo sem jamais trair a ética da vida.

Os modos de vida e tudo o que compõem a “moral social” devem ser considerados a fim de conseguir encontrar neste contexto existencial o ponto de saída otimal, o fio de Ariadne, que é a informação do Em Si Ôntico do indivíduo em situação histórica. Essa informação é apenas possível de ser colhida quando a pessoa em seu processo existencial tiver uma consciência reversível e o seu Eu lógico-histórico capaz de fazer a mediação contínua de seu Em Si Ôntico. A moral social e ôntica “jamais devem estar em contradição, mas devem ser sempre conciliadas. A criança deve aprender a aplicar historicamente, momento a momento, a escolha ética exata que é indicada pela projeção do Em Si organísmico em ambiente, ou seja, pelo Eu a priori.” (MENEGETTI, 2014, p. 16).

Para Meneghetti (2014) a função do adulto na educação da criança e do jovem é auxiliá-la a aprender a dupla moral, isto é, mediar o seu intrínseco metafísico, aqui, agora, assim, dentro da sociedade. “A criança, enquanto ente inteligente e social tem necessidade do tu da sociedade para fazer a dialética de valor e para atingir o fim da própria realização. Três são, portanto, os momentos dialéticos: 1) *a própria e individual natureza ou em si Ôntico* ; 2) *a própria consciência*; 3) *a sociedade*” (grifo do autor) (2014, p. 225). Por isso, é imprescindível ao jovem aprender a ética em situação. Nenhuma coisa é boa ou ruim a princípio, ela é sempre relativa ao escopo do indivíduo naquela precisa relação (MENEGETTI, 2011). Contudo, quando está realizando as suas coisas cotidianas, tarefas do dia a dia, deve aprender que fazendo bem as coisas, pois o como ele faz as essas suas coisas torna-se o seu modo de ser pessoa então aprende que tudo o que faz bem feito lhe constitui, assim como o que não faz. Desse modo, sua ação não é vazia de sentido, mas adquire o sentido de se construir, pois toda a ação que exerce sobre o mundo torna-se ele, lhe constitui, lhe estrutura, por isso, tudo o que faz com amor e perfeição lhe retorna como amor e perfeição

de mim mesmo. E, assim desenvolvendo-se aprende o exercício do bem, do belo e do justo conforme o seu critério ontológico e, neste sentido, torna-se um aliado e um prazer para a existência dos tantos outros indivíduos que vivem consigo em sociedade (MENEGETTI, 1999; 1994; 2014).

5. A PROBLEMÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL E VISÃO DA PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA

*M*eneghetti (2014) preocupou-se em analisar como está hoje estruturada contemporaneamente a pedagogia social, o que e como a sociedade adulta (instituições – escola, família, estado, empresas, universidades, etc.–, cientistas, sociedade civil, etc.) está fazendo para educar a criança e o jovem a se preparar para conduzir a sociedade futura. Conforme o autor, chegamos hoje a duas grandes conclusões que conduzem os operadores de pedagogia a reavaliar e refundar a própria visão pedagógica. São estas: “1) o aumento do *déficit* de atenção e da hiperatividade (ADHD) nas crianças e adolescentes; 2) a futura potência do telefone celular”. Em relação à primeira Meneghetti (2014) salienta,

é sempre mais evidente, nas crianças e adolescentes de todo o mundo, um enorme *déficit* de atenção que o leva a perder aquela inteligência ou aquela vontade no seguir as obrigações de crescimento e as obrigações sociais. Eles não têm interesse pela escola, pelo esporte e por tudo o que é a educação à civilidade (MENEGETTI, 2014, p. 216).

Meneghetti (2014) indica que, em pelo menos 27 países da União Europeia, não sabendo solucionar esse problema, é utilizado um tipo de pedagogia psiquiátrica advinda das Universidades dos Estados Unidos que intervém com medicamentos pesados como a Ritalina, o Prosac e a Estratera. A intervenção do aparato médico psiquiátrico para o tratamento dos desvios de comportamento da criança é equivocado, uma vez que, decorre da abordagem positivista a qual, observação externamente dos comportamentos, classificação, prescrição e a intervenção medicamentosa. Esse modo de intervenção pedagógica considera o homem um ser

inanimado, isto é, trata o sintoma sem investigar ou intervir nas causas dos problemas, logo, os sintomas são tratados com a terapêutica médica, mas as causas permanecem intocadas, contudo, acredita-se que com isso, se soluciona o problema da criança.

Partilhamos dessa posição do autor, este modo do proceder pedagógico é equivocado, pois, pressupõe que os comportamentos humanos tais como hiperatividade, estresse, depressão, insônia, atenção, memória, etc. possam ser corrigidos sob a prescrição e ingestão de certos medicamentos. Essa prática social já instituída – que procura nos meios externos ao invés de encontrar os recursos do próprio homem e, que vigora também na cultura familiar – é uma forma paliativa de resolução dos problemas gerados pela modalidade educativa utilizada pelos adultos. Esta visão exclui a possibilidade de entendimento e desenvolvimento das potencialidades inerentes do ser humano em confronto com os desafios de seu contexto. Por consequência, se problemas educativos deixaram de ser tratados em âmbito pedagógico, então, a pedagogia se exime de tratar sérios problemas escolares que constituem o seu campo de aplicação, tais como a solução de problemas como a memória, atenção, estresse, hiperatividade, agressividade, etc. e, o desenvolvimento integral do homem (MENEGHETTI, 2014).

Para a pedagogia Ontopsicológica esses problemas pertencem ao âmbito pedagógico e, cabe à pedagogia compreender as suas origens. Meneghetti (2014) sustenta que esses problemas derivam da própria história educativa do indivíduo. Isto é, houve um contexto de aprendizagens que gerou desordens de comportamentos, atitudes, pensamentos, valores, sentimentos e modalidades de interações e relações humanas e sociais. E, isto está a indicar que “a psicologia científica contemporânea está completamente fora do seu percurso, perdeu a intencionalidade do homem, perdeu os traços da identidade virtual do homem” (2014, p. 217). Conforme Meneghetti, a modalidade de intervenção realizada por meio dos medicamentos é uma diluída sabotagem sobre a inteligência, a responsabilidade e o conceito de pessoa. Isso significa, definitivamente, que os adultos (singulares e como sociedade organizada) não conseguem compreender os próprios filhos e com isso, utilizam modalidades de intervenções educativas que destroem a potência do gênio criativo que a vida colocou em cada ser humano existente. “As instituições de psicologia e de pedagogia

estão se extremando em uma convenção de psicopólicia: o sistema de intervenção médico é providencial, bom, (...) mas é indispensável intensificar, antes de mais nada, a *formação à dignidade de existir*” (grifo do autor) (MENEGETTI, 2014, p. 217).

A modalidade de intervenção realizada por meio de psicofármacos possui como fundamento epistemológico o comportamentalismo e o cognitivismo que pressupõem a adaptação dos comportamentos humanos aos esquemas e estereotípias da sociedade. Essas duas perspectivas (comportamentalismo e cognitivismo) destroem progressivamente no homem “o élan vital, a intencionalidade, a coragem, a curiosidade, a forma única, não repetível de ser a si mesmo” (MENEGETTI, 2014, p. 218). Portanto, constroem os jovens com a característica predominante de não ter coragem de se tornarem pessoas autônomas, inventando-se continuamente no devir existencial.

O segundo grave problema para esse autor é a potência do telefone celular. Conforme Meneghetti (2014):

As crianças dos 4 aos 16 anos possuem todo o tempo de aculturar-se, de personalizar-se a um esquema do meme digital, portanto, naquele imaginário falso, não real. *A palavra e a cultura são funcionais quando consentem a reversibilidade entre imagem e causalidade natural, isto é, física, química (...) tem mais software, mais hardware na mente de uma criança do que em um computador* (grifo do autor) (MENEGETTI, 2014, p. 220).

Indica o autor, que os pressupostos do comportamentalismo e do cognitivismo, inseridos nos processos digitais, estão determinando uma nova modalidade de comunicação, de contato, de relações com o mundo da atual geração, realizando assim seu protagonismo dentro dos esquemas do meme digital. O meme significa que, sobre “a célula orgânica da vida, prevaleceu o hiperprodutor de células ditas *chip*. O *chip* impõe à consciência do homem como quer ser usado” (Meneghetti, p. 221). Isso significa que, se o homem quer a satisfação, quem determina se esta será concedida ou não é a tecnologia digital, e não o contrário. Por consequência se imprime um tipo de comportamento humano adequado ao esquema determinante de respostas aos estímulos estabelecidos pelo meme digital. “O problema que se observa neles é uma adequação sistemática a uma memética contra a sua natureza, isto é, desenvolvem

programas, estereótipos antitéticos à própria origem a sua fisiologia, a sua biologia” (Meneghetti, 2014, p. 223). As crianças e os jovens inseridos e adaptados ao universo digital se constroem dentro dos limites da realidade virtual, mas não reversível à sua identidade de natureza.

Isto é, as crianças não estão indo em direção a uma cultura natural, mas vão em direção aos substratos jamais evoluídos de um negro inconsciente coletivo. Alimentando-se disso, eles se consideram superiores aos adultos: de fato, para eles os adultos são crianças enquanto eles se sentem os genitores. Os nossos jovens são a energia primária das máquinas que os podem requisitar. Tanto mais a máquina é tecnicamente milagrosa e mais exige maturidade intelectual. Os nossos filhos saltaram as premissas racionais, por isso, eles mesmos são objetos perigosos daquela instrumentação que creem prevaricar (Meneghetti, 2014, p. 222).

Os adultos não compreendem a criança em seus infinitos jogos de adaptação às formas não evoluídas da cultura produzida pelos próprios adultos. Esses substratos do inconsciente coletivo adulto, não evoluídos, inseridos na capilaridade das esferas sociais, produzem também inconscientemente nos jovens os desvios que podem causar sérios danos à vida de cada novo ser e à sociedade em que vivem. E, se os problemas gerados por esse tipo de pedagogia são solucionados com a visão de psico-punição agrava ainda mais os problemas, pois, ao invés de exercer uma função educativa impõem a culpa e a repressão sobre o indivíduo. Portanto, ao invés de fazer evolução se gera maior desagregação e destruição daquela parte ainda sadia que o ser humano possui e pode conduzir ele à criatividade (MENEGHETTI, 2014).

E, se os adultos geram esses problemas, as crianças e jovens, adequando-se a esse jogo, também aprendem com a tecnologia do telefone celular a substituir e controlar os adultos. “Os jovens, com maior inteligência, substituem, no interno de todos os poderes, (...) de todas as forças, os adultos [...]. Podem indagar totalmente a figura gestional do adulto com um instrumento sem fio, seja o vovô, o ministro, o reitor, ou qualquer outra pessoa” (Meneghetti, p. 222). Isto é, os jovens aprendem dos adultos as estereotipias e depois utilizam a mesma forma de psicopolícia contra os adultos. Portanto, esse tipo de pedagogia não desenvolve a maturidade

da pessoa, ela implica a aplicação de regras, as modalidades de controle e vigilância social, baseadas no comportamentalismo e cognitivismo, mas não compreende as reais necessidades da pessoa humana e nem a consegue auxiliar a se desenvolver de modo ordenado. Logo, a violência que essa pedagogia exerce a cada nova vida não auxilia a criança, o jovem ou o adulto a construir consciência de seu projeto de natureza em acontecimento histórico.

Esses problemas pedagógicos nos levam a concluir que falta à pedagogia tradicional entrar na escola da vida, na escola das essências, das reais necessidades humanas para compreender quem é o ser humano em sua integralidade e assim revisar os pressupostos sobre os quais opera. Acrescenta Meneghetti (2014) que, estes problemas não podem ser prevenidos, uma vez que a prevenção já seria uma substituição da força e da coragem da criança. A pedagogia assistencial não resolve esses problemas, porque desacredita e subtrai da criança sua força para nascer e desenvolver-se. “A criança é uma força incandescente se é preservada em si mesma: a natureza a constituiu vencedora é preciso esperá-la, compreendê-la e jamais substituí-la, jamais protegê-la de si mesma” (p. 224). O autor adverte que o problema chave está em que os jovens não foram educados conforme a sua própria originalidade e, desse surgem tantas outras problemáticas “a) hipergratificação na infância; b) preguiça caracterial; c) frustração sucessiva; d) agressividade e depressão; e) medo” (p. 227).

Analisando esses problemas conclui que a hipergratificação que o adulto exerce sobre a criança ou o jovem está sendo exercida de maneira exacerbada. Dar coisas às crianças sem que elas exerçam uma função de necessidade ou de realidade gera uma visão de que certas coisas são extremamente importantes e na verdade não passam de formas que os adultos utilizam para serem aceitos, amados ou para que a criança mantenha uma relação de dependência, seja ela afetiva, de ação, de pensamento e até mesmo financeira ou legal. Dar em excesso um objeto qualquer, um espaço, um afeto, sem real função de necessidade ou crescimento a uma criança ou adolescente gera dependência e parasitismo de ação, crescimento psicológico, social e intelectual (MENEGHETTI, 2014; GIORDANI, 2014).

A hipergratificação, conforme Meneghetti é um perigo, pois é um mecanismo que impulsiona a criança a gostar de possuir pequenos

vícios, aprende a ter a esperteza da chantagem fazendo de conta que é incapaz. Esse mecanismo, uma vez estabilizado ao comportamento da criança, impede a leal reprovação pedagógica do adulto maduro e capaz de provocar o seu crescimento, pois o adulto vê-se coagido a agir conforme o

...que quer a sua majestade a criança. Desta estratégia se efetua a impotência ou frustração: no fim a autossabotagem existencial (...). (a criança) se objetifica totalmente: quanto mais possui gratificação, quanto mais possui objetos, tanto mais ela se considera objeto privilegiado. Os jovens foram objetificados no consumismo. Hoje são objetos dos adultos que não os conhecem: sobretudo se sentem objetos extremos do perigo social (MENEGHETTI, 2014, p. 227).

Os adultos quando não agem com as crianças e jovens a partir de suas reais necessidades constroem uma pedagogia de tudo prover, hipergratificar. A criança para crescer possui a necessidade de confronto com as pequenas dificuldades ou necessidades, só assim aprende a superar as limitações que encontra em seu dia a dia. Faz parte do crescimento e maturidade biológica, motora, psíquica, intelectual, emotiva, linguística, social, etc., aprender a superar as pequenas dificuldades, criar alternativas, aprender a lógica da meritocracia nas relações humanas e sociais.

A consequência da hipergratificação, conforme Meneghetti (2014) é a preguiça caracterial. Segundo o autor, ela determina uma passividade, um não empenho, uma não reação. Tais comportamentos fazem com que a criança e o jovem não tenham vontade, coragem e empenho de fazer sacrifícios para poder crescer, tornar-se pessoa responsável no contexto social. Conforme Meneghetti, essa pedagogia tolhe a força de vontade, do espírito, do intelecto, pois são esses desafios que desenvolvem e elevam o caráter e a dignidade de ser. A construção da vontade e perseverança deriva da disciplina frente às responsabilidades que os indivíduos devem cumprir em relação a si mesmos, a sua vida, as suas necessidades, sejam elas quais forem. Ao não efetuar esta construção, essa ação não resolvida no indivíduo determina o sentimento de perda, de dor, de vazio e assim, a frustração existencial. Eis o terceiro aspecto “esta *preguiça caracterial* gera a *frustração sucessiva* da vida” (grifo do autor) (p. 227).

O quarto ponto segundo Meneghetti (2014) é a *agressividade e depressão*.

A criança, hipergratificada entra incapaz na dialética da vida, não sabe ganhar a estima, um verdadeiro sentimento, um amor, isto é, qualquer coisa de valor, de mérito, portanto torna-se desacreditado, humilhado e como compensação a esta frustração existencial, e não social, sente-se perdida: fora tem tudo, mas dentro de si estão enlatados. E, permanece vivo até que se externa contra os outros de modo agressivo, hiperativo, ou ainda, cai em depressão, autosabotagem para acusar a sociedade (Meneghetti, p. 227-228).

O crescente aumento de sintomas como agressividade e depressão nas crianças e jovens têm sido compreendido e tratado do ponto de vista pedagógico pela visão comportamentalista e cognitivista. Tal proceder resultou na utilização da pedagogia psiquiátrica (ingestão de remédios) e em um sistema de psico-polícia. Toda esta situação suscita o medo na criança e no jovem. As crianças e jovens, portanto,

Tem medo de não estar em condições de fazer, não estuda porque se sente incapaz e não porque não tem vontade. Escondendo esta incapacidade de aprender, depois de longos estereótipos de preguiça e hipergratificação social, torna-se imbecil, um *deficiente* diante da vida. Esconde o próprio medo de incapacidade com infinitos teatros, que os psicólogos, os médicos emblemizam em cartéis sanitários, ele descobre que também a sociedade é deficiente (Meneghetti, p. 228).

Assim, evidenciamos que esta pedagogia não está em condições de portar o indivíduo ao desenvolvimento integral de suas potencialidades tornando-se uma contribuição de valor ao contexto social. Para Meneghetti “pedagogia é a capacidade de extrair o homem-pessoa na função social” (p. 224). Pedagogia “significa como contribuir ao processo de consciência do indivíduo em vantagem de si e do ecossistema (ambiente e sociedade) de referência” (MENEGHETTI, 2014, p. 195). Para uma pedagogia que desenvolva o original na criança que é “um projeto virtual chamado

Em Si Ôntico, com capacidade de fazer autóctise histórico-social” (p. 224). Meneghetti (2014) sublinha que:

A única escola de vida eficaz para a criança é o *grupo de referência* dos companheiros, porque os companheiros não são bons, não hipergratificam, não adulam, ao contrário, são *ruins*, objetivos, reais e deste modo ensinam tantas coisas: tu és alto, tu és baixo, tu és ruim etc. A criança deve aprender a reagir: é escola de vida (grifo do autor) (p. 229).

O ambiente próprio ao desenvolvimento da criança são as outras crianças e o grupo de valores são os adultos (MENEGHETTI, 1994; 2014). Por isso, é importante que o adulto esteja atento ao grupo de referência ao qual a criança pertence assim, criança e o jovem devem aprender a confrontar-se em experiências fora do ambiente familiar. Meneghetti (2014) também pondera que, quando a criança procura o protagonismo e a sua liderança confronta-se com o despreparo e isso a leva a perda do próprio valor de sua natural inteligência e a adequação a massa ou ainda a oposição das regras sociais. O autor considera que toda criança ou jovem tem dentro de si o anseio por exercer seu protagonismo. Esclarece como é a criança, quais características ela possui e, assim sendo, como fazer para desenvolvê-la em sua integralidade.

A característica de cada criança é essa: capacidade, vontade de ajudar, de dar, de ser alguém de modo superior, por necessidade de vida. Capacidade em si mesmo e vontade de dar. Nenhuma criança quer ser pequena: todas querem mais, como a vida é mais (MENEGHETTI, 2014, p. 197).

A pedagogia Ontopsicológica não oferece apenas a solução dos problemas pedagógicos contemporâneos considerados graves, conforme analisamos de forma pormenorizada nesse tópico do texto, ela, sobretudo, oferece uma alternativa para o desenvolvimento do potencial integral que existe em cada pessoa, seja ela criança, jovem e/ou adulto. A pedagogia Ontopsicológica também desenvolve e aplica de modo eficiente seus princípios na formação do líder, empreendedor, empresário, político, para sua evolução e desenvolvimento criativo. O problema do desenvolvimento da liderança e da criatividade no

aprendiz é a finalidade última dessa pedagogia, isso porque, o ser humano, uma vez evoluído como pessoa deve prover em o seu lugar, em seu ecossistema também a evolução e a criatividade. Deve dar a sua singular contribuição ao outro.

6. A PEDAGOGIA PARA O HOMEM PROTAGONISTA RESPONSÁVEL E CRIATIVO

Uma criança ou um jovem que é ambicioso, que quer ter sucesso na vida, que busca ser especial e quer encontrar o sentido de sua vida pode encontrar na pedagogia Ontopsicológica um meio, um instrumento eficiente de conduzi-lo de modo ordenado a atingir o seu fim último, a sua realização existencial em todas as dimensões, “em condições de realizar a própria existência de modo criativo” (MENEGETTI, 2010, p. 441).

Um jovem que se sente diverso também por coerência deve saber que não pode escolher a mesma estrada da grande massa dos jovens. E, se agir como a massa também se torna massa, e nisso perde o gênio criativo que a vida proporcionou de forma diferente para cada existente. A vida é o primeiro grande bem, é a riqueza única que um homem ganha. E, é por isso que deve aprender gerir com responsabilidade e muito empenho. A sua vida, a sua inteligência, o seu Em Si Ôntico deve ser sempre seu empreendimento, o seu negócio, o seu trabalho. Por isso é essencial ao jovem aprender a “... posicionar a própria vida onde é mais importante” (MENEGETTI, 1999a). Na medida em que o homem, por meio desse conhecimento começa a saber como é, como foi educado, então, poderá compreender o que fazer para construir-se dentro da estrada que é apenas sua, única e irrepetível. Contudo, não basta saber, eis a função da pedagogia que auxilia o jovem a fazer, a ter condutas que lhe auxiliem a centrar sua ação em seu ponto força e deste construir-se, inventar-se como pessoa no mundo. “O escopo prático é educar o sujeito a fazer e a saber a si mesmo: fazer uma pedagogia de si mesmo como pessoa líder no mundo, educar o Eu lógico-histórico com condutas vencedoras” (MENEGETTI, 2010, p. 441).

Portanto, como o jovem pode se preparar para ingressar no grande jogo da sociedade globalizada de forma a contemporaneamente não trair o seu projeto metafísico e ao mesmo tempo ser uma contribuição

de valor ao composto social a que pertence? Em primeiro lugar é preciso um estilo de vida superior à norma, o qual Meneghetti (1999a) denomina “ofício de viver”. Significa que o jovem deve ter “[...] uma atitude desenvolvida com capacidade contínua superior à norma corrente no contexto social” (MENEGHETTI, 1999a, p. 16). Atingindo esse estilo de vida, pode-se chegar à “arte de viver” que significa viver de modo que a vida a cada instante seja uma novidade contínua, inventando comportamentos que lhe deem elevada função de ganho de existência, inteligência e personalidade.

Conforme Meneghetti (1999a), para chegar à arte de viver, um jovem deve:

- a. Aprender profundamente vários caminhos sem investir-se totalmente em nenhuma escolha, vivendo tudo (amor, amizade, sexo, etc.) como provisório e em trânsito, pois, deve saber que antes dos 40 anos é tempo de preparação e amadurecimento. O jovem deve saber que é depois dos 40 anos é que se tem um reencontro feliz com a vida. Deve obter dois diplomas de cursos superiores, um nas áreas humanas e outro nas áreas técnicas.
- b. Jamais errar gravemente contra as leis vigentes do estado, para isso, deve aprender os sistemas legais bem como observar e agir naquilo que o sistema prevê. Deve-se saber o que a lei diz a respeito de uma circunstância e aprender agir dentro dos preceitos legais sem jamais colocar-se contra. Todas as ações devem ser realizadas para uma dupla finalidade: a) dever do momento transacional – se refere à condição que o jovem deve ganhar em relação a sua autonomia, a sua liberdade que será conquistada pelo valor do ganho que obteve das coisas bem feitas, b) ganho mental – quer dizer que não pode se fixar em conquistas já realizadas, já metabolizadas, deve lançar-se em novas aquisições. O jovem deve aprender os mais variados estereótipos que são utilizados pelas pessoas na gestão da vida cotidiana sem jamais fazer investimento de valor, sentimento ou crença, esses são instrumentos a ser aprendidos para utilizar quando necessitamos, a regra é “assimilar muitas coisas economizando a última verdade sobre si mesmo”.
- c. Para o jovem, é prioritário o instinto de conservação, deve ser prudente e aprender a colocar de lado o impulso a se expor e

- atender a corrida frenética dos instintos biológicos, o primado e a afirmação rápida. A prudência é a forma pela qual aos poucos aprende os perigos que podem levar o jovem a perder a si mesmo.
- d. Realizar diariamente um *check up* para verificar como cada um está realizando a sua vida, se está errando contra si mesmo ou está no seu caminho. Os erros geralmente derivam dos vícios ou inexperiências cometidas antes dos 30 anos de idade.
 - e. Para ingressar na arte de viver é preciso uma “perfeição subjetiva” e para chegar a esta “é preciso encarnar-se em tudo para descobrir e aperfeiçoar todas as capacidades individuais” (MENEGHETTI, 1999a, p. 59);
 - f. O período da juventude é um tempo de viver o sexo de modo sublimado, visto que essa é apenas uma forma fenomênica do impulso vital. Sublimando esse impulso em vantagem de uma conservação e investimento de si em outras esferas produtivas da sua existência, contudo isso deve ser vivido de maneira consciente.
 - g. O jovem, no exercício de sua preparação deve buscar auto sustentar-se. O fato de prover e manter a si mesmo com seu profissionalismo dá dignidade de personalidade, bem como liberdade de realizar as escolhas existenciais que portam maior resultado de crescimento.
 - h. A pessoa criativa é aquela capaz de “produzir evolução e funcionalidade futura, que de um estado comum consegue ascender a novas funções de outros modelos de sociedade, solução, perspectivas” (2005b, p. 311). Contudo, o homem atinge a criatividade depois de tornar-se autêntico.
 - i. Substancialmente quando se afronta o argumento da criatividade não se trata de entender que é possível para todas as pessoas e sim “para aqueles que a vida especifica como diversos mais totais e, portanto, sucessivamente destinado a serem condutores funcionais do conjunto da espécie” (2005b, p. 312). É líder porque a sua existência garante os outros indivíduos da mesma espécie. “Líder significa uma pessoa que deve ser mais porque deverá dar mais, deverá servir mais” (2005b, p. 313).
 - j. Contudo, para que o líder se desenvolva precisa uma pedagogia particular, precisa das dificuldades. “A criança tem necessidade

das suas dificuldades naturais, de modo especial o particularmente inteligente, porque – através das dificuldades deve reagir – ele aprende como superar o estímulo, portanto aprende a organizar a resposta ao perigo, à exigência, ao problema. Deste modo, a cada oportunidade, exercita-se em superioridade” (MENEGHETTI, 2005b, p. 316).

Meneghetti, de modo concreto, também indica para os jovens sete pontos para realizar seu caminho de crescimento:

- 1º. *metanoia*: quando o jovem se refere ao seu “Eu” (eu gosto, eu quero, etc.), deve perguntar-se: que “Eu” é esse? É o eu que foi educado pela família e pela sociedade e que, portanto é um “personagem” fabricado, é um Eu já programado e organizado, mas não significa que é o Eu que reflete a identidade de natureza. Por meio da consultoria de autenticação Ontopsicológica o jovem pode compreender o seu Eu originário, que a natureza lhe deu, saber-se como é e não como se pensa. O jovem deve fazer metanoia, descobrir quem é e a partir disso distinguir e realizar escolhas que momento a momento o construam segundo a sua verdade, buscando sempre a si mesmo.
- 2º. *impacto histórico-analítico-existencial*: depois disso, o jovem deve rever tudo sobre si e sobre o mundo em que vive, fazer uma revisão, reavaliar tudo e notar como as coisas realmente são e perceber o relativismo dessas.;
- 3º. *metabolização geral*: o jovem deve aprender tantas coisas, mas todas elas segundo o que é bom e o que lhe serve, deve escolher apenas o que o identifica, o que é útil e funcional;
- 4º. *intencionalidade específica*: depois que começa a fazer as coisas simples se abre a compreensão do que quer, as preferencias de seu Em Si Ôntico, e a partir disso, formaliza uma *intencionalidade específica*. Aprende a compreender o próprio gosto e deste constrói aos poucos a sua estrada de sucesso. “Dentro do seu prazer se especifica também o destino do seu sucesso. Porém é preciso também uma ótima preparação” (MENEGHETTI, 2005b, p. 347).
- 5º. *tomada do poder*: depois é preciso aumentar a sua psicologia territorial, aumentar o espaço da própria personalidade. “Se você

sabe o que é, sabe usar o ambiente como quer que esse seja, ainda que desvantajoso, sabe crescer progressivamente bem segundo a sua forma: sabe ter boas relações com aquele amigo, com aquele professor, com aquele médico, com aquela tia, ou seja, organize uma psicologia de poder, saiba administrar bem tudo, depois você faz tudo segundo sua ambição, segundo a sua especificidade de orientação” (ibid., 2005b, p. 348). Sucessivamente, para passar a etapas seguintes, é preciso manter os ganhos e resultados anteriores.

6º. *autenticidade criativa*: nesse nível “começa-se a gerar a si mesmo de modo continuativo superior [...] o espírito existe; na primeira fase age o biológico, mas depois, se vocês foram bravos, intervém o espírito. Quando digo espírito, entendo técnica, intuição, inteligência e solução” (Meneghetti, 2005b, p. 348).

7º. *contemplação edênica e visão ôntica*: “neste nível você é, o paraíso existe, mas está dentro da evolução da mente” (Meneghetti, 2005b, p. 349).

Para existir de modo criativo o jovem deve compreender que essa é uma fase de investimento e não de consumação, está em uma fase de preparação para novas fases sucessivas. O autor conclui que, para desenvolver o líder em nossos jovens, a pedagogia jamais deve desconsiderar esses elementos:

É o sacrifício continuado, a lealdade do adulto, o confronto orgânico no *lar social*, a aprendizagem daquilo que faz superior, a capacidade de afrontar as contradições dos outros, da vida, a ambição ao secreto poder da alma (ou Em Si Ôntico), a consciência dos campos semânticos e do monitor de deflexão, a autóctise quotidiana do próprio Eu lógico histórico baseado sobre a consciência sempre reversível entre imagem e realidade, saber a preciosa unicidade do próprio existir confirmando-se na progressiva realização interior: esta viagem é o líder virtual nos nossos jovens (2014, p. 229).

Quanto maior for a sua ambição maior deve ser o seu empenho de preparar-se para atingir o seu escopo existencial. A ambição requer coerência, disciplina, responsabilidade e depende do preparo técnico, sem esse não se alcança a mediação histórica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia Ontopsicológica não propõe uma mudança nos programas educativos ou nos conhecimentos e tradições culturais, mas objetiva exclusivamente introduzir a pedagogia à dimensão humana, a partir das suas descobertas exclusivas. Com isso, podemos verificar quais são os pressupostos-base com os quais estamos educando nossas crianças e jovens, os adultos do amanhã. Essa pedagogia possibilita a todo ser humano a evidenciar o princípio autêntico que está em cada um, retomá-lo e revigorá-lo, compreendendo seus enormes recursos e facilitando seu ato responsável na sociedade em que existe. É esta uma pedagogia que propõe uma formação *lifelong learning*. A seguir são sintetizados seus princípios metodológicos, os quais de modo simples podem ser aplicados nas práticas pedagógicas escolares e em larga escala nas relações sociais:

- 1) A metodologia Ontopsicológica possui uma perspectiva interdisciplinar e desenvolveu instrumentos de análise e intervenção, através dos quais faz a identificação do problema ou do potencial do ser humano e, então, procede tanto para obter o desaparecimento do sintoma ou problema quanto para “o desenvolvimento do sujeito sobre o plano da funcionalidade integral a si mesmo no plano da globalidade existencial” (MENEGETTI, 2010, p. 137);
- 2) Sendo o adulto o educador, é preciso realizar seu potencial humano para não exercer uma pedagogia de compensação para a criança ou o jovem – porque até os 16 anos a criança e o jovem estão ligados diretamente à dinâmica psíquica do adulto de maior referência afetiva, do qual, a partir da diáde com esse apreendem as relações com o mundo (MENEGETTI, 2010; 2014; CANGELOSI, 2012; ROGERS, 2000);
- 3) Utilizar os recursos próprios partindo sempre do potencial de inteligência humana dos agentes educativos (professores e alunos) – o ser humano é dotado de um potencial intrínseco natural “Em Si Ôntico”, que é a inteligência da vida, identificando e distinguindo esse potencial a criança pode construir sua vida de modo autônoma e realizada. Para isso, três são os momentos:

“a) ab-reação da memética societária; b) identificação e evolução do Em Si Ôntico; c) relação entre doxa societária e critério de natureza (dupla moral)” (Meneghetti, 2014, p. 17-16);

- 4) “Sendo a criança dotada de um projeto próprio duas são as posições sociais: a educação deve responder as exigências vitais e comunicativas; b) nenhuma interferência de colonização de sua virtual identidade” (Meneghetti, 2014, p. 204);
- 5) “Dois tipos de conhecimento que se deve fornecer a criança: a) conhecimento a respeito de si mesmo; b) conhecimento das regras, cultura, língua, história, psicologia, ciência e leis” (MENEGHETTI, 2014, p. 2004).
- 6) Os critérios utilizados na educação são a identidade e o utilitarismo funcional verificados em cada situação, contexto ou ambiente. Também no contexto educativo, sempre o adulto é responsável por compreender as informações nas quais as crianças e jovens estão imersas e, portanto, pode identificar se essas informações (identificadas por meio da linguagem verbal e não verbal, especialmente pelo campo semântico e todo o universo de linguagem consciente e inconsciente, incluindo os sonhos, imagens e impacto orgânico) portam uma dinâmica regressiva ou de crescimento e, assim intervir de modo direto no crescimento do aprendiz. Portanto, ela promove o desenvolve efetivo da pessoa do aprendiz em todas as suas dimensões, contribuindo significativamente à todas as práticas educativas escolares que, apesar de quer e tentar, não possuem conhecimento e nem mesmo instrumentos operativos para o desenvolvimento integral do ser humano.

Na pedagogia escolar, os aspectos técnicos do trabalho docente ao longo do tempo, em virtude da abordagem tecnicista e das críticas feitas a ela, desenvolveu-se um tipo de entendimento que negou o caráter técnico da prática docente. Por isso, a pedagogia Ontopsicológica pressupõe como princípio primeiro a inteligência humana, fulcro de toda e qualquer ação educativa, seja para o professor que para o aluno. Desse modo, compreendendo o homem – professor ou aluno – pode-se perceber que por meio dos diversos instrumentos constitutivos da ação pedagógica (conteúdos, materiais, práticas metodológicas e avaliativas, normas, culturas, etc.) podemos exercer uma prática ao protagonismo

de desenvolvimento responsável às suas potencialidades (GIORDANI e RAMBO, 2013).

Esse atuar conduz a construção da autonomia e da capacidade crítica e criativa da ação docente e da ação aprendiz. A pedagogia Ontopsicológica é uma técnica, uma arte existencial, por meio da qual nós humanos desenvolvemos nosso potencial e o levamos à realização. Ela nos faz líderes porque “a fonte providencial de cada ser humano e o seu real poder é ser a si mesmo” (MENEGETTI, 2014, p. 227). Nesse sentido, a pedagogia deve considerar esses elementos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, pode reforçar uma distorção ou perda do primeiro e prioritário sentido existencial que é se construir conforme sua vocação ôntica. Não aviltar o espírito único que está se fenomenizando em cada nova criança, em cada novo profissional em cada humano, deve ser a primeira das preocupações de todo adulto que tomou para si a honrosa tarefa de intermediar o mundo aos novos chegados. “As crianças são flores da vida se são verdadeiras” (ibid., p. 223). Os resultados da aplicação da metodologia da pedagogia apresentada proporcionam o desenvolvimento de homens líderes, capazes de pagar a sua maturidade. Uma vez realizada a maturidade pessoal, tudo é relativo enquanto será a própria pessoa a ajudar os valores da sociedade (MENEGETTI, 2014).

REFERÊNCIAS

- APOSTEL, L.; BERGER, G.; BRIGGS, A.; MICHAUD, G. (Orgs.). **L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris, Organization de Coperation et developpement Économiques, 1973.
- CANGELOSI, Annalisa. **La lezione universitaria**: insegnamento efficace e percorsi di formazione dei docenti. Dottorato di Ricerca Consortile in Pedagogia Sperimentale. Dipartimento di Psicologia dei Processi di Sviluppo e Socializzazione. Facoltà di Medicina e Psicologia. Università di Roma Sapienza. 2011. 599 p. Disponível em: <<http://padis.uniroma1.it/handle/10805/1538>>. Acesso em: 16 jun. 2012.
- CAROTENUTTO, M. **Dai Sumeri a Meneghetti**: la Paideia ôntica. Roma: Psicologica Editrice, 2012.
- DELORS J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**. 5. ed. Brasília: MEC/UNESCO/ Cortez, 2001.
- DELORS, J. Os quatro pilares da educação (p. 89-102). In: DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI. 5. ed. São Paulo/Brasília:Cortez/MEC, UNESCO, 2001.
- GIORDANI, E. M.; MENDES, A. M. M. A pedagogia ontopsicológica e a formação do pedagogo. In: GUIMARÃES, C. M.; et al (Orgs). **Formação e profissão docente**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2011a. p. 206-222.
- GIORDANI, E. M. A docência como ato de inteligência e a formação do professor universitário. In: **Anais do I Fórum de Ensino Superior do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina**. Pato Branco: CEFET/Fundação Araucária 2002.
- GIORDANI, E. M. O “como” implementar a dimensão interdisciplinar em práticas pedagógicas. **Revista Contexto e Educação**, Unijuí, ano 15, n. 60, out/dez, p. 81-98, 2000a.
- GIORDANI, E. M. Meneghetti e a Sociologia. In: Meirelles, M. et all. **O ensino de sociologia**: diálogos entre a Pedagogia e a Sociologia. Porto Alegre: EVANGRAF/LAVIECS, 2013.
- GIORDANI, E. M. Relações interdisciplinares na pedagogia: Piaget e Montessori. **Revista Educação**. Santa Maria, v.25, n.1, p.81-98, 2000b.
- GIORDANI, E. M. Como educar crianças de seis a doze anos. In: **Uma nova pedagogia para a sociedade futura**: princípios práticos. Recanto

Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária/Fundação Antonio Meneghetti, 2014. P. 27-40

GIORDANI, E. M.; MENDES, A. M. M. Pedagogia Ontopsicológica na orientação do estágio dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Nuances: estudos sobre Educação**, ano XVII, v. 20, n. 21, p. 43-62, set./dez. 2011b.

GIORDANI, E. M.; MENDES, M. M. A. A subjetividade no processo pedagógico das orientações no ensino superior. In: FREITAS, D. S.; GIORDANI, E. M.; CORRÊA, G. C. (Orgs.). **Ações educativas e estágios curriculares supervisionados**. Santa Maria, RS: UFSM, 2007. p. 87 -107.

GIORDANI, E. M.; RAMBO, M. C. Leitura como instrumento de construção do sujeito histórico. **Revista Latino-Americana de História**. V. 2, n. 6, ago. de 2013. Edição Especial. Disponível em <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/262/215>. Acesso em 27/08/2014.

GUSDORF, G. Prefácio. In: JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MENEGHETTI, A. **A arte dos sábios**. Florianópolis: OntoEd, 1999a.

MENEGHETTI, A. **Campo semântico**. 3. ed. Recanto Maestro: OntoEd., 2004b.

MENEGHETTI, A. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: OntoEd., 2012.

MENEGHETTI, A. **Genoma ontico**. Roma: Psicologia Editrice, 2008b.

MENEGHETTI, A. **Il criterio etico dell'uomo**. Roma: Psicologia Editrice, 1999b.

MENEGHETTI, A. Ipotesi alternativa della metodologia ontopsicologica come perfezionamento critico alle altre scienze. In: MENEGHETTI, A. **Psicologia, Filosofia e Sociedade: immagini e scritti di un pensiero**. 2. ed. Roma: Psicologia Editrice, 2009a. p. 160-166.

MENEGHETTI, A. **La crisi delle democrazie contemporanea**. Roma: Psicologia Editrice, 2006b.

MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. Recanto Maestro: OntoEd., 2010.

- MENEGHETTI, A. **O Em Si do homem**. Recanto Maestro: OntoEd., 2004a.
- MENEGHETTI, A. **O monitor de deflexão na psique humana**. 5. ed. Recanto Maestro: OntoEd., 2005a.
- MENEGHETTI, A. **Pedagogia Ontopsicológica**. 2. ed. Recanto Maestro: OntoEd., 2005b.
- MENEGHETTI, A. **Pedagogia Ontopsicológica**. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.
- MENEGHETTI, A. Perchè l'Ontopsicologia è scienza interdisciplinare. In: **Revista Nuova Ontopsicologia**: Dossier Sogno – l'Ontopsicologia segna, gli altri cercano. Ano XXIV, n. 02, dez., 2006a, p. 2-3.
- MENEGHETTI, A. Psicologia epistêmica como metodologia interdisciplinar. In.: MENEGHETTI, A. **Psicologia, Filosofia e Sociedade**: imagini e scritti di un pensiero. 2. ed. Roma: Psicologia Editrice, 2009b. p. 168-174.
- MENEGHETTI, A. **Sistema e personalità**. 3. ed. Roma: Psicologica Editrice, 2002.
- MENEGHETTI, A. **Sistema e personalità**. Roma: Psicologica Editrice, 1994.
- MENEGHETTI, A. **O Projeto Homem**. 3. ed. Recanto Maestro: OntoEd., 2011.
- PIAGET, J. **Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns**. Lisboa: Bertrand, 1973.
- ROGERS, C. Docente, quien eres? Imagines, actitudes, nudos e ilusiones. La educacion una actividad personal. In: ABRAHAM, A. (Compiladora). **El enseñante es también una persona**: conflictos y tensiones en el trabajo docente. Barcelona: Gedisa, 2000.
- VIDOR, Alécio. **Fenomenologia e Ontopsicologia: de Husserl a Meneghetti**. Recanto Maestro (RS): Ontopsicológica, 2013.

PROJETO FLAUTA E PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA: FORMANDO CRIANÇAS E CONTRIBUINDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO¹

Patrícia Wazlawick

Soraia Schutel

Viviane Elias Portela

Glauber Benetti Carvalho

1. INTRODUÇÃO

*E*ste artigo tem por objetivo discutir a respeito de alguns resultados apresentados pelas ações do Projeto Flauta: um projeto sociocultural que integra a realidade de várias crianças e pré-adolescentes, de 1,5 até 12 anos de idade. O projeto é fruto de uma parceria² entre o setor público e privado, firmado entre a Prefeitura Municipal de São João do Polêsine³RS e a Associação OntoArte, com apoio da Faculdade Antonio Meneghetti - AMF, estas localizadas no Recanto Maestro⁴, terceiro Distrito do município supracitado. Essa iniciativa nasce com o intuito de promover a atividade musical dos alunos do ensino básico do município.

O Projeto Flauta, um projeto desenvolvido no Recanto Maestro (SCHUTEL, 2008), é um exemplo de aplicação da Pedagogia Ontopsicológica (MENEGETTI, 2005, 2006; GIORDANI et al.,

1 Texto publicado na Revista Espaço Intermediário, São Paulo, ano II, n. III, p. 18-37, junho, 2011.

2 Convênio de Educação Musical formalizado no dia 21 de março de 2009, durante o 17º Aniversário de São João do Polêsine-RS, em evento ocorrido na Faculdade Antonio Meneghetti-AMF.

3 São João do Polêsine-RS emancipada no ano de 1992, possui cerca de 3 mil habitantes, sua economia é formada pelo cultivo de lavouras de arroz e comércio, e está situada na Região Central do RS, fazendo parte da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Estado, no Vale do Rio Jacuí. Vide site www.polesine.com.br

4 Centro Internacional de Arte e Cultura Recanto Maestro, 3º Distrito do município de São João do Polêsine.

2010), e está em consonância com a proposta de contribuir com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (8 ODM), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em relação aos 8 ODM, o Projeto Flauta está, principalmente, relacionado com o 2º Objetivo: *Universalizar a educação primária – Educação básica de qualidade para todos* e também contempla aspectos do 1º ODM – *Erradicar a extrema pobreza e a fome* e 8º ODM, no que concerne às parcerias possíveis de serem estabelecidas, intitulado *Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento – Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento*, devido a parceria firmada pelas entidades responsáveis por sua existência.

Juntamente à esses compromissos, o Projeto Flauta também nasce em paridade com a Legislação Educacional Brasileira, a Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008, que passa a incluir o ensino da música como conteúdo obrigatório do currículo da educação básica, a partir de 2011 (Brasil, 2008). Dessa forma, torna-se visível a questão de contribuir para a qualificação da educação, de expandir o acesso à educação musical para crianças e adolescentes da comunidade, bem como melhorar a qualidade do ensino e de seus resultados, favorecendo o desenvolvimento da educação de uma forma geral. Além disso, as entidades que celebram esse convênio compartilham a ideia de que a educação musical contribua para o incremento das habilidades infantis e que isso se reflita no ensino, através de uma facilitação de novos aprendizados e desafios. Tais habilidades e competências contribuem para a formação de jovens e adultos mais comprometidos ao próprio crescimento, o que se reverte, ainda, em ações futuras na sociedade.

As atividades musicais do Projeto Flauta iniciaram-se em abril de 2009, tendo periodicidade semanal. São realizadas nas seguintes escolas: a) Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Paulo Pradella; b) Escola Municipal de Ensino Fundamental La Salle; c) Escola Municipal de Educação Infantil Recanto dos Sonhos; d) Escola Municipal de Educação Infantil Beija-Flor, localizada no Distrito de Vale Vêneto. No total 121 alunos iniciaram o ano de 2009 participando do Projeto Flauta, sendo que este número ampliou-se para 140 em 2010.

O objetivo geral do Projeto Flauta é realizar aulas de flauta doce para alunos da educação básica do município de São João do Polêsine, visando promover o desenvolvimento das habilidades infantis através da

educação musical, bem como incrementar a formação e a qualidade de vida dos alunos. Dentre as atividades musicais realizadas, encontram-se: a) educação musical: aulas de música (teórico-práticas), mediadas pelo aprendizado da flauta doce; b) estimulação essencial, musicalização infantil e iniciação musical; c) canto-coral.

O Projeto Flauta possui uma modalidade teórico-prática vivencial. Durante as aulas, as crianças aprendem a prática do instrumento, bem como a leitura e escrita da música, por meio de partituras musicais; trabalham com atividades para o desenvolvimento da percepção rítmica e melódica; aprimorando a coordenação motora fina ao tocar a flauta-doce; trabalham com as variações da intensidade sonora na produção de sons suaves e fortes, desenhando a dinâmica musical que aprimora, gradualmente, a execução e estética da música; e desenvolvem a escuta de si e do outro, sendo ao mesmo tempo parceiros na prática musical em conjunto, sabendo respeitar os momentos em que cada aluno toca, seja como solista, seja em grupo.

Além disso, a cultura e o repertório musical são desenvolvidos e ampliados. As músicas aprendidas e tocadas no instrumento contemplam, além das preferências musicais dos alunos, músicas tradicionais gaúchas, do cancionário infantil brasileiro, música popular brasileira, erudita e novidades que são sempre levadas e apresentadas aos alunos pelos professores. Importante também se faz salientar que, devido a uma demanda dos próprios alunos, a partir de maio de 2010, iniciaram-se aulas de violão em grupo, como atividades do Projeto Flauta.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação musical e formação humana

O Projeto Flauta é um projeto que enfatiza a música como uma atividade essencial para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, pois considera que a música, com seus elementos de ritmo, melodia e harmonia, integra o sujeito em um mundo sonoro capaz de proporcionar, por meio do fazer musical, seu desenvolvimento global. Aspectos cognitivos, perceptivos, psicoemocionais, corporais, sociais e de criatividade são trabalhados em vivências e experiências musicais, nas quais se pode aprender no fazer musical, e descobrir-se sujeito

capaz de realizações (SEKEFF, 2002; BRUSCIA, 2000; MAHEIRIE; URNAU, 2007; RUSSELL, 2006).

Aprender a tocar um instrumento musical permite muito mais do que produzir sons, permite a interação da criança com a música e as atividades musicais, consolidando uma das formas do desenvolvimento criativo, ético, estético e cognitivo do ser humano (WAZLAWICK, 2004). Para isso, existe um processo de *ensinar & aprender*, no qual as crianças podem encontrar, na mediação do professor/educador, um grande incentivo para a construção de seus saberes e fazeres. As crianças não nascem prontas como sujeitos criativos, mas aprendem a sê-los na riqueza de experiências vividas e no acesso aos conhecimentos já produzidos pela humanidade (MAHEIRIE; URNAU, 2007).

As atividades e vivências musicais que se pretendem na educação, além do exercício e prática de obras musicais, intensificam a constituição de funções cognitivas e criativas em um ser humano que possa romper pensamentos prefixados, indo em direção e movendo-se “à projeção de sentimentos, auxiliando-o no desenvolvimento e no equilíbrio de sua vida afetiva, intelectual e social, contribuindo para sua condição de ser pensante” (SEKEFF, 2002, p. 118).

Segundo Sekeff (2002, p. 119): “...se nossas estruturas mentais precisam ser construídas, por que não alimentá-las da prática musical?”. Esse é um desafio que, acima de tudo, direciona-se à formação e constituição humana de cada pessoa. Certamente, a música e/ou a iniciação musical sozinha não dará conta de todo esse processo de formação, mas precisa estar atrelada à formação humanista e a todos os demais conhecimentos que a ela se integram, para que se possa formar os futuros agentes de nossa sociedade.

Pontuar *música na educação* é defender a necessidade de sua prática em nossas escolas, é auxiliar o educando a concretizar sentimentos em formas expressivas; é auxiliá-lo a interpretar sua posição no mundo; é possibilitar-lhe a compreensão de suas vivências, é conferir sentido e significado à sua condição de indivíduo e cidadão (SEKEFF, 2002, p. 120).

Conforme apontado por Sekeff (2002), a prática musical, o canto coletivo, a percepção e escuta musical, a atividade, a criatividade e

a possibilidade interdisciplinar que são criados pela música e o fazer musical são “indispensáveis à educação que pretende formar o cidadão e a consciência de cidadania” (p. 131).

A educação musical, aliada a ações de projetos socioculturais, como as do Projeto Flauta, por exemplo, permite objetivar a educação formativa, profissional e social. O aspecto *formativo* relaciona-se ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos perpassadas pelo viés da sensibilidade, da percepção, da musicalidade, da prática e da cognição. O aspecto *profissional* preocupa-se com o desenvolvimento das inclinações do aluno, de suas aptidões e habilidades específicas – tanto musicais, de percepção auditiva, senso rítmico e personalidade, com tendência ao cultivo de valores estéticos quanto em outras áreas e campos de conhecimento aos quais possa se interessar e para os quais possa despertar, objetivando, assim, um futuro ofício também para atuação profissional. E o aspecto *social*, no que tange a promover, com o exercício da linguagem artístico-musical a disciplina, o civismo, o trabalho em grupo/coletividade e a arte propriamente ditos (SEKEFF, 2002).

Em relação ao conhecimento musical, uma premissa que norteia o trabalho é o desenvolvimento de um processo de ensinar-aprender, no qual se articula a sensibilização e a percepção musical, a técnica da flauta doce e a teoria musical aplicada à prática individual e de conjunto no instrumento. O projeto faz, então, um amálgama de teoria e prática musical na construção de vivências e do saber musical, que diretamente incidem sobre a constituição do sujeito ético-estético-cognitivo (BEYER, 1999; BAKHTIN, 1926, 2003).

Esse projeto está fundamentado nas premissas da Pedagogia Ontopsicológica, de acordo com Meneghetti (2005). Para a Ciência Ontopsicológica, a pedagogia é compreendida como “*a arte de coadjuvar e desenvolver uma criança à realização*” (MENEGETTI, 2005, p. 20). A pedagogia tem o escopo prático de “educar o sujeito a fazer e saber a si mesmo: fazer uma pedagogia de si mesmos como pessoas líderes no mundo; educar um Eu lógico-histórico com capacidades e condutas vencedoras” (ibid., p. 21). Conforme salienta Meneghetti (2006), no que tange à pedagogia, dois são os escopos ou conhecimentos fundamentais que se necessitam fornecer à criança e ao jovem: “1) conhecimento e respeito por si mesmo; 2) conhecimento das regras (deveres) que a sociedade local e similar escolheu e impõe” (MENEGETTI, 2006, p. 12).

O conceito-chave que sustenta a pedagogia é o da responsabilidade. A todo o ser humano é dada a responsabilidade de ser pessoa, e de modo especial às crianças, que são o concreto para o futuro do nosso planeta e continuidade da vida. Portanto, as crianças integrantes do Projeto Flauta são incentivadas a uma formação responsável, de responder sempre em primeira pessoa por suas ações, agindo de modo responsável consigo mesmas, com sua formação/educação, com as tarefas da educação musical, com os estudos, ensaios e apresentações, com o cuidado com seus instrumentos, com seus uniformes, enfim, em cada pequena ação que constrói o sujeito humano e lhe dá possibilidades de tornar-se mais. Portanto, o Projeto Flauta orienta-se pelo escopo da Pedagogia Ontopsicológica, que é “realizar um adulto capaz de ser verdadeiro para si mesmo e funcional para a sociedade” (MENEGHETTI, 2006, p. 17).

O conceito-chave de responsabilidade, de acordo com a Pedagogia Ontopsicológica, pode ser verificado em alguns pontos importantes para a realização, concretização, obtenção de resultados do projeto, bem como esses mesmos pontos podem ser considerados relevantes para sua replicabilidade. Em primeiro lugar, pode-se destacar a alta qualificação, formação e preparação técnica dos professores que conduzem e coordenam o projeto em sua área de atuação, por meio de estudo/formação técnica contínua na área musical, ao longo da vida – *life long learning*⁵. Esse estudo acontece de modo orientado pelo contato com outros professores em cursos formais, bem como em horas de estudo diário individual por parte de cada um dos professores do Projeto Flauta.

Outro ponto a destacar é o estilo de vida. Pois, são profissionais que constroem um estilo de vida próprio e coerente com a pessoa que se é. Por exemplo, fazem seleção das próprias relações, das pequenas referências do cotidiano, começando “pelo modo de vestir, pelo modo de escolher o carro, a música, a cozinha etc., [...] começa-se a selecionar tudo o que é conveniente ao próprio percurso de valor” (MENEGHETTI, 2008, p. 186). Todos os aspectos pessoais individuais são considerados no que diz respeito ao estilo de vida, dentre os quais podemos destacar: administrar bem sua própria vida, sua saúde, seu bem-estar, sua alimentação, sono,

⁵ *Life long learning*: desenvolver uma formação continuada ao longo de sua vida, capacitando-se, qualificando e continuamente aprimorando o saber fazer, naquela que for sua área de atuação, para se tornar um profissional mais competente. De acordo com Delors (Coord.). (2004).

vestimenta (apresentação pessoal), higiene, seu intelecto, seu ambiente físico, enfim, toda a sua existência singular.

Em relação à responsabilização, é importante destacar também o papel do professor. Em todas as áreas do conhecimento, os professores são os impulsionadores do grande aprendizado dos alunos, além de serem um instrumento mediador entre o aluno e o conhecimento. Evidencia-se isso quando os professores são exemplos de vida, instigam nas crianças e nos jovens a vontade de aprender, de estudar e de realizarem mais. Esse é um aspecto fundamental da pedagogia, abordado pelo Acadêmico Professor Antonio Meneghetti, em duas conferências atuais realizadas na UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura⁶, uma no ano de 2006 e outra no ano de 2007.

Em relação à formação pedagógica das crianças/alunos, o conceito da responsabilidade também está em ação. A partir da formação pessoal dos professores, os mesmos podem assumir um modo mais coerente de como agir e auxiliar na educação/formação de seus alunos. Os professores, por meio da educação, em relação às crianças/jovens: a) incentivam a reação a tornar-se, qualificar-se, amadurecer, aperfeiçoar-se; b) incentivam cada aluno a colher os instrumentos de aprendizagem, de saber e de ofícios no trabalho; c) auxiliam a selecionar as oportunidades que podem ajudá-los a serem autônomos, em sentido econômico; d) ensinam a responsabilidade em relação a si mesmo e, por consequência, também em relação aos outros (MENEGHETTI, 2010, p. 50-51). As crianças aprendem a realizar e cumprir suas tarefas de casa; cuidar, manter, preservar e limpar os instrumentos musicais que utilizam; ter atenção e zelo a seus materiais didáticos (livros, apostilas e cd's), que são instrumentos de sua formação escolar e humana.

2.2 Contribuição aos 8 ODM

No período de 6 a 8 de setembro do ano 2000, inúmeros líderes mundiais reuniram-se na sede das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, com o propósito de atender a Cúpula do Milênio. Essa foi,

6 Conferência realizada por Acad. Prof. Antonio Meneghetti intitulada “Uma nova pedagogia para a sociedade futura”, UNESCO, Paris-França, em 30 de maio de 2006. Conferência realizada pelo mesmo autor intitulada “Pedagogia contemporânea: responsabilidade e formação do líder para a nova sociedade do futuro”, UNESCO, Paris-França, em 13 de junho de 2007.

até o momento presente, a mais ampla reunião de chefes de Estado e governos. O resultado do debate foi a aprovação da *Declaração do Milênio*⁷, um documento que resultou da compilação das várias metas estabelecidas nas conferências mundiais que ocorreram ao longo dos anos de 1990. A Declaração do Milênio, por sua vez, resultou nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram assumidos com responsabilidade de realização por 198 nações do mundo todo, desde o ano 2000. Tais objetivos são arranjos de metas mensuráveis, determináveis e temporalmente delimitadas, que devem ser adotadas pelos Estados-membros das Nações Unidas e alcançadas até o ano de 2015. Os 8 ODM foram assim intitulados: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Universalizar a educação primária – Educação básica de qualidade para todos; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade na infância; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria mundial de desenvolvimento – Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento⁸.

De acordo com Mezoui e Lorient (2010)⁹, a configuração dos 8 ODM advém de uma longa história de sérias crises planetárias, que encontram discussões e propostas de soluções na ONU. Essas crises podem ser exemplificadas com as diferentes guerras que ocorreram e ocorrem no mundo ao longo dos séculos, racismo, discriminação, xenofobia, intolerância, acidentes nucleares, vazamentos de óleo, desastres naturais, entre outros.

7 “Declaração do Milênio: pacto internacional pela eliminação da pobreza firmado por dignatários de 191 países, em setembro de 2000” (3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Brasil, set., 2007). Segundo Kim Bolduc (2007), “[...] tal Declaração representa o maior consenso internacional acerca de objetivos de desenvolvimento na história da humanidade” (3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, Brasil, 2007, p. 10).

8 Fontes: 3º e 4º Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

9 Informação verbal de curso. Data: 02 a 04 de abril de 2010, no Módulo Optativo do MBA – O Empreendedor e a Cultura Humanista, intitulado “Crises planetárias: soluções para os Objetivos do Milênio (ODM) propostos pela ONU e pela Escola de Formação Ontopsicológica”, ministrado pelos professores Dr^a Hanifa Mezoui (Argélia e França), Dr. François Lorient (França) e Dr^a Pamela Bernabei (Itália), promovido pela Faculdade Antonio Meneghetti Faculdade-AMF.

De acordo com o 3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, organizado pelo governo brasileiro em setembro de 2007, “[...] para atingir esses Objetivos, a ONU apresentou um conjunto de 18 metas, a serem monitoradas por 48 indicadores, que incorporam o que é possível implementar, mensurar e comparar em escala mundial” (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 3º RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS ODM-BRASIL, 2007, p. 8).

Já em uma revisão de literatura atualizada, é importante verificar no 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, publicado no Brasil em março de 2010, conforme salienta a Sra. Marie Pierre Poirier – Coordenadora-Residente Interina do Sistema da ONU no Brasil – que essa realidade e realizações no Brasil estão sendo possíveis, uma vez que o Governo, o setor privado e a sociedade civil estão trabalhando juntos e em constante diálogo cívico e democrático, para o alcance de resultados acerca dos 8 ODM:

O Brasil atingiu excelentes resultados e já aparece como um líder em muitas áreas. O País se destaca não apenas pelo compromisso em atingir os ODM, mas também pelo seu empenho em apoiar outros países nesse esforço. Em algumas áreas, definiu para si próprio compromissos mais ambiciosos do que os previstos nas Metas do Milênio (POIRIER, 4º RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS ODM-BRASIL, 2010, p. 10).

Conforme brevemente relatado anteriormente, o Projeto Flauta está em consonância principalmente com o 2º ODM contribuindo, principalmente, para a efetivação de uma educação de qualidade a crianças e jovens e à valorização do papel e atividades do professor/educador. Tem como norte as concepções do 2º ODM ao enfatizar que “[...] a educação deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e da sua dignidade, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (3º RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS ODM-BRASIL, 2007, p. 15-16). A proposta do Projeto Flauta contempla, no raio de ação que atinge, realizar, por suas ações de ensino, formação musical, cultural e formação humana, o desenvolvimento da personalidade humana e da sua dignidade.

Todos os alunos matriculados no ano de 2009 e 2010, na educação

infantil e nos anos e séries da educação básica/fundamental, nas quatro escolas municipais de São João do Polêsine-RS, participam das aulas de educação musical do Projeto Flauta. É importante contextualizar que a renda média das famílias das crianças que integram o Projeto seja uma renda considerada baixa, no contexto brasileiro, pois, em sua maioria, as famílias recebem e sobrevivem com a faixa de renda de meio a 01 salário mínimo. Como profissão dos pais, encontramos pequenos agricultores, operários e pequenos comerciantes; as mães são donas de casa e empregadas domésticas.

O Projeto Flauta também está relacionado a aspectos do 1º ODM (Erradicar a extrema pobreza e a fome), uma vez que, pelo desenvolvimento de aulas e atividades de educação musical, os alunos que dele participam gradualmente apropriam-se de um ofício – o fazer musical – e, dessa forma, poderão encontrar nesse ofício uma futura área de profissionalização, em que poderão, por exemplo, caso escolham, atuar também como músicos profissionais e/ou educadores musicais, ampliando e qualificando sua formação pessoal e profissional. Assim, o Projeto atingirá aspectos relacionados à geração de trabalho e renda no curso de alguns anos, geração de oportunidades às famílias pobres e inclusão social. Aspectos relacionados ao 8º ODM também se encontram contemplados no Projeto Flauta, pois o mesmo é fruto de uma parceria público-privada e incentiva essas ações na região¹⁰ na qual está inserido.

Sem dúvida, de acordo com Delors (Coord.). (2004) a educação, mais do que nunca, é um tesouro a descobrir. É ela que forma e que humaniza o homem. A qualificação da educação e o incremento da mesma é que faz crescer cada um dos sujeitos singulares e a sociedade em que eles operam, como um todo. Sempre que uma pessoa se capacita e se qualifica como profissional, levando adiante seus estudos, ela retorna para seu espaço de ação, seu campo de trabalho, e age no mesmo, presta serviços a tantas outras pessoas, das mais diversas e variadas gerações, de modo a contribuir com a formação de tantos outros. Assim, ao investir-se na formação continuada e na capacitação dos profissionais de educação, seu trabalho não apenas dignificará a si próprios, mas estenderá os benefícios desta dignidade a inúmeras pessoas. E assim, gradualmente,

10 Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, constituída por nove municípios.

intensificam-se conhecimentos, inteligências, possibilidades de ação e de crescimento a toda uma população. Esse aspecto é um ponto fundamental do Projeto em discussão, uma vez que contempla, ao mesmo tempo, ações que contribuem ao 1º, 2º e 8º ODM.

3. METODOLOGIA

*P*ara avaliar as ações do Projeto Flauta, desde sua implementação, em 2009, foi realizada uma pesquisa qualitativo-exploratória e também de caráter quantitativo – entendendo que esses formatos podem ser complementares - por meio da aplicação de um questionário previamente elaborado, com perguntas discursivas e abertas a serem respondidas pelos pais, professores e diretores das escolas nas quais o projeto ocorre.

A pesquisa iniciou no mês de maio de 2010, com aplicação do questionário a 108 pais, 28 professores/diretores e 82 crianças¹¹ - principais atores sociais do projeto. Foi realizada uma avaliação de modo a evidenciar resultados do projeto. Os alunos que integraram a pesquisa elaboraram sua avaliação por meio da resposta de questões discursivas e de desenhos livres¹² acerca da representação do Projeto Flauta em sua vida.

Como procedimento de coleta de informações, também foram realizados momentos de observação *in loco* em aulas do Projeto e apresentações públicas realizadas pelos alunos durante os anos de 2009 e 2010. As observações foram registradas por meio de diário de campo.

A análise das informações coletadas foi realizada por meio de análise estatística e análise do discurso (BAKHTIN, 2006; AMORIN, 2002).

De acordo com as informações coletadas, todas as respostas dos questionários foram lidas e relidas e trabalhou-se na construção de categorias teórico-empíricas, provenientes da relação dialógica entre material empírico e teoria que orienta o estudo. Dessa relação, emergiram as categorias que serão apresentadas e discutidas abaixo, considerando o aspecto de contribuição dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do

11 Não foram todas as crianças participantes do Projeto Flauta que responderam questionário e fizeram desenho, devido a certa quantidade de crianças frequentarem o berçário e educação infantil, com idade de 0 a 2 anos, nas atividades de estimulação essencial com música.

12 As crianças que ainda não são alfabetizadas apenas elaboraram desenhos.

Milênio realizado pelo Projeto, bem como os resultados na formação dos alunos a partir da ótica dos pais.

Para analisar a validação dos dados obtidos, através da aplicação dos questionários referentes ao Projeto Flauta, realizaram-se alguns testes estatísticos. No caso de pequenas amostras ($n < 30$), aplicou-se o teste binomial e o teste dos sinais. No caso de amostras maiores ($n > 30$), aplicou-se o teste exato de Fisher, o qual deve ser aplicado quando existem tabelas de frequências contendo valores menores do que 5. Esse teste é alternativo ao teste qui-quadrado, em que se verificam se existem diferenças significativas entre as amostras. Na realização dos testes, utilizou-se o nível de significância igual a 5% ($\alpha = 0,05$).

4. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

*T*endo em vista a proposta e as ações desenvolvidas pelo Projeto Flauta nas quatro escolas em que é realizado, podemos tomar como fundamento e relacionar categorias teórico-práticas para análise e verificação dos resultados, de acordo com aspectos relevantes encontrados na literatura brasileira¹³ e que estão enquadrados nos âmbitos do 2º ODM. Essas categorias são também parâmetros trabalhados direta e/ou indiretamente nas aulas e atividades do Projeto, e que foram destacados nas respostas dos questionários aplicados e respondidos por pais, professores e diretores das escolas. Além disso, estas categorias e seus resultados também ficaram evidentes a partir da observação *in loco* das aulas e atividades do Projeto.

- a. *Criação de oportunidades e estímulo ao desenvolvimento do ensino fundamental*: ao participar das aulas e desenvolver as atividades do Projeto Flauta, os alunos sentem-se mais motivados e incentivados aos processos de *ensinar & aprender* que vivenciam na escola, o que os estimula a continuar estudando e permite ampliar a autoestima e o senso de valorização própria. Esse aspecto é conferido diariamente pelos professores que ministram as aulas e coordenam o Projeto Flauta, bem como pelos

13 Em relação ao 2º ODM, de acordo com o website <<http://www.8ODM/Prêmio ODM Brasil - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil.mht>>. Acesso em: 30 de abril 2010.

professores da educação básica, e foi evidenciado na pesquisa realizada com professores e diretores das escolas.

- b. *Melhoria da qualidade no ensino e dos processos de aprendizagem*: com o desenvolvimento de aulas de música que contemplam a linguagem artística e as objetivações criadoras, os alunos têm acesso a um ensino mais completo, que inclui as artes como saber/conhecimento e prática indispensável na formação humana. Além disso, várias atividades são desenvolvidas pelos professores da educação básica de modo interdisciplinar junto aos professores do Projeto Flauta, de acordo com o previsto em seu projeto pedagógico.
- c. *Programas esportivos, culturais e educacionais que exijam a permanência na escola*: o Projeto Flauta por si só é um programa cultural e educacional que exige a permanência dos alunos na escola, em que aprendem e produzem saber e conhecimento, seja na área musical, seja em áreas não musicais, que também são atendidas e desenvolvidas por meio da educação musical. Segundo o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM-Brasil (2010, p. 49), “ampliar o tempo de permanência das crianças e adolescentes na escola pública é outra iniciativa de suma importância para elevação do desempenho e rendimento escolar”. Nesse sentido, quando a escola oferece atividades educativas, tais como práticas esportivas, de informática, de artes, de música, teatro, artesanato e tantas outras, seja no currículo escolar, seja em outros turnos, o estudante sente-se atraído pelas diversas atividades que pode desenvolver e aprender, de modo que sua formação global realiza-se por meio das mais diversas linguagens e fazeres que na contemporaneidade mesclam-se a uma sólida formação interdisciplinar.
- d. *Estímulo à educação no meio rural*: duas escolas atendidas pelo Projeto Flauta situam-se no meio rural (E. M. Ensino Fundamental Pedro Paulo Pradella e E. M. Ensino Fundamental La Salle), e as aulas do Projeto Flauta incluem elementos do dia a dia dos alunos para o desenvolvimento das atividades na educação musical, conforme verificado em observados *in loco* as aulas do Projeto Flauta e resultados da pesquisa com professores e diretores para avaliação do projeto.

- e. *Promoção e desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico*: este ponto é de fundamental importância, pois a atividade musical como um todo integra e desenvolve os aspectos cognitivos/intelectuais, de memória, de percepção, de imaginação, dimensão afetiva (emoções e sentimentos), éticos e estéticos, proporcionando ao aluno que toca um instrumento musical perceber-se como sujeito agente-responsável e capaz de objetivar criações e produções suas; o que incentiva a autonomia, o pensamento crítico-reflexivo e a autovalorização de suas possibilidades de aprender. Esse ponto foi verificado a partir da pesquisa realizada com pais, professores e diretores e está de acordo com projeto pedagógico do Projeto Flauta.
- f. *Ampliação dos espaços de conhecimento, arte, cultura e lazer na escola e comunidade*: este aspecto é contemplado pelo Projeto Flauta, pois este ao ser educacional e sociocultural proporciona o desenvolvimento e produção integrada de conhecimentos, arte e cultura a todos os alunos que o integram, bem como à escola, incluindo professores, diretores e também os pais/famílias. Esses sentem-se motivados e incentivados, a partir dos resultados visíveis com os alunos, a buscarem e realizarem seu desenvolvimento cultural como um todo. Sendo assim, ao se ampliar os espaços de conhecimento-arte-cultura e lazer, ocorre uma expansão das atividades realizadas e, conseqüentemente, do número de pessoas que com elas são beneficiadas e que aperfeiçoam sua formação humana.
- g. *Projetos de integração da família com a comunidade*: com a existência do Projeto Flauta, os pais, sempre que possível, estão presentes para estimular seus filhos ao aprendizado musical e para acompanhá-los nas diversas apresentações musicais realizadas, seja na escola, seja em locais diferentes da comunidade local. Esse é um exemplo de como a família pode estar mais integrada com o contexto escolar e auxiliar a levar cultura, arte, conhecimento e informação a uma maior comunidade do qual faz parte, por meio das apresentações artístico-criadoras do Projeto.

Acrescentando-se a essas categorias teórico-práticas de análise/resultados, convém salientar que a proposta do Projeto Flauta congrega a formação continuada de professores, dos que atuam diretamente

na educação musical ou na educação básica, uma vez que precisam acompanhar o desenvolvimento das atividades musicais no dia a dia da escola. Além disso, o Projeto Flauta incide na qualificação e capacitação da área da educação musical (também didática e pedagogia da música), dos professores envolvidos. Através das suas atividades, trabalha em prol da valorização dos professores/educadores, que se tornam mais aptos à atuação profissional na competência do fazer pedagógico musical e nas várias habilidades que são necessárias e construídas nesse fazer. Portanto, esse é um Projeto que se propõe e ajuda “a melhorar a qualidade do ensino e consequentemente seus resultados (proficiência e progressão)”, visando o desenvolvimento da educação, conforme o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, Brasil-2010.

Já no que tange à avaliação realizada pelos pais, em relação às atividades do Projeto e os resultados percebidos em seus filhos, a partir da pesquisa realizada, 100% deles dizem que seus filhos comentam sobre as aulas do Projeto Flauta em casa e deram vários exemplos do que as crianças dizem acerca do Projeto. Para 98,5% dos pais é importante que seus filhos tenham aulas de música na escola e argumentam os motivos do porque é importante. Do total de pais que responderam os questionários, 86% diz que já percebe e identifica mudanças no comportamento de seu filho em casa, que são devidas à participação nas aulas e atividades do Projeto, e as elencam. Os pais – 100%, aprovaram a formação do coral e aulas de canto nas escolas, que foi uma atividade de ampliação do Projeto, bem como fizeram comentários, críticas e sugestões ao mesmo.

A partir das informações de cunho qualitativo do discurso dos pais, elaboramos quatro grandes categorias para analisar as informações coletadas. Realizamos várias leituras e releituras, na íntegra, de todas as respostas dos questionários aplicados aos pais para proceder à elaboração de categorias provenientes deste material. Essas categorias, ao mesmo tempo, emergiram do material empírico e denotam resultados concretos das ações do Projeto Flauta. Os títulos das categorias, como serão verificados abaixo, são termos e palavras que se fazem presentes e repetem-se nas respostas dos pais.

A primeira categoria, que reúne inúmeras respostas entre os 108 questionários respondidos, relaciona-se ao **Gostar de aprender!** Nesse ponto, os pais destacaram que seus filhos estão *entusiasmados*, estão

mais *alegres*, estão *gostando muito de participar*, estão *encantados* com as aulas, e demonstram muita *felicidade de em aprender*, o que lhes desperta o *gosto e vontade de ir para a escola* (sic!). Disso, decorre que, na visão dos pais, para as crianças essas *aulas são muito boas e legais*, são *divertidas*, têm *brincadeiras* (aspecto lúdico) por meio das quais também aprendem musicalmente, eles estão *adorando tocar e cantar*, estão *desenvolvendo o gosto pela música*, começaram a *gostar de músicas bonitas*, o que lhes *incentiva também a gostar de cultura* (sic!). Nesse amálgama de desejo, gosto, incentivo e alegria, a vontade de aprender também desponta, e os pais salientam que seus filhos *querem aprender bem as músicas que gostam!* (sic!).

Nesse ponto percebemos, e também de acordo com os estudos de Camargo (2004) sobre as emoções e a escola, que a afetividade (dimensão das emoções e do sentimento) deve-se transformar em um recurso mobilizador para a atividade. Quando cada atividade na escola assume um sentido singular, de valor e importância para o aluno, ele começa a tornar-se ativo no processo de aprendizagem, desenvolvendo cada vez mais sua implicação¹⁴ com o contexto e os fazeres escolares no processo de *ensinar & aprender*. Além disso, as atividades artísticas na escola permitem momentos de expressão emocional e são incentivadoras de fazeres criadores do sujeito, uma vez que a atividade criadora é o “...elemento humanizador de todo o processo educacional, constituindo-se como elemento fundamental na construção do homem integral” (CAMARGO, 2004, p. 185).

A segunda categoria diz respeito a *Aprender & Apreender* e também às novas experiências que as crianças têm. Remete mais diretamente ao processo de aprendizagem que se dá durante as aulas de música, bem como ao desenvolvimento e construção de habilidades, capacidades, competências e funções psicológicas complexas¹⁵ das crianças por meio da atividade e fazer musical (VYGOTSKI, 1929/2000; 2004).

14 No sentido de Agnes Heller (1980), quando diz que “sentir é estar implicado em algo”. Vide obra da autora.

15 Funções psicológicas complexas (ou também chamadas funções psicológicas superiores) são processos psíquicos como: os sensoriais e motores, atenção, percepção, pensamento, memória, cálculo, linguagem, emoção e sentimento. Concebidos, segundo Vygotski (1934/1990), como processos construídos nas relações entre seres humanos, implicam na utilização de instrumentos e signos, assim, funções que possibilitam a atividade mediada humana.

Nessas atividades, os alunos praticam pondo em ação sua imaginação, sentimentos e emoções, pensamento, memória, cognição, percepção, ao mesmo tempo em que continuam construindo e aprimorando estas mesmas funções (WAZLAWICK, 2010). Para os pais, eles estão *aprendendo muitas coisas novas* e, principalmente, *tocar e cantar*: eles desenvolvem a *atenção, concentração e disciplina*, a *memória*, várias *habilidades mentais*, pois as atividades musicais *os ajudam a ler melhor, escrever, entender e diminuir as dificuldades na escola*, a *se expressar melhor, ensina a estudar e se desenvolver integralmente*, desenvolver o *raciocínio e aprendizagem, desenvolvendo também a inteligência* (sic). Os pais pontuam, ainda, em relação a essa categoria de aprendizagem e formação da criança que as aulas estão *auxiliando* no desenvolvimento da *coordenação motora*, da *percepção* (no identificar sons e músicas diferentes, no aprender a ouvir), estimulam a *comunicação e a linguagem*, o *senso musical*, a *dança* e a *ritmicidade*, e desenvolvem aspectos psicossociais, devido as atividades em grupo que são realizadas (sic!). Para complementar, os pais percebem que é um grande incentivo à formação geral do *conhecimento* de seus filhos, é um trabalho que estimula intensamente a *criatividade*, e eles (crianças) já começam a sinalizar que também *gostariam de aprender a tocar outros instrumentos musicais futuramente* (sic!). Na visão dos pais, o Projeto Flauta *desenvolve a cultura e até uma futura profissão* (sic!).

Em relação a essas duas categorias, inicialmente descritas, encontramos algumas vozes de pais, as quais destacamos:

“Quando aprende uma música nova já vem tocando pela estrada. E depois fica tocando até aprender bem. Ela diz que aprende fácil porque gosta de música” (mãe de aluna da 4ª série).

“Ela diz: A aula de música é muito importante em nossa vida escolar e também leva a buscar coisas novas” (pai de aluna da 4ª série).

“Está se sentindo mais valorizado por saber fazer algo que até então era desconhecido por ele” (mãe de aluno da 3ª série).

“O Projeto Flauta é muito bom porque ensina a estudar com mais vontade de ser um dia alguém na vida” (mãe de aluno do 2º ano).

“Hoje ele pensa em tocar em bandas com violão e outros instrumentos” (mãe de aluno do 2º ano).

Os alunos tomaram gosto pelas aulas de música e ao aprenderem a tocar flauta doce e demais instrumentos, sentiram-se capazes de produzir algo com valor estético. Percebem os resultados de seu empenho e dedicação em querer e conseguir tocar, o que permite com que desenvolvam um sentido de valorização de si mesmos e de seus fazeres em busca da autossuperação. Essas ações configuram uma relação dialética, em que uma dimensão alimenta reciprocamente a outra, tendo como escopo final o crescimento saudável e inteligente de cada aluno participante do projeto. Com o Projeto Flauta, também foi incentivada a vontade de estar na escola, de estudar e realizar as atividades, o que fez aumentar o rendimento escolar de cada aluno, de acordo com as avaliações dos pais, dos professores e diretores das escolas.

Desse modo, como a atividade passa a ser importante para eles, porque eles mesmos lhe conferem essa importância, tendo em vista os resultados alcançados, os alunos incentivam-se a buscar outras e mais possibilidades de crescimento por meio do fazer musical, que por sua vez se estende a tantas áreas da vida, tendo, inclusive, novas perspectivas de ações futuras. De acordo com uma mãe: “*Ele acha que pode ser alguém como músico*” (mãe de aluno do 3º ano), e certamente pode, pois começa a mudar seus campos de possíveis ao longo da vida com essa ação, uma vez que agarre essa oportunidade e dedique-se também à sua formação musical.

A terceira categoria construída diz respeito aos *Bons encontros*¹⁶ propiciados pelas aulas do Projeto Flauta no que se refere à *relação professor-aluno e aluno-aluno*, bem como *aluno & escola*. Segundo os pais, um dos motivos pelos quais o Projeto propicia resultados bem sucedidos é devido ao fato de que as crianças *gostam muito da professora*¹⁷ (sic). A professora é uma jovem educadora musical que atua de forma competente sua função, gosta do que faz, realiza-se pessoal e profissionalmente por meio desse fazer, é preparada e capacitada

16 Expressão encontrada no trabalho do filósofo Espinosa (1991/1677), na obra *Ética*, no que tange às relações interpessoais que potencializam os sujeitos para seu crescimento e desenvolvimento na história.

17 O Projeto Flauta iniciou com um professor de música que trabalhou diretamente com as crianças durante o ano de 2009. Em 2010, uma professora assumiu as aulas e a coordenação do projeto, sendo que o professor inicial continua na equipe de coordenação e auxilia em momentos de apresentações musicais dos alunos.

técnico-pedagógica e didaticamente. Essa boa relação resulta em bons encontros também entre os amigos/colegas: pelo que os pais percebem e observam em seus filhos, a partir da pesquisa realizada, eles *fazem sintonia em grupos*, intensificando boas amizades, *gostam de tocar com os colegas*, *há uma interação positiva*, *maior e melhor integração entre os mesmos*, *tecem e formam melhor seus diálogos com os colegas*, o que também constitui aspecto fundamental da aprendizagem, pois, *ao ver os colegas aprendendo, eles incentivam-se a aprender* (sic!). Enfim, esses bons encontros propiciados pelo Projeto Flauta atingem em âmbito maior as próprias *relações da criança com a escola (boa relação com a escola)* (sic.), construindo uma relação mais significativa com esse espaço, que passa a ser um lugar especial para estar e aprender, prazeroso, agradável e cheio de novidades a cada aula, pois a própria escola começa a ressignificar seu motivo de existir como escola – espaço de formação humana, crescimento, aprendizagem e produção de saberes e fazeres, enfim, de conhecimento.

Nesse ponto, é importante destacar um depoimento da prefeita municipal à pesquisa, no qual ela destaca a informação que “[...] os pais querem que seus filhos continuem tendo as aulas do Projeto Flauta[...]” (Sra. D. M.). Também motiva essas palavras a situação de que as crianças, quando passam do 4º ao 5º ano, tem de sair de uma escola municipal e ir para a escola estadual. No entanto, os pais estão optando por matricular seus filhos no próximo ano em uma escola municipal no interior do município, na qual também existe o Projeto Flauta, do que matriculá-los na escola estadual, que é no centro, onde não há as aulas do projeto: “*vários pais disseram que fazem questão que eles fiquem na escola municipal porque não querem que percam as aulas do Projeto Flauta*” (prefeita). Dessa forma, percebemos que o bom encontro que se dá, também com o mundo sonoro e com a música – em que se cresce e se desenvolve o sujeito criador capaz de interagir e realizar atividades musicais – estimula e intensifica a vontade de continuar os estudos, aprender, desenvolver-se, de modo que os pais percebem diretamente essa postura dos filhos e apoiam-nos na continuidade dos estudos, priorizando a importância da educação básica e da formação humana de modo integral.

A quarta categoria proveniente do material empírico ficou designada como **Transform (ações) no ser criança**, na qual podemos visualizar

modificações no comportamento de forma geral e nas atitudes dos alunos, resultantes das atividades que realizam no Projeto. Os pais explicam que seus filhos passaram a desenvolver o *gosto pela música instrumental*, que *‘não ficam mais só na televisão’*, que *chegam em casa e já vão fazer suas lições e também ajudam os irmãos*, estão mais interessados em estudar – com mais empenho para o estudo, se dedicando mais –, estão mais calmos, *cantam em casa as canções que aprendem e ensinam seus irmãos*, mesmo não tendo uma flauta doce em casa *inventam brincadeiras de ‘tocar flauta’*, *aumentou de modo significativo o desempenho escolar e ele está sempre dando o máximo para aprender, têm vontade de se apresentar nos eventos de música/apresentações do projeto, adora dançar, está sempre cantando e falando das aulas de música*, demonstram também *vontade de aprender a tocar violão*, estão cada vez menos tímidos, *desinibidos* (sic!). Além disso, os pais salientam que a participação no Projeto Flauta, segundo sua visão, *ajuda a criança a falar palavras difíceis (amplia seu vocabulário)*, *‘aprendem coisas maravilhosas que mudam a sua vida’*, *ficam mais tempo no ambiente escolar, sendo um incentivo para irem à escola, estão aprendendo a ter responsabilidade sobre o que têm de fazer, demonstram ter mais confiança em si mesmos, possuem mais possibilidades futuras de uma profissão (música), e estão longe das drogas* (sic!).

Para estas duas categorias encontramos outros depoimentos dos pais, a saber:

“Depois que meu filho começou a frequentar as aulas de música ele não é mais aquele menino que não gostava das coisas do colégio...”
(mãe de aluno do 3º ano).

“O Bruno¹⁸ era muito baguncento com as coisas, mas depois que começaram com a aula de música na escolinha ele mudou alguma coisa sim” (mãe de aluno da educação infantil).

“Ela era uma criança irritada e nervosa. Agora ela parece ser outra criança, mais alegre. Quando ela está irritada eu chego e pergunto que música a Ana¹⁹ aprendeu hoje? Ai ela senta rápido e começa a cantar e me conta tudo que a professora ensinou” (mãe de aluna da educação infantil).

¹⁸ Nome fictício para preservar a identidade.

¹⁹ Nome fictício.

Nesse ponto, percebemos, e também de acordo com os estudos de Camargo (2004) sobre as emoções e a escola que a afetividade (dimensão das emoções e do sentimento) deve-se transformar em um recurso mobilizador para a atividade. Quando cada atividade na escola assume um sentido singular, de valor e importância para o aluno, ele começa a se tornar ativo no processo de aprendizagem, desenvolvendo cada vez mais sua implicação com o contexto e os fazeres escolares no processo de ensinar & aprender. Além disso, as atividades artísticas na escola permitem momentos de expressão emocional, bem como são incentivadoras de fazeres criadores do sujeito, uma vez que a atividade criadora é o “...elemento humanizador de todo o processo educacional, constituindo-se como elemento fundamental na construção do homem integral” (CAMARGO, 2004, p. 185). Assim, encontramos a objetivação das capacidades criadoras musicais da criança sendo desenvolvidas nos fazeres de interpretação e (re) criação musical, em que há o espaço fundamental da partilha social da emoção vivida, de acordo com as capacidades atuais da criança:

“...e fica sempre cantando as músicas e tentando ensinar para mim e para o pai dele o que aprendeu” (mãe de aluno da educação infantil).

“Quando chega em casa quer ensinar o que aprendeu e canta as músicas pra nós” (pai de aluna da educação infantil).

“Comenta que teve aula de música e gostou muito, canta a tarde toda quando fica em casa, sabe todas as músicas de cor, ensina a mãe e o pai” (mãe de aluna da educação infantil).

“Conta que a professora toca, canta e eles cantam junto. O Paulo²⁰ era uma criança que sempre gostou de ouvir música, mas nunca cantava, agora percebo que depois de iniciar as aulas de música, ele passa com uma guitarra que tem tocando e cantando! E o que é mais engraçado é que ele conta: ‘1, 2, 3’ antes de começar!” (mãe de aluno da educação infantil).

“Ele está toda hora tocando e inventando (cantando) músicas. É o máximo, pois ele narra fatos do dia, ou assuntos que ele gosta cantando! É muito bom ver isso...” (mãe de aluno da educação infantil).

20 Nome fictício.

De acordo com Meneghetti (2010), “é a arte que nos força a não estarmos contentes com o estado alcançado, mas sermos sempre ação dinâmica” (p. 29). Estas crianças são pequenas, outras já um pouco maiores, e talvez sem saber formalmente o que seja arte (e música como arte), estão realizando atividades com objetivações (re)criadoras e inovadoras da infinidade do potencial criador humano, sendo a cada momento ação dinâmica de seu próprio processo de constituição como sujeitos humanos. Nesse processo, eles envolvem pais, irmãos, demais familiares, professores, escola, instrumentos musicais e o vasto universo da música, para (re)criarem a si mesmos, e nas pequenas ações do cotidiano, como um simples cantar e tocar para os pais, em casa, fazem a vida acontecer de outro modo, pois nessa relação e atividade ressignificam (junto aos pais e professores) a própria vida, com novos e variados modos de encarar a realidade, conferindo novos sentidos a si mesmos como sujeitos capazes de agir e criar.

Percebemos, então, que os resultados do Projeto Flauta, junto do fazer musical, ultrapassa a própria dimensão musical para construir sujeitos e (re)construir grupos, famílias, escolas e fazeres humanos. Como diz um dos pais: “*Gostaria que o Projeto Flauta permanecesse até que eles ficassem grandes, música nunca é demais*” (pai de aluna da educação infantil). E este é um ponto fundamental: quando bem trabalhada em um projeto social de educação musical, com ações socioculturais, a música se torna integrante da vida, das ações e inovações possíveis de serem realizadas pelos sujeitos e, mais ainda, torna-se integrante do processo de constituição de sujeitos, de modo que cada um dos alunos e professores envolvidos começa a descobrir-se sujeito criador, capaz de tantas ações nem sequer antes imaginadas.

Para fins deste trabalho, a análise apresentada limitou-se apenas às informações das respostas dos pais. No entanto, foram aplicados questionários com professores, diretores e alunos do projeto, que estão em processo de análise e não serão aqui analisadas neste momento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*P*elas atividades realizadas com o Projeto Flauta até o presente momento, podemos observar que o mesmo é, de fato, um projeto que está mobilizando várias capacidades dentre as pessoas que o integram, a começar pelos aspectos de desenvolvimento da criatividade e capacidades criadoras do ser humano, da formação integral humana, do incremento da qualidade de vida de crianças, famílias, instituições-escola envolvidas, e comunidade em geral que aprecia seus resultados, tendo um alcance no desenvolvimento e promoção da qualidade da educação das crianças que participam do mesmo.

Configura-se como um projeto social atrelado aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que contempla e desenvolve práticas musicais no contexto escolar, bem como interfaces entre educação musical e inclusão social, objetivando, dessa forma, a parceria público-privada e o compromisso e responsabilidade social das instituições envolvidas. É um projeto que pretende continuar crescendo e atingir cada vez mais alunos e escolas, em ações que se ampliam no próprio fazer musical, assim como nas atividades do contexto escolar.

Portanto, este Projeto está em conformidade e parceria junto ao desenvolvimento e objetivação dos 8 ODM propostos pela ONU, principalmente no que diz respeito ao 2º ODM, mas também a aspectos do 1º e 8º, sendo uma ação bem sucedida, contemplando as ações de todas as pessoas responsáveis envolvidas em seu fazer.

Em relação a aspectos de replicabilidade é importante destacar que o ponto fundamental é a formação das pessoas envolvidas e responsáveis pelo projeto, de acordo com as premissas da pedagogia ontopsicológica. Isto significa que os professores devem ser formados no que tange a aspectos humanos, técnicos, práticos, de didática e também de conhecimento musical. Ao formarmos os professores estaremos investindo no ser humano, que é o principal agente transformador de muitas realidades, e implementador de novas ações. Formar o ser humano responsável e comprometido com o projeto que desenvolve é a garantia de continuidade das ações que cada projeto pode realizar no momento atual e futuramente.

Em relação aos resultados evidenciados pelos pais, percebemos que

as crianças estão tendo um considerável crescimento e desenvolvimento enquanto ser humano agente responsável, dando passos significativos em sua vida e formação, de modo a garantirem muitos frutos a partir destas suas ações. Fundamental se faz ver que todos estes resultados são alcançados por meio do trabalho com atividades musicais, orientado pela pedagogia ontopsicológica, contribuindo ao alcance dos Objetivos do Milênio, mas principalmente, transformando vidas já no presente, e orientadas a um futuro melhor!

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Marília. **Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 7-19, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Discurso na vida e discurso na arte**. Sobre poética sociológica. Texto originalmente publicado em russo em 1926. In: VOLOCHINOV. Freudismo. Nova Iorque: Academic Press. Tradução para o português de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza.
- BEYER, Esther. **Fazer ou entender música?** In: BEYER, E. (Org.). *Ideias em educação musical*. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 10-31.
- BRUSCIA, Kenneth E. **Definindo musicoterapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.
- CAMARGO, Denise de. **As emoções & a escola**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004.
- DELORS, Jacques. (Coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: Unesco, 2004.
- ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção “Os Pensadores”. (Originalmente publicado em 1677).
- GIORDANI, Estela; MENDES, Adriane M. et al. **Projeto Pedagogia Ontopsicológica: promoção e qualificação das práticas educativas escolares**. Relatório do Projeto de Pesquisa e Extensão 8 Objetivos do Milênio, Grupo de Estudos Responsabilidade Social e 8 ODM, da Faculdade Antonio Meneghetti. Recanto Maestro/São João do Polêsine: 2010. Relatório de Pesquisa – Trabalho não publicado.
- HELLER, Agnes. **Teoría de los sentimientos**. México: Fontanamara, 1980.
- MAHEIRIE, Kátia. **Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky**. *Psicologia em Estudo*, v. 8, n. 02, p. 147-153, 2003.
- MAHEIRIE, Kátia; URNAU, Lilian. **Processos de criação em contextos de desigualdade social**. In: ZANELLA, A. V. et al.. (Orgs.). *Educação estética e constituição do sujeito: reflexões em curso*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007. p. 199-207.

MENEGHETTI, Antonio. **Pedagogia Ontopsicológica**. 3 ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica, 2014.

MENEGHETTI, Antonio. **Uma nova pedagogia para a sociedade futura**. Conferência realizada na UNESCO, Paris-França, 30 de maio de 2006.

MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica, 2010.

MENEGHETTI, Antonio. **A Psicologia do Líder**. 5. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica, 2013.

Nós podemos. Website: <<http://www.8ODM\Prêmio ODM Brasil - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil.mht>>. Acesso em: 30 de abril 2010.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL. **4º Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: Ipea, 2010.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. **4º Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: Ipea, 2010.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. **3º Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília, 2007.

Oito jeitos de mudar o mundo: nós podemos. Disponível em: <<http://www.euvocetodospelaeducacao.org.br>>. Acesso em: 21 de abril 2010.

RUSSELL, Joan. **Perspectivas socioculturais na pesquisa em educação musical**: experiência, interpretação e prática. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 14, p. 7-16, 2006.

SCHUTEL, Soraia. **Recanto Maestro**: la diade evolutiva tra individuo e ambiente nel processo di auto realizzazione. 2008. 150 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia) – Curso de Especialização em Psicologia com abordagem em Ontopsicologia, Universidade Estatal de São Petersburgo-Rússia (UESP), São Petersburgo, 2008.

SEKEFF, Maria de L. **Da música**: seus usos e recursos. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

VYGOTSKI, Lev S. **Sobre los sistemas psicologicos**. In: VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas I*. Madrid: Visor Distribuciones, 1990. p. 13-87. (Originalmente publicado em 1934).

VYGOTSKI, Lev S. **Manuscrito de 1929**. Revista Educação & Sociedade. Trad. brasileira do russo. Cadernos Cedes, Campinas, 71, p. 21-45, 2000. (Originalmente publicado em 1929).

VYGOTSKI, Lev S. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São: Martins Fontes, 2004.

WAZLAWICK, Patrícia. **Música e vida em criação:** dialogia e est(ética) na música de um duo de violões. 2010. 317 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

WAZLAWICK, Patrícia. **Quando a música entra em ressonância com as emoções:** significados e sentidos na narrativa de jovens estudantes de Musicoterapia. 2004. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

